

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação



Dissertação

**FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO RIO GRANDE,
RS: CONSTITUIÇÃO E INFLUÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO
MUNICÍPIO (1955 a 1969)**

Ademir Cavalheiro Caetano

Pelotas, 2016

ADEMIR CAVALHEIRO CAETANO

**FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO RIO GRANDE, RS:
CONSTITUIÇÃO E INFLUÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO
(1955 a 1969)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área do conhecimento: História da Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patricia Weiduschadt

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Giana Lange do Amaral

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C127f Caetano, Ademir Cavalheiro

Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, RS : constituição e influências para o desenvolvimento do município (1955 a 1969) / Ademir Cavalheiro Caetano ; Patricia Weiduschadt, orientadora ; Giana Lange do Amaral, coorientadora. — Pelotas, 2016.

239 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. História da educação. 2. Ensino superior. 3. Cultura escolar. 4. Faculdade de Ciências Políticas e Econômica. I. Weiduschadt, Patricia, orient. II. Amaral, Giana Lange do, coorient. III. Título.

CDD : 370.9

Ademir Cavalheiro Caetano

FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO RIO GRANDE, RS:
CONSTITUIÇÃO E INFLUÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO
(1955 a 1969)

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 18.04.2016

Banca examinadora:

Prof. Dra. Orientadora Patricia Weiduschadt (UFPEL)

Prof. Dra. Co-orientadora Giana Lange do Amaral (UFPEL)

Prof. Dr. Elomar Antonio Callegaro Tambara (UFPEL)

Prof. Dra. Terciane Ângela Luchese (UCS)

Aos meus pais (*in memoriam*).

Agradecimentos

À professora Magda Floriani Damiani pelos conhecimentos recebidos durante as aulas sobre Teoria e Prática de Pesquisa, que abriram caminho para enfrentar a difícil tarefa de redigir a dissertação.

Ao professor Gomercindo Ghiggi pelas aulas de História das Ideias Pedagógicas, com apresentação sempre renovada, fazendo-as sempre atraentes.

Ao professor Eduardo Arriada pelo entusiasmo ao ministrar o tema História do Rio Grande do Sul e de Pelotas.

Às professoras Carla Gastaud e Tatiane Lebedef pelas orientações sobre Oralidade e Arquivos Oraís.

Aos colegas do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE) pelas contribuições oferecidas durante as apresentações dos seus trabalhos ao grupo.

À banca examinadora que, com suas críticas e sugestões, auxiliou-me de forma inestimável na elaboração da dissertação.

Aos entrevistados, senhores Blasco Ibañez da Cunha Torres, Carlos Henrique Canary, Eurípedes Falcão Vieira e Raimundo Porto Espírito Santo, que nos dispensaram especial atenção e com empolgação contribuíram com valiosas informações para a produção deste trabalho.

Ao professor Elomar Tambara pelas prestimosas colaborações externadas em suas falas sobre o desenvolvimento da pesquisa que resultou neste trabalho.

À professora Terciane Luchese, pela preciosa contribuição quando de suas sugestões participando da banca examinadora.

À orientadora Patricia Weiduschadt pela disposição, entusiasmo e eficiência em como conduziu o processo, estimulando este orientado em todas as atividades.

À co-orientadora Giana Lange do Amaral pela valiosa colaboração quando dos retoques finais para a conclusão do trabalho.

Às minhas filhas, Adriana, Suzana e Mariana, pelas palavras de entusiasmo sempre que conversamos sobre o assunto.

A Rita, mulher que me acompanha em todos os momentos, pelo entusiasmo contagiante que me ajudou a enfrentar esta difícil empreitada, mesmo que eu tenha ocupado muitos finais de semana para estudar e trabalhar na dissertação.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

Resumo

CAETANO, Ademir Cavalheiro. **Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, RS: Constituição e Influências para o desenvolvimento do município (1955 a 1969)**. 2016. 239f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O trabalho de pesquisa tem como objetivo, no campo da História da Educação, estudar aspectos históricos da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande no recorte temporal de 1959 a 1969. Aborda-se a forma como a Faculdade foi instituída, construída e as contribuições que deu ao município no período que a economia local vivia em dificuldades. Para consecução dos objetivos, utiliza-se apoio teórico nas categorias conceituais de cultura escolar Julia (1995); Frago (1995), Faria Filho, (2004) e no tipo ideal empreendedor Weber (2001); Martins (2008); na formação da sociabilidade urbana, discutindo os atores da cidade visível e invisível, conforme Pesavento (2007). Como recurso metodológico, utilizou-se a análise documental, apoiando-se em Gil (2007) para a classificação das fontes e Luca (2010) para dar suporte ao exame do conteúdo publicado na imprensa local sobre a instituição objeto do estudo. A metodologia da História Oral orientou a pesquisa, buscando apoio em Meyhi (2007) e Portelli (1997), principalmente, para conduzir as quatro entrevistas com ex-alunos do curso de Economia. Procura-se compreender de que forma a FCPE conseguiu contribuir para o desenvolvimento do município de Rio Grande. No texto, apresenta-se uma breve contextualização da FCPE e, de forma resumida, informações sobre as instituições de ensino superior criadas nas décadas de 1950 e 1960 na cidade do Rio Grande. Com aporte em Pesavento, abordam-se as alterações ocorridas na planta urbana da cidade e no “sensível” com a chegada das faculdades nesta cidade marítima. No transcorrer do trabalho, é possível conhecer detalhes das primeiras instalações, o quadro de docentes, servidores e discentes, a forma de ingresso, as disciplinas da grade curricular e as solenidades de conclusão de curso. Também foram abordadas as particularidades da luta travada pela conquista do reconhecimento do curso, batalha esta que durou vários anos. De forma minuciosa, trata-se da cultura escolar da instituição, seus valores, suas práticas e a forma como inculcavam comportamentos. Detalhadamente é apresentado o orçamento da instituição e de que forma eram consumidas as receitas em vários anos do período pesquisado. Por fim, são apresentados dados quantitativos e qualitativos para compreender de que forma a instituição contribuiu ao desenvolvimento local, atendendo, assim, a uma das finalidades para as quais foi criada. Reforça-se que a instituição teve importância para o município e conseguiu se fortalecer através do apoio das lideranças locais, representados por indivíduos que podem ser considerados “tipo ideal empreendedor”, que conseguiram se articular à esfera nacional, confluindo para a fundação da Universidade do Rio Grande.

Palavras-chave: história da Educação; ensino superior; cultura escolar; faculdade de Ciências Políticas e Econômicas.

Abstract

CAETANO, Ademir Cavalheiro. **Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, RS: Constituição e Influências para o desenvolvimento do município (1955 a 1969)**. 2016. 239f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

This research aims - in the field of History of Education - to study historical aspects of Rio Grande's University of Political Science and Economics in the time frame between 1959 to 1969. We discuss how it was established, built and the contributions towards the city in a period which the local economy was struggling. To achieve our objectives we use theoretical support in the conceptual categories of school culture (JULIA, 1995; FRAGO, 1995; FARIA FILHO, 2004) and the ideal entrepreneur type (WEBER, 2001; MARTINS, 2008); in the formation of urban sociability, discussing the actors of the visible and invisible city (PESAVENTO, 2007). As a methodological resource, the document analysis was used relying on Gil (2007) in the classification of sources; Luca (2010) to support the examination of the content published in the local press about the institution that was the object of the study. The methodology of Oral History guided this research, supported by Meyhi (2007) and Portelli (1997) mainly to conduct four interviews with former students of the Economics course. We seek to understand how the FCPE have contributed to the development of the city of Rio Grande. Thus, we present a brief background of the FCPE and we summarized informations on higher education institutions created in the 1950s and 1960s in the city. With investments in Pesavento, we approach the changes in the urban plan of the city and the "sensitive" with the arrival of the colleges in this maritime city. Throughout the work it is possible to know details of the first facilities, the staff, servants and students; the form of entry, the subjects of the curriculum and course completion ceremonies. We also discuss the particularities of the struggle suffered by the course for recognition throughout the years. In detail, we talk about the school culture of the institution, their values, practices and how they instilled behaviors. Comprehensively we present the budget of the institution and how the revenue were consumed within the several years taken to research. Finally we present quantitative and qualitative data to understand how the institution has contributed to local development, thus meeting one of the purposes for which it was created. We highlight that the institution was important for the city and could be strengthened through the support of local leaders, represented by individuals who can be considered an "ideal type of entrepreneur" who managed to articulate in a national level resulting to the founding of the University of Rio Grande.

Keywords: history of education; higher education; school culture; university of Political Science and Economics.

Lista De Figuras

Figura 1	Planta baixa da cidade do Rio Grande – Google Maps	36
Figura 2	Jornal Rio Grande – recorte – Bibliotheca Riograndense	52
Figura 3	Congregação dos Professores – Acervo do NUME	53
Figura 4	Sala de aula – Acervo do NUME	56
Figura 5	Auditório – vista parcial – Acervo do NUME	57
Figura 6	Auditório – vista frontal – Acervo NUME	58
Figura 7	Secretaria – Acervo NUNE	59
Figura 8	Corredor do prédio – Acervo do NUME	60
Figura 9	Formatura dos egressos em 1962 – na Igreja de N. ^a Sr. ^a do Carmo	103
Figura 10	Diretor Aldo Lapolli – Acervo NUME	115
Figura 11	Telegrama recebido do General Golberi do Couto e Silva	117

Lista De Tabelas

Tabela 1	Quadro de professores	66
Tabela 2	Candidatos inscritos nos concursos de habilitação	73
Tabela 3	Alunos matriculados por ano	74
Tabela 4	Formandos por ano	77
Tabela 5	Concurso de Habilitação 1959	91
Tabela 6	Concurso de Habilitação 1960	93
Tabela 7	Concurso de Habilitação 1961	94
Tabela 8	Concurso de Habilitação 1962	95
Tabela 9	Concurso de Habilitação 1963	96
Tabela 10	Concurso de Habilitação 1964	96
Tabela 11	Concurso de Habilitação 1965	97
Tabela 12	Concurso de Habilitação 1966	97
Tabela 13	Concurso de Habilitação 1967	98
Tabela 14	Concurso de Habilitação 1968	98
Tabela 15	Concurso de Habilitação 1969	99
Tabela 16	Concursos de Habilitação - bancas examinadoras	100
Tabela 17	FCPE - Arrecadação no ano de 1964	118
Tabela 18	FCPE – arrecadação no ano de 1965	119
Tabela 19	FCPE – arrecadação no ano de 1966	120
Tabela 20	FCPE – arrecadação no ano de 1967	121
Tabela 21	FCPE – proposta orçamentária para 1968	121
Tabela 22	Evolução das aplicações financeiras pela Prefeitura	122

Lista De Siglas

- ABE** - Associação Brasileira de Educação
- EEI** - Escola de Engenharia Industrial
- FCPE** - Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
- FCRG** - Fundação Cidade do Rio Grande
- FURG** - Universidade Federal do Rio Grande
- IES** - Instituição de Ensino Superior
- URGS** - Universidade do Rio Grande do Sul

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
1 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	17
1.1 A Instituição Escolar.....	17
1.2 Cultura Escolar.....	19
1.3 O Espírito Empreendedor.....	22
1.4 Metodologia.....	25
1.4.1 Análise Documental.....	25
1.4.2 História Oral.....	29
2 O ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE.....	33
2.1 A Transformação Do Cenário Urbano.....	33
2.2 A Fundação Cidade Do Rio Grande E As Primeiras Faculdades.....	39
3 A FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO RIO GRANDE.....	47
3.1 O Processo De Criação E As Primeiras Instalações.....	48
3.2 Atores: Docentes, Servidores E Discentes.....	61
3.2.1 Quadro Docente.....	62
3.2.2 Os Servidores.....	69
3.2.3 Os Discentes.....	72
3.3 Práticas Escolares: Currículo, Ingresso E Egressos.....	80
3.3.1 Currículo.....	81
3.3.2 Ingressos – Concursos De Habilitação.....	88
3.3.3 Egressos.....	101
3.4 A Participação No Desenvolvimento Rio-Grandino.....	104
3.4.1 Contribuições Para A Alteração Do Cotidiano Local.....	109
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
Referências.....	134
Apêndices.....	140
Anexos.....	171

INTRODUÇÃO

Este trabalho de investigação está assentado no campo da História da Educação e visa estudar aspectos históricos da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande nas décadas de 1950 e 1960, assim como identificar possíveis contribuições dessa instituição para o desenvolvimento do município de Rio Grande. Procuramos abordar sobre sua instituição e constituição, bem como sua atuação para conhecer a importância da Faculdade, objeto desta pesquisa, no reerguimento da combalida economia local durante o recorte temporal escolhido.

Ao analisar outras pesquisas semelhantes sobre instituições educacionais, percebemos que ainda há caminhos a percorrer até compreender sua história e os fatos legais dos processos que resultaram na Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

No que se refere aos aspectos metodológicos, para a análise documental nesta pesquisa qualitativa, apoiamo-nos em Gil (2002), Luca (2012) e Barros (2005).

Buscamos fontes documentais no Núcleo de Memória Francisco Martins Bastos e no Arquivo Geral da FURG, locais onde encontramos farta documentação que subsidiou o desenvolvimento deste trabalho. Com relação às fontes orais, com base nas recomendações de Meihy (2007), Portelli (1997) e Candou (2014), Ferreira e Amado (1998), realizamos entrevistas com quatro ex-alunos para cobrir o interstício relativo ao recorte temporal da pesquisa e com isto permitir formas de verificação da história da FCPE, como parte da operação historiográfica.

Tendo em vista a contextualização do objeto de estudo aqui apresentado, uma instituição de ensino superior numa cidade do interior do RS, pode-se seguir a recomendação de Amaral (2005) sobre o assunto, quando disse que é fundamental o desenvolvimento de pesquisas sobre a História da Educação Brasileira levando-se em conta as especificidades regionais e as singularidades locais e institucionais (AMARAL, 2005, p. 23).

Assim, abordamos alguns aspectos históricos da cidade do Rio Grande, ponto de chegada dos primeiros habitantes do atual Estado do Rio Grande do Sul. A cidade foi o segundo maior centro industrial deste Estado no começo do século XX (TORRES, 2011), onde prosperaram a indústria têxtil, que chegou a contar com

mais de dois mil empregados, a fábrica de charutos e a indústria alimentícia. Segundo Torres,

A cidade do único porto marítimo do Estado pôde aproveitar melhor os capitais gerados pelo comércio exportador e os mercados conquistados, porém teve que adaptar a sua produção industrial às necessidades do mercado nacional, competindo com áreas industriais mais próximas dos maiores centros consumidores do Brasil e que se beneficiavam diretamente dos lucros auferidos pelas exportações do café. Necessitando importar algumas matérias-primas, como o algodão, as indústrias da cidade tinham contra si a distância que as afastava dos principais centros consumidores do Brasil, dificultando-lhes a concorrência em termos de preços. Os impostos interestaduais constituíam uma barreira protecionista (TORRES, 2001, p. 4).

Torres segue afirmando que:

No caso da cidade do Rio Grande, a característica da concentração industrial era a de apresentar grandes estabelecimentos, com índices de capital e mão de obra empregada acima das médias e pouca diversificação de ramos industriais (tecelagem, charutos, conservas alimentícias). Rio Grande procurava alcançar o mercado nacional através de poucos produtos, ao redor dos quais concentrava o poder competitivo das suas empresas. As indústrias de Porto Alegre procuravam penetrar no mercado da zona colonial, atendendo às múltiplas necessidades de consumo de sua população. As indústrias sediadas em Rio Grande tiveram problemas relativos à capital e matéria-prima, o que, por sua vez, lhes diminuía a capacidade de concorrência (TORRES, 2001, p. 4).

Sabemos que no final da década de 40 e início dos anos 50 do século passado, a cidade do Rio Grande enfrentava grave problema social com o fechamento de grandes empresas e que algo precisava ser feito para reverter o quadro de dificuldades no município. Teixeira (2013, p. 72) evidencia em seu trabalho que a cidade passava por momentos de crise econômica e social, com o fechamento de empresas como a Cia Swift e a Fábrica Cia. Fiação e Tecelagem Rio Grande, potências no parque industrial local.

Diante dessas dificuldades, uma das formas encontradas pelas lideranças locais foi à instalação de cursos superiores na cidade. Nas primeiras décadas do século XX houve algumas tratativas por parte de pessoas de destaque na sociedade local com vistas a implantar entidade de ensino de nível superior, mas que não obtiveram sucesso. Para alcançar este objetivo, foi criada a Fundação Cidade de Rio Grande, entidade mantenedora de fomento das iniciativas de formação do ensino superior, conforme reforça Silveira:

Por isso pensava-se na constituição de um ensino superior que suprisse a carência de profissionais especializados em tais atividades. Ainda, na cidade também crescia a demanda de estudantes que concluíam o curso secundário e queriam continuar os estudos, buscando a formação superior (SILVEIRA, 2012, p. 74).

Ao longo do trabalho, destacamos que o surgimento dos cursos de ensino superior, principalmente da Faculdade objeto desta pesquisa, no período do recorte temporal em estudo, influenciou a ocupação dos espaços urbanos e introduziu novos significados às práticas cotidianas do município.

Quanto à importância da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, Teixeira (2013, p. 78) ressalta a atuação dos estudantes do curso de Economia, o único que realmente foi instalado, no “reerguimento da cidade do Rio Grande”, em 1960.

Dessa forma, cabe investigar a importância do curso de Economia e a sua relevância no contexto da cidade do Rio Grande, bem como no processo do país, na busca da industrialização.

É por isso que pretendemos analisar a história da constituição da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e suas influências para o desenvolvimento do município nas décadas de 1950 e 1960, apoiando-nos nos autores que adiante fazemos referência.

No presente trabalho de pesquisa, após a introdução, é apresentado o referencial teórico-metodológico no qual são abordadas questões que envolvem categorias como cultura escolar e espírito empreendedor, fundamentais para compreensão da temática pesquisada. Ainda são explicitadas a metodologia da utilização da História Oral, do uso de fontes iconográficas, bem como a análise de documentos. São utilizados documentos disponíveis no Núcleo de Memória Francisco Martins Bastos – NUME e no Arquivo Geral da FURG, ambos órgãos vinculados à Universidade e que dispõem de valioso acervo documental. Utilizamos, também, da História Oral como metodologia que respalda o uso de entrevistas. Fora entrevistados quatro ex-alunos da Faculdade de Economia, os quais vivenciaram a instituição em quase todo o período do recorte temporal pesquisado.

A seguir, contextualizamos aspectos históricos de Rio Grande e do ensino superior no Brasil e em Rio Grande.

No terceiro capítulo, ao abordar sobre a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, aprofundamos a análise sobre o “corpus” da pesquisa. São revelados aspectos da criação da FCPE, as primeiras instalações, os atores – docentes, servidores e discentes -, os quais realmente construíram a instituição. Ainda nesta parte do trabalho são enfocadas as práticas escolares dessa instituição,

destacando, entre elas, o currículo, o ingresso do corpo discente e os procedimentos de conclusão de curso. Abordamos, também, as contribuições que o curso de Economia da FCPE proporcionou ao município de Rio Grande, destacando sua contribuição para o desenvolvimento da cidade num período em que passava por sérias dificuldades econômicas.

A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas foi o segundo estabelecimento de ensino superior criado em Rio Grande, o primeiro foi a Escola de Engenharia Industrial em 1954, começando em 1953 com a instituição da Fundação Cidade do Rio Grande. Inicialmente a FCPE contou com o apoio da Prefeitura Municipal. Essa peculiaridade merece ser pesquisada para compreendermos de que forma esse suporte foi dado e porque esta faculdade – Ciências Econômicas – foi um dos pilares da criação da Universidade Federal do Rio Grande. Abordaremos sobre as iniciativas municipalistas e de poderes locais junto ao campo educacional. A criação deste curso de ensino superior teve como propósito ajudar com seu quadro docente e futuros egressos a vencer os desafios que se apresentavam em face de estagnação econômica na década de 50 – fechamento de importantes estabelecimentos fabris – e ampliar o espírito empreendedor que pudesse aflorar entre estudiosos de assuntos da área econômica e isto foi analisado ao longo da pesquisa. Buscamos em Weber (2001) apoio para verificar a importância do tipo ideal do espírito empreendedor e como auxiliou a formação do curso de Economia, bem como perceber práticas adotadas e a cultura escolar existente à época, a partir da iniciativa de alguns indivíduos.

Nas considerações finais, destacamos que a formação de economistas naqueles anos de dificuldades econômicas contribuiu para que, em termos quantitativos, houvesse uma evolução dos investimentos realizados pelo poder público, enquanto que, qualitativamente, dados que permitem examinar aspectos mais profundos e subjetivos, evidenciam a importância da atuação da FCPE no desenvolvimento do Rio Grande.

1 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para melhor encaminhamento do trabalho, a seguir serão destacadas as categorias conceituais. Buscar-se-á suporte em Magalhães (2004) e Werle (2004) para abordar a categoria de instituição educacional, foco da presente investigação; em obras de Viñao Frago (1995), Faria Filho (2004) e Vidal (2005), que tratam da cultura escolar; Weber (2001) e Martins (2008) para apoio quanto à categoria espírito empreendedor; Ferreira e Amado (2006), Meihy (2007) e Portelli (1997), para fundamentar a metodologia sobre os aspectos da História Oral e Cellard (2008) para organizar os aspectos da análise documental. Esses autores fundamentarão as discussões sobre o referencial teórico-metodológico da presente pesquisa, apresentadas a seguir.

Sendo foco da pesquisa a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, com seu único curso – Economia – utilizou-se a análise documental (Cellard, 2008) como método no suporte às análises dos documentos.

Desta forma, investigou-se em que medida a faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande contribuiu para o desenvolvimento da comunidade rio-grandina e também como a cidade contribuiu para a constituição dessa instituição. Para melhor situar as categorias conceituais, abaixo serão apresentadas aquelas utilizadas no trabalho.

1.1 A Instituição Educacional

Na investigação do tema, apoiado em Magalhães (2004) e Werle (2004), pesquisou-se, através das fontes documentais, os acontecimentos relevantes que cercaram a constituição da FCPE. Com a metodologia da análise documental, (Cellard, 2008) objetivou-se fazer a análise das fontes para adequadamente problematizar os processos históricos e sociais acontecidos no período a ser pesquisado.

Foram realizadas visitas ao Arquivo Geral da FURG, onde estão guardados muitos documentos que podem servir de fonte para o estudo histórico da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande. No Arquivo Geral, foram encontrados livros de atas, o Livro de Resultados, orçamentos, correspondências

sobre assuntos importantes da vida da instituição, guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Guias de Recolhimento das contribuições previdenciárias, que terão o resultado das suas análises relatados no capítulo referente à cultura escolar do objeto de estudo.

No Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME), museu que tem sob sua guarda importantes documentos, buscou-se compreender a constituição dos principais cursos de ensino superior, criados nas décadas de 1950 e 1960 e que em 1969 deram origem à Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), em especial o objeto de estudo, a Faculdade de Ciências Econômicas. Nesta etapa do trabalho, encontraram-se imagens sobre eventos relacionados à FCPE existentes no museu e que foram utilizadas como fonte, na tentativa de problematizar com maior propriedade o percurso da história desta instituição. Neste importante espaço de guarda da história da FURG, localizaram-se fotografias dos primeiros eventos realizados pela FCPE, listagens dos discentes e de formandos em cada um dos anos do período do recorte temporal pesquisado e que serão apresentados e analisados no decorrer deste trabalho.

Ao se tratar do estudo de instituições educacionais é preciso refletir sobre as discussões de Magalhães, que apontam que:

Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagéticos e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação. A dimensão material alarga-se das estruturas e dos meios ao processo, à participação e ao produto, enquanto a dimensão simbólica reporta à participação e à construção educacional. Trata-se, portanto, de uma construção subjetiva que depende das circunstâncias históricas, das imagens e representações dos sujeitos e que é afetada por dados de natureza biográfica e grupal (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Magalhães recomenda que, neste tipo de investigação, se deve buscar conhecimento sobre a materialidade, verificando onde funcionou, o tipo das instalações e os materiais disponibilizados para o trabalho. Este autor aconselha, também, verificar a estrutura organizacional da instituição, seu quadro de pessoal (direção, docentes, auxiliares) e, dentro das possibilidades, desenvolver análise sobre como esta instituição se autoapresentava para a sociedade. Optou-se por trabalhar com esta instituição para, através da pesquisa, compreender a forma que a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas se revelava para a coletividade rio-grandina, no período em que a cidade convivia com seus primeiros cursos de nível superior.

Magalhães ainda ressalta que, na busca investigativa sobre instituições educacionais, sejam considerados os seguintes aspectos:

- o espaço (local/lugar, edifício, topografia); o tempo (calendário, horário, agenda antropológica);
- o currículo numa acepção estreita (centrada nas disciplinas escolares, que resulta de uma justaposição de categorias analíticas e objetos instituintes da realidade escolar – matérias lecionadas, métodos, tempos, etc.), [...]
- os professores, acesso, profissionalização, organização, formação, mobilização, por um lado, suas histórias de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações, representações, espaços de liberdade, por outro;
- públicos, culturas, formas de estimulação e resistências;
- dimensões didático-pedagógicas, aprendizagens, níveis da apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização. (MAGALHÃES, 2004, p. 120-121).

Assim que, procurando dados sobre o espaço escolar, é possível saber onde funcionou, o tipo das instalações, prédio etc. Sobre o currículo, é necessário saber quais disciplinas eram disponibilizadas, por qual motivo elas foram escolhidas e quais eram as práticas pedagógicas adotadas. Neste quadro historiográfico, é preciso problematizar o perfil dos professores, quais eram as suas titulações, qual a forma de contratação, enfim, tudo o que se obtiver de informação sobre esta categoria profissional. Infere-se que, provavelmente, houve muitas dificuldades, todavia, conseguiram levar em frente o audacioso – para aqueles tempos - empreendimento de iniciar os trabalhos da faculdade.

1.2 Cultura Escolar

Após conhecer a história do currículo e das disciplinas escolares, quais disciplinas eram oferecidas e possivelmente qual o conteúdo de cada uma delas, inicia-se a discussão acerca dos aspectos da cultura, com suporte em um dos clássicos da temática, e assim definida por Julia:

[...] a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação (JULIA, 1995, pp. 353-382).

A fim de reforçar e destacar o conceito de cultura escolar, cabe buscar suporte em outros autores, tal como Viñao Frago, que considera a cultura escolar como:

O “conjunto de aspectos institucionalizados” – incluye prácticas y conductas, modos de vida, hábitos y ritos – La história cotidiana del hacer escolar -, objetos materiales – función, uso, distribución em el espacio, materialidad física, simbología, introducción, transformación, desaparición...-, y modos de pensar, así como significados e ideas compartidas. Alguiem dirá: todo. Y si, es cierto, La cultura escolar es toda La vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer (VIÑAO FRAGO, 1995, pp. 68-69).

Na investigação sobre a cultura escolar levada a efeito na FCPE, buscou-se problematizar as práticas escolares exercidas nos anos de sua existência, pois, conforme Faria Filho, essas práticas estão:

[...] intimamente atrelada à possibilidade de uma nova história das instituições escolares e a pretensão de se produzir uma história do cotidiano escolar – a famosa assertiva acerca da possibilidade de entrar na caixa preta da escola proposta pela sociologia - e de divisibilidade aos diversos sujeitos que participam da cultura escolar, notadamente aos professores (FARIA FILHO, 2004, p. 154).

Ao afirmar sobre a possibilidade de entrar na “caixa-preta” da escola, entende-se que Faria Filho indica para a tentativa de verificar as práticas utilizadas na instituição, que não estão aparentes, mas que são utilizadas e caracterizam de alguma forma a entidade.

No momento em que o foco se voltou à investigação sobre cultura escolar, quando se pretendeu verificar quais procedimentos eram adotados no estabelecimento, quem eram os professores, os alunos, os funcionários, enfim, saber quais as características da instituição no período estudado, tem-se suporte no que diz Faria Filho:

[...] o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel que não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global (FARIA FILHO, 2004, p. 146).

Será pesquisada a história do currículo e das disciplinas escolares para levantar aspectos da cultura escolar, como aponta Faria Filho, em uma das vertentes sobre este tipo de trabalho:

Uma das áreas da história da educação que mais direta e fortemente tem se utilizado dos diversos arcabouços teóricos subjacentes às diversas acepções de cultura escolar e, portanto, das tradições historiográficas que lhes dão suporte, é aquele que se volta para a investigação acerca dos saberes e conhecimentos escolares. Aqui, de forma interessante e criativa, as pesquisas se debruçam pelo menos sobre três grandes focos interdependentes. [...] outra vertente de estudos nesse campo **refere-se à história do currículo e das disciplinas escolares** (FARIA FILHO, 2004, p. 150, grifos nossos).

Também é interessante buscar conhecer a história do currículo e das disciplinas escolares para entender o que se pretendia alcançar com os ensinamentos que delas se poderia inferir que fossem aprendidos pelos acadêmicos. Ainda com base em Faria Filho (2004), apresentam-se quais disciplinas eram oferecidas, com que objetivos fizeram parte da grade de disciplinas da instituição e compreender o que se pretendia alcançar com a transmissão desses conhecimentos. Estas são algumas das perguntas que se pretendem questionar após análise da documentação encontrada.

Assim, deve-se discorrer e inferir sobre as práticas escolares adotadas, as condutas apregoadas, quais formas utilizadas serviram para modificar o entendimento dos alunos sobre a realidade econômica local e entender qual o efeito da propagação das ideias assimiladas por eles durante o curso.

Quando forem elencadas as disciplinas escolares oferecidas pela Faculdade, levar-se-á em conta o que Julia (1995) afirma:

É de fato a história das disciplinas escolares, hoje em plena expansão, que procura preencher esta lacuna, identificando tanto através das práticas de ensino utilizadas na sala de aula como através dos grandes objetivos que presidiram a constituição das disciplinas, o núcleo duro que pode constituir uma história renovada da educação. Ela abre, em todo caso, para retomar uma metáfora aeronáutica, a “caixa preta” da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular (JULIA, 1995, pp. 353-382).

Sobre os elementos essenciais à constituição de uma cultura escolar, deve-se investigar, no caso da FCPE, sobre o espaço escolar, o quadro discente, os funcionários e o corpo profissional específico.

Para compreender quais modificações nos hábitos do quadro discente da instituição foram provocadas pelo comportamento inculcado aos alunos, buscou-se no texto de Julia para entender que nos estudos sobre a escola e escolarização

[...] emergiu a evidência de que o colégio não é somente um lugar de aprendizagem de saberes, mas é, ao mesmo tempo, um lugar de inculcação de comportamentos e de *habitus* que exige uma ciência de governo transcendendo e dirigindo, segundo sua própria finalidade, tanto a formação cristã como as aprendizagens disciplinares (JULIA, 1995, pp. 353-382).

Portanto, o autor aborda novamente a importância de que o ambiente de escolarização não é somente um lugar de aprendizagem de saberes, mas também de indicação de novos comportamentos e de *habitus*¹. Deve-se pesquisar sobre o

1 Aqui o conceito de *habitus* está respaldado em Bourdieu (1983) em que considera “O *habitus*, sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um

que mudou no ambiente dos alunos, além dos saberes provocados pelos comportamentos e atitudes dos profissionais docentes e quadro funcional da FCPE.

Na etapa do trabalho em que se pesquisou sobre como a instituição contribuiu para reverter o quadro da problemática social que afetava o município, corrobora-se com Julia (1995) e Viñao Frago (1995), ao afirmar que a cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas passando por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências. Esse direcionamento das consciências talvez seja o que provavelmente modificou o comportamento dos discentes, alterando sua forma de pensar sobre os aspectos econômicos, sob os quais viviam os munícipes daquela época, tornando-os capazes de enfrentar a realidade com o olhar de pessoas capacitadas a empreender e a provocar alterações de comportamentos e de *habitus* no meio em que transitavam profissionalmente.

1.3 O Espírito Empreendedor

Quanto ao conceito de espírito empreendedor, enfatizam-se as figuras das lideranças, entre elas o engenheiro Cícero Marques Vassão e Francisco Martins Bastos, este presidente da Fundação Cidade do Rio Grande e executivo da Ipiranga S. A. Companhia Brasileira de Petróleo². Convém destacar que não se tratavam de

sistema de esquemas geradores. É gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim.” (BOURDIEU, 1983 p. 94).

2 A Refinaria de Petróleo Ipiranga foi inaugurada no dia 07 de setembro de 1937, na cidade do Rio Grande (RS), dando início ao processo de refino de petróleo no país e originando assim as Empresas de Petróleo Ipiranga. Mas sua história começou mesmo em 1933, na cidade de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, quando os empresários brasileiros João Francisco Tellechea e Eustáquio Ormazabal se associaram a empresários argentinos e fundaram a Destilaria Rio-Grandense de Petróleo S/A. Nessa fase inicial de operações, a Destilaria foi surpreendida por uma medida do governo argentino que proibiu a reexportação de petróleo, inviabilizando o esquema de recebimento de matéria-prima da empresa. Foi a partir daí que um grupo de empresários uruguaios começou a se articular para montar uma refinaria de petróleo no sul do país. Brasileiros, argentinos e uruguaios encontraram uma estreita faixa de terra entre o oceano e a Lagoa dos Patos e definiram que este seria o local ideal para instalar uma refinaria. O terreno deveria preencher uma série de requisitos: ter uma área entre 10 e 12 hectares, fácil ligação com o porto da cidade, com a linha de viação férrea, com a rede de água potável, com a rede elétrica e ter possibilidade de acesso rodoviário ao centro da cidade. Começava ali a árdua tarefa do aterro. Mesmo num tempo em que não existiam guindastes ou solda elétrica, o projeto foi executado com extrema rapidez. E no dia 07 de setembro de 1937 era

peças vinculadas à atividade política partidária, mas de intelectuais comprometidos com a comunidade onde desenvolviam suas atividades profissionais. Através da criação da Faculdade de Ciências Econômicas, era esperado desenvolver nos futuros alunos capacidades empreendedoras que, por essência, é uma das características do capitalismo. Como aborda Weber:

A questão as forças motivadoras da expansão do capitalismo moderno não é, em primeira instância, uma questão de origem das somas de capital disponíveis para uso capitalístico, mas, principalmente, do desenvolvimento do espírito do capitalismo. Onde ele aparece e é capaz de se desenvolver, ele produz seu próprio capital e seu suprimento monetário como meios para seus fins, e não o "inverso". (WEBER, 2001, p. 54).

Com base no que enuncia Weber, entende-se que para empreender não é necessário que se tenha capital disponível, mas que se esteja imbuído do espírito do capitalismo e, com isto, ser capaz de produzir o capital necessário para avançar economicamente. Assim, de posse de conhecimentos sobre a área econômica, os egressos do curso teriam capacidade para desenvolver o espírito da acumulação do capital, de progredir e fazer com que a cidade se desenvolvesse de forma a superar as dificuldades pelas quais vinha passando.

Nessa mesma linha de pensamento, Martes considera, a luz da teoria de Weber, que empreender dá

(a ideia de ação (mediada por interesses) é inerente ao conceito de empreendedor; 2) a ação do empreendedor é social na mesma perspectiva weberiana: porque leva em conta o(s) outro(s) ou seja, uma pluralidade de agentes determinados ou indeterminados (inclusive instituições) (MARTES, 2000, p. 269).

Portanto, também Martes pensa que no momento que se tenha a habilitação necessária, é despertada a ideia de ação, o que é fundamental para quem deseja crescer economicamente e, por conseguinte, fazer crescer quem está a sua volta.

Da mesma forma, Weber aponta algumas características da burguesia, principal representante dos empreendedores:

[...] compreendemos, sob a denominação de burguesia, no sentido estamental (status, conditio), aquelas camadas sociais que a burocracia, o proletariado e, enfim, os que estão fora dela, consideram como "gente de posição e cultura": empresários, rentistas e todas as pessoas possuidoras de uma formação acadêmica, um nível de vida mais elevado e um prestígio social (WEBER, 1980, p. 146).

Assim que, com base no acima transcrito, pode-se afirmar que empreender é a ação de inovar, ou seja, ter iniciativa para apresentar algo ainda não experimentado no campo da atividade econômica. Ainda, segundo o pensamento de Max Weber, o fato de ter formação acadêmica, passa a ideia de burguês, ou seja, pessoas com algum prestígio no meio em que vivem e que por inerentes as suas atividades correm o risco do empreendimento. Por outro lado, Santiago (2009) entende que empreender não é apenas inovar, mas, sobretudo, concretizar com práticas e ações.

Nota-se, portanto, que há diversas interpretações para o entendimento do que é empreender e muitas outras podem ser encontradas através de outros autores. Entretanto, apoia-se aqui em Max Weber pelo seu conceituado trabalho, que se considera ainda atual, e que trata de demonstrar o espírito do capitalismo, ou seja, a ação de inovar, inventar, criar algo de relevância que possa contribuir ao crescimento econômico.

Em relação ao município de Rio Grande, provocada pelo espírito empreendedor, no espaço temporal decorrido entre 1955 e 1969, a urbe rio-grandina sofreu o impacto do estabelecimento de novas instituições, com algumas alterações na paisagem citadina. De acordo com Pesavento (2007), foi retraçada a evolução desde o passado até o presente, arrolando dados, nomes e fatos, retrazendo sua transformação urbanística, deixando visíveis as mudanças sofridas na cidade.

A transformação ocorrida não se limitou apenas à paisagem urbana, com o aproveitamento de alguns prédios e construção de outros, mas pelo significado dos fatos acontecidos. As instituições, obviamente, existiram porque pessoas estavam a elas vinculadas, seus instituidores, seus diretores, quadro funcional, acadêmicos e demais envolvidos no funcionamento das entidades de ensino superior. E isto fez a diferença no cotidiano da cidade de Rio Grande, pois a cidade é também sociabilidade e, como diz Pesavento (2007), ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos.

No contexto da crise econômica vivenciada em Rio Grande, há constatações relacionadas ao ambiente acadêmico, como a notícia a seguir:

A qualquer hora que andemos pela “CIDADE CONDENADA”, vemos esquinas, portas de cinemas, de escolas e até de igrejas engalanadas por jovens, de ambos os sexos, ostentando bizarros chapéus confeccionados com capricho e extravagância, os quais indicam que seus portadores

curtam o primeiro ano de uma faculdade ou de escola superior (JORNAL RIO GRANDE, edição de 29.03.1960, p. 8).

Pelo visto, o fato de existirem acadêmicos em cursos na própria cidade, já era um fato positivo que transformava o “sensível” da cidade (Pesavento, 2007), pois os alunos dos cursos de ensino superior são novos atores que trazem mudanças à paisagem humana e ao cotidiano local. Sua presença contrastava com a “cidade condenada”, que vivia momentos de desaceleração econômica, com o fechamento de diversas unidades fabris.

É interessante que a imprensa jornalística já anunciava que a criação dos cursos superiores na cidade servia como uma compensação, um contraponto ao contexto de crise econômica. Isso sinalizaria para um futuro mais promissor:

Percebe-se que mesmo em um contexto de crise local, talvez como forma “compensatória”, foram criados cursos superiores. Através desses cursos pode-se dizer que a cidade reanimou, mesmo em um contexto negativo, pois o “espírito universitário” da mocidade que carregava o chapéu de “bicho” atestava um futuro promissor para o Rio Grande (JORNAL RIO GRANDE, edição de 20.12.1960).

É importante ressaltar que, para que essas iniciativas acontecessem, foi fundamental o espírito empreendedor das lideranças locais. Foram significativas as transformações provocadas no visual da cidade no que tange à parte real e ao imaginário, sua parte invisível. Essa cidade que foi transformada em um importante polo universitário do sul do Estado do Rio Grande do Sul.

1.4 Metodologia

1.4.1 Análise documental

Na busca dos objetivos pretendidos, conforme já afirmado, utilizou-se o acervo de documentos do Arquivo Geral da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, onde há enorme quantidade de material sobre a FCPE, desde os momentos iniciais até a incorporação pela Universidade. A importância da utilização desta de fonte está baseada no que Gil (2002) afirma sobre a pesquisa documental:

[...] enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos “de primeira mão”, que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos, etc., outros documentos

como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins, etc. De outro lado, há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc. (GIL, 2002, p. 46).

Conforme o que diz Gil (2002), reforça-se que os documentos analisados estão em acervos preservados pela Instituição Superior que incorporou a Faculdade objeto deste estudo. Foram utilizados documentos “de primeira mão”, como os que estão sob guarda da Universidade e do museu Núcleo de Memória Francisco Martins Bastos.

Também foi pesquisado o acervo do jornal periódico Rio Grande, o principal veículo de comunicação impressa da década de 1950 na cidade do Rio Grande, que forneceu importantes relatos sobre assuntos referentes à criação FCPE e aos problemas sociais e econômicos vivenciados na cidade. Para Gil, trabalhar os periódicos como fontes históricas:

[...] representam nos tempos atuais uma das mais importantes fontes bibliográficas. [...] no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2002, p. 45).

Ainda sobre a importância em termos de ter jornais como fonte, Luca esclarece sobre o assunto, dizendo que:

Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Neste contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. Percorrer o caminho que vai da desconsideração à centralidade dos periódicos na produção do saber histórico implica acompanhar, ainda que de forma bastante sucinta, a renovação dos temas, as problemáticas e os procedimentos metodológicos da disciplina. (LUCA, 2012, p. 112).

Na utilização dos jornais, buscaram-se informações sobre as publicações oficiais da instituição, bem como as matérias jornalísticas produzidas na época que abrange este estudo, além dos discursos que circulavam e representavam a importância dessa instituição para a comunidade rio-grandina.

Ainda problematizando o uso de impressos para a escrita da História, Luca (2012: 111) afirma que Reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa.

Para a autora, a importância da palavra impressa nos periódicos está

plenamente assente e seu uso generalizou-se a ponto de se tornar um dos traços distintivos da produção acadêmica.

Portanto, esta importante fonte para o trabalho da pesquisa foi aqui devidamente considerada e utilizada aproveitando-se todo o potencial que ela proporciona.

Na análise dos textos publicados nos jornais, foi dada especial atenção à hierarquização na apresentação da notícia, pois se sabe que a principal notícia é editada na parte alta da primeira página e o que é veiculado nas páginas indeterminadas, provavelmente não contenha a mesma importância da veiculada na capa do jornal. Então, na utilização e análise dessa fonte, é preciso levar em conta a disposição gráfica das notícias do jornal, em que medida elas são destacadas no impresso ou se estão subsumidas.

As edições do hoje extinto Jornal RIO GRANDE estão acondicionadas na Biblioteca Riograndense em volumes individualizados contendo as edições do trimestre de cada ano, o que facilitou a consulta com vistas ao atendimento dos objetivos que foram propostos.

No entanto, na utilização desta fonte, que se apresentou como de linha editorial independente, não foi possível, ao longo do trabalho de análise das edições pesquisadas, concluir se realmente era esse o pensamento dos seus editores.

Sabe-se que há importantes relatos sobre a criação de cursos superiores na cidade do Rio Grande, como nas dissertações de mestrado de Teixeira (2013) e Silveira (2012), trabalhos que serão aproveitados ao longo do desta pesquisa, uma vez que trazem valiosas informações sobre o tema pesquisado. Sobre a utilização de dissertações nos trabalhos de pesquisa, Gil (2002) avalia que fontes desta natureza podem ser muito importantes à pesquisa, pois muitas delas são constituídas por relatórios de investigações científicas originais ou acuradas revisões bibliográficas.

No momento em que Gil destaca a importância dos trabalhos já realizados na área, compreende-se que está fazendo alusão ao que alguns autores consideram o “estado da arte”. Nesse sentido, evidencia-se que pouco foi localizado com relação a aspectos históricos sobre FCPE ao longo do processo de buscas deste trabalho. Muitos trabalhos que tratam do ensino superior em Rio Grande tornaram-se fontes importantes, que bastante auxiliaram esta pesquisa.

A realização do trabalho inicial, classificado como pesquisa exploratória, com

base em Gil:

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições (GIL, 2002, p. 41).

Ainda segundo Gil, este trabalho pode ser classificado como bibliográfico e documental, pois apresenta as seguintes características que são, com base no delineamento que expressa, em linhas gerais, o desenvolvimento da pesquisa de acordo com o procedimento adotado para a coleta de dados. Segundo esse autor, há dois grupos de delineamentos:

[...] aqueles que se valem das chamadas fontes de “papel” e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas. No primeiro grupo, estão a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. No segundo grupo, estão a pesquisa experimental, a pesquisa ex-post facto, o levantamento e o estudo de caso (GIL, 2012, p. 43).

Assim, foram utilizadas, como potenciais fontes, as dissertações de mestrado sobre a temática estudada. Barros (2005) destaca a importância da utilização de dissertações e teses nos trabalhos acadêmicos, afirmando que:

[...] outro setor de ponta em termos de conhecimento atualizado é constituído pelas dissertações e teses. Muitas delas não foram publicadas, ou então encontraram edição mais resumida depois de sua defesa, mas certamente todas poderão ser buscadas nas bibliotecas das suas universidades de origem. Estabelecer um diálogo com as teses que se desenvolveram em torno de temáticas afins com o trabalho que se pretende realizar é não apenas trazer novos elementos para o debate, mas potencializar a intertextualidade que se construída pelo pesquisador (BARROS, 2005, p.61).

Sabe-se que, além das buscas de trabalhos acadêmicos em bibliotecas, há a possibilidade de encontrar em sítios da internet muitos bancos de teses, dissertações e artigos acadêmicos. Como levantamento inicial, dentre os muitos trabalhos que desenvolveram temáticas afins, dialoga-se com Esther Buffa (1996) e Paolo Nosella (2000), que elaboraram estudos sobre a Escola de Engenharia de São Carlos e a Escola Normal de São Carlos.

Portanto, como já foi referido, para descortinar os aspectos da cultura escolar da FCPE, buscaram-se informações sobre as disciplinas que compunham a grade escolar, quem eram os professores e quais suas habilitações, assim como as práticas que permitiam a transmissão dos conhecimentos e a incorporação desses conhecimentos pelo conjunto discente.

1.4.2 História Oral

Para enriquecer o trabalho investigativo, além das fontes documentais escritas, fez-se uso, também, da História Oral na forma de entrevista, conforme preconiza Meihy (2007), que distingue fonte oral de História Oral:

Fonte oral é mais que história oral. Fonte oral é o registro de qualquer recurso que guarda vestígios de manifestações da oralidade humana. Entrevistas esporádicas feitas sem propósito explícito, gravações de músicas, absolutamente tudo que é gravado e preservado se constitui em documento oral. Entrevista, porém, é história oral em sentido estrito (MEIHY, 2007, p. 13).

Para evidenciar a importância da História Oral em trabalhos como este, é importante lembrar o que Portelli diz sobre o assunto:

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma (PORTELLI, 1997, p.15).

O uso da História Oral como metodologia encontra respaldo também em Ferreira e Amado (2006).

Por meio da utilização desta fonte de pesquisa, foi possível obter informações que complementaram os documentos escritos. Através das narrativas das memórias dos entrevistados, conheceram-se as peculiaridades sobre o que aconteceu durante o tempo em que os depoentes permaneceram ligados à instituição; como era o relacionamento entre os discentes, a convivência docente/discente e sobre acontecimentos que tenham marcado a vida do entrevistado no período em que esteve vinculado à Faculdade. Estes são exemplos do que se pretende buscar quando da utilização deste importante recurso no trabalho de pesquisa.

As entrevistas foram gravadas eletronicamente, com o propósito de tornar possível o registro das informações colhidas. O trabalho foi realizado com bastante atenção para interpretar o que nem sempre é expresso pela oralidade. Baseado no que diz Meihy:

Muito do que é verbalizado ou integrado à oralidade, como gesto, lágrima, riso, silêncios, pausas, interjeições ou mesmo as expressões faciais – que na maioria das vezes não têm registros verbais garantidos em gravações -, pode integrar os discursos que devem ser trabalhados para dar dimensão física ao que foi expresso em uma entrevista de história oral. A consideração da entrevista além do que é registrado em palavras é um dos desafios da história oral (MEIHY, 2007, p. 14).

Por ocasião das entrevistas, foi necessário manter a atenção em todos os detalhes que se apresentaram neste importante momento do trabalho, visto que, conforme Meihy (2007), é possível perceber coisas além das palavras proferidas, como o que se pode traduzir dos gestos e até mesmo do silêncio em determinados instantes.

Quando se refere à História Oral, pretende-se tratar das coisas do passado, ou seja, fazer um exercício com a memória e, ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, segundo Portelli (1997), o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoal. Quando, certa vez, foi solicitado a Portelli (1997) que ensinasse a fazer entrevistas, ele disse que tudo o que poderia ensinar seria “agir com respeito”, ou seja, trata-se de uma questão ética.

Ainda quanto aos aportes metodológicos para o presente estudo, com base em Fischer e Weiduschadt (2009), há que se ter “principalmente, o compromisso em lidar com as fontes, aproximando-se o mais possível de uma verdade sobre a temática investigada”. Entende-se que essa aproximação consiste em fazer com que a entrevista aconteça, quebrado todos os entraves iniciais, em clima de confiabilidade e respeito mútuo, de forma a obter informações valiosas para desenvolvimento da pesquisa. Para essas autoras, a utilização da memória tem a ver com o tempo vivido, sendo que os sujeitos que participaram de um processo educativo inventam e reinventam as suas recordações. E, a partir dessa invenção e reinvenção, deve haver total atenção para aproveitar ao máximo o relato das experiências que serão transmitidas.

Neste trabalho, foram realizadas quatro entrevistas com ex-alunos da FCPE. A primeira com o mais antigo aluno encontrado – um dos primeiros matriculados; outra com um aluno que se matriculou após alguns anos da criação da Instituição; e outro que vivenciou o período de transição, quando da incorporação pela Fundação Universidade do Rio Grande – FURG. O estudo também conta com uma narrativa escrita de um ex-aluno, que foi enviada por meio eletrônico.

Na busca de pessoas a entrevistar, foram utilizados os registros constantes no livro de assentamentos dos discentes matriculados no período de abrangência desta pesquisa, deparando-se com alguns nomes que mais tarde foram destaques na comunidade rio-grandina. Dentre eles, encontram-se os nomes de Eurípedes Falcão Vieira, que chegou a ser reitor da Universidade do Rio Grande – FURG, Raimundo Porto Espírito Santo, que atuou em estabelecimento do mercado

financeiro e Henrique Canary, economista ainda em atividade nesta cidade. Também foi entrevistado o senhor Blasco Ibañez da Silva Torres, que foi professor de Economia no Curso de Economia da constituída Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

No decorrer da pesquisa, tentou-se localizar algum professor que tenha trabalhado na Faculdade àquela época para colaborar com informações, mesmo que orais, que permitissem favorecer a problematização dos fatos, quando da análise dos documentos encontrados. Como são decorridos mais de cinquenta anos das primeiras aulas ministradas, não foi possível localizar algum professor para contribuir com sua narrativa.

Em 09 de março passado, entrevistou-se (Anexo 1) o senhor Carlos Henrique Canary que, na oportunidade, externou diversos acontecimentos vividos quando estudante e que evidenciavam aspectos da cultura escolar da instituição. De antemão, destaca-se, com base nas informações obtidas com o senhor Canary, a Passeata dos Bichos, um acontecimento esperado por toda a comunidade ao início de cada ano letivo.

Posteriormente, ocorreu a entrevista com o senhor Raimundo Porto Espírito Santo, que cursou Economia nos primeiros anos da Faculdade e depois passou a trabalhar em empresa atuante no mercado financeiro em outras cidades. O senhor Raimundo também contribuiu com valiosas informações, inclusive citando alguns nomes que poderiam ter informações importantes sobre a existência da FCPE do Rio Grande.

Tinha-se a pretensão de entrevistar o professor Eurípedes Falcão Vieira, aluno das primeiras turmas do curso de Economia, que durante sua vida profissional, totalmente voltada para a educação, chegou a alcançar o posto de Reitor da Universidade Federal de Rio Grande. No entanto, por estar residindo na Capital do Estado e envolvido com a transferência para domicílio em outro Estado, a tentativa foi frustrada, mas por seu espírito colaborador, enviou eletronicamente narrativa com importantes dados relativos a sua atuação como acadêmico na instituição objeto desta pesquisa.

Por último, obteve-se contato com o professor aposentado Blasco Ibañez da Silva Torres, que concordou em nos receber e, entusiasticamente, falou da vida acadêmica na FCPE. Na oportunidade, ficou evidente sua destacada atuação na

Faculdade, envolvendo-se com intensidade na resolução de assuntos do interesse da instituição, principalmente na luta pelo seu reconhecimento.

Efetou-se a transcrição das informações obtidas de forma literal e, conforme Meihy (2007), para que o texto escrito seja valorizado, é interessante que seja autorizado pelo colaborador.

Com relação às fontes que serão consultadas, considera-se o que Fischer e Weiduschadt (2009, p. 67) dizem: o que deve fazer a diferença são os aportes metodológicos, e, principalmente, o compromisso em lidar com as fontes, em aproximar-se o mais possível de uma verdade sobre a temática investigada.

Ainda sobre fontes, na análise de Ragazzini:

São vestígios, testemunhos que respondem - como podem e por um número limitado de fatos - às perguntas que lhes são apresentadas. A fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. Por outro lado, a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação (RAGAZZINI, 2001 p. 14).

Como já referido, os documentos históricos, escritos e iconográficos, relativos à criação das primeiras instituições de ensino superior na cidade de Rio Grande encontram-se no Núcleo de Memória Eng.º Francisco Martins Bastos – NUME, órgão da Universidade Federal do Rio Grande, no qual foi encontrada significativa quantidade de material histórico.

Assim, com o auxílio da memória dos colaboradores dessa pesquisa, contemplam-se os dados obtidos através de fontes orais, que abrangem quase todo o período de existência referente aos aspectos da cultura escolar da FCPE.

2 O ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE

A realidade do município do Rio Grande, na segunda metade do século XX, revelava a carência total de escolas de nível superior. Propiciava-se, então, a evasão de significativo número de estudantes, que se dirigiam a outros centros em busca de continuidade para seus estudos. Essa força jovem, concluídos os cursos, por vezes retornava a sua cidade de origem para participar do processo histórico, cultural e socioeconômico da cidade. A consciência de tal realidade, aliada ao propósito de modificá-la, resultou em um movimento cultural cuja finalidade precípua era a criação de uma Escola de Engenharia, justificada pela existência de um parque industrial que demandava elevado número de profissionais na área. A referida escola deveria ter uma entidade mantenedora, segundo os moldes exigidos pelo Ministério da Educação e Cultura, através de uma Fundação de Ensino Superior. Para cumprir essa exigência foi instituída no dia 8 de julho de 1953 a Fundação Cidade do Rio Grande (Catálogo Geral FURG, 2013).

A partir de estudos realizados junto ao Arquivo Geral da Universidade Federal de Rio Grande - FURG e ao Núcleo de Memória Francisco Martins Bastos – NUME, apresenta-se a seguir a contextualização do objeto do estudo e informações sobre o ensino superior em Rio Grande.

2.1 A Transformação Do Cenário Urbano

Inicialmente, é preciso contextualizar os aspectos que dizem respeito à Faculdade, ao município de Rio Grande e à transformação do cenário urbano.

Rio Grande era o nome genérico, segundo o IBGE³, dado às águas que correm desde o estuário do Rio Guaíba até o Oceano Atlântico, através da Lagoa dos Patos. Com as lutas entre espanhóis e portugueses pela posse das terras, em 1737, o local foi escolhido para construção do Forte Jesus-Maria-José, tendo sido

3 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431560>>. Acesso em: 24.04.2014.

promovida a vinda de índios catequizados e famílias do Rio de Janeiro e de Laguna. Formou-se, assim, a povoação de Rio Grande de São Pedro. Cessadas as lutas, entre portugueses e espanhóis, várias medidas foram tomadas para o reerguimento da antiga Vila que, mais tarde, foi escolhida para a Sede Municipal.

Ainda, segundo o IBGE, o distrito foi criado com a denominação de Rio Grande por Provisão de 06.08.1736 e elevado à categoria de vila com a mesma denominação em 17.07.1751 e, com sede na antiga povoação, passou à condição de capital no ano de 1745. Após ser extinta em 1763, retornou à categoria de vila por Alvará de 27.04.1809 e Provisão de 06.10.1809. Foi elevada à condição de cidade com a denominação de Rio Grande, pela Lei Provincial nº 5, de 27.06.1835.

Situado na porção meridional da planície costeira, atualmente é um município urbano industrial, possuindo uma área de 2.814 quilômetros quadrados. Pelo censo demográfico de 2010 a população era de 197.228 habitantes (IBGE, 2012).

Rio Grande, desde os anos finais do século XIX, viveu a expansão de seu parque fabril e sempre esteve entre as três mais industrializadas cidades do Estado. No entanto, após o período de beligerância da Segunda Guerra Mundial, a cidade começou a viver um período de desaceleração econômica, como enfoca Martins (2008):

Em âmbito nacional, devido à competição desvantajosa com São Paulo, pois os produtos rio-grandinos teriam que percorrer grande distância; em âmbito internacional, graças a influência das grandes guerras, que trouxe uma euforia na expansão produtiva da cidade, voltada para esse mercado, e uma queda acentuada após o período beligerante (MARTINS, 2008,p. 28).

Em função da posição geográfica, instalou-se um complexo portuário⁴ industrial, com destaque para o polo pesqueiro, o de fertilizantes e, recentemente o polo naval (Catálogo Geral FURG, 2013).

Nas décadas de 1950 e 1960, ainda segundo Martins (2008, p. 28), houve o fechamento de boa parte do parque produtivo, ocasionando o desemprego de milhares de operários.

Em meio às dificuldades econômicas pelas quais passava o município, as

4 O início da construção do Porto Velho do Rio Grande data de 1869 e sua inauguração aconteceu em 11 de outubro de 1872. Em 2 de junho de 1910, começou a implantação do Porto Novo, que entrou em operação em 15 de novembro de 1915, com a entrega ao tráfego dos primeiros 500m de cais. Compreendem três áreas distintas de atendimento à navegação, denominadas: Porto Velho, Porto Novo, Superporto e uma área de expansão portuária localizada na margem esquerda do canal do norte denominada de São José do Norte. Disponível em:

<<http://www.antaq.gov.br/portal/pdf/Portos/2012/riogrande.pdf>>. Acesso em 26.01.2016.

lideranças locais buscaram a criação de cursos superiores em Rio Grande. Cumprida a exigência legal de instituir a entidade mantenedora, conseguiram criar a Escola de Engenharia, que resultou de um ato de empreendedorismo (WEBER, 2001, p. 54), de forças motivadoras da expansão no desenvolvimento do espírito do capitalismo. Empreendidas à consecução dos seus objetivos, essas pessoas estavam imbuídas do espírito do capitalismo. Como não dispunha de recursos suficientes para implantação da instituição de ensino superior e sem o aporte de capital governamental, foi um empreendimento típico da iniciativa privada, caracterizando o modelo econômico capitalístico, ou seja, um empreendimento nascido pela livre iniciativa dos cidadãos interessados. Segundo Weber (2001, p. 54), estar envolvido pelo espírito do capitalismo não significa possuir capital para empreender, mas tomar a iniciativa para criar, desenvolvendo o espírito do capitalismo, pois onde ele aparece e é capaz de se desenvolver, ele produz seu próprio capital e seu suprimento monetário como meios para seus fins. Com o nascimento da Escola de Engenharia Industrial surgiram as primeiras transformações na planta urbana da cidade. Para evidenciar essas transformações, e outras que se seguiram à implantação de outros cursos superiores, mostra-se a seguir a planta da área urbana da cidade com os assinalamentos das primeiras alterações no visual citadino, provocados pela chegada das instituições de ensino superior.

Industrial recebeu o aporte financeiro que permitiu grandes investimentos em obras de infraestrutura, modificando a paisagem da área onde, até então, existia a Ipiranga S.A. Companhia Brasileira de Petróleo.

Em relação às alterações na planta urbana da cidade e de acordo com Pesavento (2007), é preciso destacar a evolução que se pode observar com a aplicação desses recursos. Nos quadriláteros onde hoje estão as instalações do Instituto Federal de Educação – Campus de Rio Grande foram construídos modernos prédios que abrigaram a EEI até sua absorção pela FURG e depois transferidos para o Campus Carreiros. A transferência do curso de Engenharia Mecânica, por exemplo, somente concluiu o processo de remoção para as novas instalações no ano de 2013. No perímetro compreendido pelas ruas Engenheiro Alfredo Huck, Almirante Barros, Dr. Mario Werneck e Álvaro Costa e Val Porto aconteceram as primeiras grandes transformações no visível da cidade, com a construção de prédios modernos para sediar as instalações da EEI e de outras unidades acadêmicas que ali também tiveram suas sedes. Assim, com base no que diz Pesavento (2007) foram retraçadas a evolução no visual da paisagem urbana com a criação dos primeiros cursos superiores em Rio Grande.

No entanto, a transformação ocorrida não se limitou apenas à paisagem urbana, com o aproveitamento de alguns prédios, construção de outros, mas também há que se destacar as representações que estes fatos sugerem. As instituições, obviamente, existiram porque pessoas estavam a elas vinculadas, seus instituidores, seus diretores, quadro funcional, acadêmicos e demais envolvidos no funcionamento das faculdades. E isto fez a diferença no cotidiano da cidade do Rio Grande, pois a cidade é também sociabilidade e, de acordo com Pesavento (2007), ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Para que isto acontecesse, novamente buscou-se em Martins (2008) a ideia de ação que é inerente ao conceito de empreendedor e das ações desenvolvidas pelas lideranças locais, que propiciaram as transformações tanto no visível quanto no invisível da cidade. Complementando, lideranças para Weber (1980, p. 146) são as pessoas consideradas – burguesas - no sentido estamental, gente de posição e cultura, isto, obviamente, pelos que nela não estão incluídos.

Os discentes da Escola de Engenharia Industrial passaram a constituir espaços de sociabilidade em eventos por eles mesmos produzidos. Em 20 de

dezembro de 1960 o Jornal RIO GRANDE anunciava que a solenidade de formatura fora uma das maiores festas sociais da cidade. Aqui encontram-se aspectos da cultura escolar que, segundo Julia (1995), não são apenas aprendizagem de saberes, mas comportamentos e práticas vivenciadas durante o convívio na comunidade acadêmica. Pelas notícias publicadas à época do recorte temporal estudado, os discentes souberam espargir sobre a sociedade, uma nova forma de cultura transmitida à coletividade rio-grandina, que envolvia a celebração e o conagração nas conquistas acadêmicas e culturais. Com base no que diz Viñao Frago (1995), cultura escolar é o conjunto de aspectos institucionalizados, incluindo, entre outros, as práticas e as condutas. O que se vê aqui são práticas que começaram a se fazer presentes em Rio Grande, como a passeata dos “bichos”, eventos artísticos musicais, as solenidades de formaturas e os bailes promovidos pelos estudantes.

Destaca-se aqui que, anualmente, havia um grande acontecimento na cidade e que envolvia os universitários, a passeata dos bichos. Na entrevista realizada com ex-aluno, ele ressaltou a importância do evento, que consistia em uma caminhada pela cidade, ornamentados com adereços característicos da vida estudantil. Abaixo, segue trecho do que disse o entrevistado Carlos Henrique Canary sobre a Passeata dos Bichos:

Só os aprovados pela polícia. Ah, naquela passeata dava de tudo, o pessoal às vezes se passava. A gente não tinha espírito para enfrentar aquilo de cara limpa. Ai tomava uma caipirinha antes, tomava um negócio, ah olha, no fim a gente perdia as coisas, eu mesmo na época eu sai, me disseram que eu tinha que sair vestido de intelectual, ai me arrumaram lá um troço, tipo um quimono, essas vestimentas japonesas, e ai me arrumaram um negócio quadrado para botar na cabeça, me arrumaram um esquadro desse tamanho e um livro maior ainda e daí que eu tinha que andar com aquele troço, só que depois foi tanta bagunça naquela passeata que eu me perdi – como é que se diz - do esquadro, o esquadro era dum senhor que morava ao lado da nossa casa. O senhor era alfaiate. E era ai rapaz, tinha que devolver e eu não sabia aonde estava aquilo e ai o português me perguntava, bah, e eu vou pegar, vou pegar, até que um belo dia alguém disse tem um esquadro lá na minha casa e eu não sei de quem é.... risos pois é tem umas coisas assim meio malucas, mas era bom (informação verbal⁵).

Portanto, os cursos superiores existentes àquela época realmente faziam fervilhar a vida social na comunidade e isto movimentava o imaginário da cidade, que para Pesavento (2007), também é sociabilidade, comportando atores, relações

⁵ Dado obtido por entrevista fornecida por Carlos Henrique Canary, Rio Grande, em 09.03.2015.

sociais, grupos e ritos.

A seguir, será apresentada a contextualização da cidade do Rio Grande no cenário estadual e nacional, indicando alguns índices expressivos das atividades locais.

2.2 A Fundação Cidade Do Rio Grande e as Primeiras Faculdades

A gênese do ensino superior no Brasil aconteceu a partir da vinda da família real para o Brasil, quando Dom João VI criou cátedras isoladas de ensino superior de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro em 1808 e de Engenharia, vinculadas à Academia Militar, no Rio de Janeiro, em 1810. Durante o império (1822-1899), o ensino superior ganhou densidade, conforme Cunha (2000), e a aglutinação das cátedras viraram academias, sendo que nenhuma instituição com *status* de universidade existiu no território brasileiro, tanto no período colonial quanto no imperial⁶. No Rio Grande do Sul, a Escola de Engenharia de Porto Alegre, com base em Cunha (2000), criada em 1896, com o mecenato de uma baronesa que permitiu a contratação de 50 professores, principalmente alemães, teve como referência uma Technische Hochschule⁷, que em 1932 passou a chamar-se de Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, adquirindo o *status* universitário em 1934.

Conforme já afirmado anteriormente, a realidade do município do Rio Grande, na segunda metade do século XX, revelava a carência total de escolas de nível superior. A consciência de tal realidade, aliada ao propósito de modificá-la, resultou em um movimento cultural cuja finalidade precípua era a criação de uma Escola de Engenharia, justificada pela existência de um parque industrial que demandava

6 Cunha (2000) é revelado que o primeiro estabelecimento de ensino superior no território brasileiro foi fundado pelos jesuítas na Bahia, no ano de 1550. O curso de Artes, também chamado de Ciências Naturais ou Filosofia, tinha a duração de três anos e compreendia o ensino de Lógica, Física, Matemática, Ética e Metafísica. O curso de Teologia tinha duração de quatro anos e conferia o grau de doutor. No século XVIII, o Colégio da Bahia desenvolveu estudos de Matemática criando uma faculdade para seu ensino. Posteriormente, Portugal proibiu a criação de universidades na colônia, na tentativa de impedir movimentos pró-independência. Ainda segundo Cunha, o potencial revolucionário do Iluminismo fez-se sentir em vários pontos da América, a partir principalmente da Coroa espanhola, que no século XVI contava com oito universidades famosas na Europa, enquanto que Portugal possuía apenas a de Coimbra. Os espanhóis com mais recursos transferiam docentes para suas colônias, sem prejudicar o ensino em suas universidades, enquanto que Portugal, se fizesse o mesmo, comprometeria a instituição metropolitana.

7 Escola Técnica. Disponível em: <<http://tradutor.babylon.com/alemao/portugues/>>. Acesso em: 07.10.2015.

elevado número de profissionais na área. Como a referida escola, segundo exigência do Ministério da Educação e Cultura, deveria ter uma entidade mantenedora, através de uma Fundação de Ensino Superior, foi instituída a Fundação Cidade do Rio Grande. A Fundação teve como instituidor o engenheiro Francisco Martins Bastos, executivo da Refinaria de Petróleo Ipiranga S. A., que exerceu a presidência da Fundação desde sua instituição até o ano de seu falecimento, em 1987 (TEIXEIRA, 2013). A FCRG serviu como entidade mantenedora da Escola de Engenharia e serviu de suporte para outras instituições que posteriormente se instalaram na comunidade rio-grandina, a FCPE e a Faculdade de Medicina, e que resultaram na criação da FURG no ano de 1969.

Segundo Magalhães (1997), a efetivação da ideia de criação de uma instituição de ensino superior em Rio Grande teve início no ano de 1951. Habitualmente, se reuniam no tradicional Café Santos profissionais engenheiros, químicos e de outras áreas de atividade de nível superior. Nessas reuniões, em suas conversas, foi articulada essa ideia e sob a liderança do engenheiro Cícero Marques Vassão⁸ iniciou-se o Movimento Cultural de Rio Grande para fundar uma faculdade de engenharia. Ainda com base em Magalhães, o Engenheiro Cícero e outros profissionais da área da engenharia buscaram o apoio do Engenheiro Francisco Martins Bastos⁹ para as providências necessárias à instalação da faculdade pretendida. Como já foi afirmado, a exigência primeira foi a criação de uma entidade mantenedora da EEI.

Almeida (2004) afirma que para a escolha do primeiro diretor da EEI, o presidente da FCRG buscou entre os nomes de uma lista tríplice o do professor Cícero Marques Vassão. Para funcionar, era necessário o espaço físico adequado, que cumprisse as exigências necessárias, com salas de aula, espaço para reuniões e para a direção, secretaria e administração. Foi assinado um contrato de comodato entre a FCRG e a Biblioteca Riograndense para cedência de parte de suas instalações para funcionamento da Escola de Engenharia, que ali permaneceu de 1954 a 1960. Nesse sentido, havia forte apelo da elite local, pois sendo uma instituição de direito privado, em época de dificuldades econômicas no município, conseguiram alavancar recursos suficientes para a construção do prédio situado na

8 Engenheiro, diretor do Departamento Nacional de Portos Rios e Canais.

9 Engenheiro, Executivo da Refinaria Ipiranga, tornou-se presidente da Fundação Cidade do Rio Grande.

rua Alfredo Huck, que recebeu a EEI e, por muito tempo, outros cursos da FURG. Hoje, o prédio referido abriga parte das instalações do Instituto Federal de Educação – Campus Rio Grande (TEIXEIRA, 2013).

Assim começou a unidade acadêmica que foi a gênese do ensino superior em Rio Grande e que serviu de inspiração à criação de outros cursos, para atender à demanda da comunidade e para integrar o conjunto de instituições que resultaram na criação da FURG no ano de 1969 (TEIXEIRA, 2013).

A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas foi criada através da Lei Municipal nº 875, de 22 de julho de 1956 (Anexo 1) e através do Decreto nº 43.563, de 24 de abril de 1958, o Governo Federal autorizou o seu funcionamento. Sua criação recebeu o imprescindível apoio da Fundação Cidade de Rio Grande que, conforme abordado anteriormente, estava sob a presidência do executivo da Ipiranga S. A. Companhia Brasileira de Petróleo, o engenheiro Francisco Martins Bastos, e também da Prefeitura Municipal de Rio Grande, que por último foi quem realmente impulsionou o movimento de instalação deste importante órgão acadêmico.

Em 10 de outubro de 1953, acadêmicos da Faculdade de Direito de Pelotas residentes em Rio Grande criaram o Centro de Estudos Jurídicos de Rio Grande. Conforme seus estatutos, entre outras finalidades, visava a criação e manutenção de ambiente propício às consecuições de suas aspirações. Para atingir seus objetivos, buscaram cooperação com entidades públicas e particulares, como a Faculdade de Direito de Pelotas, a Universidade do Rio Grande do Sul, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Grêmio Acadêmico Jurídico “Ferreira Vianna” e o Centro de Palestras “Clóvis Bevilaqua” (NUNES, p. 50).

Em 04 de outubro de 1959, Dom Antônio Zattera, bispo de Pelotas, cria por Decreto Episcopal a Faculdade de Direito de Rio Grande. Tal fato levou em conta as vantagens provenientes de uma Escola Superior para a formação de líderes, que guiassem e orientassem as massas populares. Há que se destacar as condições culturais da cidade como centro industrial e importante porto marítimo (NUNES, 2004). A Faculdade de Direito funcionou inicialmente em dependências do Colégio São Francisco, sob a direção do professor Odenath Pereira Ferreira. Por se tratar de uma faculdade de origem confessional, cabe aqui fazer algumas considerações sobre as instituições vinculadas à Religião Católica e ao laicismo. Segundo Amaral (2003), com o advento da república houve a separação do Estado da Igreja Católica.

Até então, havia forte elo entre o governo e a Igreja Católica, que tinha seus clérigos pagos pelo governo, vivendo sob a tutela do Estado brasileiro. O movimento laico, conforme Amaral (2003), já vinha se desenvolvendo bem antes do século XX e propunha formas de pensar a realidade não sujeitas a controle doutrinário. Para combater a laicização, a Igreja Católica utilizou-se da educação escolarizada para, entre outras determinações, obrigar os fiéis a frequentarem as escolas católicas, reforçando os preceitos do catolicismo e aumentando o controle doutrinário da Igreja.

Amaral (2003) ainda afirma que para reverter a situação de decadência, a Igreja Católica fortalece ordens religiosas. Muitas congregações entram no Brasil e fundam colégios. Havendo maior controle das atividades clericais, promovem a expansão e descentralizam dioceses, acabando por recuperar o espaço que haviam perdido. No campo educacional, Amaral (2003) destaca que, a partir da década de 1920, havia disputa entre os defensores do catolicismo com ideias apregoadas pelo Centro Dom Vital e os defensores do laicismo agregados à Associação Brasileira de Educação - ABE.

Em 1932, a ABE divulgou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que exigia a reconstrução da educação nacional, tendo por base ideias de laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação. Este projeto foi levado à Assembleia Constituinte e os católicos, por sua vez, passaram a defender, junto a essa Constituinte, a liberdade do ensino privado e a implantação do ensino religioso nas escolas. Os interesses privatistas eram fervorosamente defendidos pela Igreja Católica, opondo-se à ideia de monopólio do Estado na Educação. No entanto, através da Lei nº 4024/61, foi garantida a igualdade de tratamento pelo Poder Público para os estabelecimentos oficiais e particulares (AMARAL, 2003).

Cury (1992) destaca a existência de novos “pioneiros”, dispostos a se organizarem menos em torno de recursos públicos e mais a vender ao público “atrasado” o “passaporte” da modernidade. Segundo esse autor, para os pioneiros, o grande desafio é não terem desistido de ver no Estado um instrumento de democratização educacional.

No sul do Estado gaúcho, em meados do século XX, as instituições de ensino superior oficiais eram em número pequeno (Faculdades de Agronomia, Direito e Odontologia, em Pelotas) e a iniciativa privada, notadamente aquelas vinculadas à Igreja Católica, ocuparam este espaço e no caso específico de Rio Grande, deu

valiosa colaboração para tornar este importante município possuidor de instituições de ensino superior. No ano do centenário de nascimento de Clóvis Beviláqua¹⁰, foi criada a Faculdade de Direito em Rio Grande, mantida financeiramente pela Mitra Diocesana de Pelotas e autorizada a funcionar pelo Decreto nº 47.738, em 02 de fevereiro de 1960. Recebeu o nome de Faculdade de Direito Clóvis Beviláqua, reconhecida pelo Decreto nº 56.461 de 14 de junho de 1965 (CATÁLOGO FURG 2013).

Muitos são os vínculos que unem Rio Grande e Pelotas, cidades que com singularidades proporcionam uma aproximação econômica e sociocultural. Muitos universitários de Rio Grande faziam seus cursos nas instituições de ensino superior na vizinha cidade de Pelotas. Essa demanda favoreceu o surgimento de novos cursos superiores em Rio Grande, haja vista o grande número de candidatos que aspiravam a outros cursos de nível superior. Segundo Alves (2004), com o Decreto emitido pelo Gabinete Episcopal de Pelotas, o bispo Dom Antônio Zattera criou a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, considerando as condições de cultura, população e situação especial da cidade como centro industrial e importante porto marítimo. Dom Antônio Zattera encaminhou correspondência ao Ministério da Educação solicitando autorização para o funcionamento e garantindo que a Mitra Diocesana de Pelotas seria a entidade mantenedora, tal como já era das faculdades de Filosofia e Ciências Econômicas de Pelotas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé e a Faculdade de Direito do Rio Grande.

Inicialmente, a faculdade funcionou no prédio da Escola Normal Santa Joana D' Arc utilizando-se da estrutura bibliográfica dos acervos da citada escola e também da Biblioteca Rio-Grandense. A Faculdade de Filosofia, até sua incorporação pela FURG, oferecia graduação em Pedagogia, Filosofia, Letras, Matemática, Estudos Sociais e Ciências (Alves, 2004). A Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande foi reconhecida através do Decreto nº 61.617, de 03 de novembro de 1967 (CATÁLOGO GERAL FURG 2013).

Segundo Silveira (2013), a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande foi a primeira instituição de ensino superior voltada à formação docente na cidade, fruto

10 Clóvis Beviláqua, jurista, magistrado, jornalista, professor, historiador e crítico, nasceu em Viçosa, CE, em 4 de outubro de 1859 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 26 de julho de 1944. Fonte: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=414&sid=179>>. Acesso em: 11.06.2015.

das reivindicações de estudantes rio-grandinos e apoiada por “pessoas de reconhecido e notório saber”, ou seja, intelectuais da cidade, que contribuíram para que a Mitra Diocesana de Pelotas investisse em tal criação. A partir da criação dessa Faculdade, muitos daqueles que não tinham como se deslocar até outras cidades, puderam cursar em Rio Grande a graduação pretendida.

No seu trabalho, Silveira (2013) destaca o poder de influência do bispo Dom Antônio Zattera¹¹ na constituição dos cursos de Filosofia e de Pedagogia em Rio Grande, além de articular a criação de mais uma Faculdade em Rio Grande, sendo a Mitra o órgão financiador, dentre outras ações. Incontestável também foi a força do rio-grandino Hugo Dantas Silveira¹², que embora não simpatizasse com a ideia de uma instituição particular, esteve à frente da Faculdade Católica de Filosofia nos anos cruciais do seu funcionamento e foi reconhecido por sua competência profissional.

Portanto, na década de 1950, Rio Grande, uma das principais cidades do estado, lutava pela criação de cursos superiores no município e o curso de medicina também era um anseio da comunidade. No final do decênio, um grupo de jovens frequentava o bloco cirúrgico e as enfermarias da Santa Casa do Rio Grande, porque pretendiam ser médicos. Como afirma Meirelles (2004), foi nas areias da praia do Cassino que o conhecido Dr. Tola, em conversa com médicos e professores de Medicina do Rio de Janeiro, começou a cultivar a ideia que aos poucos

11 Dom Antônio assumiu em 1942 o governo da diocese de Pelotas, que abrangia também as cidades de Rio Grande e Bagé. Até então, nenhuma escola superior existia fora da capital para formação de professores do ensino secundário (atual ensino médio). Após dois anos de contínuas viagens ao Rio de Janeiro, o bispo conseguiu, em 1953, a primeira Faculdade de Filosofia no interior do Estado. Idênticas faculdades fundou Dom Antônio nas cidades de Bagé e de Rio Grande, respectivamente em 1958 e 1961. Em 1960, foi autorizada a funcionar a Faculdade de Direito "Clóvis Bevilacqua" em Rio Grande. Em Pelotas, com a Faculdade de Ciências Econômicas, fundada em 1937, pelo Irmão Fernando, lassalista, incorporada à Mitra Diocesana em 1955, e o curso de Jornalismo, criado em 1958 e transformado em Faculdade de Comunicação Social, em 1960, já havia o número necessário de unidades para a criação de uma universidade. Criada em 7 de outubro de 1960 pelo Decreto nº 49.088, assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, a Universidade Católica Sul-Rio-Grandense de Pelotas (posteriormente denominada Universidade Católica de Pelotas, com o desmembramento das faculdades de Rio Grande e Bagé) foi instalada oficialmente em sessão solene no Teatro Guarany, em 22 de outubro de mesmo ano, presidida pelo núncio apostólico Dom Armando Lombardi, com a presença de altas autoridades do município, do estado e do país. Fonte: <http://www.ucpel.edu.br/portal/?secao=hist_zattera>. Acesso em 08.10.2015.

12 Primeiro diretor da Faculdade de Filosofia, nomeado pela Mitra Diocesana, foi o advogado Hugo Dantas Silveira, renomado intelectual rio-grandino e com grande participação na vida social da cidade. Fonte: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/.../625.doc>. Acesso em 08.10.2015.

germinava: uma faculdade de medicina em Rio Grande.

Com o apoio da Sociedade de Medicina do Rio Grande (SOMERIG), fundada em 19 de julho de 1950, foi realizada no dia 1º de fevereiro de 1963 reunião para a criação da Escola de Medicina. Pelos presentes, esta foi a data de sua fundação. No entanto, foi somente em 11 de março de 1966 que o Conselho Federal de Educação autorizou o funcionamento, através do Parecer nº 170, doc. 04 (MEIRELLES, 2004).

No primeiro ano do funcionamento, as aulas do curso de Medicina coincidiram com a inauguração do prédio do Hospital de Ensino, nos fundos da Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande – ACSCRG. A Fundação Cidade do Rio Grande deu fundamental apoio a este curso superior, principalmente pela liderança do Eng. Francisco Martins Bastos.

Em época em que a filosofia educacional do país admitia, a título precário, o funcionamento de escolas isoladas no sistema de ensino superior e a Reforma Universitária preconizava a aglutinação de unidades independentes menores em complexos estruturais maiores, organizadas em função de objetivos comuns, foi assinado o Decreto-Lei nº 774, autorizando o funcionamento da Universidade do Rio Grande – FURG, em 20 de agosto de 1969 (CATÁLOGO GERAL FURG 2013).

A autorização de funcionamento nasceu sob a égide das Leis 5.540 e 5.539 de 1968, que propiciava a criação da instituição universitária no País, pois existiam faculdades isoladas ou ligadas por laços mais simbólicos do que acadêmicos (CUNHA, 2000).

No caso em tela, a Universidade, como reunião de instituições isoladas, para atender aos interesses governamentais, deveria ter os seus *campi* em área suburbana. Como aponta Cunha:

[...] vantagens do *campus* suburbano resultaram não só do fato de que esse era o modelo – **teacher's college** - que eles conheciam e valorizavam em seu país, como, também, de que o consideravam adequado para eliminar ou atenuar o que julgavam ser a excessiva politização dos estudantes das universidades brasileiras. Esse modelo foi reconhecido como adequado e logo apoiado pelas fontes de financiamento internacional (com hegemonia norte-americana), mas foi, sobretudo, a receptividade que tal concepção encontrou no Conselho Federal de Educação e nas reitorias das universidades que determinou seu sucesso (CUNHA, 2000, p. 182, grifo nosso).

A interpretação que se tem para a política de criação dos *campi* em áreas suburbanas deve-se ao fato de que na década de 1960, quando novas universidades federais foram instituídas, o país vivia o auge do período ditatorial

militar e como os governantes julgavam ser excessiva a politização do estudante universitário, seria conveniente mantê-los afastados das áreas centrais das cidades, fazendo-os permanecer em áreas restritas as suas atividades acadêmicas. Além disso, como era uma recomendação dos organismos internacionais de financiamento, a ideia foi de pronto absorvida e aplicada às instituições de ensino superior – àquela época - recentemente criadas. Pode-se inferir, também, que a instalação de *campi* em área suburbana possivelmente fosse orçada em valores mais altos que se implantadas em áreas urbanas, sendo assim, era interesse dos agentes financeiros aumentar suas aplicações nos programas educacionais brasileiros, recomendando as construções em áreas afastadas dos centros urbanos (CUNHA, 2000).

A FURG também entrou nesta lógica de se instalar em área suburbana e, pelo que transpareceu na entrevista realizada com o ex-aluno Carlos Henrique Canary, àquela época já havia ação política dos estudantes.

Dessa forma, embora com alguma demora em relação a outros municípios do interior gaúcho, na segunda metade do século XX iniciou-se a implantação dos cursos superiores no município de Rio Grande. No decorrer do presente trabalho de pesquisa, ainda serão aprofundados aspectos relevantes sobre a história das instituições de ensino superior no Brasil e no Estado, para que se entenda o contexto em que se insere a Faculdade objeto deste trabalho.

3 A FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS

O presente capítulo trata sobre a constituição de aspectos da história da educação da FCPE, destacando o processo de criação, suas instalações, os atores – docentes, discentes e servidores - que participaram ativamente da vida da instituição e sua contribuição para a alteração do cotidiano local e a participação que tiveram no desenvolvimento rio-grandino.

Na busca pelas problematizações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa, foram localizados no Arquivo Geral da Universidade Federal de Rio Grande documentos que servem de testemunhos dos tempos passados e apoiados no que diz Belloto,

[...] os arquivos que são unidades de armazenamento, processamento e transferência de informação, podem por natureza, ser ao mesmo tempo testemunhos e agentes da concretização de todas as possibilidades da atividade acadêmica (BELLOTO, 1989, p. 16).

Os documentos foram encontrados em perfeito estado de conservação, convenientemente acondicionados de forma a possibilitar um trabalho de pesquisa rápido e em ambiente adequado, dirigido por equipe de profissionais arquivistas do quadro de servidores, que fazem um trabalho que atende aos objetivos preconizados por Belloto, que discorre assim sobre o assunto:

No sentido geral os arquivos finais têm múltipla razão de ser para as entidades que os produzem/acumulam/organizam/utilizam: uma delas é o incremento à eficiência administrativa devido a melhor eficácia do sistema informativo; outra é de ordem cultural integrante do patrimônio documental local e nacional; a terceira razão relaciona-se aos interesses do cidadão (BELLOTO, 1989, p. 24).

Os arquivos para consultas foram utilizados buscando conhecer os documentos produzidos na época do funcionamento da instituição. Nas visitas efetuadas, constatou-se que os documentos estão arquivados conforme recomendação legal e, dessa forma, permitem obter informações com muita facilidade, portanto, demonstrando a eficiência administrava no trabalho com a guarda do acervo, tanto na Universidade quanto no NUME.

Foram selecionados e analisados alguns documentos relativos aos momentos iniciais da vida da personalidade jurídica do segundo – mais antigo - curso superior instituído na cidade do Rio Grande e encontrados diversos livros de registros das atividades da referida entidade de ensino superior.

Entende-se que é de suma importância o trabalho de pesquisas sobre a história da educação brasileira, por este motivo, discorre-se sobre os acontecimentos relatados nos documentos nos momentos que antecederam o surgimento dessa Unidade Acadêmica que foi, seguramente, um importante marco no desenvolvimento do ensino superior na cidade do Rio Grande, sempre tendo em vista que estes documentos guardam partes do passado. Nesta perspectiva, não é possível apreender toda a realidade acontecida, mas através dos indícios salvaguardados nos arquivos é que se pretende problematizar os diferentes aspectos da FCPE. Para tanto, é necessário contextualizar no tempo-espaço a instituição em estudo, ou seja, discutir o contexto do período e do local.

Como já abordado, desde meados do século XX, o município de Rio Grande começou a viver período de grande retração econômica com a falência de tradicionais empresas que eram o sustentáculo da economia local. Conforme diz Silveira:

As décadas de 1950 e 1960 são emblemáticas do ponto de vista econômico e concomitantemente espacial para a cidade do Rio Grande, pois ocorre decadência fabril e ao mesmo tempo forte expansão urbana através de vários loteamentos e a criação de entidades de ensino superior (SILVEIRA, 2012, p. 72).

Após a criação do curso de Engenharia Industrial, que tinha como objetivo formar pessoal com elevado conhecimento técnico para suprir as necessidades da atividade industrial, os discursos giram em torno do surgimento da FCPE.

A FCPE tinha como missão formar cidadãos com conhecimento do pensamento econômico para fomentar a criação de novos empreendimentos e até mesmo alavancar o crescimento das unidades econômicas já estabelecidas. Com objetivos aludidos tão importantes, a criação da FCPE recebeu o imprescindível apoio da Fundação Cidade de Rio Grande e também da Prefeitura Municipal de Rio Grande que, por último, foi quem realmente impulsionou o movimento de instalação deste importante órgão acadêmico. Assim, corrobora-se com o que já vinha sendo discutido nos capítulos anteriores e destaca-se o papel do município na criação desse estabelecimento.

3.1 O Processo De Criação

Nos últimos anos da década de 40 do século passado, os economistas da cidade de Rio Grande reuniam-se periodicamente para tratar assuntos da área

econômica, conforme cartas convite encontradas entre os documentos da FCPE existentes no Arquivo Geral da FURG. Em muitas oportunidades, eram convidados professores, principalmente do curso de Economia existente em Pelotas, para palestrar durante esses eventos, evidenciando a capacidade de organização desses profissionais naquela época.

Com base no que diz Buffa e Nosella (2000, p. 71), para entender a natureza de uma instituição escolar é importante contar a história de sua criação e instalação, compreender o momento histórico em que esses fatos aconteceram. Isto é o que se apresenta a seguir, com suporte nos documentos encontrados no Arquivo Geral e Núcleo de Memória, além de autores que tratam do tema.

Conforme Martins (2008, p. 28), nas décadas de 1950 e 1960 houve o fechamento de grandes empresas instaladas em Rio Grande e, por consequência, houve significativo aumento do desemprego. Para tentar reverter a difícil situação econômica que vivia o município, uma das alternativas encontradas foi a criação de cursos superiores, pois não havia, até então, nenhuma instituição que oferecesse curso de graduação.

Para Osório Magalhães (1997, p. 17), as tratativas começaram de forma efetiva com as reuniões no tradicional Café Santos, onde profissionais com graduação de nível superior conversavam sobre a possibilidade de instalação de uma escola de engenharia. Sob a liderança de Cícero Marques Vassão, procuraram o eng. Francisco Martins Bastos¹³ para contribuir na luta por um curso de engenharia industrial. No rastro da criação da Escola de Engenharia Industrial, surgiram necessidades de ampliar a luta em busca de outras instituições de ensino superior.

Por exigência do Ministério da Educação, havia a necessidade de ser instituída uma entidade mantenedora da instituição de ensino superior e isto já existia – Fundação Cidade do Rio Grande -, no entanto, segundo Caetano e Weiduschadt (2014), quem realmente impulsionou a instalação da FCPE foi a Prefeitura Municipal de Rio Grande, mas o que realmente vingou foi o curso de Ciências Econômicas (SILVEIRA, 2012, p. 76).

Sendo assim, em 22 de julho de 1955, com base no artigo 146 da Lei

13 Em trabalho de Teixeira (2013) foi discutido o papel de Bastos, considerado como o tipo de ideal empreendedor.

Orgânica do Município, o então prefeito Municipal de Rio Grande, através da Lei Municipal nº 875, criava a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande. No artigo 2º da referida Lei consta que a Faculdade funcionaria a partir do ano de 1956, mediante a previsão de dotações próprias nos orçamentos anuais. Portanto, neste artigo, o poder executivo municipal comprometia-se a manter a FCPE.

O presidente da República, Juscelino Kubitschek, assinou em 24 de abril de 1958 o Decreto Federal 43.563, que concedeu autorização para o funcionamento do curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, mantida pela Prefeitura Municipal.

Entre a data de criação e a de autorização, até o efetivo funcionamento, houve um interstício de mais de dois anos e oito meses, o que evidencia a demora nos trâmites burocráticos ou dificuldades em cumprir possíveis exigências do poder executivo federal. Como Nunes (2004) descreve:

O período de três anos transcorrido até o início efetivo do curso de Ciências Econômicas é uma evidência das imensas dificuldades com que se deparavam a Prefeitura e a comunidade para atender as exigências legais, especialmente no que diz respeito ao corpo de professores, às instalações e ao acervo bibliográfico. Embora prometido no nome da Faculdade, o curso de Ciências Políticas não foi criado no momento em que se deu a instalação da entidade. Tampouco no futuro este projeto se concretizaria, prevalecendo, ao que parece, o espírito prático mais bem contemplado pelo curso de Ciências Econômicas (NUNES, 2004, p. 49).

Após a autorização para funcionamento em 24 de abril de 1958, o curso efetivamente começou a funcionar em março de 1959. Acredita-se que isso se deve ao tempo necessário para preparar as instalações e também porque, tradicionalmente, as aulas começavam em março de cada ano.

Permitido o funcionamento do curso, quatro meses após aconteceu a instalação da FCPE, conforme registra a “ata de instalação¹⁴”.

14 Reunião acontecida aos 26.08.1958, no salão de festas da Escola de Belas Artes, às vinte horas e trinta minutos, precedida de sessão solene com a presença do doutor Álvaro Ribeiro Pereira, Prefeito Municipal, Vereador Pedro Marchese, representando a Câmara Municipal, doutor Temperani Pereira, Deputado Estadual, vereador Walter Chaves Troina, Vice-presidente da Câmara Municipal, Monsenhor Luiz Cheriechetti, vigário da Matriz de São Pedro, doutor Ely Nascimento, Delegado Regional de Polícia, Capitão de Mar e Guerra Cláudio Myleira de Lima, Capitão dos Portos do Estado, doutor Augusto Pereira da Silva, Juiz de Direito, doutor Astir Gonzalez, Juiz de Direito, doutor Francisco Martins Bastos, Presidente da Fundação Cidade de Rio Grande, doutor Cícero Marques Vassão, Diretor da Escola de Engenharia Industrial, representantes dos senhores comandantes do 7º G. A. C. M e do Batalhão de Guardas da Brigada Militar, Economista Roberto Coimbra Edom, além de numerosos outros convidados. Fonte: Extraído da ata de instalação.

O ato foi presidido pelo Prefeito Municipal, que declarou instalada a FCPE e ressaltou a iniciativa do governo do município de dotar a cidade de Rio Grande, porto marítimo, de uma Faculdade que abrisse as portas da formação no setor das ciências políticas e econômicas à juventude local, ansiosa por atingir a esse grau de ensino superior, tão necessário, útil e oportuno para sua aplicação no progresso e engrandecimento da cidade¹⁵. Durante a solenidade, foram empossados os professores¹⁶ e o Diretor da Faculdade, o economista Roberto Coimbra Edom, que fez uso da palavra referindo-se ao mérito pela iniciativa do Prefeito, doutor Álvaro Ribeiro e do diretor da Diretoria de Educação e Saúde, doutor Adib Salomão, afirmando dos propósitos do corpo docente da Faculdade em tudo fazer por seu desempenho na árdua missão.

Na assembleia de instalação, pelos dados constantes na ata, verifica-se que o evento foi de tal magnitude que se fizeram presentes as principais autoridades constituídas do município, destacando-se representantes dos poderes executivo, legislativo municipal e estadual, judiciário, forças armadas e policiais, entre outros.

No discurso de abertura da reunião, o prefeito municipal enfatizara que, destacando obviamente a participação do poder executivo municipal, numa iniciativa do poder público estaria abrindo as portas da formação na área da economia, acreditando ser útil e oportuno, pensando na aplicação dos conhecimentos no progresso e no engrandecimento da cidade. No entanto, há que se ressaltar que essa iniciativa partiu de personalidades da sociedade local e foi acolhida pelo poder público. Pode-se dizer que a ideia empreendedora fora dos profissionais engenheiros, químicos e de outras áreas que realmente iniciaram o movimento que obteve sucesso com o imprescindível apoio do executivo municipal.

Como era de se esperar, o acontecimento repercutiu na mídia escrita, com

15 Lei Municipal nº 875 de 22 de junho de 1955, que criou a FCPE, do Decreto Federal nº 43.563 de 24 de abril de 1958, que autorizou o funcionamento da Faculdade e do Decreto Municipal nº 1803 de 11 de agosto de 1958, que deu provimento às cadeiras nomeando os professores catedráticos interinos.

16 Doutor Hélio Benjamin Vieira, economista Miguel Glaser Ramos, economista José Carvalho Freira, economista Ezídio Araújo, doutor Odenath Pereira Ferreira, doutor Mário Schroeder Rodrigues, economista Fuad Abdalla Nader, economista Carlos Horst, doutor Fernando Eduardo Freire, economista Francisco Bianchini, economista Carlos Moll, economista Odilon Gomes de Oliveira, economista Giovanni Roque di Gesu, economista Atílio dos Santos Oliveira e o doutor Jorge Luiz Suzini.

destaque no Jornal RIO GRANDE, na época o principal veículo de comunicação da imprensa escrita na cidade.

Muito embora a posse do diretor tenha acontecido na reunião de instalação no dia 26 de agosto de 1958, o Jornal RIO GRANDE, na sua edição de 10 de julho de 1957, a mais de um ano antes da posse, noticiara que o economista Roberto Coimbra Edon havia sido nomeado diretor da FCPE, tal fato é apresentado a seguir. Entende-se, que a iniciativa oriunda de personalidades da sociedade local tenha impactado substancialmente a comunidade, fazendo com que a imprensa local divulgasse com destaque as notícias vinculadas à criação de cursos superiores em Rio Grande, entre elas a FCPE.



Figura 2 – Jornal RIO GRANDE

Fonte: Acervo da Bibliotheca Riograndense – Jornal RIO GRANDE, edição de 10.07.1957.

Para mostrar a importância que cada evento promovido pela FCPE causava no meio social e cultural de Rio Grande, a seguir apresenta-se a foto dos participantes da primeira banca constituída para o Concurso de Habilitação de 1959. Além dos membros do magistério superior, vários nomes de pessoas com cargos importantes estiveram presentes e tiveram suas imagens registradas na fotografia abaixo:



Figura 3 – Congregação de Professores da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande – fevereiro de 1959

Fonte: Foto disponível no NUME – ano de 1959.

Instalada a Faculdade, com o diretor empossado e os demais professores nomeados para as cadeiras ofertadas, constituiu-se a Congregação dos Professores da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Rio Grande, que em fevereiro de 1959 posou para a foto que foi apresentada. São eles, da esquerda para a direita: sentados, o doutor Ruy Poester Peixoto, inspetor Federal, o doutor Luiz Martins Falcão, presidente da Câmara de Vereadores, o economista Roberto Coimbra Edom, diretor da FCPE, o doutor Álvaro Ribeiro Pereira, Prefeito Municipal, o professor Leocádio Antunes da URGs, a professora Alice Lotufo, Diretora da Secretaria Municipal de Ensino e, em pé, o economista Carlos Moll, o economista Carlos Horst, o economista Francisco Bianchini, o doutor Odenath Pereira Ribeiro, engenheiro agrônomo, Hélio Vieira, o economista José Carvalho Freire, o

economista Odilon Gomes de Oliveira, o doutor Mário S. Rodrigues e o economista Giovanni di Gesu.

Conforme afirma Vidal (2005, p. 191), o uso de fotografia como fonte e objeto de pesquisa implica em reconhecer a sua produção na confluência em diversos fatores, entre eles, o momento histórico e social de sua materialização.

A importância do encontro pode ser aferida pela participação de pessoas estranhas ao quadro docente e também pelos cargos que ocuparam. Afinal, além do representante da inspeção federal, fizeram-se presentes o Prefeito Municipal, o presidente da Câmara de Vereadores, um professor da Universidade do Rio Grande do Sul e a Diretora da Secretaria Municipal de Ensino. Os professores, em sua maioria, eram economistas, mas está identificado um agrônomo e vários doutores. Sabe-se que na época dos fatos pesquisados, provavelmente os intitulados por doutor não possuíam este título por conquista em trabalhos acadêmicos, mas por amparo legal, tais como advogados que, até hoje, são chamados de doutor¹⁷.

Dessa forma, entende-se que realmente a criação da FCPE do Rio Grande foi um expressivo acontecimento na comunidade rio-grandina. Houve a participação das autoridades constituídas nos primeiros eventos da instituição. A fala do prefeito, no momento de sua instalação, expressava sua crença de que a novel Faculdade iria suprir plenamente os anseios da população na “caminhada pelo progresso e engrandecimento da cidade do Rio Grande”.

Esses discursos, eivados da perspectiva salvacionista e desenvolvimentista da época, incorporavam aspectos de cidade moderna e progressista, pautados nos

17 O título de doutor foi concedido aos advogados por Dom Pedro I, em 1827. Título este que não se confunde com o estabelecido pela Lei nº 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação), aferido e concedido pelas Universidades aos acadêmicos em geral. A Lei de diretrizes e bases da educação traça as normas que regem a avaliação de teses acadêmicas. Tese, proposições de ideias, que se expõe, que se sustenta oralmente, e ainda inédita, pessoal e intransferível. Assim, para uma pessoa com nível universitário ser considerada doutora, deverá elaborar e defender, dentro das regras acadêmicas e monográficas, no mínimo uma tese, inédita. Provar, expondo, o que pensa. A Lei do Império de 11 de agosto de 1827: “cria dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais; introduz regulamento, estatuto para o curso jurídico; dispõe sobre o título (grau) de doutor para o advogado”. A referida Lei possui origem legislativa no Alvará Régio editado por D. Maria I, a Pia (A Louca), de Portugal, que outorgou o tratamento de doutor aos bacharéis em direito e exercício regular da profissão e no Decreto Imperial (DIM), de 1º de agosto de 1825, pelo Chefe de Governo Dom Pedro Primeiro, e o Decreto 17874 A de 09 de agosto de 1827 que: “Declara feriado o dia 11 de agosto de 1827”.

Fonte: <<http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1211290605174218181901.pdf>>. Acesso em 02.10.2015.

investimentos dos cursos superiores. Entre eles, estava a FCPE.

Conforme informações obtidas na entrevista com o professor Eurípedes Falcão Vieira, a FCPE do Rio Grande funcionou inicialmente no prédio da Escola de Belas Artes¹⁸. Embora as instalações fossem pouco adequadas, o esforço da direção, dos funcionários e a dedicação do corpo docente garantiram as condições necessárias ao desenvolvimento do curso.

Na data de 02 de dezembro de 1963, a Prefeitura Municipal de Rio Grande adquiriu de Theodósio Gonçalves e outros o prédio localizado na Rua Luiz Loréa, 261, conforme consta nas folhas 266 do livro nº 3-AJ e sob número de ordem 36.983 do Cartório do Registro de Imóveis do Município de Rio Grande.

Portanto, em fins de 1963, quando a FCPE formou a primeira turma de economistas, a Prefeitura Municipal, numa demonstração de que realmente estava comprometida com o sucesso do empreendimento, através da matrícula número 36983 do Cartório de Registro de Imóveis, entregou o prédio onde funcionaria o curso de Economia por muitos anos, até a sua incorporação pela FURG, no ano de 1969, e posterior transferência às instalações onde hoje está o *Campus Carreiros* da Universidade.

Com apoio no que diz Magalhães (2004, p. 120), deve-se considerar na busca investigativa, dentre os diversos aspectos, o espaço escolar, compreendendo o local, o lugar e o edifício. Como destacou o entrevistado, o professor Eurípedes Falcão Vieira, as atividades começaram com instalações pouco adequadas. O sucesso do trabalho resultou do esforço da direção, dos professores e dos servidores. No entanto, a partir de 1964, com a aquisição do prédio da Rua Luiz Loréa, 261, a qualidade das instalações melhorou significativamente. Seguem algumas fotografias das instalações do prédio adquirido pela Prefeitura. Registra-se que são imagens de data posterior à aquisição e à adaptação do imóvel, o que se presume ser após 1964, já que não se encontraram registros de quando

18 A atual Escola de Belas Artes Professor “Heitor Figueira de Lemos”, instituição municipal da cidade do Rio Grande, originou-se de uma lei que deu essa denominação à Escola de Belas-Artes Municipal, originária esta da transmutação do Conservatório de Música do Rio Grande, ordenada por lei competente. O Conservatório de Música do Rio Grande foi criado pelo Centro de Cultura Artística do Rio Grande do Sul, sob os auspícios da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio Grande. Sua inauguração efetivou-se em 1º de abril de 1922, no salão do Clube de Senhoras, então existente e localizado na Rua General Câmara. Disponível em: <<https://ebahl.wordpress.com/>>. Acesso em: 13.10.2015.

efetivamente foram feitas:



Figura 4 – Sala de aula.

Fonte: Disponível no NUME, data aproximada 1963.

Acima, mostra-se a imagem de uma das salas de aula. Pode-se perceber que a sala recebeu adaptações, dentre elas, o fechamento de uma das portas. Ao focar o mobiliário escolar, observar-se que bancos e cadeiras nas escolas representam, antes de tudo, espaço para ordenação, além da sua funcionalidade. Na imagem, as cadeiras são grandes e suntuosas para um espaço que parece ser pequeno.

Os aspectos dos móveis nas escolas, de forma especial as cadeiras e mesas, dão a dimensão da necessidade da escrita e da cópia nas salas de aula, não eram somente palestras que os alunos teriam, mas também anotações e uso de livros e de material didático. Em relação a essa problematização, busca-se apoio no trabalho de Castro e Silva (2011), mesmo analisando as escolas primárias, questionam que as mesas foram por muito tempo dispensável, já que, de acordo Hebrard, Gaspar e Silva (2011), nem sempre se aprendia a ler e escrever, somente a leitura era dada na escola.

Na referida instituição percebem-se as mesas e cadeiras dispostas em fileiras e de frente para os dois quadros de giz, o que leva a supor o uso de material didático, além dos quadros ou, ainda, poderia ser somente a posição melhor para a fotografia. Muitos estudos da área da História da Educação já demonstraram a precariedade do mobiliário escolar, especialmente nas escolas rurais e isoladas do curso primário (FARIA FILHO, 2004; SOUZA, 2006). Todavia, ao tratar de uma instituição superior, percebe-se pelo mobiliário a representação de uma instituição que intencionava mostrar na sua estrutura a importância e a suntuosidade do curso ali instalado.

Inicialmente, como já referido anteriormente, as instalações foram, de certa forma, precárias, utilizando o prédio da Escola de Belas Artes, mas com a aquisição de prédio destinado ao uso exclusivo da FCPE, houve substancial melhora na qualidade do local utilizado para funcionamento da Instituição. Mesmo assim, com as adaptações necessárias para o funcionamento de uma instituição educacional, reformas nem sempre fazem com que o objetivo principal seja atingido, ou seja, de local projetado para cumprir a finalidade de permitir a adequada relação de ensino aos discentes. Da mesma forma, outros espaços do prédio também foram adaptados às necessidades da Instituição Superior formada. Na imagem que adiante se apresenta, há uma vista bastante ampla da sala destinada ao auditório.



Figura 5 – Auditório – vista parcial.

Fonte: disponível no NUME, estima-se que a imagem seja de data posterior a 1963.

Móveis na cor marrom, em todas as dependências, poderiam evidenciar um padrão estabelecido para todo o mobiliário da FCPE. Distribuição das poltronas em duas colunas, cada uma com quatro filas. Não é possível verificar com precisão, mas certamente havia mais de 10 linhas com poltronas, o que faz evidenciar que, seguramente, a capacidade do ambiente era para mais de 60 pessoas. Através da imagem, é possível inferir que a sala era destinada aos eventos com maior concentração de pessoas, ou seja, aulas de abertura de ano letivo, palestras, seminários etc.

Pela quantidade de portas que a imagem mostra, podem-se afirmar que adaptações foram feitas para permitir a utilização da sala como auditório. As imagens mostram, ainda, que a área era bastante ampla e suficiente para abrigar a maior parte dos alunos matriculados nos anos anteriores à formação da Universidade.



Figura 6 – Auditório – vista da parte frontal.

Fonte: disponível no NUME, estima-se que a imagem seja de data posterior a 1963.

Ainda em relação aos aspectos arquitetônicos das instalações, havia a preocupação de o estabelecimento possuir certa organização burocrática de forma organizada. No conjunto de imagens, também se encontra preservada no acervo a

imagem da secretaria do estabelecimento:

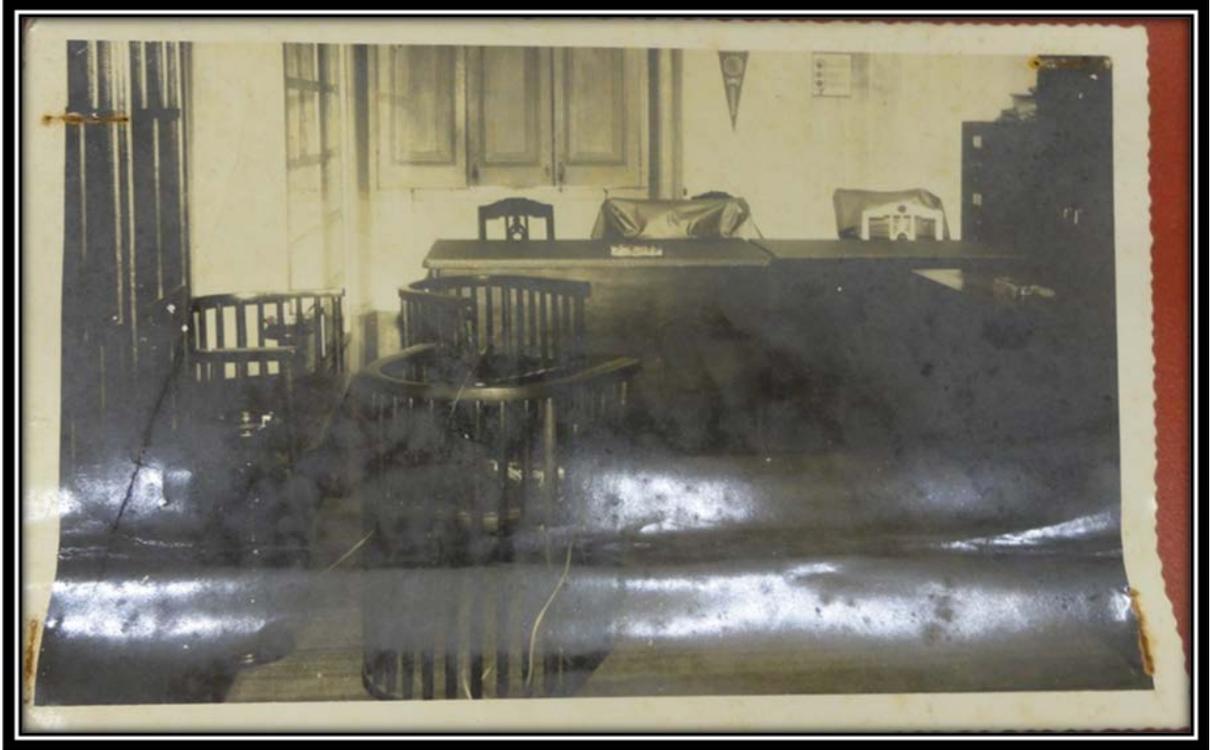


Figura 7 – Secretaria.

Fonte: Disponível no NUME, estima-se que a imagem seja de data posterior a 1963.

É possível ver que a área destinada à secretaria, não fugindo aos padrões ainda atuais, compunha-se de mesas para os trabalhos burocráticos, alguns armários destinados ao arquivamento de documentos e algumas poltronas para os usuários dos serviços. Por último, mostra-se a imagem do corredor de acesso.



Figura 8 – Corredor de acesso.

Fonte: Disponível no NUME, estima-se que a imagem seja de data posterior a 1963.

No que se refere à área destinada ao acesso das instalações internas do prédio, verifica-se que, muito embora se trate de um prédio antigo, a conservação era boa. No corredor, havia instalados quadro de avisos e decorativos e até uma imagem, que não foi possível definir através da fotografia do que se tratava. Apesar do prédio ser adaptado à instalação da faculdade, não deixa de ser uma edificação suntuosa, que deveria representar uma Instituição que abrigava em seu corpo docente a elite rio-grandina e não poderia, na materialidade, apresentar prédios com baixa qualidade. As instalações eram adequadas, mas acanhadas para o tipo de empreendimento que se pensava, pois as atividades começaram nas salas de outra instituição de ensino, a Escola de Belas Artes.

Em dezembro de 1963, a Prefeitura, mostrando que realmente estava interessada em fazer progredir a Faculdade a qual dava apoio, adquiriu o prédio da Rua Luiz Loréa de proprietários de boas condições financeiras, que abrigava sua família, em área relativamente grande, com salas enormes, fachada no estilo característico dos casarões construídos nas décadas de 20 e 30 do século XX e, talvez como única possibilidade disponível para negociação imediata naquela época, acredita-se que tenha feito um excelente negócio, pois além de útil para a FCPE, até os dias de hoje está nos planos da FURG para permanente utilização, haja vista o grande investimento financeiro que está sendo feito na modernização do imóvel.

Na análise do que dispunha a FCPE para os serviços de administração, o trabalho dos docentes e recepção ao corpo discente, pode-se afirmar que o conjunto de salas para gabinete do diretor, secretaria e tesouraria, cinco salas de aula, sanitários, bar e a área destinada ao Diretório Acadêmico, permitia o funcionamento adequado – considerando o número de alunos matriculados - do curso mantido pela Prefeitura Municipal.

3.2 Atores: Docentes, O Quadro De Servidores E Os Discentes

No momento em que se investigou sobre os atores que participaram da formação da instituição pesquisada, buscou-se entender como foi composto o quadro de docentes, qual a sua formação, apoiando-se nas recomendações de Magalhães (2004).

Da mesma forma, pesquisou-se o quadro de servidores e discentes para compreender os papéis e os significados que os sujeitos atribuíam à instituição, tendo respaldo em Vinão Frago (1995), que afirma que a vida escolar abrange ritos e ideias, mentes e corpos e também modo de pensar. Nesta etapa do trabalho apresentam-se, a fim de buscar devida complementaridade entre as fontes escritas e orais, as narrativas obtidas das entrevistas com discentes daquela época, considerando, conforme Portelli (1997), aprofundar em essência a memória individual para resgatar processos históricos. Isto, no entanto, sem esquecer que esses sujeitos na sua individualidade e singularidade possuem, como reforça Halbwachs (2003), uma memória coletiva em relação à formação da FCPE.

3.2.1 Quadro Docente

Os primeiros professores foram nomeados através do Decreto nº 1803 de 11 de agosto de 1958, nos termos do artigo 110 do Regimento Interno da FCPE, que fora baixado com o Decreto nº 1448 de 04 de novembro de 1955. No Decreto 1803, o prefeito Álvaro Ribeiro Pereira dá provimento às cadeiras previstas e nomeia os professores como catedráticos¹⁹ interinos, que foram os seguintes, para o curso de Economia:

PRIMEIRA SÉRIE

- Dr. Hélio Benjamin Vieira – para a cadeira de Complementos de Matemática;
- Economista Miguel Glaser Ramos – para Economia Política;
- Economista José Carvalho Freire – para Valor e Formação de Preços;
- Economista Giovani Roque Di Gesu – para Contabilidade Geral;
- Dr. Odenath Pereira Ferreira – para Instituição de Direito Público.

SEGUNDA SÉRIE

- Dr. Mario Schroeder Rodrigues - para Estrutura das Organizações Econômicas;
- Economista José Carvalho Freire – Valor e Formação de Preços;
- Economista Fuad Abdalla Nader – para a cadeira de Moeda e Crédito;
- Economista Roberto Coimbra Edom – cadeira de Geografia Econômica;
- Dr. Fernando Eduardo Freire – para Instituição de Direito Privado.

¹⁹ Segundo Chamlian: Cátedra é o Cargo docente ocupado por um único indivíduo e especificamente relacionado a uma determinada área do conhecimento, mais ou menos ampla, mas cada vez mais tendendo à especialização. O seu titular ou responsável é o “lente catedrático”, cioso da área de estudos para a qual foi nomeado (por concurso, ou não).

TERCEIRA SÉRIE

- Economista Francisco Bianchini - Repartição da Renda Social;
- Economista Fuad Abdalla Nader – Comércio Internacional e Câmbio;
- Economista Carlos Moll – para a cadeira de Estatística Metodológica;
- Economista Odilon Gomes de Oliveira – para História Econômica e Geral do Brasil;
- Economista Carlos Horst – cadeira de Ciências das Finanças;
- Dr. Mario Schroeder Rodrigues – cadeira de Ciência da Administração.

QUARTA SÉRIE

- Economista Carlos Moll – cadeira de Evolução da Conjuntura Econômica;
- Economista Giovani Roque Di Gesu – cadeira de Política Financeira;
- Economista Miguel Glaser Ramos – História das Doutrinas Econômicas;
- Economista Atilio dos Santos Oliveira – cadeira de Estudo Comparado das Doutrinas Econômicas;
- Economista Roberto Coimbra Edom – para Estatística Econômica;
- Dr. Jorge Luiz Susini – para a cadeira de Princípios de Sociologia Aplicados à Economia.

Como se pode ver, o quadro de docentes era formado por economistas e doutores advogados.

Na entrevista com o ex-aluno Carlos Henrique Canary, obteve-se a informação de que os professores, em sua maioria, eram profissionais de outras áreas, formados em economia, que davam aulas, como, por exemplo, empregados de banco, de empresas, militares do exército, entre outros. Este mesmo entrevistado informou que eram pessoas com experiência no mercado de trabalho, em sua área de atuação. Entende-se, então, que os convidados eram recrutados dentro de um grupo seletivo de pessoas na sociedade rio-grandina e a razão de ser convidado devia-se ao fato de não haver profissionais docentes para fazer funcionar as primeiras instituições de ensino superior no município. Apenas em Pelotas havia o

curso de Economia e, na época, possivelmente a remuneração dos docentes não era atrativa, sendo assim, restava convidar os economistas que já estavam absorvidos pelo mercado local de trabalho e que desejavam, talvez, algum destaque que o *status* de professor pudesse dar naqueles anos do recorte temporal pesquisado.

O entrevistado Raimundo Espírito Santo²⁰, ao falar sobre os professores, assim se referiu:

E, me lembro assim, que os professores que a gente tinha, não digo que fossem abnegados, mas em princípio sim,... por exemplo, o dr. Odená Ferreira, uma figura que todo mundo de Rio Grande conhece, era um excelente advogado, o professor Miguel Ramos, que dava Introdução a Análise Econômica, Matemática era o Felix Mendonça, que era engenheiro já não existe, claro que o dr. Odená também não. Então, eu acho assim, que aquele pessoal, era mais até por dedicação, por ser gente da terra, procurava incentivar isso aí, para que a gente tivesse,... Nos da Economia, para teres uma ideia, tinha alguns de Banco, eu que era do Banco da Província, tinha o Adão Sena do Banrisul, tinha dois irmãos que não existe mais, os Sell, o Getúlio Moreira Alves que era do porto, o pessoal da Ipiranga, tinha o Sérgio Calheiros, tinha o Blasco, o Blasco foi professor, foi ou é, o Blasco Ibanhos, já se aposentou?(informação verbal)

Eram, portanto, profissionais de diversas áreas administrativas, de instituições públicas e privadas e que não eram docentes de carreira, o que é perfeitamente aceitável, haja vista que no primeiro decênio da segunda metade do século XX, com a instalação dos primeiros cursos de nível superior, não haveria pessoal com a qualificação acadêmica que atualmente é exigida pelas instituições de ensino.

Para compreender melhor a composição da Faculdade e da atuação do corpo docente, serão utilizadas as fontes orais e documentais. A partir dos relatos dos sujeitos da pesquisa, pretende-se problematizar alguns aspectos. Não se pode perder de vista que a memória conta com a subjetividade e as narrativas estarão permeadas pelas experiências e sentidos dos atores envolvidos (ALBERTI, 1998).

Deseja-se rememorar as narrativas dos quatro entrevistados para aprofundar a discussão, ao explicitar os relatos, serão observados os contrapontos, as aproximações que permitam entender o papel do quadro de docentes na Faculdade e o esforço empreendido por estes profissionais para constituir e fortalecer a Instituição. Da mesma forma, a documentação preservada nos acervos e os impressos auxiliarão a complementar a análise.

²⁰ Dados obtidos por informação verbal em entrevista por Raimundo Porto Espírito Santo, Rio Grande, em 22.05.2015.

O professor aposentado Blasco Ibañez C. Torres²¹, ao ser indagado sobre o quadro docente da faculdade, assim se manifestou:

Os professores, via de regra, eram bons, a grande maioria eram bons professores. Evidente que tinha alguns que não tinham muita experiência profissional. Faltava vivência, atuavam em atividade que não correspondiam às cadeiras que ele estavam lecionando, mas eram pessoas de boa formação, sem maiores problemas, [...].

Falando com muita propriedade, pois foi aluno e depois professor da instituição, corroborou o que havia sido dito pelos senhores Canary e Raimundo, expondo que os docentes eram oriundos do mercado de trabalho local, principalmente economistas e advogados que trabalhavam em empresas privadas, bancos, prefeitura e órgãos da administração estadual. O senhor Blasco falou que eram pessoas com muito conhecimento, burocratas, o que evidenciava que o saber poderia estar desconectado da didática, pois é possível perceber que os professores não tinham formação pedagógica. Cabe ressaltar que o Senhor Blasco na época, experiente empregado da principal empresa do município, tornou-se professor e deu-se muito bem lecionando disciplinas na área de Administração de Empresas no curso de engenharia da Escola de Engenharia Industrial, o que pode evidenciar que os saberes dele na empresa podem ter facilitado o desempenho do seu trabalho na EEI. Esses docentes faziam parte de um circuito em que quase todos participaram das primeiras instituições de ensino superior na cidade do Rio Grande.

Com referência às informações prestadas pelo professor aposentado Eurípedes Falcão Vieira²², quando se referiu ao quadro de docentes, reconheceu que a sua formação se centrava na área da Economia. Isso possibilitava uma visão mais ampla dos problemas econômicos, tanto em nível nacional como global, o que evidenciava ter muita prática do cotidiano e estar engajado num projeto político de qualificar uma classe emergente burocrática, que sabia discutir e se posicionar. Os aspectos didáticos em nenhum momento foram mencionados por ele, o que dá a entender que, por não ter conhecimento das práticas pedagógicas recomendadas, é possível que a transmissão de conhecimento poderia ser prejudicada em, pelo menos, alguns momentos das atividades. Aqui também se evidenciava momentos

²¹ Dados obtidos por informação verbal em entrevista com Blasco Ibañez C. Torres, Rio Grande, em 16.06.2015.

²² Dados obtidos por informação escrita com Eurípedes Falcão Vieira, Porto Alegre, maio de 2015.

de iniciativa do empreendedor (WEBER, 2001) nas ações que lhe eram impostas, mesmo sem ter todo o preparo que a atividade exigia.

Foi observado que os professores para o primeiro ano da FCPE, com base no estatuído pelo Regimento Interno, que foi baixado pelo Decreto nº1448 de 04 de novembro de 1955, foram nomeados através do Decreto Municipal nº 1.803 de 11 de agosto de 1958, ficando, portanto, alguns questionamentos: quem construiu o Regimento Interno que foi baixado por Decreto em 1955? Qual teria sido o processo para escolha dos profissionais arrolados no Decreto nº 1803 para serem os primeiros professores da FCPE? Como foi a escolha do profissional para dirigir a FCPE, empossado durante a reunião de instalação em 26 de agosto de 1958, muito embora, tenha sido nomeado antes, conforme notícia do Jornal RIO GRANDE, edição de 10 de julho de 1957?

No período do recorte temporal, pesquisou-se o quadro de professores em cada um dos anos do funcionamento da FCPE, apresentando os seguintes dados, em relação ao número quantitativo dos docentes:

Tabela 1 – Quadro de professores

ANO	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Quant.	5	10	12	16	21	22	23	23	26	21	21

Fonte: Arquivo Geral – FURG - FCPE - Boletins de Estatística.

Na informação do ex-professor Blasco Ibañes, os contratados eram todos celetistas, ou seja, regidos pelo regime legal previsto aos empregados da iniciativa privada, legitimados pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. No entanto, pelo Decreto Municipal nº 1802 de 09 de agosto de 1958, o Prefeito Municipal, Álvaro Ribeiro Pereira, regula a Lei nº 1.021 de 05 de novembro de 1956 e dispõe normas aos professores da FCPE e, entre estas, destacam-se as seguintes:

- Os professores catedráticos terão a remuneração mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) e seus serviços serão considerados de relevância;
- Somente receberão a remuneração prevista quando no exercício efetivo da cadeira para a qual fora designado, se ministrarem as aulas regularmente;
- Os professores que não estiverem no exercício efetivo das respectivas cadeiras, perceberão a título de gratificação, a importância de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) por reunião a que comparecerem e de que participarem, da Congregação,

do Conselho Técnico Administrativo e do Departamento;

- O diretor da FCPE receberá a título precário, a remuneração de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais e verba mensal de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) como representação. (Decreto Municipal nº 1802 de 09.08.1958).

Para se ter uma ideia do que representava os valores pagos aos professores da FCPE, buscou-se informação sobre o valor do salário mínimo no mês – agosto de 1958 – da publicação do Decreto Municipal que definia a remuneração dos docentes. Pesquisou-se no sítio da Justiça Federal²³ do Paraná a tabela “Série Histórica do Salário Mínimo – VALOR” e encontrou-se o valor de Cr\$ 3.800,00 para o salário mínimo àquela época. Desta forma, percebe-se que a remuneração era realmente baixa e é possível pressupor que a retribuição talvez não fosse o mais interessante, mas sim o *status* de professor da faculdade, dado a quem trabalhava nos primeiros cursos superiores da cidade do Rio Grande. Em termos percentuais, o valor da remuneração era de apenas 78,9% do salário mínimo. Para o ex-professor Blasco Ibañes, durante a entrevista concedida, no seu entendimento, o trabalho dos docentes era mesmo de abnegação.

Os docentes, mesmo nos anos finais da instituição como IES isolada, enfrentaram dificuldades. A Ata nº 64, de 09 de maio de 1968, teve como um dos principais assuntos a situação do corpo docente em face da criação da futura Universidade Federal e, pelo visto, isto era uma preocupação que, no entendimento do Diretor - afirmou ele durante tal assembleia - aqueles docentes que tivessem mais de cinco anos de exercício na Faculdade teriam seus direitos garantidos na incorporação da FCPE pela referida Universidade. Entende-se que fosse normal a preocupação dos docentes, pois além da pequena retribuição financeira pelos serviços prestados, ainda que vinculados ao Executivo Municipal, eram contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, que não oferecia, e ainda hoje não oferece, qualquer garantia de estabilidade empregatícia. Portanto, parece que, talvez, na tentativa de tranquilizar parte do corpo docente – aqueles com mais de cinco anos de vinculação – o Diretor não detinha conhecimentos aprofundados sobre a questão, pois não teria como garantir nada a quem tinha mais de cinco anos de trabalho, além disso, também deixava claro que os empregados com menor

²³ Disponível em: <<http://www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf>>. Acesso em: 25.10.2015.

tempo de exercício não teriam chance de continuar com seu trabalho.

A Fundação Universidade do Rio Grande – FURG foi criada em 20 de agosto de 1969, mas em 06 de novembro de 1971, portanto, já passados mais de dois anos da incorporação da FCPE, numa reunião da Congregação de Professores da ainda intitulada FCPE, constou na pauta da assembleia, conforme Ata nº 83, tratar de assuntos de interesse do corpo docente da Faculdade e do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, dizia respeito à manutenção dos mesmos, uma vez que no orçamento da Prefeitura Municipal nada constava para a FCPE e para o Colégio Técnico. Considerando que a reunião aconteceu em 06 de novembro, certamente os membros da Congregação estariam se referindo ao orçamento municipal para o ano seguinte – 1972.

Na ata da referida reunião, consta que após muitos debates, foi aprovado que os professores aguardariam um prazo de dez dias para decisão do Prefeito, no que se refere ao aumento de vencimentos a que fazem jus como funcionários que ainda são da Prefeitura, uma vez que o quadro geral da Universidade ainda não tinha sido organizado. Esta decisão foi aprovada pela Congregação e, como sugestão do professor João Marinônio Lages, seria feito convite para o Senhor Reitor participar da próxima reunião da Congregação.

Estes detalhes, extraídos do conteúdo da Ata nº 83, mostravam claramente a indefinição existente quanto ao quadro funcional da FCPE. Ficava claro o desconforto existente no quadro docente, pois pretendiam reajuste de vencimentos ao tempo que vislumbravam a falta de pagamento para o próximo ano, que estava a menos de dois meses para chegar, já que não havia previsão orçamentária para a finalidade. Enquanto isso, o quadro Geral da FURG não estava organizado. Portanto, era evidente que, por algum tempo, possivelmente encontrassem dificuldades financeiras com a ameaça da falta de recursos para o provimento dos salários e encargos dos professores e demais servidores da FCPE e do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. Estavam entre duas ameaças: a falta de recursos orçados pelo Município e o ainda não organizado Quadro Geral da Universidade. Se tais ameaças não fossem sanadas com tempestividade, certamente enfrentariam dificuldades financeiras.

Estes fatos evidenciam que durante a existência da FCPE e mesmo nos primeiros anos, após a incorporação pela FURG, o quadro docente tinha remuneração inexpressiva, fazendo supor que trabalhava pelo possível “*status*” que

o magistério numa IES proporcionava ou, como informado por entrevistado, os professores eram efetivamente abnegados.

De alguma forma, os professores tinham representatividade na comunidade rio-grandina em relação à Prefeitura Municipal e à recente organização da FURG. Percebe-se que os professores, apesar de estarem numa situação provisória, conseguiam resistir aos problemas salariais, pois faziam parte de uma classe burocrática e administrativa que mantinha certa influência na sociedade rio-grandina.

3.2.2 Os Servidores

Nesta etapa do trabalho, apresenta-se o que as fontes pesquisadas permitiram conhecer sobre este importante segmento de atividades da FCPE. No conhecimento da cultura escolar, sobre este aspecto, ainda com base no que diz Viñao Frago (1995) no estudo da vida escolar, deve-se levar em conta, entre outros fatores, mentes e corpos. É aqui onde se incluem os funcionários, os responsáveis pelas atividades-meio²⁴. A cultura escolar utiliza-se de objetos permeados por corpos e mentes que de uma forma ou outra, mais ou menos acentuada, participam dos conjuntos que inculcam comportamentos (JULIA, 1995). Ainda há que se considerar, quando o tema são os servidores, que é preciso levar em conta o corpo profissional, ainda com base no que disse Julia (1995), e nele são incluídos, por óbvio, aqueles que cuidam das atividades meio, enquanto os encarregados das atividades fim – os professores – tratam de formar e inculcar comportamentos no produto final da atividade escolar ou acadêmicas, que são os alunos.

Pesquisar sobre os servidores é pesquisar sobre o funcionamento de grande parte do que caracteriza uma instituição de ensino. Convém ressaltar que quando se faz referência aos servidores, dirige-se ao quadro funcional encarregado das atividades-meio, ou seja, manutenção, escritório, enfim, tudo o que se refere à atividade da IES que não esteja ligado ao ensino propriamente dito, à relação de sala de aula professor-aluno. Isto porque o quadro docente também é formado por servidores, mas com atividades próprias e caracterizadas pela relação direta professor-aluno.

24 Atividades-meio são aquelas instrumentais, acessórias, concebidas e perpetradas única e exclusivamente para concretizar as finalidades institucionais do ente - atividades-fim. Disponível em: <<http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/910.pdf>>. Acesso em 19.12.2015.

Os relatos confirmam a situação do quadro de servidores. Para o entrevistado, senhor Blasco Torres, o quadro de pessoal era reduzidíssimo porque a Prefeitura não tinha orçamento para mais, além disso, as pessoas disponíveis para o trabalho eram cedidas pelo executivo municipal, apenas o suficiente para funcionar. O senhor Canary, quando entrevistado, afirmou que o quadro de pessoal destinado às tarefas da secretaria e manutenção era bem enxuto. Outro entrevistado, o senhor Raimundo, quando se referiu aos serviços de secretaria e manutenção, afirmou que era uma pessoa com o nome de João que cuidava da secretaria e que não havia muitas pessoas para o trabalho.

Encontrou-se na Ata nº 34 da Congregação de Professores, no dia 20 de setembro de 1963, no assunto que tratou sobre os funcionários, ficou estabelecido que o quadro de servidores deveria se constituir das seguintes categorias: secretário, tesoureiro, bibliotecário, escriturário, porteiro e servente. A proposição ainda continha a deliberação de que os funcionários administrativos seriam propostos pelo Diretor à nomeação pelo Prefeito Municipal. E, ainda, que tais servidores teriam os mesmos vencimentos, vantagens e direitos disponíveis aos funcionários municipais.

Ao pesquisar sobre os funcionários da atividade meio da FCPE, encontrou-se no Arquivo Geral da FURG a relação mensal de empregados vinculados ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) relativa à competência de dezembro de 1968. Nesta relação de empregados, constava como empregador a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Rio Grande, registrada no Cadastro Geral de Contribuintes sob o número 19-157-01.994/20, estabelecida na Rua Luiz Loréa, nº 261 e como banco depositário o Banco do Brasil S. A., agência de Rio Grande. No corpo do documento constavam os dados da carteira profissional, a data de nascimento, o nome, a data de admissão e a data de opção, a remuneração paga, o valor do recolhimento e os juros e correção monetária devidos.

No referido documento, estão registrados os seguintes empregados:

- 1. Amélia Lopes da Silveira**, nascida em 07.08.1945, admitida e optante pelo regime do FGTS em 01.09.1968, com a remuneração na competência de dezembro de 1968 de NCr\$ 117,60, recolhidos NCR\$ 9,41 de contribuição para o Programa e NCr\$ 1,37 de juros e correção monetária.
- 2. Maria Matilde Campelo Soares**, nascida em 14.03.1950, admitida e

optante pelo regime do FGTS em 01.09.1968, com a remuneração na competência de dezembro de 1968 de NCr\$ 80,00, recolhidos NCR\$ 6,40 de contribuição para o Programa e NCr\$ 0,83 de juros e correção monetária.

3. Evanira Erreira Souza, nascida em 04.09.1949, admitida e optante pelo regime do FGTS em 01.09.1968, com a remuneração na competência de dezembro de 1968 de NCr\$ 117,60, recolhidos NCR\$ 9,41 de contribuição para o Programa e NCr\$ 1,37 de juros e correção monetária.

O preenchimento da Relação Mensal foi no dia 30 de outubro de 1969 e está assinada pelo Diretor Aldo Lapolli e com o carimbo de recebimento pela Agência do Rio Grande do Banco do Brasil datado de 23.11.1969.

No mesmo Arquivo Geral, localizou-se a Guia de Recolhimento – GR do FGTS referente à competência de dezembro, portanto o documento oficial de recolhimento dos valores relacionados na RE-FGTS acima descrita. Constatou-se que o preenchimento dos documentos relativos ao FGTS da competência de dezembro de 1968 somente aconteceu dez meses após a competência devida e o recolhimento em 23 de novembro de 1969, quase onze meses depois, o que pode evidenciar dificuldades de caixa para honrar os compromissos relativos à área de pessoal.

Em relação aos servidores, com base nos relatos obtidos através das entrevistas de que os servidores eram cedidos pela Prefeitura e que, em setembro de 1963, a Congregação assumira a posição de pedir ao executivo a contratação de pessoal para suprir as necessidades dos serviços. No entanto, os funcionários somente foram contratados a partir de 01.09.1968, percebe-se que, realmente, a realização das atividades, mesmo em um curso com quadro docente reduzido, era de forma precária, ou seja, o mínimo necessário para apenas permitir o funcionamento.

Se há de convir que a precariedade realmente existia, uma vez que deveriam atender, também, aos serviços internos do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. Não foi possível conseguir informações sobre o quadro funcional contratado que permaneceu até a incorporação da FCPE pela FURG. É este o pensamento que se formou com relação ao quadro funcional da instituição.

Entretanto, apesar do aparentemente reduzido quadro de pessoal, a atuação

dos servidores é relevante ao considerar que a Faculdade conseguia manter as atividades básicas de funcionamento. De qualquer modo, as influências da direção da faculdade pressionavam para ter funcionários na instituição.

3.2.3 Os Discentes

Nesta etapa do trabalho, são apresentados os dados da pesquisa sobre os discentes obtidos nos acervos disponíveis no Arquivo Geral da FURG e no NUME. Considerando o que diz Vinão Frago (1995), cultura escolar é o “conjunto de aspectos institucionalizados”, aspectos esses que os alunos sofreram com as influências da cultura escolar ou acadêmica, como querem denominar alguns autores, provocadas pela institucionalização, que incluem as “práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos”, que desembocarão numa “direção de consciências”.

No primeiro momento, procura-se conhecer a forma como era o ingresso e a quantidade de pretendentes à graduação em Economia na FCPE. Depois, apresentam-se os dados quantitativos do período do recorte temporal estudado e, posteriormente, informações sobre os egressos do curso de Economia.

Para ingresso no curso de Economia da FCPE do Rio Grande, era necessário que o candidato prestasse provas escrita e orais de Português, Matemática, Geografia Econômica do Brasil e História do Brasil, isto para o ano de 1959. Nos Concursos de Habilitação do ano de 1960 até 1964, a disciplina de Geografia Econômica do Brasil foi substituída por Geografia do Brasil, dando a entender que não seriam cobrados aspectos econômicos no estudo da Geografia, mas um conteúdo mais amplo, possivelmente geografia física e política também fariam parte dos conhecimentos exigidos. A partir do ano de 1965, também se passou a exigir um teste vocacional e assim foi até o ano de 1969, o último de atividades como um curso isolado. No exame documental, observou-se que no Concurso de Habilitação para o ano de 1970, já incorporado à FURG, as disciplinas exigidas foram as mesmas, inclusive com a exigência do teste vocacional²⁵.

Na tabela abaixo, apresenta-se o quantitativo de inscritos para os Concursos

25 O teste vocacional passou a ser exigido a partir do Concurso de Habilitação para o ano de 1964, quando estava vigente a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que não fazia referência a exigências de disciplinas nos concursos de habilitação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 03.11.2015.

de Habilitação da FCPE no período de 1959 a 1969.

Tabela 2 – Candidatos inscritos no Concurso de Habilitação – Ano/Quantidade

ANO	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
CANDIDATOS	18	5	15	27	35	29	24	34	42	44	63

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação.

Muito embora não houvesse publicação referente ao número de vagas a serem preenchidas pelos Concursos de Habilitação promovidos pela FCPE, ao examinar a tabela construída, pode-se perceber que não eram muitos os interessados em um curso de Economia. Para o ano de 1959, o primeiro ano de atividades, ainda era aceitável um número de inscritos de apenas 18 candidatos, mas em 1960 esse número caiu para apenas cinco interessados. A partir de 1961, houve um acréscimo de 10 inscritos em relação ao ano anterior e, a partir deste ano, é que houve incremento na quantidade de candidatos, sendo exceção o ano de 1965.

Considerando que era um curso noturno, portanto, dando oportunidade para frequentá-lo a quem exercia qualquer outra atividade no mercado de trabalho, acredita-se que não despertava muito interesse em quem pudesse graduar-se em um curso de nível superior. Também há de se considerar que, mantido pela Prefeitura Municipal, não havia encargos financeiros a pagar e que esse facilitador poderia ter sido aproveitado por um número maior de futuros acadêmicos. Nos anexos, é possível saber quem foram os inscritos aos Concursos de Habilitação da FCPE.

Durante o período do recorte temporal estudado, ainda com base nas relações de acadêmicos existentes no NUME, elaborou-se a seguinte tabela:

Tabela 3 – Alunos matriculados por ano

ANO	1.ª Série	2.ª Série	3.ª Série	4.ª Série
1959	12			
1960	4	15		
1961	9	6	17	
1962	6	9	4	16
1963	39	4	7	3
1964	20	16	1	7
1965	18	22	16	1
1966	40	9	14	14
1967	48	22	7	11
1968	57	31	7	8
1969	80	31	18	5
1970	63	58	28	16

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação.

No ano de 1959, dos dezoito inscritos para o Concurso de Habilitação, apenas doze efetuaram a matrícula; em 1960, dos cinco inscritos, quatro se matricularam; em 1961, dos quinze, apenas nove; em 1962, dos vinte e sete, apenas seis; em 1963, trinta e cinco inscritos e trinta e nove matriculados; em 1964, vinte e nove inscritos e vinte matriculados; em 1965, vinte e quatro inscritos e dezoito matriculados; em 1966, trinta e quatro inscritos e quarenta matriculados; em 1967, quarenta e dois inscritos e quarenta e oito matriculados; em 1968, quarenta e quatro inscritos e cinquenta e sete matriculados; em 1969, sessenta e três inscritos e oitenta matriculados e em 1970, quarenta e três inscritos e sessenta e três matriculados. Nos anexos 17 a 28 correspondentes, foi encontrada a listagem com o nome dos acadêmicos nos anos de 1959 a 1970.

No exame dos documentos, não se encontrou uma explicação para esclarecer porque nos anos de 1963, 1966, 1967, 1968, 1969 e 1970 a quantidade de matriculados era superior ao número de inscritos nos Concursos de Habilitação.

Na análise da Tabela 3, observa-se que no ano de 1960, a quantidade de alunos na segunda série do curso era superior ao número de matriculados no início

do ano anterior, o que permite pensar que a FCPE recebeu, possivelmente, alunos de outras instituições em processo de transferência e que em 1961, novamente houve um incremento no número de matrículas na terceira série em relação à segunda série, talvez pelo mesmo motivo ao qual antes se fez referência. No entanto, os formandos relativos ao ano de ingresso de 1959 foram de dezesseis alunos, havendo evasão ou repetência.

Com relação aos ingressantes no ano de 1960 – quatro acadêmicos –, em 1961 os frequentadores da segunda série passaram a seis alunos, reduziu-se no ano seguinte para quatro e formaram-se em 1963, apenas três estudantes.

Em 1961, houve ingresso de 4 habilitados, no ano seguinte este número subiu para seis, no outro ano retornou para quatro e os formando foram três em 1963.

Dos seis habilitados em 1962, reduziram para quatro na segunda série e apenas um na terceira e quarta séries. Assim, calcula-se uma evasão de 83%, considerando o número de egressos em relação aos habilitados em 1962.

Trinta e nove foram habilitados em 1963, passaram a dezesseis em 1964 e 1965, sendo quatorze egressos como formandos em 1966.

No ano de 1964, houve vinte matriculados. No ano seguinte, subiu para vinte e dois alunos na segunda série, depois baixou para quatorze na terceira e formaram-se onze, permitindo-se calcular uma evasão de 45%, considerando o número de formandos em relação ao número de matriculados na primeira série do curso, o que parece ser um percentual elevado.

Em 1965 entraram dezoito alunos, na segunda série caiu para nove, na terceira para sete e na última série subiu para oito, que se formaram. Aqui há uma evasão de 66%, calculados da forma como anteriormente.

Para o ano de 1966, quando foram quarenta matriculados, na segunda série reduziu para vinte e dois, na terceira para sete e os formandos foram apenas cinco, portanto, calculando como antes referido, a evasão foi de 87,5%.

Em 1967, quarenta e oito alunos ingressaram no curso, na segunda série contava com trinta e um, na terceira série com dezoito e na formatura havia dezesseis graduados, com evasão de 62,5%.

Os ingressantes em 1968 foram cinquenta e sete, na segunda série, em 1969, havia trinta e um e na terceira série, em 1970, vinte e oito. Aqui fica prejudicado o cálculo da evasão e o número de formandos, pois o acontecimento foi fora do período do recorte temporal pesquisado.

Em 1969 ingressaram oitenta alunos e na segunda série havia cinquenta e oito. Pelo mesmo motivo que consta no parágrafo anterior, não foi aprofundada a análise do ocorrido.

Da mesma forma, não se efetuou a análise com relação a estes dados referentes ao ano de 1970, quando ingressaram sessenta e três acadêmicos, pois abarca período em que o curso de Economia já estava absorvido pela FURG.

Com relação à evasão, da forma como o cálculo foi efetuado, não existem evidências do “porque” de percentuais tão elevados, mas considerando informações obtidas durante as entrevistas com ex-alunos, pode-se inferir que se deve à dificuldade encontrada pelos acadêmicos com as disciplinas que exigiam o conhecimento de Matemática. Para o entrevistado Blasco Ibañes C. Torres, a evasão, no seu entendimento, devia-se à falta de conhecimentos na área de Matemática, conforme trecho transcrito abaixo:

[...] se entrou 42 dessa minha turma, e só 13 concluiu, porque o grande problema, o grande problema naquela época, não sei hoje, acredito que continue até hoje, mas era a formação em Matemática, as pessoas não conseguiam acompanhar o curso e via de regra, entrava e depois conseguiam transferência para o Direito para outro curso porque a Matemática ia depurando, isso aí, que aconteceu muito naquela época que eu peguei. (BLASCO TORRES, em 16.05.2015).

Em 09 de março de 2015, o entrevistado Carlos Henrique Canary enfatizou que “a cadeira de Economia, uma cadeira que apertava bastante. Matemática, era muita Matemática”.

Os dois entrevistados, na falta de dados documentais, dão informações que se consideram aceitáveis. A dificuldade com algumas disciplinas, principalmente a falta de conhecimentos em Matemática, deve ter afastado muitos acadêmicos do curso, provocando, em alguns anos, percentuais elevadíssimos de evasão. Para o senhor Canary, a disciplina de Economia talvez fosse outra que afastou muitos estudantes do curso de Economia. Com base no que diz Chervel (1990), uma disciplina comporta as grandes finalidades que presidiram sua constituição e, assim, é de se entender porque das dificuldades encontradas em Matemática e Economia. Estes são conhecimentos considerados indispensáveis para um economista, portanto, seria normal que a cobrança pelo aprendizado fosse maior, o que pode evidenciar que no curso de Economia os alunos teriam mais *status* do que em outras disciplinas. Nos anexos 17 a 28 relacionam-se todos os acadêmicos que passaram pela FCPE.

Ao longo do tempo demonstrado na tabela acima, constatou-se que durante todo o período, incluindo o ano de 1970 com o certame de ingresso administrado pela FCPE, matricularam-se na primeira série 396 alunos, sendo que apenas 81 acadêmicos conquistaram a graduação em Economia. A tabela a seguir traz dados apenas do período do recorte temporal pesquisado:

Tabela 4 – Formandos por ano

ANO	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
BACHARÉIS	15	3	7	1	13	11	8	5

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação.

Os egressos, em número que se considera reduzido pelos motivos antes referidos, refletem o percentual de 32% do total que ingressou na FCPE dos anos de 1959 a 1967. Não se consideraram os calouros dos anos de 1968 a 1970, pois os concluintes formaram-se já sob a administração da Universidade, portanto fora do recorte temporal pesquisado. Ao final do trabalho, nos anexos 28 a 35, estão as relações com os nomes de todos os egressos do curso de Economia.

Ainda, é preciso considerar neste trabalho as atividades dos discentes, que embora não constem nos registros acadêmicos, foram marcantes na sociedade rio-grandina. Para isso, foi preciso apoiar-se nos relatos orais que constroem a História da Educação na FCPE. Com suporte no que diz Portelli (1997), que História Oral diz “respeito a processos históricos e visa aprofundá-los por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individual”, que se apoia nos conteúdos dos relatos produzidos pelos entrevistados, na parte que trata dos discentes da FCPE.

O senhor Carlos Henrique Canary lembra que, naquela época, tinha o vestibular e que os veteranos submetiam os novatos ao castigo, dizendo que era muito engraçado e entende-se que isto revelava práticas escolares típicas de estudantes de elite. Para o referido senhor, os acadêmicos se organizavam para fazer uma passeata, que ficou conhecida na cidade como a “Passeata dos Bichos” e, para isso, os estudantes se organizavam no interior na faculdade e faziam cartazes, criticando a política e fazendo piadas. No entanto, para sair às ruas no dia da famosa passeata, antes era necessário passar pelo crivo da Polícia Federal, que censurava ou não os conteúdos que os alunos pretendiam apresentar durante o

desfile. Sobre as passeatas, Amaral (2011) diz que “é provável que as Passeatas dos Bichos (calouros que entravam para a universidade em Porto Alegre), apresentavam características de irreverência e crítica semelhantes à dos Gatos Pelados, que tinham começado seus desfiles na década de 1930”. Em Rio Grande, este tipo de acontecimento, no período ditatorial que viveu o País, a censura não impedia os jovens de apresentar modos de rebeldia. Ainda sobre as passeatas, Amaral (2011) ressalta que elas não se constituíam em movimentos que todos os participantes tinham consciência do conteúdo ou das críticas que faziam, pois muitos não conheciam o conteúdo dos cartazes e apenas refletiam o posicionamento daqueles que os elaboravam.

Este entrevistado falou também que os acadêmicos eram guerreiros no sentido de lutar por aquilo que entendiam ser melhor para o curso e, entre outras coisas, afirmou que se o professor não era bom, se fazia um movimento para trocar o docente, caracterizando que não permaneciam omissos e que reivindicavam o que fosse necessário para melhorar o curso. Este mesmo senhor, na parte final da entrevista, relata que sentiam a necessidade de trocar um dos professores. Os alunos fizeram tanta pressão, que o próprio docente resolveu afastar-se do curso, o que evidenciava que mantinham uma organização coletiva para reivindicar o que entendiam de direito.

Raimundo Espírito Santo, quando entrevistado, também fez referência à Passeata dos Bichos, lembrando que participou juntamente com os acadêmicos do curso da Escola de Engenharia Industrial, evidenciando que realmente foi um acontecimento importante, esperado anualmente pela comunidade rio-grandina. Este entrevistado realçou que as reivindicações dos alunos aconteciam dentro de um clima de diálogo, discussão sadia e que os questionamentos aconteciam sempre que necessários e que nem mesmo a forma como o professor ministrava a aula escapava de alguma reclamação.

Blasco Torres afirmou que, quando presidente do Diretório Acadêmico, teve envolvimento direto com a reivindicação para aquisição do prédio próprio para funcionamento da faculdade:

[...] e na época eu era o presidente do diretório, e requeri eu e os colegas a compra disso aí, numa época extremamente difícil, quando, quando o Ubatuba assumiu tinha cinco ou seis meses de atraso de salário dos funcionários municipais, era uma época realmente muito difícil, mas eu sei que nos fizemos bastante pressão, naquela época a Câmara de Vereadores era lá onde hoje é o Paço Municipal, nos conseguimos a aprovação para a

compra do prédio, nunca me esqueço, ainda um dia passei ali para fazer uma compra, ali ao lado, numa loja, e vi a obra, fiquei encantado, gostaria que fosses ali, se comprou aquilo com brisoleta, brisoleta, não sei se tu te lembras, brisoletas, se comprou aquilo com 3.300.000, 3.300.000 em brisoletas (BLASCO TORRES, em 16.05.2015)..

Ele lembrou que naquela época, um período de dificuldades econômicas, em que o executivo municipal atrasava os pagamentos de salários dos servidores em até seis meses, ele, gerenciando junto à Câmara de Vereadores, conseguiu a aprovação para aquisição do prédio da rua Luiz Loréa, onde funcionou por muito tempo a FCPE e até hoje pertence à FURG para outras atividades que não salas de aula. Blasco Torres confirmou que a compra foi realizada com o pagamento de 3.300.000 brisoletas²⁶. Ele falou também da luta pelo reconhecimento do curso, lembrando que já havia turmas de alunos com o curso concluído e não eram portadores do diploma que lhes conferia o título de economistas. Tomando providências por conta própria, procurou o engenheiro Francisco Martins Bastos, presidente da FCRG, que patrocinou a sua ida ao Rio de Janeiro para tratar do assunto “reconhecimento” junto ao Ministério da Educação e Cultura. Quando se referiu à “Passeata dos Bichos”, como presidente do Diretório Acadêmico, acompanhava o pessoal do DOPS²⁷ na análise dos cartazes antes da realização do evento. Era de praxe, segundo o entrevistado, confeccionar cartazes com mensagens que permitissem duplo sentido para tentar evitar a destruição pelos censores. Segundo ele, não tinham como objetivo o enfrentamento com autoridades ou governo, pois eram acadêmicos voltados para o estudo e suas atividades profissionais no mercado de trabalho. Entende-se que, talvez, apenas quisessem divertir-se e mostrar que eram capazes de transmitir suas mensagens de uma forma inteligente, sem entrar em atrito com os censores da polícia.

Nos anos de exceção, que começaram em março de 1964, sistematicamente os órgãos de repressão coíbiam as manifestações desfavoráveis ao governo e para burlar a ação de censores, principalmente os estudantes, utilizavam-se de artifícios para que suas mensagens chegassem à população, tentando evitar a destruição de, principalmente, cartazes que seriam apresentados, na maioria das vezes, em

26 Brisoletas, as inovadoras Letras do Tesouro Estadual (**brisoletas**) que viabilizaram grande número de investimentos sociais; faz uma série de investimentos específicos. Disponível em:

<<http://www.pdt-rj.org.br/paginaindividual.asp?id=112>>. Acesso em 01.11.2015.

27 Departamento de Ordem Política e Social. Disponível em:

<<http://www.falandodehistoria.com.br/paginasespeciais/arquivos-ditadura/dops.htm>>. Acesso em 01.11.2015.

passeatas.

É desta forma que se vê a destacada atuação do quadro discente da FCPE, participando de atividades sociais e da vida da Faculdade de Economia, mostrando, desde cedo, que mesmo sendo trabalhadores, destacavam-se evidenciando que ali se formavam lideranças que, mais tarde, mostrariam o quanto foi importante ter vivido aqueles anos dentro da academia de economia local.

3.3 Práticas Escolares: Currículo, Ingresso, Egressos

Nesta etapa do trabalho de pesquisa, serão apresentados detalhes do cotidiano escolar, ou ainda, a possibilidade de entrar, com base no que diz Faria Filho (2004), na “caixa preta” da instituição escolar, aqui no caso a FCPE do Rio Grande. Para isso, serão utilizados documentos, atas, decretos e registros existentes no NUME, que proporcionaram saber sobre a vida e os diversos sujeitos que participaram da cultura escolar.

No primeiro momento, trata-se do currículo acadêmico e das disciplinas escolares e tenta-se compreender o que se pretendia alcançar com o currículo nas disciplinas ministradas nas salas de aula. Por isso que se trata do corpo profissional, ou seja, segundo Julia (1995), os agentes que obedecem às ordens e utilizam os dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar a sua aplicação.

Num momento posterior, ainda com base nas normas e práticas utilizadas, detalhou-se amiúde como foram os ingressos dos discentes ao longo do período do recorte temporal pesquisado.

Posteriormente, apoiou-se na ideia dos “conjuntos de aspectos institucionalizados” de Viñao Frago (1995), que incluem práticas e condutas, além de ritos, para mostrar como foram os momentos finais²⁸ de vínculo dos acadêmicos com a Faculdade de Economia.

28 Quando se refere aos momentos finais de vínculo com a instituição, se está aludindo aos atos formais de encerramento do curso, com o conseqüente desligamento do aluno da academia, sendo este o momento que o discente celebra a conquista do certificado de graduação.

3.3.1 Currículo

O primeiro currículo ou grade curricular, ou, ainda, quadro sequencial lógico, como definem algumas instituições de ensino superior, na FCPE foi estabelecido através de Decreto pelo senhor Prefeito Municipal de Rio Grande, doutor Álvaro Ribeiro Pereira. O documento datado de 11 de agosto de 1958 recebeu o número de 1803 e definiu as seguintes cadeiras para cada série do curso que estava previsto para graduar seus egressos em quatro anos:

1.ª Série – Complementos de Matemática, Economia Política, Valor e Formação de Preços, Contabilidade Geral e Instituições de Direito Público;

2.ª Série – Estruturas das Organizações Econômicas, Valor e Formação de Preços, Moeda e Crédito, Geografia Econômica, Estrutura e Análise de Balanços e Instituições de Direito Privado;

3.ª Série - Repartição da Renda Social, Comércio Internacional e Câmbio, Estatística Metodológica, História Econômica e Geral do Brasil, Ciência das Finanças e Ciência da Administração;

4.ª Série – Evolução da Conjuntura Econômica, Política Financeira, História das Doutrinas Econômicas, Estudo comparado das Doutrinas Econômicas, Estatística Econômica e Princípios da Sociologia Aplicados à Economia.

Quase sete meses antes de começar o primeiro ciclo letivo, o poder executivo municipal já havia definido as bases curriculares para o curso que iniciou em março de 1959.

Neste mesmo documento legal, o Prefeito também definiu quem seriam os profissionais responsáveis pelas cadeiras elencadas. Não se encontrou documento algum que permitisse saber qual a razão da escolha das disciplinas definidas, apenas permite supor que, talvez, por influência do curso de Economia existente em Pelotas e também pelo trabalho dos economistas de Rio Grande, afinal já estavam organizados em associação, alguns oriundos do curso da vizinha cidade.

Pensa-se: por que a escolha dessas disciplinas? Foram realizadas escolhas a partir da especificidade da área, como observa-se nos nomes das disciplinas, mas as escolhas se dão também por interesses e constituição de campos de poder. Certamente, neste jogo há disputas e conflitos para definir determinadas áreas do conhecimento, agregados com as aptidões pessoais dos futuros professores. Por ocasião das escolhas, possivelmente tenha ocorrido o que Pierre Bourdieu definiu como campo²⁹. Isto pode ter ocorrido nos bastidores que definiram o conteúdo do Decreto Municipal nº 1803, que definiu, em 11 de agosto de 1958, quais as disciplinas do curso e quem seriam os professores.

Blasco Torres destaca que o curso trabalhava principalmente disciplinas com ênfase em aspectos Macroeconômicos³⁰, mas que também tinha conteúdos sobre Microeconomia³¹.

A constituição do ensino de economia no Brasil, segundo Silva (2011), teve início apenas no século XVIII e foi mencionada pela primeira vez no Decreto Real de 23 de fevereiro de 1809. Somente na década de 1820 é que o ensino da ciência econômica foi incorporado ao curso de Direito, com a cadeira de Economia Política.

Na reunião da Congregação de 27 de junho de 1965, na ata nº 44, o Diretor, professor Aldo Lapolli, falou de sua viagem ao Rio de Janeiro, conforme previsto na ata nº 43, tratando do processo de reconhecimento do curso de Economia e que esteve em contato com o professor doutor Manoel Orlando Ferreira³², a quem competia dar o parecer sobre o reconhecimento. O professor Aldo falou que o parecerista pretendia manifestar-se contrariamente, baseando-se no fato de que em Rio Grande não havia mercado de trabalho para economistas e que existia escassa possibilidade para constituir um corpo docente com os mínimos requisitos.

29 Espaço em que dominantes e dominados lutam pela manutenção e pela obtenção de determinados postos.

30 A Macroeconomia estuda o comportamento do sistema econômico por um reduzido número de fatores, como a produção ou produto total de uma economia, o nível de emprego e poupança, o investimento, o consumo, o nível geral dos preços. Disponível em: <http://www.economiabr.net/economia/1_macroconomia.html>. Acesso em: 02.11.2015.

31 Microeconomia é o ramo da ciência econômica voltado ao estudo do comportamento das unidades de consumo (indivíduos e famílias); ao estudo das empresas e ao estudo da produção de preços dos diversos bens, serviços e fatores produtivos.

Disponível em: <http://www.economiabr.net/economia/1_microconomia.html>. Acesso em: 02.11.2015.

32 Diretor do Departamento Econômico do Conselho Nacional de Economia.

No entanto, contra argumentando, o Diretor frisou que, em processos anteriores, o Conselho Federal de Educação opinara favoravelmente ao reconhecimento e funcionamento de cursos em regiões menos desenvolvidas e que os professores, que já tinham sido aceitos pelo ex-Conselho Nacional de Educação, eram considerados aprovados, conforme era possível ver em publicações e documentos. Diante da apresentação desses argumentos, o professor Manoel Orlando Ferreira solicitou que a Faculdade dirigisse ao senhor Diretor de Ensino Superior explicando tal fato e falou ainda que não desejava de modo algum prejudicar a comunidade rio-grandina, considerando que a Faculdade estava integrada na consciência de seu povo.

Sugeriu que se fizesse uma reforma no currículo, objetivando a especialização para administradores de empresas, o que, certamente, encontraria fácil e imediato campo de ação para os bacharéis. O professor Manoel Orlando Ferreira apresentou como exemplo a Faculdade de Uberaba, no Triângulo Mineiro, que foi adaptada a esse novo currículo.

O citado professor prometeu interessar-se pelo caso, estudar o processo e opinar de modo a não criar entraves. A dicotomia e paradoxos na composição dos cursos de Economia em ter mais caráter teórico-conceitual ou mais técnico foi recorrente no país, como apareceu na questão levantada acima pelo Sr. Manoel Ferreira. Ao compreender estas diferenças, buscou-se em Pereira (1979) conteúdo para comparar o objetivo dos cursos de economia e de administração de empresas. Para Pereira, a economia tem como objetivo a produção, a circulação e a distribuição de bens e, como princípio de coordenação, o mercado e a concorrência. Ainda segundo Pereira (1979), a administração está associada ao capitalismo monopolista e ao controle da produção pelas organizações burocráticas e também tem como objetivo a produção, a circulação e a distribuição de bens, mas ao nível de cada empresa. Neste sentido, a Economia se torna um conhecimento bem mais aprofundado que a administração, mas em termos de praticidade as políticas governamentais parecem ter reforçado o caráter técnico no período.

Conforme Dantas (1987), em relação à proposta para alteração curricular, sugerida pelo Diretor de Ensino Superior do Conselho Nacional de Economia, deveria estar embasada na mudança da grade de disciplinas ocorrida no ano de 1962, quando se privilegiaram as matérias de caráter técnico em detrimento das matérias que enfocavam a questão do subdesenvolvimento e a problemática

brasileira. Por isso, a pressão em caracterizar o curso de Economia de forma mais técnica.

Nesta histórica reunião da congregação de professores, foi então aprovada a nova grade curricular do curso de Economia, por sugestão do professor encarregado de analisar o processo de reconhecimento do curso da FCPE:

1.ª Série:

- 4 Contabilidade Geral - Economista;
- 5 Introdução a Economia – Economista Miguel Glaser Ramos;
- 6 Matemática Geral – Engenheiro Edison de Souza Mendonça;
- 7 Instituições de Direito – Advogado Odenath Pereira Ferreira;
- 8 Sociologia e Introdução à Metodologia científica – Advogado Jorge Luiz Susini.

2.ª Série:

- Introdução à Administração – Economista Emidio Figueiredo de Araújo;
- Análises de Balanços – Economista Odilon Gomes de Oliveira;
- Análise Macro Econômica – Economista José Carvalho Freire;
- Contabilidade Nacional – Economista Francisco Bianchini;
- Matemática Financeira – José Luiz Fonseca da Silva;
- História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil – Economista Odilon Gomes de Oliveira.

3.ª Série:

- Análise Econômica e Financeira do Capital das Empresas – José Luiz Fonseca da Silva;
- Economia Internacional – Economista Fuad Abdalla Nader;
- Moeda e Bancos – Economista Fuad Abdalla Nader;
- Estatística Geral – Economista Carlos Moll;

- Direito Aplicado à Economia – Advogado Fernando Eduardo Freire;
- Geografia Econômica – Economista Roberto Coimbra Edon.

4.ª Série:

- Análise Macroeconômica – Economista Carlos Moll;
- Finanças Públicas – Economista Aldo Lapolli;
- Economia e Política Agro-pesqueira – Agrônomo Antônio Carlos Lourenço;
- Estatística Econômica – Economista Roberto Coimbra Edon;
- História do Pensamento Econômico – Economista Miguel Glaser Ramos;
- Sociologia do Desenvolvimento – Advogado Jorge Luiz Susini.

5.ª Série:

- Análise da Administração Pública – Economista Aldo Lapolli;
- Administração Rural e Comercialização Agrícola – Agrônomo Antônio Carlos Lourenço;
- Política e Programação Econômica – Econ. Emidio Figueiredo de Araújo;
- Política Financeira – Economista Giovani Roque di Gesu;
- Projetos e Prática Profissional – ministrado pelo entrosamento dos vários departamentos.

Ainda com base no registrado na Ata nº 46, o currículo acima foi inspirado no que era aplicado na Faculdade de Ciências Econômicas de Uberaba e por sugestão do professor Manoel Orlando Ferreira, a quem caberia a análise do processo de reconhecimento do curso de Economia da FCPE do Rio Grande. O currículo, aprovado por unanimidade nesta reunião, seria levado à consideração do Prefeito Municipal e posteriormente submetido à aprovação do Conselho Federal de Educação. A grade curricular aprovada pela Congregação de Professores era constituída por atores que, suponha-se, tinham conhecimento para deliberar sobre o assunto, mas ao mesmo tempo, dependiam da consideração do executivo municipal, quem, por fim, decidia sobre o quadro de disciplinas a serem aplicadas. O executivo dava a palavra final, pois através de Decreto publicava a grade curricular que deveria ser obedecida pela FCPE.

Este currículo deveria ser implementado a partir do ano seguinte, ou seja, no ano letivo de 1966 e elevaria de quatro para cinco as séries a serem cursadas pelos graduandos.

No dia 1º de março de 1967, a Congregação de Professores reuniu-se e promoveu novas alterações no currículo, ficando aprovado – Ata nº 57 – como segue:

1.ª Série

- Contabilidade – prof. Giovani Roque di Gesu;
- Instituições de Direito – prof. Odenath Pereira Ferreira;
- Introdução à Economia – prof. Miguel Glaser Ramos;
- Matemática – Edison de Souza Mendonça;
- Instituições de Direito – Miguel Damado Carvalho;
- Sociologia – prof. Jorge Luiz Susini.

2.ª Série

- Análises de Balanços – prof. Odilon Gomes de Oliveira;
- Análise Microeconômica – prof. José Carvalho Freire;
- Contabilidade Nacional – prof. Francisco Bianchini e Instrutor – economista Álvaro Ribeiro;
- História Econômica – prof. Odilon Gomes de Oliveira;
- Introdução a Administração – prof. Giovani Roque di Gesu;
- Matemática Financeira – prof. José Luiz Fonseca da Silva.

3.ª Série

- Análise da Administração Pública – prof. Aldo Lapolli e Instrutor – economista – Leon Coutelle Filho;
- Análise Econômica e Financeira do Capital das Empresas – prof. José Luiz Fonseca da Silva e Instrutor – economista Leon Coutelle Filho;

- Economia Internacional – prof. Fuad Abdalla Nader;
- Estatística Geral – prof. Carlos Moll;
- Direito Aplicado à Economia – prof. Mário Schroeder Rodrigues;
- Geografia Econômica – prof. Roberto Coimbra Edon;
- Moeda e Bancos – prof. Fuad Abdalla Nader;
- Instituições Econômicas – prof. Ruy Soares Godinho;
- Política e Programação Econômica – prof. Otílio da Rosa Riet e Instrutor, Felício Leite.

4.ª Série

- Análise da Administração Pública – prof. Aldo Lapolli e instrutor, Leon Coutelle Filho;
- Análise Macroeconômica - prof. Emidio Figueiredo de Araújo, instrutor, economista Thomaz Lucia;
- Economia e Política Agropecuária – prof. Antônio Carlos Lourenço;
- Estatística Econômica – prof. Roberto Coimbra Edon e instrutora – economista – Maria Alves Henriques;
- Finanças Públicas – prof. Aldo Lapolli e instrutor, economista Luiz Carlos dos Santos;
- História do Pensamento Econômico – prof. Miguel Glaser Ramos e instrutor, economista Oriente Salomão Dias;
- Projetos e Prática Profissional – prof. Thomaz Lucia;
- Sociologia do Desenvolvimento – prof. Jorge Luiz Susini.

Na aludida assembleia, a Congregação dos Professores reduziu o curso de cinco para quatro anos, o que foi mantido até a sua incorporação pela FURG no ano de 1969.

Nada se encontrou sobre a ementa de cada uma das disciplinas, bem como algum plano de ensino. Considerando que no primeiro currículo havia um total de 23 disciplinas, esse número aumentou para 29 matérias e pelo título de cada uma das cadeiras, percebe-se que ficou mais abrangente, incluindo disciplinas voltadas à Administração, como o recomendado pelo examinador do processo de

reconhecimento, professor Manoel Ferreira. Na redução de cinco para quatro anos, o enxugamento aconteceu com o acréscimo de três disciplinas na terceira série e de duas disciplinas na quarta série, portanto, não houve perda de conteúdo, apenas mais disciplinas em cada uma das duas últimas séries do curso e a consequente redução de um ano. Supõe-se que não houve redução da carga horária e que o currículo do curso em cinco anos sequer foi implementado. Era apenas uma previsão, para adequar o currículo com vista ao reconhecimento.

Ainda no ano de 1967, no dia 25 de setembro, o Diário Oficial da União publicou o Decreto nº 61.401 de 22 de setembro de 1967, assinado pelo Presidente da República, reconhecendo o curso de Economia da FCPE do Rio Grande, concluindo uma batalha que durou, pelo menos, seis anos de intensa luta para ver coroada de êxito o trabalho da municipalidade, professores e alunos.

3.3.2 Ingressos – Concursos De Habilitação

No momento em que os dados obtidos na pesquisa sobre aspectos históricos da FCPE foram apresentados, no que se refere ao ingresso dos discentes na instituição, buscou-se apoio em Magalhães (2004), que diz que é preciso conhecer o processo histórico e analisar a materialidade, organização e funcionamento das instituições escolares, entendendo as rotinas e os ritos empregados pela organização escolar ou acadêmica. Nessa discussão conceitual, Duarte (2008) aponta que ao se tratar do tema vinculado ao ensino superior, pode-se afirmar que “a cultura acadêmica nutre-se da cultura escolar e esta, do mesmo modo, também se nutre da cultura acadêmica” (DUARTE, 2008, p. 661).

Para melhor entender o ritual de ingresso no curso de Economia, apresentaram-se os dados recolhidos durante os anos de funcionamento da Faculdade e os procedimentos que se tornaram praxe na instituição, mostrando, através destas informações, os aspectos da cultura escolar e das práticas institucionais.

Na primeira página da edição do dia 29 de janeiro de 1959 do Jornal RIO GRANDE, foi anunciado o primeiro concurso de Habilitação para o preenchimento de vagas na primeira turma do curso de Economia. No anúncio, fazia-se constar que na banca examinadora haveria a participação dos professores catedráticos da Universidade do Rio Grande do Sul, Odacir Beltrão para Português e Jacir do Carmo para Matemática.

Na edição de 12 de fevereiro de 1959, na primeira página, a FCPE publicou o Edital 1/59 sobre o Concurso de Habilitação, anunciando que as provas seriam às vinte horas dos dias 16, 17, 18, 20 e 23 de fevereiro, na Escola de Belas Artes e contariam com a seguinte banca examinadora:

Dia 16 – Português – prova escrita;

Dia 17 – Matemática – prova escrita;

Dia 18 – Português e Matemática – prova oral;

Dia 20 – Geografia Econômica do Brasil – provas escrita e oral;

Dia 23 - História do Brasil – provas escrita e oral.

Bancas:

Português – Prof. Odacir Beltrão – URGs, Prof. Jacir do Carmo – URGs e Prof. Odenath Pereira Ferreira;

Matemática – Prof. Odacir Beltrão – URGs, Prof. Jacir do Carmo – URGs e Prof. Carlos Horst;

Geografia Econômica do Brasil – Prof. Francisco Bianchini, Prof. Odilon Gomes de Oliveira e Prof. Giovanni Roque di Gesu;

História do Brasil – Prof. Jorge Luis Susini, Prof. Francisco Bianchini e Prof. Carlos Moll.

Na edição do dia 28 de fevereiro de 1959, na contracapa do mesmo jornal, a FCPE publicou edital para o 2º Concurso de Habilitação, com 19 vagas, e que os interessados procurassem a Secretaria no Edifício da Escola de Belas Artes, nos horários das 9h às 11h30 e das 20h às 22h. O documento assinado pelo diretor Roberto Coimbra Edon e datado de 27.02.1959, informava que era necessário apresentar os seguintes documentos para inscrição: Requerimento; Prova de conclusão do ensino secundário; Carteira de identidade; Atestado de sanidade física e mental; Certidão de nascimento; Prova de estar em dia com o serviço militar; Prova de pagamento da inscrição.

Este Edital foi republicado na página cinco da edição do dia de 03 de março de 1959 do Jornal RIO GRANDE.

Nos dias 02 de março de 1959, na segunda página do jornal RIO GRANDE foi publicado o Edital como horário – 20 horas - e dia das provas:

Dia 04.03 – Português – prova escrita – banca: prof. da Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, prof. Odenath Ferreira Pereira e Mario S. Rodrigues;

Dia 05.03 – Matemática – prova escrita – banca: prof. da Faculdade de

Ciências Econômicas de Pelotas, prof. Carlos Horst e prof. Odilon Gomes de Oliveira;

Dia 06.03 – Português e Matemática – prova oral – banca: para a prova de Matemática -prof. da Faculdade Ciências Econômicas de Pelotas, prof. Carlos Horst e prof. Odilon Gomes de Oliveira; para a prova de Português - prof. Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, Odenath Ferreira Pereira e Mario S. Rodrigues.

Dia 07.03 – Geografia Econômica do Brasil – provas escrita e oral – banca: prof. Francisco Bianchini, Atilio dos Santos Oliveira e Giovani Roque di Gesu;

Dia 09.03 – História do Brasil – provas escrita e oral – banca – prof. Jorge Luis Susini, José Carvalho Freire e Mario S. Rodrigues. (Jornal RIO GRANDE, edição de 03.03.1959).

A FCPE anunciou o seu primeiro Concurso de Habilitação para os dias 16, 17, 18, 20 e 23 de fevereiro de 1959, com provas escrita e oral. No entanto, parece que a afluência de candidatos deve ter sido muito pequena, uma vez que a Direção decidiu reabrir o período de inscrições, ofertando 19 vagas.

Verificando os nomes que constituíram as bancas examinadoras, viu-se que, para as provas anunciadas para fevereiro de 1959, constavam os nomes de dois professores da URGS e quando do segundo concurso, esses professores foram substituídos por outros da Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas. Deduziu-se que a alteração das datas do concurso pode ter sido o motivo pelo qual foram substituídos. Alguns professores da FCPE que estavam previstos para comporem as bancas do primeiro concurso, também foram substituídos para as provas de março de 1959.

Outro detalhe interessante era a quantidade de documentos que deveriam ser apresentados no momento da inscrição, como, por exemplo, o requerimento e atestados de sanidade física e mental. A inscrição era paga, mas não se encontraram documentos que revelassem o valor da taxa cobrada pela Faculdade.

Ao final, foram divulgados os nomes de 12 aprovados de um total de 18 candidatos inscritos no Concurso de Habilitação. Na parte que trata dos anexos, estão listados os nomes de todos os inscritos para o primeiro Concurso de Habilitação da FCPE do Rio Grande.

Tabela 5 – Concurso de Habilitação 1959

CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1959

	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL
INSCRITOS	22	2	24
EXAMINADOS	22	2	24
APROVADOS	13	2	15

Fonte: Arquivo Geral – FURG - FCPE – boletim estatístico.

Foi encontrada divergência entre os dados que constam do Boletim Estatístico relativo ao ano de 1959, que informa da inscrição de 24 candidatos, enquanto nas relações (Anexo 5) com nomes de inscritos existentes no NUME, aparecem 18 pessoas. Seguindo as informações do boletim, os 24 inscritos, 22 homens e duas mulheres, compareceram aos exames e destes, 15 foram aprovados. Os reprovados foram homens. A afluência de candidatos pode ser considerada boa, levando em conta que era o primeiro ano de atividades da faculdade.

Com base em matérias jornalísticas, através da notícia de primeira página da edição de 14 de março de 1959 do Jornal RIO GRANDE, soube-se que no dia 16 de março aconteceria a solenidade de início do ano letivo, com missa às 20 horas na Matriz de São Pedro e, logo após o evento religioso, seria dada a aula inaugural às 21 horas, portanto, logo após os atos católicos e possivelmente no interior da Igreja Matriz. Já na edição de 17 de março de 1959 do mesmo jornal, também na primeira página, havia relato da solenidade de instalação da FCPE com a presença do deputado Joaquim Duval.

A partir de então, começou o relacionamento dos alunos com a instituição, com o compromisso dos professores de transferir conhecimentos dentro do previsto no currículo implementado e os discentes com a obrigação de assumir o cumprimento do regimento interno até os momentos finais do curso, culminando com a graduação.

Desse modo, aconteceu, portanto, os primeiros momentos de atividades do curso de Economia da FCPE do Rio Grande, recebendo destaque no principal jornal da cidade e com o envolvimento das principais autoridades do município e representações de outros locais do Estado. No item 3.6 deste trabalho este assunto é tratado com mais profundidade.

No segundo ano de funcionamento de FCPE, o Jornal RIO GRANDE anuncia

em primeira página, na edição de 08 de janeiro de 1960, que as inscrições para o Concurso de Habilitação estariam abertas no período de 02 a 20 de fevereiro e que os interessados poderiam procurar a Secretaria no prédio da Escola de Belas Artes, nos horários das 9h às 11h30 e das 20h às 22h. Neste anúncio não há referência à documentação a ser apresentada pelos candidatos para inscrição, mas é possível pressupor que seriam as mesmas anunciadas para o concurso do ano anterior.

No dia 12 de janeiro, o mesmo jornal publica em primeira página que os contabilistas poderiam inscrever-se para os exames de acesso ao curso de Economia, o que leva a acreditar que naquela época havia restrições para os egressos dos cursos técnicos quanto ao ingresso em escolas de nível superior. O convite para inscrições ao concurso novamente é feito através de chamada em primeira página do jornal antes referido, na edição do dia 18 de janeiro.

Posteriormente, ainda em primeira página, na edição de 22.02.1960, o jornal anuncia que as provas serão aplicadas às 20h do dia 24 de fevereiro para a disciplina de Português, no dia 25, a prova de Matemática, no dia 26, Geografia Econômica do Brasil e no dia 27, História do Brasil.

Nos documentos depositados no NUME, encontraram-se os nomes da banca examinadora, que foi constituída pelos professores Hélio Benjamin Vieira, Odilon Gomes de Oliveira, José Carvalho Freire, Odenath Pereira Ferreira, Carlos Moll, Mário Schroeder Rodrigues, Francisco Bianchini, Miguel Glaser Ramos, Atílio dos Santos Oliveira, Jorge Luiz Susini e Giovani Roque di Gesu. Na relação encontrada, não há definição de qual professor cuidaria de que disciplina durante o concurso.

Comparando a notícia publicada pelo Jornal RIO GRANDE edição de 22.02.1960 e o relacionado no documento encontrado no NUME, neste consta a seguinte data das provas: dia 15 de fevereiro Matemática – prova escrita no dia 16, Matemática – prova oral; dia 17 provas escrita e oral de Português; dia 18, provas escrita e oral de Geografia; e no dia 20 de fevereiro, provas escrita e oral de História.

Como a data da publicação no Jornal RIO GRANDE foi em 22 de fevereiro de 1960, compreende-se que as datas das aplicações das provas foram efetivamente aquelas publicadas no citado diário rio-grandino. Apresentaram-se apenas cinco candidatos, cujos nomes constam no Anexo 06.

Tabela 6 – Concurso de Habilitação – 1960

CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1960

	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL
INSCRITOS	5	0	5
EXAMINADOS	5	0	5
APROVADOS	4	0	4

Fonte: Arquivo Geral – FURG - FCPE – Boletim Estatístico.

Na análise dos dados da tabela 6, constatou-se que apenas homens se interessaram pelo curso de Economia e em número muito reduzido, permitindo deduzir que a Direção da FCPE encontrou dificuldades para fazer que o curso continuasse. Não fosse a presença governamental, acredita-se que seria extinto já no segundo ano, pois se fosse uma faculdade da iniciativa privada, o número de alunos não justificaria o investimento feito.

Na edição do dia 05 de março de 1960, também em primeira página, o RIO GRANDE anuncia as aprovações e a aula inaugural programada para o dia 14 de março. No entanto, na edição de 12 de março, o jornal, em sua página 5, anuncia que a aula inaugural prevista para o dia 14 fora transferida para as 21 horas do dia 19 de março, com palestra do Irmão José Otão, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Na edição do dia 19 de março, o Jornal anunciava com a seguinte manchete: “Deverá chegar, hoje à tarde, o Irmão José Otão” e no corpo do texto falava da aula inaugural às 21 horas no salão nobre da Escola de Belas Artes.

A chamada para o Concurso de Habilitação para o ano acadêmico de 1961 começou com a publicação, em página interna, do Edital - matéria paga - que recebeu o número 01-61 da Diretoria de Educação e Saúde da Prefeitura Municipal do Rio Grande, anunciando o período para inscrições dos dias 02 a 20.01.1961, no horário das 9h às 11h30 e das 19h30 às 21h, no Edifício da Escola de Belas Artes, com previsão para 30 vagas, em documento assinado por Roberto Coimbra Edon, diretor da FCPE, Edio de Oliveira Cardoso, secretário e Dr. Ruy Poester, inspetor. Este Edital foi republicado nas edições entre os dias 3 a 20 de fevereiro de 1961. Provavelmente os responsáveis pelo curso pretendiam garantir maior número de candidatos, devido à experiência frustrada do ano anterior, por isso, investiram em publicação do edital por vários dias.

No entanto, é provável que não tivessem conseguido preencher as 30 vagas. Então, novo Edital foi publicado na edição de 01 de março de 1961, com as mesmas características do anterior, mas com novo período para inscrições, de 01 a 06 de

março de 1961, agora disponibilizando 22 vagas. Este edital foi republicado na edição do dia 04.03.1961. Os componentes da banca e os conteúdos das provas permaneceram idênticos aos dos anos anteriores.

Apesar das insistentes chamadas pela imprensa escrita, no principal jornal diário da cidade, apenas 15 candidatos inscreveram-se para o certame, não preenchendo as 30 vagas inicialmente oferecidas. Seus nomes estão relacionados no Anexo 07.

Tabela 7 – Concurso de Habilitação - 1961

CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1961

	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL
INSCRITOS	15	0	15
EXAMINADOS	11	0	11
APROVADOS	9	0	9

Fonte: Arquivo Geral – FURG - FCPE - Boletim estatístico.

No exame dos dados contidos na tabela acima, verifica-se que, apesar do apelo com 12 inserções numa sequência de dias do edital no principal jornal diário da cidade, a quantidade de inscritos foi realmente muito pequena, ou seja, apenas 15 inscritos para uma oferta de 30 vagas em curso noturno e livre de mensalidades. Ainda, pode-se acrescentar que dos 15 inscritos, 11 compareceram aos exames e destes, apenas nove foram aprovados, sendo que nenhuma mulher se apresentou como pretendente a uma das vagas.

O Jornal RIO GRANDE, na edição de 04 de março de 1961, na contracapa, divulga matéria sob o título “FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS: AULA INAUGURAL NO DIA 13”, informando que a aula inaugural estava prevista para as 20 horas no auditório da Escola de Belas Artes, com palestra do professor Ary Burger, da Universidade do Rio Grande do Sul. Na sua edição do dia 17 de março, na primeira página, divulga matéria fazendo comentários elogiosos sobre a palestra do professor Ary Burger sobre “O desenvolvimento econômico e a agricultura”, com a presença de diversas autoridades locais e do Estado. Esta prática de promover a aula inaugural faz parte da cultura dos cursos de graduação, que são aspectos da cultura escolar como atividade de recepção dos calouros e de incrementar a visibilidade do curso na comunidade.

Em 1962, as bancas examinadoras e os conteúdos das provas não se alteraram muito. Para o Concurso de 1962, não houve maiores dificuldades, os

acontecimentos saíram como o previsto e os candidatos foram em número de 27, superando em muito o de todos os anos anteriores.

Tabela 8 – Concurso de Habilitação – 1962

CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1962

	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL
INSCRITOS	24	0	24
EXAMINADOS	10	0	10
APROVADOS	6	0	6

Fonte: Arquivo Geral – FURG - FCPE – Boletim estatístico.

Na análise, observa-se que neste concurso houve apenas candidatos do sexo masculino, o que pode demonstrar o desinteresse das mulheres, àquela época, em dominar os assuntos da área econômica. Verificou-se que dos 24 inscritos, apenas 10 compareceram às provas e destes, somente seis foram considerados aptos a frequentar o curso de Economia. Como divergência, aponta-se que na listagem dos inscritos (Anexo 8) para o certame, encontrada no NUME, havia 27 nomes de inscritos, mas no Boletim Estatístico da FCPE os registros são de 24 candidatos, o que evidencia falta de cuidado no registro de algumas informações. É possível pensar o que levaria os candidatos a se inscreverem e não comparecerem. Poderia ser as dificuldades das provas ou, ainda, os candidatos não teriam condições de frequentar o curso. Essas são algumas indagações que se podem apenas supor, já que nas inscrições dos candidatos não se tem certeza do nível socioeconômico destes para saber o porquê da desistência. Também não se encontraram dados que poderiam relacionar às dificuldades do exame³³.

No ano seguinte, em 1963, houve quase a mesma composição das bancas e os mesmos conteúdos relacionados. Entretanto, o número de inscritos superou todos os anos anteriores, atingindo 44 concursandos – vide anexo 9.

33 Observou-se que havia investimento na propaganda do edital em anunciar à sociedade rio-grandina o concurso de ingresso, que nesse caso, surtiu efeito nas inscrições, mas não no comparecimento dos participantes.

Tabela 9 – Concurso de Habilitação – 1963

CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1963

	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL
INSCRITOS	43	1	44
EXAMINADOS	42	1	43
APROVADOS	42	1	43

Fonte: Arquivo Geral – FURG - FCPE – Boletim estatístico.

Neste concurso, um dos inscritos não compareceu, havia apenas uma mulher candidata e os 43 pretendentes foram aprovados. Neste sentido, é possível perceber que o aumento foi significativo e que não ocorreram desistências na realização das provas. Após quatro anos de funcionamento da FCPE, a quantidade de mulheres com interesse em Economia ainda é muito reduzida, significando um percentual muito pequeno em relação ao número de homens.

Portanto, no ano de 1964, a inovação foi a inclusão da aplicação do teste vocacional que, para Nunes (2008), pode ser aplicado quando se deseja conhecer:

Quanto à formação dos interesses, os autores indicam que as pessoas tendem a possuir interesses pelas áreas ou atividades nas quais possuem crença de auto-eficácia favorável e nas quais antecipam resultados positivos. Os interesses, por sua vez, devem influenciar as intenções e o comprometimento dos sujeitos em áreas específicas o que, por sua vez, tende a levar a determinadas escolhas de carreira. (NUNES, 2008 s/d).

Examinando a relação de professores que trabalhavam na FCPE não se encontraram profissionais com habilitação em psicologia para aplicação deste tipo de teste. No entanto, é possível que, como a FCPE era uma autarquia municipal, se valesse de algum profissional do quadro de servidores municipais com a habilitação necessária para este tipo de trabalho.

Para este Concurso de Habilitação houve uma redução no número de inscritos, que ficaram em 29 candidatos - vide anexo 10.

Tabela 10 – Concurso de Habilitação 1964

CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1964

	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL
INSCRITOS	25	4	29
EXAMINADOS	23	4	27
APROVADOS	23	4	27

Fonte: Arquivo Geral – FURG - FCPE – Boletim estatístico.

Houve duas desistências de candidatos a fazer as provas entre os inscritos. Foram quatro inscritas do sexo feminino e todos foram considerados aprovados.

No Concurso de Habilitação do ano de 1965, inscreveram-se 24 candidatos, que estão relacionados no Anexo 11.

Tabela 11 -Concurso de Habilitação - 1965

CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1965

	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL
INSCRITOS	24	0	24
EXAMINADOS	23	0	23
APROVADOS	23	0	23

Fonte: Arquivo Geral – FURG - FCPE – Boletim estatístico.

Com base na tabela acima, observa-se que apenas homens se inscreveram para as provas do concurso.

Para o ano de 1966, os registros encontrados no NUME indicam que houve 34 candidatos inscritos, relacionados no Anexo 12.

Tabela 12 – Concurso de Habilitação - 1966

CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1966

	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL
INSCRITOS	35	1	36
EXAMINADOS	35	1	36
APROVADOS	35	1	36

Fonte: Arquivo Geral – FURG - FCPE – Boletim estatístico.

Neste concurso os homens representavam 97% dos inscritos, com apenas uma mulher se inscrevendo para as provas. Os documentos encontrados do NUME constam com 35 candidatos inscritos, mas no boletim estatístico, como visto, o número de inscritos foi maior, ou seja, 36 concursandos.

Em 1967, todos os candidatos inscritos alcançaram o mínimo de pontuação exigida e, assim, ficaram habilitados a efetuar a matrícula. No referido ano, pela primeira vez, o número de candidatos inscritos ultrapassou o número de matrículas permitido na primeira série, razão pela qual foi solicitada ao Ministério da Educação e Cultura autorização para matrícula dos excedentes. Este aumento no número de pretendentes ao curso de economia pode estar associado a maior visibilidade da FCPE na cidade, provocada pela participação de professores e alunos em diversas

atividades em Rio Grande, como será destacado mais adiante. Ao todo, foram 42 inscritos e seus nomes constam no Anexo 13.

Tabela 13 - Concurso de Habilitação - 1967

CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1967

	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL
INSCRITOS	37	5	42
EXAMINADOS	37	5	42
APROVADOS	37	5	42

Fonte: Arquivo Geral – FURG - FCPE – Boletim estatístico.

No Concurso de Habilitação de 1967, os homens foram 88% do total de inscritos. Todos os concursandos foram considerados habilitados ao curso de graduação.

Em 1968, o número de inscritos alcançou 44 candidatos (Anexo 14), ultrapassando o número de vagas oferecidas. Como 43 deles se classificaram, foi solicitada autorização ao Ministério da Educação e Cultura para matricular os excedentes. A seguir, a tabela com dados estatísticos do certame:

Tabela 14 - Concurso de Habilitação – 1968

CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1968

	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL
INSCRITOS	41	3	44
EXAMINADOS	41	2	43
APROVADOS	41	2	43

Fonte: Arquivo Geral – FURG - FCPE – Boletim estatístico.

Na tabela acima, fica claro mais uma vez, que o número de homens pretendentes à graduação em Economia é muito maior que o de mulheres, eles representam 93% dos inscritos. Houve uma candidata inscrita que não se submeteu às provas do concurso.

Em 1969, o número de inscritos chegou a 63 candidatos, portanto, ultrapassou o número de vagas. Como todos foram classificados e tendo autorização do Ministério da Educação e Cultura, os excedentes foram aproveitados, havendo duas primeiras séries. Como em alguns outros anos anteriores, houve divergência entre a relação de inscritos e o informado no Boletim Estatístico, neste consta que o total de pretendentes foi de 62.

No quadro estatístico elaborado pela FCPE encontraram-se as seguintes informações:

Tabela 15 – Concurso de Habilitação – 1969

CONCURSO DE HABILITAÇÃO - 1969

	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL
INSCRITOS	51	11	62
EXAMINADOS	51	11	62
APROVADOS	51	11	62

Fonte: Arquivo Geral – FURG - FCPE – Boletim estatístico.

Através da análise da tabela acima, é possível concluir que, mesmo após 10 anos de atividades do curso de Economia, a maioria dos candidatos à graduação era de homens, que representavam 82% dos candidatos. Foi constatado que todos os inscritos se submeteram às provas e foram considerados aptos a ingressar no primeiro ano do curso. A lista dos inscritos está no Anexo 15 e o total de nomes relacionados é de 63 inscritos, portanto, acredita-se haver falha na elaboração da planilha estatística.

No ano de 1970, o Concurso de Habilitação foi realizado pela FCPE, mas sob a administração da FURG. Apresenta-se aqui apenas para mostrar que, embora sendo uma faculdade da Universidade, a prática quanto ao ainda chamado de Concurso de Habilitação continuava a mesma, inclusive quanto aos professores que trabalharam neste certame.

A banca examinadora foi assim constituída: professores Álvaro Ribeiro, Felício Leite, Mário Schroeder Rodrigues e Ruy Soares Godinho. A aplicação das provas continuou como no ano anterior, ou seja, Português, Matemática, História e Geografia tiveram as provas no mesmo dia, 16 de fevereiro, e no dia 18 aplicaram os testes vocacionais. Não se conseguiram informações, mas acredita-se que as provas orais foram abolidas. Nos acervos, nada se encontrou sobre o gênero dos inscritos, a quantidade de examinados e o total de aprovados. Houve 43 inscrições para este Concurso de Habilitação – vide Anexo 16.

Na tabela que segue, apresenta-se a formação das bancas examinadoras nos concursos de habilitação nos anos do período do recorte temporal estudado:

Tabela 16 – Concursos de Habilitação - bancas examinadoras

PROFESSOR	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Aldo Lapolli		X	X	X	X					
Antônio Carlos Lourenço						X	X	X	X	
Atílio dos Santos Oliveira	X									
Carlos Moll	X					X	X	X		
Edison de Souza Mendonça		X	X	X	X	X	X	X	X	
Emidio Figueiredo de Araújo				X	X	X				
Felício Leite							X	X		X
Fernando Eduardo Freire		X								
Flávio de Figueiredo							X	X		
Francisco Bianchini	X									
Giovani Roque di Gesu	X	X	X	X	X	X	X	X		X
Hélio Benjamin Vieira	X									
Jorge Luis Susini	X	X		X	X		X	X		
José Carvalho Freire	X			X	X	X	X	X		
José Luiz Fonseca da Silva						X	X	X		
Leon Coutelle Filho							X	X		X
Mario Schroeder Rodrigues	X								X	
Miguel Damado Carvalho							X	X		
Miguel Glaser Ramos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Nelcy Gomes Sequeira		X								
Odenath Pereira Ferreira	X	X	X	X	X		X	X		
Odilon Gomes de Oliveira	X			X	X	X			X	
Roberto Coimbra Edom		X	X	X	X		X	X	X	
Ruy Soares Godinho							X	X		X
Stelo da Rosa Riet			X							

Fonte: NUME – acervo – sem catalogação.

Verificou-se que a variação dos nomes para formação das bancas não era muito grande e que os professores Edison de Souza Mendonça, Giovani Roque di Gesu e Miguel Glaser Ramos apenas não participaram de uma banca ao longo dos dez anos pesquisados.

Nos anos de 1968 e 1969, quando já havia a certeza de que a cidade ganharia uma Universidade, talvez por medidas de racionalização, as bancas foram constituídas por apenas quatro professores em cada um desses concursos.

3.3.3 Egressos

No que diz respeito às práticas escolares, pesquisou-se sobre o momento de egressar da academia, relacionando detalhes do solene momento de colação de grau, pessoas destacadas na escolha dos acadêmicos, os locais do evento e os nomes dos titulados, durante todo o período em que a FCPE foi uma instituição isolada.

Pretende-se apresentar dados sobre a formatura dos egressos, destacando que o ato de formatura é um ritual extremamente valorizado, especialmente na época do recorte temporal desta pesquisa, pelos alunos do curso superior. Carrega significados e representações, até porque, na época, as formaturas do ginásio e colegial eram valorizadas devido ao pouco acesso dos jovens ao ensino. Tratando-se do ensino superior, ela é carregada de maior “pompa”, significados e representações, como afirma Werle (2005). Em relação aos quadros de formatura, e quando foi apresentada a fotografia da primeira formatura do curso de Economia, ela assume dois momentos, o da celebração e o da conclusão de um projeto de formação que pode coincidir com a passagem para a entrada no mundo profissional.

Se o ato de formatura é um ritual, ela contém alguns elementos e práticas que se mantiveram ao longo da trajetória da FCPE. Sendo assim, apresentam-se alguns dados dos formandos de 1962 a 1969, período do recorte temporal pesquisado. Destaca-se de forma geral os elementos da formatura: as solenidades, tanto a relação com a religiosidade, a realização da missa, como a solenidade formal, os paraninfos, os convites especiais. Como destaque, relata-se de forma pontual os elementos presentes na primeira formatura.

A solenidade aconteceu no dia 02 de fevereiro de 1963, com missa de Ação de Graças, às 8h30, no Santuário de Nossa Senhora de Fátima e às 20h30 no Auditório da Escola Normal Santa Joana D'Arc, o principal ato de conclusão do curso, mesmo ainda não tendo sido reconhecido pelas autoridades educacionais do País.

O paraninfo foi o Doutor Leocádio de Almeida Antunes, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE. Os homenageados de Honra, os economistas Aldo Lapolli e Roberto Coimbra Edon e Homenageados Especiais, os Deputados Fernando Ferrari e Joaquim Duval, Dr. Álvaro Ribeiro Pereira, o engenheiro Horácio Ubatuba de Faria e o Dr. Adib Salomão. A homenagem póstuma

coube ao ex-prefeito municipal, Frederico Ernesto Bucholz, a de louvor ao professor Miguel Glaser Ramos, distinguido com o Prêmio 1961 da Universidade Internacional de Estudos Sociais "PRO DEO", com sede em Roma, Itália. Um dos nomes de destaque na solenidade foi o convite ao presidente do BNDE, talvez para dar maior significado ao primeiro evento de colação de grau da FCPE.

Abaixo, apresenta-se a reprodução de uma fotografia do ato solene de formatura dos concluintes do curso de Economia do ano de 1962, que foi exposta pela FURG no Centro de Convenções no dia 28 de outubro de 2015, na celebração do Dia do Servidor Público. Considerando que a imagem foi produzida há mais de cinquenta anos e devido ao processo de ampliação, a qualidade não permite nitidez em detalhes.



Figura 9 – Formatura dos egressos em 1962 – na Igreja de N.ª Sr.ª do Carmo.

Fonte: FURG – acervo – foto em exposição.

Pelo que a imagem mostra, percebe-se que o ato foi realmente de muita pompa, com os formandos ocupando lugar de destaque nas duas laterais da mesa principal dos encarregados de conduzir o cerimonial.

Agregada à foto, a listagem dos formandos constando o nome de Sylvio Pellico Peixoto, no entanto, nas relações de acadêmicos e de bacharéis, o formando seria Vetonil Dias de Oliveira, que também foi o primeiro calouro a efetuar a matrícula no curso de Economia da FCPE.

No ano de 1966, com o curso reconhecido, continuou os convites para pessoas que ocuparam importantes cargos no País participarem das solenidades de formaturas, sendo os agraciados o diretor do Banco Central, professor Ary Burguer como paraninfo, o General Armando Cattani, Interventor Federal em Rio Grande e o deputado Tarso de Moraes Dutra, ocupante do cargo de Ministro da Educação e Cultura como Homenageados de Honra. Fica visível que sentiam a necessidade de

dar maior visibilidade à FCPE entre as outras Instituições de Ensino Superior já estabelecidas em Rio Grande.

No ano de 1968, o grande convidado foi o Ministro dos Transportes e das Comunicações para participar como paraninfo e, como se pode crer, para dar ênfase ao ato solene e destaque à atuação da FCPE na comunidade rio-grandina.

Como visto, nos últimos anos houve uma simplificação no ritual de colação de grau. Nas primeiras solenidades, o ofício religioso acontecia pela manhã e a colação de grau à noite. Posteriormente, o ofício religioso e a colação passaram a acontecer no período noturno e, por último, no ano de 1969, o ofício religioso e a solenidade de colação de grau aconteceram num mesmo momento. Também, no ano da incorporação pela FURG, já não houve convidados oriundos do centro do País para dar relevância à formalidade de colação de grau. Até mesmo os homenageados tiveram sua relação reduzida.

Dessa forma, com base em dados obtidos na pesquisa, foram fornecidos detalhes da vida da FCPE num de seus principais momentos, que é o de formalizar em ato solene de conclusão do curso. Isto apoiado em Viñao Frago (1995), quando diz que o conjunto de práticas institucionalizadas inclui hábitos e ritos, então, com o objetivo de apresentar as práticas adotadas no momento solene de conclusão de grau, mostrou-se o quão importante era para a instituição aludido momento e o que se fazia para dar destaque e mostrar a relevância da FCPE na cidade do Rio Grande.

3.4 A Participação No Desenvolvimento Rio-Grandino

Em meio às dificuldades econômicas pelas quais passava o município, as lideranças locais tiveram a iniciativa de lutar pela conquista de cursos superiores em Rio Grande. Isto começou, segundo Magalhães (1997, p.17), de forma efetiva quando no ano de 1951, pessoas que ocupavam cargos nas principais empresas da cidade, habitualmente se reuniam no tradicional Café Santos e nessas reuniões informais surgiu a ideia da criação de cursos superiores em Rio Grande. O engenheiro Cícero Marques Vassão, com o apoio do engenheiro Francisco Martins Bastos, foram os precursores dos primeiros movimentos com vistas à criação de um curso superior de engenharia.

Após cumprir a primeira exigência legal da instituição de uma entidade

mantenedora, conseguiram criar a Escola de Engenharia Industrial e, com ela, surgiram as primeiras transformações na planta urbana da cidade, com o início das obras de construção das instalações próprias da EEI.

Para começar a funcionar era necessário o espaço físico adequado, que cumprisse as exigências necessárias, com salas de aula, espaço para reuniões e para a direção, secretaria e administração (TEIXEIRA, 2013, p. 107). Ainda segundo esta autora, foi assinado um contrato de comodato entre a Fundação Cidade do Rio Grande e a Biblioteca Riograndense, para cedência de parte de suas instalações para o funcionamento da Escola de Engenharia, que ali permaneceu de 1954 a 1960. Em 28 de dezembro de 1960, foi inaugurado o edifício- sede para abrigar as instalações da Escola de Engenharia, com dois pavimentos, onde se instalaram os órgãos administrativos, didáticos e de pesquisa (TEIXEIRA, 2013, p. 193). Esta foi a primeira grande transformação no aspecto físico, com os investimentos voltados para o ensino superior no município objeto desta pesquisa. Através do Decreto nº 3.863, de 02 de maio de 1961, iniciou-se o processo de federalização. Federalizada, a Escola de Engenharia Industrial recebeu o aporte financeiro que permitiu grandes investimentos em obras de infraestrutura, modificando a paisagem ao seu entorno, em área próxima onde, até então, existiu a Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.

A chegada da EEI começou a alterar o cotidiano local, com novos prédios, atores diversos, entre eles docentes, servidores e discentes, além de muitas atividades de suporte que também modificaram a paisagem e a movimentação urbana na área central da cidade. Depois, com a criação da FCPE, o cotidiano local continuou sendo alterado, com a ocupação de prédios, o andar de acadêmicos em horários e ruas da cidade que antes não tinham essa movimentação.

Conforme já mencionado, a Faculdade funcionou em dois prédios, primeiro na Escola de Belas Artes até 1963 e depois na Rua Luiz Loréa, entre 1964 a 1972, no endereço onde hoje funciona o Serviço de Assistência Judiciária – SAJ da Faculdade de Direito da FURG. A ocupação destes espaços, as atividades didáticas, os alunos que ingressaram na instituição, também participaram de modificações, certamente provocadas pelas suas atividades na vida intelectual da urbe.

Em 23 de outubro de 1962, através do Decreto Municipal nº 1439 a faculdade foi transformada em autarquia municipal.

Na gestão do General Armando Cattani, interventor federal no município, através do Decreto Municipal nº 1737/66 foi criado o Colégio Técnico Comercial

Fernando Freire e pela Lei Municipal nº 1718/66, foi autorizada a criação de cursos de grau médio, surgindo, então, o Curso Técnico de Administração, anexos à Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Estes cursos técnicos funcionaram anexos ao Curso de Economia e isto também alterou de forma significativa a movimentação de estudantes pela cidade.

O terceiro curso de ensino superior criado em Rio Grande foi a Faculdade de Direito “Clóvis Bevilacqua”, que recebeu esse nome em homenagem ao centenário de nascimento do ilustre jurista, pois no ano de 1959 iniciou-se o movimento que deu origem a esta instituição. Conforme Silveira (2012), o movimento pela criação da faculdade deu-se através de um grupo de rio-grandinos, acadêmicos da Faculdade de Direito de Pelotas, que buscava forças para criar um centro de estudos jurídicos na cidade. Por iniciativa do Bispo da Diocese de Pelotas, Dom Antônio Zattera, iniciaram-se os procedimentos para a instalação do novo curso. As primeiras aulas ocorreram no prédio do Colégio São Francisco, no centro da cidade, e a direção do curso ficou aos cuidados do professor Odenath Pereira Ferreira.

Posteriormente, foi a vez da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, também mantida pela Mitra Diocesana de Pelotas. Segundo Silveira (2012, p. 89), naquela oportunidade, o Bispo Diocesano Dom Antônio Zattera considerou “as grandes vantagens provenientes de uma Escola Superior para a formação de líderes, que guiassem e orientassem as massas populares”. Hugo Dantas Silveira foi o primeiro diretor da Faculdade de Filosofia, que funcionou provisoriamente nas instalações da Escola Normal Santa Joana D’Arc e a partir de 01 de agosto de 1967 e até o ano de 1972, no prédio do Instituto de Educação “Juvenal Miller”. Inicialmente com os cursos de Filosofia e Pedagogia, depois vieram Letras/Inglês, Letras/Francês, Matemática, Ciências e Estudos Sociais. A Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande manteve-se vinculada à Universidade Católica de Pelotas até a sua incorporação pela Fundação Universidade do Rio Grande – FURG em agosto de 1969.

Desde o final dos anos 1950, muitos jovens médicos da cidade começaram a se questionar sobre a possibilidade de um curso de Medicina em Rio Grande e, imbuídos deste desejo, realizaram uma reunião no dia 01 de fevereiro de 1963 na Sociedade de Medicina de Rio Grande – SOMERIG, da qual foi lavrada uma ata criando a comissão para tratar da fundação da escola médica. Encontraram apoio no

presidente da Fundação Cidade do Rio Grande, o Engenheiro Francisco Martins Bastos, que também desejava a criação de uma Faculdade de Medicina no município.

Em 11 de março de 1966 foi autorizado o funcionamento da Faculdade de Medicina do Rio Grande, através do Parecer 170, doc. 04 do Conselho Federal de Educação. As salas de aula e a Biblioteca da Saúde foram instaladas nos fundos da Associação de Caridade Santa Casa de Rio Grande. Enquanto funcionou junto à Santa Casa de Caridade do Rio Grande, importantes obras surgiram na área central da cidade, entre elas o prédio denominado São Lucas I, II e III, onde funcionaram os departamentos e as enfermarias da área profissionalizante e, posteriormente, as dependências para alojar médicos-residentes e professores estrangeiros (MEIRELLES, 2004, p. 119). Ainda no ano em que o funcionamento foi autorizado, inaugurou-se o Hospital Universitário no pavilhão de isolamento da Santa Casa (MEIRELLES, 2004, p. 122). Em seguida, este importante curso de ensino superior ganhou instalações modernas em importante quadrilátero da área central da cidade, o que também fez alterar a paisagem da cidade. Em 29 de outubro de 1971, a Faculdade foi reconhecida e, seguindo a instrução do Decreto-Lei 774, incorporada à Universidade do Rio Grande (FAMED).

Com a aglutinação das instituições de ensino superior existentes, através do Decreto-Lei nº 774, de 20 de agosto de 1969, foi autorizado o funcionamento da Universidade do Rio Grande – URG e em 21 de outubro do mesmo ano, o Decreto nº 65.462 dá por aprovado o Estatuto da Fundação Universidade do Rio Grande – FURG, que teve como seu primeiro reitor o prof. Adolpho Gundlach Pradel.

Inicialmente, a Universidade se estabeleceu nas instalações até então ocupadas pela Escola de Engenharia Industrial, local que ficou conhecido como *Campus Cidade* e, posteriormente, transferiu parte de suas instalações para o imóvel localizado a 8 km do centro, numa área de 227 hectares e que hoje é conhecida como *Campus Carreiros*.

No espaço temporal decorrido entre 1955 e 1969, como antes descrito, a urbe rio-grandina sofreu o impacto do estabelecimento de novas instituições, com algumas alterações na paisagem citadina e, como disse Pesavento (2007, p. 12), tentou-se retrair a evolução desde o passado até o presente.

Das alterações que ocorreram no ambiente da cidade, os estudantes passaram a envolverem-se com a comunidade, destacando-se nos primeiros anos

dos cursos superiores em Rio Grande a atuação dos discentes da Escola de Engenharia Industrial, que passaram a se encontrar nos bailes da cidade, em eventos por eles mesmos produzidos e, em 20 de dezembro de 1960, o Jornal RIO GRANDE anunciava que a solenidade de formatura fora uma das maiores festas sociais daquele ano.

Os estudantes da Engenharia chegaram a promover o 1º Festival Universitário da Canção como parte das comemorações da 1ª Semana da Engenharia (MAGALHÃES, 1997, p. 33) e, como detalhe, o autor diz que as letras das músicas foram submetidas previamente ao serviço de censura da Polícia Federal, que depois de muita conversa liberou a realização do evento (MAGALHÃES, 1997, p. 34).

Um evento que marcou época na sociedade rio-grandina foi a Passeata dos Bichos, possivelmente inspirado em atividades semelhantes desenvolvidas por estudantes nas cidades de Pelotas e Porto Alegre (AMARAL, 2003, p. 297). Em Rio Grande, a expectativa era muito grande em relação à passeata, principalmente por parte dos estudantes, conforme relatado por pessoas que participaram daqueles acontecimentos (CANARY, 2015). Para Amaral (2003, p. 283), nem todos os estudantes tinham consciência do conteúdo ou dos significados das críticas que realizavam, mas era um acontecimento que vinha ao encontro do espírito exibicionista, conquistando a simpatia de uns e a “fúria” de outros. Para Torres (2015), um dos entrevistados, o evento em Rio Grande despertava tamanha atenção que os cartazes eram previamente submetidos à censura da Polícia Federal antes da saída para as ruas da cidade e, obviamente, muito do que era escrito tinha duplo sentido, na tentativa de evitar que não fosse permitida a sua apresentação aos expectadores da passeata.

Nos trabalhos de entrevistas realizados, os relatos deixaram claro que os alunos realmente se envolveram com os assuntos das instituições e que as suas atuações extrapolaram o meio acadêmico, principalmente na luta pelo reconhecimento do curso de Economia da FCPE. Portanto, ainda quando os estudantes frequentavam os bancos universitários, a transformação já começava a acontecer na batalha pelo que lhes seria útil particularmente e que, por consequência, vantajosa para a comunidade da qual faziam parte. Assim, além dos aspectos formais do ensino, essa juventude tinha o privilégio de frequentar cursos de ensino superior, portanto, podendo ser considerada elitizada àquela época e

passou a se envolver em práticas sociais que os tornavam valorizados na cidade.

A FCPE se inseriu num contexto, pois não foi apenas ela que contribuiu para mudar o visível da cidade e não foram apenas prédios e instalações, mas sim, como disse Pesavento, atores, práticas de interação, ritos e festas promovidos pelas partes diretamente envolvidas, que transformaram a cidade. Isto não foi apenas quanto ao aspecto social, o econômico também foi alterado com as necessidades criadas aos estudantes e também para o funcionamento das instituições, modificando a demanda por produtos e serviços até então existente.

Como visto, o “sensível” da cidade foi movimentado de diversas formas, modificando-se, transformando-se através das festas, dos comportamentos e das práticas sociais nos anos do recorte temporal deste trabalho.

3.4.1 Contribuições Para A Alteração Do Cotidiano Local

A realidade do município do Rio Grande, na segunda metade do século XX, revelava a carência total de escolas de nível superior. Propiciava-se, então, a evasão de significativo número de estudantes, que se dirigiam a outros centros em busca de continuidade para seus estudos. Essa força jovem, concluídos os cursos, raramente retornava a sua cidade de origem para participar do processo histórico, cultural e socioeconômico da cidade. A consciência de tal realidade, aliada ao propósito de modificá-la, resultou em um movimento cultural cuja finalidade precípua era a criação de uma Escola de Engenharia, justificada pela existência de um parque industrial que demandava elevado número de profissionais na área. Como a referida escola deveria ter uma entidade mantenedora, segundo os moldes exigidos pelo Ministério da Educação e Cultura, através de uma Fundação de Ensino Superior, foi instituída a Fundação Cidade do Rio Grande no dia 8 de julho de 1953 (Catálogo FURG 2013).

Em toda fundação é importante ressaltar a figura do instituidor, que foi selecionado pelos membros da entidade e que era o principal executivo da cidade, sendo dele toda a responsabilidade das ações dessa fundação. O escolhido para assumir tal cargo foi um sujeito que, por toda a sua trajetória até aquele momento, mostrava-se apto a ser o presidente. Escolhido por aclamação, o Eng.^o Francisco

Martins Bastos exerceu o cargo de presidente de 1953 até 1987, ano em que veio a falecer (TEIXEIRA, 2012, p. 99).

Segundo Silveira (2012), as décadas de 1950 e 1960 foram emblemáticas do ponto de vista econômico, pois ocorreu uma decadência fabril, com o fechamento de várias empresas de relevante significado no município.

Com o curso da EEI esperava-se formar técnicos para suprir as necessidades da atividade industrial, na época com destaque para a Ipiranga S.A. Refinaria de Petróleo, que mesmo em período de desaceleração econômica foi uma das principais fontes de ocupação dos cidadãos rio-grandinos.

Surgiu, então, a necessidade de formar cidadãos com o conhecimento do pensamento econômico para fomentar a criação de novos empreendimentos e, até mesmo, alavancar o crescimento das unidades econômicas já estabelecidas. Desta forma, surgiu a FCPE. Como visto antes, quem realmente manteve o curso de Economia da FCPE foi o Município de Rio Grande, dando quase a totalidade do orçamento desta instituição de ensino superior.

Foram iniciadas as atividades desse curso superior em instalações de terceiros e o quadro docente oriundo do mercado de trabalho, portanto, as práticas em atividades profissionais davam suporte ao trabalho do magistério, talvez com prejuízo dos aspectos pedagógicos e, mesmo assim, já nos primeiros momentos, apareceram oportunidades de mostrar porque estavam estabelecidos.

No exame das atas da Congregação de Professores, encontrou-se a de número 5, do dia 22 de janeiro de 1960, em que o Diretor solicitou ao professor Jorge Luiz Susini que representasse a FCPE em reunião da Câmara de Vereadores no dia 20 de janeiro, para a constituição de uma comissão geral para tratar de três assuntos: o Desenvolvimento Industrial de Rio Grande, Energia e Agricultura e Pecuária. Cada um desses três assuntos seria cuidado por um grupo composto de sete membros com origem no Executivo Municipal, no Legislativo e na Imprensa local. Na reunião da Congregação, o professor Jorge Luiz Susini informou que a FCPE estaria no grupo que trataria do tema Desenvolvimento Industrial de Rio Grande e que sugeriu a isenção de impostos para novas indústrias, melhoria das vias de acesso ao porto e financiamento pelo GEICON³⁴ para ampliação dos

34 Grupo Executivo da Indústria da Construção Naval, integrado por administradores públicos e industriais do setor privado, ficaram responsáveis pela concessão e a manipulação dos incentivos

estaleiros de construção naval. O mesmo professor solicitou, ainda, que os colegas apresentassem esquemas de trabalho que seriam apresentados na próxima reunião, prevista para o dia 26 de janeiro.

Na ata nº 43 da reunião da Congregação de Professores, o Diretor, professor Aldo Lapolli, informou sobre a ida ao Rio de Janeiro para tratar, junto ao Ministério da Educação, da criação dos cursos Técnicos de Administração e do Ginásio Comercial, além de verificar o andamento do expediente para a compra de um terreno para a futura instalação de um Centro Universitário. Nesta mesma reunião, o Diretor solicitou aos presentes um voto de louvor aos professores Roberto Coimbra Edon e Edison de Souza Mendonça, que tão bem se houveram por ocasião do 1º Seminário de Desenvolvimento da Comunidade nos papéis de conferencista e debatedor, respectivamente.

Mais adiante, na Ata nº 57-A de 11 de abril de 1967, da Congregação dos Professores, tratou-se de um pedido de colaboração oriundo do Interventor Federal em Rio Grande, haja vista que recebera do Grupo Parlamentar Municipalista da Câmara Federal solicitação para participar de reunião preparatória para elaboração de leis complementares, artigos 16, parágrafo 10 da nova constituição. A colaboração da FCPE seria manifestar-se sobre a forma dos subsídios aos vereadores e áreas metropolitanas. Desta forma, a Congregação dos Professores manifestou-se sobre os dois temas, subsidiando o Interventor Federal na reunião que teria com o Grupo Parlamentar Municipalista da Câmara Federal.

Estes dados qualitativos dão mostra do quão importante foi a instalação do curso de Economia da FCPE para o município de Rio Grande. Esses elementos, por serem qualitativos, segundo Dias (s/d), caracterizam-se pela ausência de medidas numéricas e análises estatísticas, examinando aspectos mais profundos e subjetivos do tema em estudo. Portanto, estas referências evidenciam que, desde os primeiros anos, foi possível a contribuição da instituição em círculos que trataram de assuntos pertinentes ao desenvolvimento econômico do município. Na tentativa de impulsionar o desenvolvimento, a faculdade foi chamada a contribuir e participou ativamente dos eventos promovidos pelas autoridades locais.

Também cabe destacar que, mesmo nos tempos duros da ditadura, a faculdade contribuiu, via interventor municipal, com sugestões sobre temas que seriam assunto de leis complementares, o que enfatiza a sua importância na comunidade rio-grandina.

A partir das lembranças das narrativas, há uma convergência em apontar os cursos superiores como propulsores de visibilidade do contexto rio-grandino e da mudança de vida dos participantes da instituição. A memória dos entrevistados relembra aspectos da passagem dos sujeitos na faculdade. Apesar de suas trajetórias serem individuais, compartilharam de forma coletiva a cultura escolar da época (HALBWACHS, 2003).

Raimundo Espírito Santo assim se referiu sobre a contribuição que a faculdade deu ao desenvolvimento da economia do município:

[...] eu sei que pessoas que ficaram, no caso do Selvio e do Getúlio, que eram dois irmãos, Moreira Alves, que trabalhavam no porto, eles utilizaram nos serviços do porto, o Blasco Ibanho da Ipiranga também, tudo melhorou em função disso ai, o Sérgio que era da Icisa, que era economista, já trabalhava na parte de contabilidade, sei lá o que, ele aproveitou bastante, alguns até se tornaram professores depois. Acho que o Blasco foi um...Todos se deram bem. O Nerino foi para o Banco Central. O Nerino depois foi professor, antes de ir para o Banco Central. O Nerino foi para Santa Vitória, depois passou no Banco do Brasil, acho que ele não chegou a ser professor. Mas o Sérgio foi, o Blasco, também lecionou na faculdade, e dentro das empresas deles foram aproveitados. Idemar Araújo era do Banco do Brasil e depois lecionou, ai acho que fica difícil te dizer, com certeza, porque como eu tive que ir para Arroio Grande e em Arroio Grande no início trabalhava muito. Eu comecei a vir menos a Rio Grande e perdi muito o contato. É verdade isso (RAIMUNDO E. SANTO, 22.05.2015).

Dessa forma, destacou que, de modo geral, todos se deram bem e revelou alguns nomes de pessoas que cresceram em suas atividades ou organizações que participaram, deixando ver que eram egressos que se vincularam principalmente ao trabalho burocrático.

Para o entrevistado Carlos Canary, os egressos da FCPE:

[...] os que eu ainda tenho contato, todos eles ficaram bem, tem um que ficou aposentando, não sei agora no que se aposentou, mas ele também administrou empresas, teve uma época que ele teve na Trevo ali, depois eu não sei que a gente eu tive com ele, inclusive encontrei com ele em Porto Alegre agora há pouco tempo, mas a gente não tem contato muito seguido, sabe, então tem onde se informar, tem outros que foram para o Banco do Brasil que eu lembro assim, não tem nenhum que tenha ficado mal não lembro, não lembro...despertou, muitos fizeram concurso. Teve um teve um, daquela época, também que era da turma anterior, quando eu entrei, quando eu tranquei, teve um que fez concurso para a Receita Federal, foi ser fiscal da receita. O pessoal, não vi ninguém que tivesse ficado mal. Muitos foram para o magistério, foram dá aula...alguns que eu ainda tenho contato, sei ficaram bem, conseguiram venceram na vida...foi, bastante

valioso, agora, o difícil que na época era um momento meio complicado, por que, isso ai foi dentro do período da ditadura (CANARY em 09.03.2015).

Desta forma, Canary reforça a manifestação anterior dizendo que os formados em Economia, muitos deles, ocuparam cargos em empresas ou no serviço público e que todos eles ficaram bem, concordando que o curso realmente atingiu os objetivos a que se propôs, isto num momento em que as oportunidades eram escassas, talvez devido ao regime ditatorial vigente na época, deixando claro que os mais qualificados detinham maior chance de conquistar uma oportunidade melhor. Afirmou que o curso despertou interesse em vários campos e que foi bastante valioso.

Para Blasco Torres:

No meu entendimento, teve uma parcela de contribuição, bem significativa, até porque muitos alunos se transformaram em professores, deram a sua contribuição, exercendo cargos de relativa importância, não só dentro do município, mas, principalmente, fora do município, teve gente que daqui, foi também professores, que foram o Banco Central, trabalharam no Banco Central em Brasília, houve um aproveitamento muito bom...Eu diria assim o retorno, o investimento teve um retorno bem significativo. Eu acho também, que o número também de alunos eram poucos. A peneira também era muito grande (BLASCO TORRES em 16.06.2015).

Este entrevistado entendia que a faculdade deu uma parcela de contribuição significativa, sendo que muitos alunos se transformaram em professores e outros desempenharam atividades em bancos e grandes empresas. O senhor Basco entende que o investimento teve um retorno significativo.

Eurípedes F. Vieira, outro entrevistado, em seu texto recebido por meio eletrônico, diz que o curso de Economia deu relevância à discussão dos assuntos econômicos do país, em momentos de intensa agitação política. No Diretório Acadêmico eram muito discutidos os acontecimentos políticos e econômicos da época, inclusive com participação em encontros estaduais. Segundo este entrevistado, a FCPE representou um importante avanço no ensino superior em Rio Grande, permitindo que uma nova geração de economistas se formasse, contribuindo para a qualificação de profissionais na área específica. Para ele, foi mais uma unidade acadêmica que viria a somar-se às outras, formando progressivamente um contexto acadêmico, ampliando a capacidade cognitiva do conhecimento e a qualificação das atividades profissionais. Ele reforça que, na época, o país vivia a era dos Planos de Desenvolvimento, iniciados no governo Vargas com o Plano Nacional de Desenvolvimento da Infraestrutura Econômica, o Plano de Metas do governo Juscelino e o Plano Trienal elaborado pelo economista

Celso Furtado para o governo Goulart, que não chegou a ser implantado. As discussões acadêmicas eram intensas, das quais participavam, particularmente, os estudantes de economia. Em Rio Grande, formava-se uma consciência da importância dos assuntos econômicos e da relevância da formação acadêmica de profissionais em ciências econômicas. Sendo essa a grande contribuição da FCPE no cenário do pensamento econômico em Rio Grande.

Essa relevância da formação acadêmica em ciências econômicas começou a mostrar resultados já nos primeiros anos da FCPE. Corroborando com o que disse o senhor Eurípedes F. Vieira, Meirelles (2004) afirma que o sonho de uma universidade em Rio Grande surgiu em 1959, entre os alunos da primeira turma do curso de Economia da FCPE, que lideraram o movimento pró-criação da Universidade do Litoral. Entre os alunos, segundo o citado autor, destacaram-se Flávio Figueiredo, Hélio Mirapalheta Gomes e Oriente Guimarães Salomão Hias. A Congregação de Professores, na época, presidida pelo prof. Roberto Coimbra Edon e depois, a partir de 1960, por Aldo Lapolli, os apoiou com simpatia. Com estas informações pode-se compreender melhor o “porque” da ida do Diretor, o professor Aldo Lapolli ao Rio de Janeiro para tratar, entre outros assuntos – Ata nº 43 -, da aquisição de um terreno para construção de um futuro Centro Universitário. Pode-se pressupor que o tema já havia saído do círculo dos alunos, envolvido a direção da instituição e, possivelmente, as autoridades municipais. Abaixo, a fotografia do Diretor Aldo Lapolli³⁵, que dirigiu a FCPE de 1960 até os primeiros anos do curso integrado à FURG.

35 Aldo Lapolli era Oficial da Marinha de Guerra do Brasil e, durante sua trajetória na cidade de Rio Grande, envolveu-se profundamente com os assuntos acadêmicos. Segundo o entrevistado Blasco Torres, o Diretor foi prisioneiro durante a ditadura militar e esteve recolhido ao navio Canopus, fundeado próximo ao acesso ao canal do Rio Grande.

Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/print.php?id=67238>> Acesso em 25.11.2015. Foi assassinado na área central da cidade. Disponível em: <http://srv-net.diariopopular.com.br/22_06_04/gq210604.html> Acesso em 24.11.2015.



Figura 10 – Diretor Aldo Lapolli
Fonte: NUME – data provável 1962.

Continuando a batalha pela criação da Universidade, o Diretor Aldo Lapolli, Ata nº 58 de 19 de maio de 1967, falou que a FCRG era a pioneira no movimento pró-universidade, pediu e ganhou a aprovação para que FCPE se integrasse à Universidade do Litoral, caso esta fosse autorizada. Além disso, destacou o trabalho do professor Flávio de Figueiredo, que iria a Porto Alegre entregar um memorial ao Ministro da Educação, tratando do referido assunto. Nessa reunião da Congregação, o Diretor ganhou o apoio para convidar a Escola de Engenharia Industrial a se integrar na luta pela criação da Universidade.

Percebe-se, então, que a ação da direção e discentes da FCPE foi essencial nos primeiros momentos da busca pela Universidade, e isto, por si só, mostra a importância da instituição na participação do desenvolvimento rio-grandino.

Portanto, mesmo antes do reconhecimento do curso de economia, havia a demonstração da confiança pelo sucesso do investimento público efetuado, que se empreendeu na busca de resultados em horizontes mais amplos, a Universidade.

Esta confiança e otimismo estão presentes nas recordações dos participantes da vida da instituição, elas podem ter sido estimuladas pelo discurso da

época, ou ainda, os sujeitos podem ter sentido a necessidade de legitimar o curso ao qual faziam parte.

Quando se retrata ao tema sobre reconhecimento do curso, as fontes evidenciam a difícil e longa batalha pela conquista da aprovação no exame de verificação realizado pelo MEC. O entrevistado Blasco Torres enfatizou que, quando aluno, tomara a iniciativa de procurar o Eng. Francisco M. Bastos a fim de conseguir recursos e ir ao Rio de Janeiro tentar movimentar o processo de reconhecimento, pois ele não concordava em participar da solenidade de colação de grau e receber um papel “em branco”, em substituição ao diploma. Isto evidencia que em outro momento da vida acadêmica, até os discentes atuavam para terem suas necessidades satisfeitas e também para verem a instituição que os formara com todos os compromissos em dia e, assim, poder atuar na sua plenitude, ou seja, recrutar interessados no curso, produzir economistas e certificar os concluintes do curso.

Ainda quanto ao reconhecimento do curso, o professor Fernando Eduardo Freire escreveu em junho de 1965 ao General Golbery do Couto e Silva, solicitando suas providências para tentar agilizar o processo que estava há vários anos no Conselho Federal de Educação, interferindo junto ao citado órgão. Em 27 de dezembro do mesmo ano, receberam o telegrama do General, afirmando que o processo seria colocado na pauta da reunião de janeiro. Assim, a iniciativa mais uma vez funcionou a contento, trazendo resultados positivo às aspirações da comunidade acadêmica.

de Expedição	CORREIOS	TELEGRAMAS
Recebido:	SR. PREFEITO MUNICIPAL R. G. DE R. S.	
De: <i>[assinatura]</i>	Carimbo	Endereço
às: _____ horas		
por: _____		
PF = C 68 PALACIO LARANJEIRAS RIO G. B. 219 310. 22 1054		
PROCESSO FACULDADE CIENCIAS POLITICAS LOCALIZADA		
NA DIRETORIA ENSINO SUPERIOR PT CONSELHO FEDERAL		
EDUCACAO SOLICITOU PROCESSO FIM ENTRAR PAUTA DIA		
JANEIRO PT GEN GOLBERY COUTO SILVA		
<i>do V. Duque de I. C. P. E. Em 27/12/65</i>		

Figura 11 – Telegrama recebido do General Golbery do Couto e Silva

Fonte: NUME.

No entanto, mesmo com tantos esforços dispensados, somente na edição de 25 de setembro de 1967 foi publicado o Decreto 61.401, de 22 de setembro de 1967, que concedia o reconhecimento à FCPE.

Os acontecimentos relatados são apenas alguns que evidenciam as ações desenvolvidas no âmbito da FCPE que mostram o desprendimento, a tomada de decisão de professores e alunos na conquista dos objetivos em que todas as partes envolvidas e a comunidade obtiveram feitos de grande valor. As informações que antes foram apresentadas fazem parte dos dados qualitativos, portanto, nem sempre não mensuráveis numericamente, conforme reforça Dias (s/d), mas que permitem ver o quanto foi fundamental o trabalho dessas pessoas no desenvolvimento do Rio Grande. Aqui, vê-se que diversos agentes, docentes e discentes, tinham a ideia de ação – mediada por interesses inerentes ao conceito de empreendedor (MARTES, 2010).

Na perspectiva weberiana, entre a ação dos participantes nos eventos relacionados à criação e à continuidade da FCPE, estão as forças motivadoras, que na busca de realização de seus próprios interesses, ou seja, o crescimento, o reconhecimento e contribuição para criação de um centro universitário, fazem parte do que se pode chamar desenvolver o espírito do capitalismo (WEBER, 2001). O desenvolvimento desse espírito fez que a instituição crescesse, trabalhasse pela sua

manutenção e paralelamente, batalhava pela implantação de uma Universidade, a do Litoral, que depois de alguns anos se concretizou com a instalação da FURG no ano de 1969.

Quanto aos dados obtidos nas fontes, e que se pode analisar quantitativamente, passa-se a expô-los e, inicialmente, se faz uma verificação da injeção de recursos financeiros na cidade, promovidos pelas partes envolvidas com a FCPE. Na análise dos dados orçamentários, de posse do quadro dos recursos arrecadados pelas FCPE, é possível fazer as seguintes considerações:

- Em valores da época - cruzeiros³⁶, a arrecadação da FCPE no ano de 1964 foi de Cr\$ 14.288.370, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 17 – FCPE - Arrecadação no ano de 1964

ORIGEM DA RECEITA	VALOR	% S/TOTAL
Concurso de Habilitação	14.500	0,101
Curso de graduação	300.000	2,100
Exames de 1ª época	5.800	0,041
Exames de 2ª época	4.000	0,028
Exames e Trab. 2ª chamada	12.000	0,084
Exames de dependência	800	0,006
Expedição e Cert. Transferência	1.500	0,010
Outros serviços de expediente	400	0,003
Indenizações	92.954	0,651
Juros e Descontos	34.827	0,244
Juros de Apólices Depositadas	71.173	0,498
Auxílios da União	420.000	2,939
Auxílio dos Municípios	13.210.416	92,456
Diversas	120.000	0,840
TOTAL	14.288.370	100,000

Fonte: Arquivo Geral - acervo FURG.

Ao verificar os dados da tabela acima, observa-se que, apesar de ser um ente autárquico, conforme Ata nº 23 de 26 de maio de 1962, a Congregação de Professores optou pela autarquia, para adaptar a FCPE às LDBEN, o que foi oficializado pela Lei Municipal nº 1.439 de 23 de outubro de 1962, muitos dos

36 Moeda brasileira: Cruzeiro – de 01.11.1942 a 12.02.1967, sendo que a partir de 01.12.1964, a fração do Cruzeiro, denominada “centavos” foi extinta; Cruzeiros Novo – de 13.02.1967 a 14.05.1970, sendo que 1.000 Cruzeiros = 1,00 Cruzeiro Novo. Disponível em: <http://www.blindagemfiscal.com.br/paginas/tabela_moedaBR.htm>. Acesso em 20.11.2015.

serviços eram taxados, exames de 1ª e 2ª chamadas, expedição de certificados, etc., mas as principais fontes de receita, eram de recursos provenientes do município, sendo 92,456% e da União com 2,939%.

- A arrecadação no ano de 1965, na moeda Cruzeiro, foi a seguinte:

Tabela 18 – FCPE – arrecadação no ano de 1965

ORIGEM DA RECEITA	VALOR	% S/TOTAL
Concurso de Habilitação	24.000	0,094
Curso de graduação	585.000	2,280
Exames de 2ª época	4.000	0,016
Outros serviços de expediente	864.500	3,369
Indenizações	160.109	0,624
Auxílio dos Municípios	24.009.413	93,572
Juros e Descontos	11.689	0,046
TOTAL	25.658.711	100,000

Fonte: Arquivo Geral - acervo FURG

Foi possível observar que, no ano de 1965, a prefeitura foi quem manteve quase que exclusivamente a FCPE, aplicando 93,572% dos recursos que foram integralizados para manutenção das atividades acadêmicas. Enfatiza-se que, mesmo sendo uma autarquia, adotava práticas características de empreendimento da iniciativa privada, cobrando pelo curso de graduação, pelos exames de 2ª época e serviços de expediente.

- Para o ano de 1966, ainda na moeda Cruzeiro, a movimentação financeira na arrecadação de recursos está representada na tabela abaixo:

Tabela 19 – FCPE – arrecadação no ano de 1966

ORIGEM DA RECEITA	VALOR	% S/TOTAL
Concurso de Habilitação	68.000	0,159
Curso de graduação	1.465.000	3,425
Exames de 1ª época	500	0,001
Exames de 2ª época	10.000	0,023
Exames e Trab. 2ª chamada	157.000	0,367
Outros serviços de expediente	61.000	0,143
Auxílios da União	700.000	1,637
Auxílio dos Municípios	39.854.315	93,182
Juros de Apólices Depositadas	108.280	0,253
Juros e Descontos	2.470	0,006
Diversas	343.645	0,803
TOTAL	42.770.210	100,000

Fonte: Arquivo Geral - acervo FURG.

Em 1966, 93,182% dos recursos orçamentários da FCPE provieram dos cofres municipais. Com origem nos discentes, o percentual do orçamento foi de 4,118% no pagamento de taxas do concurso de habilitação, curso de graduação, exames de 1ª e 2ª chamadas e outros serviços de expediente. A contribuição da União foi de apenas 1,637%. Na análise da origem dos recursos para este ano também se verificou que eram adotadas práticas usualmente utilizadas em instituições de ensino superior privadas, cobrando diversos tipos de taxas por serviços.

Em 1967, a movimentação financeira relativa à arrecadação é a que segue:

Tabela 20 – FCPE – arrecadação no ano de 1967

ORIGEM DA RECEITA	VALOR	% S/TOTAL
Concurso de Habilitação	150.000	0,289
Curso de graduação	2.400.000	4,623
Exames de 1ª época	1.000	0,002
Exames de 2ª época	15.000	0,029
Exames e Trab. 2ª chamada	60.000	0,116
Expedição e Cert. Transferência	30.000	0,058
Diplomas de Curso de Graduação	800.000	1,541
Outros serviços de expediente	100.000	0,193
Auxílios da União	1.500.000	2,889
Auxílio dos Municípios	46.702.400	89,953
Juros de Apólices Depositadas	75.200	0,145
Juros e Descontos	85.200	0,164
TOTAL	51.918.800	100,000

Fonte: Arquivo Geral - acervo FURG.

- Para 1968, apresentam-se os números referentes ao orçamento proposto:

Tabela 21 – FCPE – proposta orçamentária para 1968

ORIGEM DA RECEITA	VALOR	% S/TOTAL
Concurso de Habilitação	400,00	0,251
Curso de graduação	2.100,00	1,320
Exames de 1ª época	1,00	0,001
Exames de 2ª época	15,00	0,009
Exames e Trab. 2ª chamada	60,00	0,038
Expedição e Cert. Transferência	30,00	0,019
Diplomas de Curso de Graduação	1.200,00	0,754
Outros serviços de expediente	100,00	0,063
Prefeitura Municipal de Rio Grande	61.725,80	38,801
Anuidade do Diretório Acadêmico	700,00	0,440
Contribuições do corpo docente	516,00	0,324
Auxílios da União	50.000,00	31,430
Auxílio dos Estados	5.000,00	3,143
Auxílios diversos	36.758,80	23,107
Juros de Apólices Depositadas	75,20	0,047
Juros e Descontos	85,20	0,054
Diversas	316,00	0,199
TOTAL	159.083,00	100,000

Fonte: Arquivo Geral - acervo FURG.

Na proposta orçamentária para o ano de 1968, com valores em Cruzeiros Novos, observou-se que a Prefeitura reduziu sua participação para 38,801% do orçamento, enquanto a União subiu para 31,430% o volume de recursos destinados à FCPE. Aparece de forma destacada a parcela de 23,107% da arrecadação, prevista como Auxílios Diversos, que não se pode identificar do que se tratava, de quem seriam esses recursos. Assim como nos anos anteriores, continua a prática de cobrar taxas pelos concursos de habilitação, graduação, exames de 1ª e 2ª chamadas, diplomas de curso de graduação, etc., revelando aspectos comuns aos entes privados de educação superior.

Não se conseguiram números financeiros referentes ao período de 1959 a 1963, talvez porque a administração financeira e contábil tenha sido parte do orçamento do executivo municipal. Depois, com a transformação em autarquia, houve a necessidade de os demonstrativos financeiros serem elaborados separadamente. Quanto ao último ano do recorte temporal pesquisado, também nada se localizou quanto aos aspectos financeiros da entidade.

É possível fazer outro tipo de análise, verificando a evolução durante o período, dos principais valores que constituíram os recursos que possibilitam a manutenção da instituição no período de 1964 a 1968. Veja-se a tabela a seguir:

Tabela 22 – Evolução das aplicações financeiras pela Prefeitura

1964	1965		1966		1967		1968	
VALOR	VALOR	Var. %						
14.288.370	25.658.711	79,57	42.770.210	66,68	51.918.800	21,39	159.083,00	206,4

Fonte: Arquivo Geral - utilização de dados disponíveis no acervo FURG.

Na tabela acima, visualiza-se a evolução dos recursos orçamentários no período de 1964 a 1968. Observa-se que, ano após ano, os valores crescem em percentuais significativos. Comparando o ano de 1965 com 1964, a evolução da arrecadação foi de 79,57%. Entre os anos de 1965 e 1966 a variação continuou expressiva, com índice de 66,68%. Mas na arrecadação de 1967, comparada com a do ano anterior, a variação foi de 21,39%, reduzida se considerados os índices anteriores. No entanto, o orçamento para 1968 previa uma variação de 206,4%, refletindo o quanto a instituição vinha evoluindo, permitindo vislumbrar, o que realmente aconteceu, crescer e dar subsídios valiosos a quem cabia analisar a

situação e autorizar a Universidade do Litoral, com a junção das demais unidades acadêmicas existentes na cidade.

As movimentações nos meios decisórios eram de tamanha satisfação que o executivo local permitiu-se publicar a Lei 1828, de 19 de junho de 1967, que autorizava a incorporação da FCPE à Universidade que fosse criada com sede no Município. Nesse mesmo documento, o interventor federal, General Armando Cattani, extinguiu a autarquia criada pela Lei 1439, de 23 de outubro de 1962.

Como poderia extinguir a autarquia se não tivesse certeza que a evolução do empreendimento seguia o rumo pretendido? A certeza culminaria com investimento de elevada monta do Governo Federal na criação de uma instituição universitária.

Pela expressividade dos valores constantes das tabelas acima, já se pode compreender que o investimento iria crescer, participar das atividades da comunidade, formar cidadãos com conhecimento da teoria econômica, que nas suas atividades lograram êxito e, por isso, contribuindo para o desenvolvimento do município, razão pela qual a FCPE foi pensada e instalada.

As iniciativas virtuosas das partes envolvidas com a FCPE comprovam o que disse Weber (2001), que é preciso estar impregnado do espírito do capitalismo, ou seja, trabalhar, aproveitar as oportunidades, para então acumular o capital monetário. Portanto, as forças motivadoras não são, em primeira instância, uma questão de origem das somas de capital disponível para uso capitalístico, mas principalmente do desenvolvimento do espírito do capitalismo. Assim que, analisando os dados numéricos que permitem verificar em termos quantitativos a evolução do investimento realizado e constatado o desempenho favorável da instituição pesquisada, pode-se inferir que realmente contribuiu com grande impacto na economia local.

Ainda é mais expressiva quando se utilizam dos dados qualitativos, aqueles que não se podem mensurar numericamente. Desde os primeiros anos da Associação dos Economistas do Rio Grande, no ano de 1947, já havia movimentação no sentido de trazer palestrantes de outras cidades, fazer intercâmbio com outras associações de economistas do Rio Grande do Sul e do Brasil, tudo para ver o crescimento econômico, superar época de dificuldades, para que as oportunidades aparecessem e a cidade entrasse num ciclo de progresso econômico e cultura.

Com a criação da FCRG chegaram os primeiros cursos superiores e, entre eles, a FCPE, com a incumbência de formar a elite do pensamento econômico na cidade e assim amenizar as dificuldades vividas naquela década, com a aplicação de novos conhecimentos, melhorando o desempenho e provocando o crescimento das unidades estabelecidas. Como visto no decorrer do trabalho, foram muitas as atividades em que a direção, os docentes e os discentes se envolveram com a comunidade, participando ativamente de eventos em que o conhecimento intelectual deveria estar presente. Destacam-se os eventos sobre o desenvolvimento econômico local, participação com sugestões para o processo de criação de leis complementares na Câmara Federal, isto no auge do regime militar. Os discentes, ao divulgarem textos para os jornais da cidade, obviamente que temas econômicos, também provocaram uma alteração no cotidiano do local. Com o quadro discente oriundo, principalmente, de jovens vinculados ao mercado de trabalho, em instituições financeiras, serviços públicos, comércio e indústria, ao conquistarem a almejada graduação, ao longo de algum tempo, tiveram as suas vidas modificadas, pois começaram a contribuir com a participação em atividades econômicas de nível mais elevado. Como foi possível saber, através da palavra dos entrevistados, todos começaram a viver uma situação econômica destacada na comunidade. Alguns conquistaram cargos eletivos importantes, outros com atividade de destaque na iniciativa privada e muitos deles tornaram-se docentes no magistério superior, alcançando cargos elevados nas instituições que trabalharam.

Estes dados, que não permitem ser medidos por quantidades, conforme disse Dias (s/d), podem lidar com informações mais subjetivas, amplas e com maior riqueza de detalhes do que os métodos quantitativos, permitindo ver o quanto foi importante para a comunidade rio-grandina a capacidade de empreender que tiveram as autoridades locais, assumindo a liderança na concretização da criação e da instalação da FCPE. Esse empreendedor fez com que outros envolvidos tivessem a iniciativa e, já nos primeiros anos do curso de economia, levantar a voz anunciando a intenção de trabalhar para ver Rio Grande com uma Universidade instalada. Não fossem essas iniciativas, nascidas dentro do curso de economia, lá pelos idos de 1960, se teria hoje o parque universitário que é ostentado com orgulho? É uma pergunta que por si responde a importância da criação da FCPE nessa conquista.

É desta forma que se avalia a importância dessa instituição, que contribuiu para toda a comunidade rio-grandina, que conseguir ver a economia local superar as

dificuldades da década de 1950 e hoje ser um dos municípios de maior Produto Interno Bruto (PIB) – valor de todos os bens e serviços produzidos no município – no Estado do Rio Grande do Sul.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande foi objeto deste trabalho de pesquisa, com vistas a estudar seus aspectos históricos, nas décadas de 1950 e 1960 e tendo por objetivo específico a verificação da contribuição que dela emergiu para o desenvolvimento do município de Rio Grande.

Para tanto, utilizou-se o conceito de cultura escolar destacando em Viñao Frago (1995), Faria Filho (2004), Vidal (2005), Weber (2001) e Martins (2008) para entender as ações empreendedoras dos agentes propulsores da ideia de instalação da FCPE do Rio Grande.

Ferreira e Amado (2006), Meihy (2007) e Portelli (1997) subsidiaram os aspectos da história oral e Cellard (2008) para organizar e fazer a análise documental. Considerando que a cultura escolar tenta difundir determinados preceitos através de práticas específicas, a teoria permitiu entender como aconteceram as alterações de comportamentos que fizeram modificar a realidade no meio em que transitavam profissionalmente todas as partes envolvidas diretamente com a instituição de ensino. Quanto às ideias empreendedoras, preconizadas por Weber (2001), de pessoas imbuídas do espírito do capitalismo poderiam desenvolver nos alunos capacidades que lhes permitissem crescer e superar as dificuldades econômicas que afligiam o município naquela década. Esta ideia levou a criação da FCPE, que se constituiu de um verdadeiro ato de esforço individual, de cada um dos atores envolvidos, para contribuir com o desenvolvimento local.

As fontes permitiram inferir sobre as práticas escolares adotadas e as condutas apregoadas no intuito de modificar o entendimento do corpo discente sobre a realidade econômica daquela época.

Como fontes, utilizaram-se o Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos - NUME, que é um importante museu que se constitui em órgão da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, e também o Arquivo Geral da FURG, onde está custodiada grande parte do acervo com importantes documentos da vida da faculdade de Economia da FCPE. Nestes locais, foram encontrados documentos que permitiram saber o que aconteceu na FCPE ao longo do recorte temporal pesquisado. Esses documentos “de primeira mão”, que ainda não haviam recebido nenhum tratamento analítico, foram exaustivamente dissecados de forma a tornar

clara as práticas, permitindo compreender a “caixa preta”, conforme Faria Filho (2004) da FCPE e saber o que ocorreu no espaço da academia de Ciências Políticas e Econômicas.

Com suporte no que disse Gil (2002), os jornais representam nos tempos atuais uma das mais importantes fontes bibliográficas. Sendo assim, foram pesquisadas nas edições do Jornal Rio Grande, que estão na Bibliotheca Riograndense, as publicações oficiais da instituição e as matérias jornalísticas nos primeiros anos do recorte temporal escolhido. Na análise, considerou-se o que foi publicado pela linha editorial da empresa jornalística, bem como os espaços de publicidade pagos pela FCPE. Na parte de responsabilidade dos editores do jornal, estão as matérias com ênfase na criação da Faculdade, nas notícias com relação à implantação do curso de economia e, principalmente, espaços destinados à veiculação dos principais acontecimentos proporcionados pelas FCPE, destacando a presença de nomes expressivos do meio educacional do Estado em aulas inaugurais e palestras. Ainda enaltecia-se a atuação da instituição como veículo propulsor do desenvolvimento. A publicidade paga ocorria na forma de editais, contendo as chamadas para os concursos de habilitação, convocação para as provas, concursos em segunda chamada, enfim, as informações de cunho oficial e que normalmente se repetiam a cada começo de ano.

As dissertações de mestrado também foram importantes fontes de referência ao longo do trabalho de pesquisa, visto que, para Gil (2002), podem ser muito importantes para o estudo, pois muitas delas são constituídas por relatórios de investigações científicas originais. Os trabalhos de Teixeira (2013) e Silveira (2012) foram importantes ao longo da presente pesquisa para entender a formação do Ensino Superior em Rio Grande, especialmente porque ajudaram a discorrer sobre os primeiros cursos de ensino superior na cidade.

O conteúdo das entrevistas realizadas também se constituiu em importante fonte, através de conversas sobre a experiência e a memória individuais que, conforme Portelli (1997), fornecem importantes subsídios para compreender, principalmente, a cultura escolar da instituição pesquisada. O uso das fontes orais permitiu melhor abranger aspectos resultantes da análise documental sobre os quais pairavam algumas dúvidas, sanadas com o auxílio do que foi externado pelos entrevistados durante os encontros.

O ensino superior em Rio Grande começou com a criação da Escola de Engenharia Industrial, sendo, conforme Teixeira (2013), a gênese dos cursos de terceiro grau na cidade e tinha como principal objetivo suprir a demanda de técnicos da área mecânica na indústria local. A segunda instituição de ensino superior – FCPE – tinha como objetivo provocar modificações no pensamento econômico existente na cidade e tentar reverter a situação de dificuldades econômicas pela qual passava a cidade portuária. Depois surgiu a Faculdade de Direito, que era um anseio dos estudantes locais que diariamente se deslocavam para Pelotas, com a finalidade de continuar os estudos. Com o intuito de formar professores com graduação na área de atuação – o magistério – a Mitra Diocesana de Pelotas instalou a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. No ano de 1966, foi autorizado pelo Conselho Federal de Educação o funcionamento da Faculdade de Medicina, que somente foi incorporada à FURG em 1971, após o reconhecimento por Decreto do Governo Federal. A iniciativa, que a princípio era bastante modesta, de ter um curso superior na cidade, começou a evoluir com a adesão do empresariado local e do executivo municipal e, em poucos anos, de 1955 a 1966, a comunidade possuía quatro instituições de ensino superior, o que por si já demonstra a evolução da atividade profissional na cidade, envolvendo adaptações de prédios, construções, contratação de pessoal docente e de servidores para a manutenção das atividades das instituições estabelecidas.

Quando se tratou especificamente da FCPE, considerou-se o que disseram Buffa e Nosella (2000), que para entender a natureza de uma instituição escolar é importante contar a história de sua criação e instalação, e isto foi feito a partir do capítulo 3 deste trabalho de pesquisa.

No momento em que havia o fechamento de grandes empresas instaladas na cidade e o conseqüente aumento do desemprego, como disse Martins (2008), era necessário tentar reverter a difícil situação econômica de Rio Grande e uma das alternativas encontradas foi a criação de cursos superiores. Para Magalhães (1997), isto começou em reuniões informais no tradicional Café Santos, no centro da cidade, onde profissionais graduados conversavam sobre a possibilidade de instalação de uma escola de engenharia. Estabelecida a EEI, que atenderia à necessidade do mercado de mão de obra técnica e pensando em reverter a situação de estagnação econômica, instituiu-se a FCPE com a finalidade de formar cidadãos com

conhecimento da teoria econômica, capaz de fomentar novos empreendimentos e alavancar o crescimento dos estabelecimentos existentes.

A FCPE iniciou com o curso de Economia em 1959, o único que efetivamente se instalou, começando as atividades com reunião precedida de grande repercussão na mídia escrita. Na assembleia de instalação, estiveram presentes autoridades locais e do Estado do RS, o que mostra a expressividade do evento. Nas palavras do prefeito municipal ficava claro que a expectativa era de suprir plenamente os anseios da população na caminhada pelo progresso e engrandecimento da cidade do Rio Grande. Era, portanto, um discurso eivado de perspectivas salvacionista e desenvolvimentista.

A Instituição, primeiramente, funcionou nas instalações da Escola de Belas Artes. Após, em dezembro de 1963, a Prefeitura adquiriu o prédio da Rua Luiz Loréa, 261, na área central, onde funcionou durante todo o tempo em que foi uma Instituição isolada.

O quadro docente foi nomeado por decreto municipal em agosto de 1958 e era constituído por advogados e economistas, com atividades na iniciativa privada, com experiência no mercado de trabalho, mas sem formação pedagógica. A remuneração dos docentes era irrisória, sendo, talvez, o motivo principal para aceitarem o encargo laboral o possível *status* que poderiam desfrutar na comunidade com o exercício da função de professor de instituição de ensino superior. Embora vinculados ao poder executivo municipal, eram empregados celetistas, mesmo após ser transformada em autarquia, no cumprimento de legislação federal. Quando começaram as atividades, em 1959, a faculdade contava com cinco professores, passando a dez no ano seguinte. Quando foi incorporada à FURG, eram vinte e um os docentes contratados.

No que se refere ao quadro de servidores, foram encontrados registros de apenas três contratados pelo regime da CLT a partir de 01 de setembro de 1968. No entanto, através dos entrevistados, soube-se que sempre houve pessoal administrativo e que o quadro era reduzido, e estes, possivelmente, teriam sido servidores municipais cedidos para as atividades da FCPE.

Os discentes ingressavam no curso de Economia após classificação em Concurso de Habilitação, que nos anos de 1959 a 1964 eram constituídos de quatro disciplinas e as provas eram escritas e orais, sendo incluído um teste vocacional a partir de 1965. O curso, por ser mantido pelo poder público municipal, não cobrava

mensalidades, mas eram exigidos pagamentos por emissão de certificados, exames de 1ª e 2ª chamadas, que ainda hoje são práticas comuns nas instituições acadêmicas de iniciativa privada. Na conclusão do curso, tradicionalmente era realizada a solenidade de colação de grau em evento revestido de formalidades características dos cursos acadêmicos.

A FCPE iniciou o seu funcionamento vinculada diretamente à Prefeitura Municipal, com a característica de ente público – professores nomeados por ato administrativo do executivo municipal – depois, transformando-se em autarquia, para cumprir exigências legais oriundas do Ministério da Educação, prosseguindo, assim, até a incorporação pela FURG. No entanto, conservou durante o período de sua existência como entidade isolada, características próprias de instituição de direito privado, como a autonomia para contratar diretamente os professores e servidores, todos vinculados ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

O currículo estabelecido por Decreto Municipal em 1958 contemplava as disciplinas e os titulares de cada uma delas. O curso foi previsto para ser concluído em quatro anos. Posteriormente, por exigência do Conselho Nacional de Educação, foi promovida alteração curricular para então conseguir o reconhecimento do curso, o que efetivamente ocorreu somente em 22 de setembro de 1967, através do Decreto nº 61.401.

Com as instalações dos cursos superiores, começou a haver alteração no cotidiano na cidade marítima, surgindo adaptações nos prédios por onde se instalaram as faculdades, posteriormente passando para as construções em instalações próprias. Ademais, ocorreu o surgimento dos atores que, no caso, são os docentes, os servidores e os discentes, além de outras atividades de suporte necessárias ao funcionamento de qualquer instituição. Tudo isso contribuiu para alterar o cenário urbano - os novos prédios em áreas anteriormente não ocupadas, o andar de acadêmicos e de profissionais em horários diversos pelas ruas da cidade - modificaram a paisagem que antes não contava com nada disso. Tudo isto, conforme Pesavento (2007), provocou práticas de interação, ritos e festas que transformaram a cidade. Estas práticas incluíam, além da agitação promovida na cidade pelos estudantes, a participação em bailes e festas, festival da canção e a mais esperada anualmente, a “Passeata dos Bichos”,

A Passeata era o evento de maior interação com a comunidade e despertava tamanha atenção que os cartazes eram previamente submetidos à censura da

Polícia Federal e, obviamente, os escritos tinham duplo sentido para tentar fugir da ação dos censores. Dessa forma, o “sensível” da cidade foi modificado através das festas, dos comportamentos e de práticas sociais que, sem os cursos superiores, possivelmente não teriam acontecido.

A retração econômica e a necessidade de vencer a crise instalada, motivo pelo qual foi criada a FCPE, tiveram resposta quase que imediata na transformação provocada na urbe rio-grandina.

Ao analisar os dados quantitativos, percebe-se que a criação do curso de economia gerou a necessidade de investimentos por parte do poder executivo municipal e depois da União.

No primeiro orçamento ao qual se obteve acesso, ano de 1964, a injeção de recursos na entidade foi de Cr\$ 14.288.370 – Cruzeiro, moeda da época – em 1965 de Cr\$ 25.658.711, em 1966 de Cr\$ 42.770.210, em 1967, Cr\$ 51.918.800 e em 1968 saltou para Cr\$ 159.083,00, sendo que neste último ano o percentual da União era de 31,43% do total investido. A evolução percentual mais significativa aconteceu na variação dos valores de 1967 para 1968, quando atingiu 206,4% de incremento.

Como se pode perceber, as importâncias investidas foram altas na manutenção e no crescimento da FCPE com a União e o Estado aplicando recursos no estabelecimento que viera para transformar o pensamento econômico em Rio Grande.

No momento em que se utilizaram dados qualitativos, aqueles que não se podem medir e que, segundo Dias (s/d), examinam aspectos mais profundos e subjetivos, ficou evidente a importância da atuação da FCPE no contexto em que estava inserida.

A relevância da formação acadêmica já se fez presente entre os alunos da primeira turma de ingressantes no curso de Economia, ainda em 1959. Conforme Meirelles (2004), os alunos lideraram o movimento pró-criação da Universidade do Litoral.

Outro fato que ilustra de forma clara o envolvimento de todo o quadro de pessoal envolvido com o curso acontece quando o professor Aldo Lapolli, conforme consta na Ata nº 43 da Congregação dos Professores, relata os assuntos que fora tratar na cidade do Rio de Janeiro. Entre estes assuntos estava a aquisição de um terreno para a construção de um futuro Centro Universitário, o que demonstra bem que a iniciativa dos alunos havia afetado a direção da FCPE, que assumira a batalha

para a melhoria do ensino em Rio Grande com a constituição de uma Universidade. Isto, na perspectiva weberiana, são as forças motivadoras, que na busca de realização de seus próprios interesses, fazem parte do que se pode chamar de desenvolvimento do espírito do capitalismo.

Em grande parte do período pesquisado, a FCPE coexistiu com os duros tempos da ditadura, época em que o Diretor foi preso e conduzido ao navio Canopus, onde esteve detido por alguns meses. Mesmo assim, via interventor federal, a faculdade foi convidada a participar com sugestões, a pedido do Grupo Municipalista da Câmara Federal, para a elaboração de leis complementares, opinando sobre subsídios para vereadores e áreas metropolitanas.

A Faculdade também foi chamada a participar de Seminário sobre o Desenvolvimento da Comunidade, em que os professores Roberto Coimbra Edon e Edison de Souza Mendonça tiveram destacada atuação, conforme consta na ata nº 43 da Congregação dos Professores.

Partindo das lembranças dos entrevistados, estes convergiram afirmando que os cursos superiores foram propulsores de visibilidade e da mudança de vida dos participantes da Instituição. Suas trajetórias individuais compartilharam de forma coletiva a cultura escolar daquela época. Declarações de que todos cresceram em suas atividades ou organizações, é mais uma demonstração da importância do curso de Economia.

A relevância que o curso deu à discussão dos assuntos econômicos do país, em época de intensa agitação política, com debates na área acadêmica sobre os acontecimentos políticos e econômicos, representou um importante avanço, permitindo que uma nova geração de economistas se formasse, contribuindo para a qualificação de profissionais. Num período em que o Brasil vivia a era dos Planos de Desenvolvimento, Plano de Metas e Plano Trienal, na FCPE formava-se uma consciência da importância destes assuntos e da relevância da formação acadêmica de profissionais em ciências econômicas, sendo esta uma das grandes contribuições no cenário econômico de Rio Grande.

A intensidade das batalhas por conquistas de melhorias foi abrangente, envolveu direção, docentes e discentes. Na luta pelo reconhecimento do curso, um dos alunos foi ao Rio de Janeiro para tentar destravar o percurso do processo de reconhecimento. Além disso, um professor, que no passado fora colega de sala de aula do então poderoso General Golbery, a este escreveu solicitando sua

interveniência para acelerar o trâmite dos documentos. Portanto, a iniciativa de quem empreende se fazia sentir em todos os atores que constituíam a FCPE.

Essas iniciativas, entre tantas outras, são apenas algumas que evidenciam o desprendimento na tomada de decisão dos professores e alunos nas conquistas de objetivos em que todos ganharam, principalmente a comunidade rio-grandina, a quem por último coube os louros da vitória. Isto vai de encontro ao que preconizava Weber (2001), de que é preciso estar impregnado do espírito do capitalismo, ou seja, trabalhar e aproveitar as oportunidades e que as forças motivadoras não são uma questão de origem das somas de capital, mas o desenvolvimento do espírito do capitalismo.

A análise dos dados numéricos permitiu verificar em termos quantitativos a evolução do investimento realizado. Constatado o desempenho favorável da instituição pesquisada, infere-se que ela realmente contribuiu, impactando a economia local.

Essa capacidade de empreender das autoridades e das lideranças locais com vistas à criação e instalação da FCPE contaminou outros envolvidos na luta para vencer a estagnação econômica, conquistando, através desta batalha, a Universidade Federal.

Referências

ALBERTI, Verena. O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: **História oral: uma reflexão crítica**. VI Encontro Estadual da História, ANPUH, Minas Gerais, julho de 1998.

ALMEIDA, Cleuza I. R. Engenharias e Ciências Exatas. In: ALVES, Francisco das N.(org.). **Fundação Universidade do Rio Grande: 35 anos a serviço da comunidade**. Rio Grande: FURG, 2004.

ALVES, Francisco N. Ciências Humanas. In: ALVES, Francisco das N. (org.). **Fundação Universidade do Rio Grande: 35 anos a serviço da comunidade**. Rio Grande: FURG, 2004.

AMARAL, Giana Lange do. **O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas**. 2 ed. Pelotas: Seiva, 2005.

AMARAL, Giana Lange do. **Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas. (décadas de 1930 a 1960)**. 2003. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

ANTAQ. Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Disponível em: <<http://www.antaq.gov.br/portal/pdf/Portos/2012/riogrande.pdf>>. Acesso em: 29.01.2016.

ARAÚJO, F. M. de B., ALVES, E. M., CRUZ, M. P. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. In: **Revista Perspectivas da Ciências e Tecnologia**, vol. 1, nº 1, jan-jun 2009.

ATA de instalação de Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande em 26 de agosto de 1958. Acervo da Universidade Federal de Rio Grande.

ATA nº 05 da Congregação os Professores da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, de 4 de outubro de 1961. In: **Livro de atas da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande**. Acervo da Universidade Federal de Rio Grande.

ATA nº 34 da Congregação os Professores da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, de 20 de setembro de 1963. In: **Livro de atas da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande**. Acervo da Universidade Federal de Rio Grande.

ATA nº 35 da Congregação os Professores da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, de 29 de outubro de 1963. In: **Livro de atas da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande**. Acervo da Universidade Federal de Rio Grande.

ATA nº 43 da Congregação os Professores da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande. In: **Livro de atas da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande**. Acervo da Universidade Federal de Rio Grande.

ATA nº 44 da Congregação os Professores da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, de 27 de julho de 1965. In: **Livro de atas da Faculdade**

de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande. Acervo da Universidade Federal de Rio Grande.

ATA nº 46 da Congregação os Professores da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, de 31 de agosto de 1965. In: **Livro de atas da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande.** Acervo da Universidade Federal de Rio Grande.

ATA nº 57-A da Congregação os Professores da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, de 11 de abril de 1967. In: **Livro de atas da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande.** Acervo da Universidade Federal de Rio Grande.

ATA nº 58 da Congregação os Professores da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, de 19 de maio de 1967. In: **Livro de atas da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande.** Acervo da Universidade Federal de Rio Grande.

ATA nº 64 da Congregação os Professores da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, de 09 de maio de 1968. In: **Livro de atas da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande.** Acervo da Universidade Federal de Rio Grande.

ATA nº 83 da Congregação os Professores da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, de 06 de novembro de 1971. In: **Livro de atas da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande.** Acervo da Universidade Federal de Rio Grande.

BARROS, José D´Assunção. **O projeto de pesquisa em história:** da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

BUFFA, Ester e NOSELLA, Paolo. **SCHOLA MATER:** a antiga Escola Normal de São Carlos. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

BRASIL. **Decreto Federal nº 43.563, de 24 de agosto de 1958.** Concede autorização para funcionamento de curso.

CAETANO, Ademir C. e WEIDUSCHADT, Patricia. **Constituição da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande e as influências para o desenvolvimento do município (1955-1969).** 20º Encontro da Associação Sul-riograndense de Pesquisadores em História da Educação. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/248823678/Caderno-de-resumos-do-20o-encontro-da-Asphe>>. Acesso em: 12.04.2015.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2014.

CASTRO, Raquel X. S. e SILVA, Vera L. G. Cultura material da escola: entram em cena as carteiras. In: **Educar em Revista**, n. 39 p. 207-224, Editora UFPR, Curitiba PR, jan/abr 2011.

CELLARD, André. A Análise Documental. In: POUPART, J. ET AL. **A pesquisa qualitativa** – enfoques Epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHAMLIAN, Helena C. Estudo da Organização Departamental nas Universidade mantidas pelo Governo do Estado de São Paulo. In: **R. Fac. Educ.**, São Paulo. 10(1):41-124, jan./jun. 1984.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria & Educação**, 2. Porto Alegre: Pannonica, 1990, p. 177 – 229.

CUNHA, Luiz Antonio. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: **500 anos de educação no Brasil**. Veiga, Cynthia G., Lopes, Eliane M. T. e Faria Filho, Luciano M. Belo Horizonte: Autentica, p. 151-204, 2000.

CURY, Carlos R. J. **O público e o privado na educação brasileira contemporânea**: posições e tendências. Cad. Pesq. São Paulo, n. 81, p. 33-44, maio 1992.

DANTAS, José A. M. Algumas Reflexões sobre o novo currículo dos cursos de Ciências Econômicas. In: **Educação e Filosofia**, Uberlândia, 1(2): 11-17, jan./jun. 1967.

DIAS, Cláudia A. **Grupo Focal**: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255610/mod_resource/content/0/Tecnicade_coleta_deDados.pdf>. Acesso em: 18.11.2016.

FAMED. **Faculdade de Medicina de Rio Grande**. Disponível em: <<http://www.medicina.furg.br/index.php/historia>>. Acesso em: 14.11.2014.

FARIA FILHO, Luciano M. A Cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da cultura brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FERREIRA, Márcia O. V., FISCHER, Beatriz T. Daudt, PERES, Lúcia M. V. **Memórias docentes**: abordagens teórico-metodológicas e experiências de investigação. São Leopoldo: Oikos, 2009.

FISCHER, Beatriz T. D. e WEIDUSCHADT, Patrícia. História oral & memória: aporte teórico-metodológicos na investigação de trajetórias docentes. In: Ferreira, Márcia O. V., Fischer, Beatriz T. D. e Peres, Lúcia M. V. **Memórias docentes**: abordagens teórico-metodológicas e experiências de investigação. Brasília: Liber Livro, 2009.

FURG. Universidade Federal do Rio Grande. Arquivo Geral, 2014-2015.

_____. Universidade Federal do Rio Grande. Núcleo de Memória Francisco Martins Bastos – NUME.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

JORNAL RIO GRANDE, Edição nº 47, p. 2, 26/jan. 1960.

JULIA, Dominique. La culture scolaire comme objet historique, Paedagogica Historica. **International journal of the history of education**. Suppl. Series, vol. I, coord. A. Nóvoas, M. Depaepe e. V. Johanningmeier, 1995, pp. 353-382.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**, 2.ed. São Paulo: Contexto, p. 111 – 153, 2010.

MAGALHÃES, Justino P. **Tecendo Nexos**: histórias das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARTES, Ana Cristina Braga. Weber e Schumpeter. A ação econômica do empreendedor. In: **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 2 (118), pp. 254-270, abril-junho/2010. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/118-5.PDF>>. Acesso em: 02.08.2014.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: Editora da Furg, 2008.

MEIHY, José Carlos S. Bom. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIRELLES, Aída L. B. Ciências da Saúde. In: ALVES, Francisco das N. (org.). **Fundação Universidade do Rio Grande**: 35 anos a serviço da comunidade. Rio Grande: FURG, 2004.

NOSELLA, Paolo e BUFFA, Ester. **Escola de Engenharia de São Carlos**. Os primeiros tempos: 1948 – 1971. São Carlos: EDUFSCar, 2000.

NUNES, Cláudio O. I. Ciências Sociais aplicadas. In: ALVES, Francisco das N. (org.). **Fundação Universidade do Rio Grande**: 35 anos a serviço da comunidade. Rio Grande: FURG, 2004.

NUNES, Mariana F. O., OKINO, Erika T. K., NOCE, Mariana A., JARDIM-MARAN, Maria C. Interesses profissionais: perspectivas teóricas e instrumentos de avaliação. In: **Avaliação Psicológica**, v. 7 n. 3 Porto Alegre dez 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712008000300012>. Acesso em: 13.11.2015

PEREIRA, Luiz C. B. Economia e administração: mercado e poder. In: **Rev. Adm. Emp.** Rio de Janeiro, 19(4): 39-43. out-dez 1979.

PESAVENTO, Sandra J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53. Junho de 2007.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Proj. História, São Paulo, (15), abril 1997.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar**, Curitiba: Editora da UFPR, n. 18, p. 13-28. 2001.

RIO GRANDE. **Lei Municipal nº 875 de 22 de julho de 1955**. Cria a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas.

_____. **Decreto Municipal nº 1803, de 11 de agosto de 1958**. Dá provimento as cadeiras da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas.

SANTIAGO, Eduardo Girão. Vertentes Teóricas sobre Empreendedorismo em Schumpeter, Weber e McClelland: Novas referências para a sociologia do trabalho. In: **Revista de Ciências Sociais**, v. 40, n. 2, 2009, pp. 87-103. Disponível em: <<http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v40n2/RCSv40n2.pdf>>. Acesso em: 03.08.2014

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Liana D. **Faculdade de Economia da UFMT: Origem trajetória**.

SILVEIRA, Josiane Alves da. **Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande: os primeiros anos da formação docente no ensino superior da cidade (1960-1969)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas.

SOUZA, Nali de J. O Economista: a história da profissão no Brasil. **Análise**, volume 17, número 2, p. 377-383. Porto Alegre, jul/dez 2006.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar**, Curitiba: Editora da UFPR, nº 18, p.13-28. 2001.

TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. **Escola de Engenharia Industrial: a gênese do ensino superior na cidade do Rio Grande (1953-1961)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas.

TORRES, Luiz Henrique. Ciência Oceanográfica, Academia e o Processo Industrial: Rio Grande na década de 1950. **Historiæ**, Rio Grande, 2 (2): 175-188, 2011.

VIDAL, Diana G. e ABDALA, Rachel D. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. In: **Revista Educação**. Vol. 30, nº 02, p. 177–194. Santa Maria: 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural Posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, nº 0, Set/Out/Nov/Dez 1995.

WEBER, Max. **Textos Selecionados**. Os pensadores. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Centauro, 2001.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX:** identidade e cultura escolar. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas.

WERLE, Flávia O. C. **Ancorando quadros de formatura na história institucional.** 28ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, MG, 2005.

Entrevistas:

CANARY, Carlos H. Entrevista concedida a Ademir Cavalheiro Caetano. Rio Grande em 09.03.2015.

ESPÍRITO SANTO, Raimundo P. Entrevista concedida a Ademir Cavalheiro Caetano. Rio Grande em 22.05.2015.

TORRES, Blasco I. C. Entrevista concedida a Ademir Cavalheiro Caetano. Rio Grande em 16.06.2015.

VIEIRA, Eurípedes F. Entrevista concedida por e-mail a Ademir Cavalheiro Caetano. Rio Grande, em maio de 2015.

Fontes consultadas:

CATÁLOGO GERAL 2013. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande: Editora e Gráfica da FURG, 2014.

NUME. Núcleo de Memória Francisco Martins Bastos, FURG.

Apêndices

Apêndice A - DEGRAVAÇÃO da entrevista concedida por Carlos Henrique Canary em 09.03.2015

CANARY: Mas na verdade, então foi assim. Naquela época tinha o vestibular. Tinha muito esse negócio dos veteranos de impor castigo para os que estavam entrando. Então é uma coisa bem engraçada, assim. E eu lembro assim que naquela época o pessoal. Como é que vou te dizer assim, era mais unido, eu acho, porque naquela época nos tínhamos a passeata dos bichos. Não sei se tu chegou a pegar isso aí?

ADEMIR: Já li alguma coisa em jornal...

CANARY: Então a gente se organizava para fazer a passeata lá dentro da faculdade, então fazia cartazes, criticando a política, cartazes de piadas, essas coisas assim. Só que aí depois era submetido ao crivo da polícia federal. A polícia federal chegava lá olhava os cartazes, esse aqui rasga, esse aqui rasga. Era assim que a coisa funcionava. Aí nos saímos para a rua fazer a passeata. Era uma coisa bem assim.

ADEMIR: Só os aprovados pela polícia?

CANARY: Só os aprovados pela polícia. Ah, naquela passeata dava de tudo, o pessoal às vezes se passava. A gente não tinha espírito para enfrentar aquilo de cara limpa. Aí tomava uma caipirinha antes, tomava um negócio, ah olha, no fim a gente perdia as coisas, eu mesmo na época eu sai, me disseram que eu tinha que sair vestido de intelectual, aí me arrumaram lá um troço, tipo um quimono, essas vestimentas japonesas, e aí me arrumaram um negócio quadrado para botar na cabeça, me arrumaram um esquadro desse tamanho e um livro maior ainda e daí que eu tinha que andar com aquele troço, só que depois foi tanta bagunça naquela passeata que eu me perdi – como é que se diz - do esquadro, o esquadro era dum senhor que morava ao lado da nossa casa. O senhor era alfaiate. E era aí rapaz, tinha que devolver e eu não sabia aonde estava aquilo e aí o português me perguntava, bah, e eu vou pegar, vou pegar, até que um belo dia alguém disse tem um esquadro lá na minha casa e eu não sei de quem é.... risos pois é tem umas coisas assim meio malucas, mas era bom. Mas uma outra coisa, outro detalhe que eu lembro, coisas esparsas assim, mas que naquela época tinha o diretório acadêmico e a nossa turma era uma turma guerreira, reivindicava muita coisa e qualquer coisa, se o professor não era bom a gente já fazia um movimento para trocar o professor.

ADEMIR: E trocava?

CANARY: Conseguimos, teve um que conseguimos trocar e, o diretor se dava bem com a gente, mas chegou uma hora, acho que ele perdeu as estribeiras com a gente lá e começou a engrossar e ia suspender a turma, não sei o que, e aí nos descobrimos, na época que havia eleição para o diretório e nos tivemos uma chapa

inscrita e aí nos fizemos uma chapa da nossa aula, registramos a chapa e ganhamos a eleição e aí ele não pode fazer nada, que nós éramos do diretório, trancamos a represália dele.

ADEMIR: Era o Roberto Edon?

CANARY: Não, naquela época era o Aldo Lapolli.

ADEMIR: Aldo Lapolli.

CANARY: O Roberto Edon me deu aula mas eu não cheguei a pegar ele como diretor. Deu aula, como era a cadeira que ele deu aula para nós – é, mas assim, aconteciam umas coisas bem malucas, assim, coisas daquela época, hoje não tem mais isso. As festas dos bichos era assim, uma coisa fantástica.

ADEMIR: Um acontecimento na cidade.

CANARY: Um acontecimento na cidade, e depois que terminava aquilo, nos fechava a faculdade, tinha um rapaz que cuidava lá, contínuo no caso, bah, nos fervia dentro daquele pátio, um pátio enorme, fervia até a madrugada.

ADEMIR: Na Luiz Loréa, 261?

CANARY: Na Luiz Loréa, 261. Sim, depois saiu daquela. Depois, acho prédio próprio da faculdade.

ADEMIR: A prefeitura comprou para a faculdade.

CANARY: Isso, acho que doou. Depois a universidade incorporou aquilo.

ADEMIR: E as instalações físicas, como eram?

CANARY: Eram boas. Eram boas. Era uma faculdade pequena, mas como era só o nosso curso e depois inclusive tinha lá eu lembro, que ainda ali eles começaram o curso de administração de empresas. Ali naquele prédio também. Mas acho que aí já era FURG. E depois a gente saiu de lá, atendiam bem, as salas eram boas. Eu gostava dali.

ADEMIR: Em que ano as instalações do curso passaram o Campus Cidade?

CANARY: Pois isso é que eu não tenho uma certeza, o Ademir, porque eu lembro assim, que em 74 eu me formei, acho que foi em 69 eu fiz o vestibular, aí passei, aí houve esse problema que eu tive que trancar tudo aí quando eu voltei - INTERRUPÇÃO – mas assim a coisa, as instalações eram boas, inclusive depois quando passou lá para aqueles pavilhões da FURG, lá no CTI ali, também eram bons, só que ali era muita gente, muita gente.

ADEMIR: E outros cursos também.

CANARY: Sim, porque juntaram todo mundo.

ADEMIR: Ai já era a universidade?

CANARY: Já era a universidade. Já era a universidade. E os professores da universidade também eram bons naquela época porque a maioria dos professores eram pessoas, que.... profissionais assim de banco, de empresas, que eram formados em economia, no caso e davam aulas. Muitos davam aulas no antigo curso técnico de contabilidade, que eu fiz, que era ali no Getúlio Vargas e davam aula na faculdade, e, então tinha o Miguel Ramos que era do Banco do Brasil, o João Marinonio Carneiro Lages que era do Banco do Brasil, o Elio, não lembro o sobrenome dele, era do Banco do Brasil também, então tinha, tinha o professor Moll, que era da Casa Moll.

ADEMIR: Carlos Moll.

CANARY: Carlos Moll professor, começou lecionando para nós, Estatística, e assim a maioria deles era assim, porque a faculdade de economia funcionava com esses professores e depois foram incorporando outros.

ADEMIR: Eram funcionários da prefeitura, né?

CANARY: É.

ADEMIR: Pegavam gente que tinha experiência no mercado?

CANARY: Gente que tinha experiência no mercado, claro. Hoje para entrar na faculdade é bem diferente, tem um concurso, na época acho que esse pessoal. Na época acho que esse pessoal foi incorporado, acredito, se eles continuaram lecionando.

ADEMIR: E o vestibular como era? Muito concorrido?

CANARY: O vestibular era uma coisa muito simples, muito simples, era bem concorrido, era uma prova de matemática, uma prova de conhecimento gerais, português, não lembro mais se tinha uma outra matéria. Fazia lá mesmo na faculdade. Ia lá fazia a prova. Era simples, não era tudo isso que é hoje.

ADEMIR: E era pago também, o curso na universidade tinha uma mensalidade?

CANARY: Eu acho que não pagava.

ADEMIR: Não pagava?

CANARY: Não pagava, não. Porque no primeiro.. eu peguei a transição assim, naquele primeiro ano não paguei e aí o que aconteceu, a FURG, tem coisas que eu não lembro bem como é que foi, quando eu entrei e voltei para a FURG, eles já estavam cobrando. Tinha que pagar alguma coisa que eu não lembro o que que era, tinha aquela bolsa para depois quando tu te formava, que tu te empregava, tinha que ressarcir e eu na época não quis pegar essa bolsa e eu me lembro que por um ano

ou dois anos eu tive que pagar um valor lá, e eu não me lembro bem a título de que. Depois ficou totalmente gratuito. Mas naquela transição ali tinha que pagar alguma coisa que eu não lembro bem o que era, eu andei pagando, paguei. Eu não quis, eu não vou pegar bolsa porque depois eu me formo, de repente não pego emprego bom, vai ficar difícil pra mim, então eu fui pagando aquilo mensalmente.

ADEMIR: E a grade curricular como era? Muitas matérias, muito complicada!

CANARY: Não, era bem interessante, bem bom, bem interessante. Não sei como está hoje.

ADEMIR: Tinha professores que apertavam mais?

CANARY: Tinha, tinha, tinha sim, nos tínhamos, por exemplo, a cadeira de Economia, uma cadeira que apertava bastante. Matemática, era muita matemática, inclusive na época era um professor que depois se acidentou, não lembro o nome dele, que se acidentou de carro e morreu na estrada do Cassino, não me lembro o nome dele, era um cara muito conhecido na universidade, era durão e ai morreu e ai botaram outro. Depois Estatística também, nós juntamos, na época, as cadeiras que eram comum, por exemplo, Matemática e Estatística era a mesma matéria para Engenharia, Economia e Administração, então é uma turma só, estudava todo mundo junto e ai na época eu lembro que veio um professor de Pelotas para lecionar Estatística para nós. Era muito calmo. Depois teve no fim do curso, o trabalho de conclusão do curso, que eles chamam de TCC hoje, para nós era apresentar um projeto, tinha que apresentar um projeto de construção de alguma coisa. Então, tinha assim, a parte do projeto que era da Engenharia, a parte que era da Administração e a parte que cabia aos economistas, então cada um trabalhava na sua parte e montava um projeto todo. Depois na hora de defender a gente tinha que responder perguntas de engenharia, de administração, só que assim, quem era economista, o peso era menor, faziam perguntas bem básicas da parte, tu tinhas que conhecer um pouquinho da engenharia do projeto, um pouquinho da parte administrativa, mas a ênfase maior era na parte da economia. Então esse era o trabalho de conclusão do curso. Era um troço bem chato de fazer.

ADEMIR: Hoje os alunos reclamam.

CANARY: Reclamam! Hoje eu não sei como esse negócio funciona isso ai, se eles costumam reunir as turmas, ali era uma mesma matéria, engenharia, economia e administração, todo mundo junto.

ADEMIR: E os colegas de turma, começavam juntos e depois praticamente terminava com a mesma turma?

CANARY: A minha começamos e terminamos juntos. Nem todos porque alguns ficaram pelo caminho, terminaram um ano ou dois depois. Mas a nossa turma, era uma turma maravilhosa. Uma turma super unida.

ADEMIR: E o senhor mantém contato?

CANARY: Tenho. Muitos ainda tenho, muitos que eu já perdi o contato, algum, também não era muita gente. A gente se formou acho que eramos uns vinte, menos talvez, então tem alguns que eu já perdi o contato, mas tem outros que eu continuo até hoje.

ADEMIR: Teve um que chegou a ser reitor da universidade, Eurípedes Falcão Vieira.

CANARY: Ah, mas esse não é da minha época.

ADEMIR: É de antes.

CANARY: É de antes. Teve lá um cara que dava aula para nós e era do exército depois ele saiu do exército e ele foi reitor, fundou aqui, foi um dos fundadores da Anhanguera, mas antes era....Atlântico.

ADEMIR: Atlântico Sul, Dorneles.

CANARY: Dorneles, sim. Era da minha época. Não era da minha aula, sim, era da Administração, se não me engano. Tinha um outros depois que foi dar aula na faculdade, Massada, o professor Massada, que era do exército, depois saiu do exército foi para a universidade.

ADEMIR: E, o senhor indicaria um nome ou dois para alongar essa conversa?

CANARY: Olha, quem poderia assim, como aluno?

ADEMIR: É, mas se tiver um professor...seria interessante que tivesse um professor.

CANARY: Tem um cara, que eu me dou bem com ele assim, que trabalhamos juntos, quando eu trabalhei na Leal Santos, trabalhos juntos depois ele até era diretor da Leal Santos e ele era professor na FURG, acho que nessa área ai de administração, economia e agora parece que ele se aposentou, que eu não sei se tu conheces, que é o Ronaldo, Ronaldo Gomes Almeida. Ronaldo Gomes Almeida hoje ele é aposentado da FURG, mas até pouco tempo ele estava na ativa e esse ai, pois eu não lembro bem se naquela época, pois naquela época, não lembro bem, ou se ele já pegou na FURG mesmo, o Ronaldo era professor.

ADEMIR: Ele estudou na faculdade?

CANARY: Eu acredito que sim. Deixa eu ver um outro que tenha estudado na época da faculdade.

ADEMIR: Raimundo Porto Espírito Santo, o senhor conhece?

CANARY: Não, Raimundo, não, esse não.

ADEMIR: É um nome que eu vi na lista.

CANARY: É. É que eu me formei em 74 e eu não sei, esse foi anterior, talvez.

ADEMIR: Eu vi o seu nome numa lista de alunos, acho que foi em 62 ou 64.

CANARY: Foi quando eu fiz, foi em 69 o ano que entrei na faculdade.

ADEMIR: Eu vi o seu nome numa lista de alunos e aí pelo sobrenome eu pergunto para o Luiz se era parente e ele respondeu: é meu irmão.

CANARY: Em 74 eu me formei, quantos anos faz isso e na verdade eu nunca cheguei a exercer a profissão de economista. Nunca exerci. Quando a gente saiu da faculdade nos estávamos na faculdade eu fiquei sabendo de um concurso e já tinha com um colega nosso que também se formou lá e esse seria muito bom para conversar contigo, mas ele mora em Campinas, parece que é, não mora aqui e na época ele trabalhava comigo e a gente se formou e ele se formou primeiro que eu e ele fez esse concurso e passou e eu gostei disso aí e esse eu vou querer fazer que era um concurso que a gente fazia para oficial da marinha, marinha de guerra, do quadro complementar da marinha, e quando chegou no fim do ano a marinha abriu o edital de concurso de novo e estava ali e incluía economia, administração e uma série de cursos que podia fazer e aí eu fiz, fiz esse concurso, passei, fui para o Rio, tive um mês lá e depois eu resolvi largar, larguei voltei a trabalhar no grupo Ipiranga, e depois passaram-se uns anos e abriu um concurso na justiça do trabalho eu fiz o concursos e passei, e aí sai do grupo Ipiranga e fui para a justiça do trabalho e lá eu me aposentei. Então eu nunca cheguei, assim a exerceu economia mesmo . Mas que eu lembre, o problema é localizar.

ADEMIR: E esse nome que mora em Campinas. De repente eu descobro pela internet.

CANARY: Ele morava em São José do Rio Preto, mas eu falei com a irmã dele agora em Porto Alegre (consulta a mulher para saber a cidade) acho até que não é em Campinas acho que é em Florianópolis que ela falou..

ADEMIR: Mas se o senhor me der o nome dele.

CANARY: O nome dele é Humberto Roberto Pedraza Furlaneto. Furlaneto se formou primeiro que eu. É bem dessa turma antiga mesmo.

ADEMIR: Você é da fase de transição, eu quero pegar um do período intermediário e alguém bem do começo.

CANARY: Ah, bem do começo. É o Furlaneto fez esse concurso da marinha e ficou e se reformou na marinha. Se reformou, não sei se foi de mar e guerra. Eu sei que inclusive lá em Campinas ele escrevia para um jornal. Ele é muito legal. É daqui. É rio-grandino. Foi embora há muitos anos.

ADEMIR: E o quadro funcional como era? Poucos funcionários. Como era o atendimento.

CANARY: Não tinha muita gente. Era os professores. Os serventes e o pessoal da limpeza e os que cuidavam da secretaria. Era um quadro bem enxuto. Claro, depois disso aí começou a crescer. Inchou. Mas no tempo da faculdade não era muita gente. O pessoal da secretaria, o pessoal ali da manutenção, da limpeza. E os professores. Não tinha muita...

ADEMIR: E claro que o curso, seja qual for, ele sempre faz com que seus participantes cresçam, evoluam, tenham mais conhecimentos e normalmente vão para uma vida melhor, certamente a Faculdade de Ciências Econômicas deve ter dado um contribuição muito grande nesse sentido, como é que o senhoralaria sobre o pessoal que saiu da faculdade realmente cresceu?

CANARY: Olha, pelo menos assim os que eu ainda tenho contato, todos eles ficaram bem, tem um que ficou aposentando, não sei agora no que se aposentou, mas ele também administrou empresas, teve uma época que ele teve na Trevo ali, depois eu não sei que a gente eu tive com ele, inclusive encontrei com ele em Porto Alegre agora há pouco tempo, mas a gente não tem contato muito seguido, sabe, então tem onde se informar, tem outros que foram para o Banco do Brasil que eu lembro assim, não tem nenhum que tenha ficado mal não lembro, não lembro.

ADEMIR: Despertou interesse nas pessoas por um crescimento econômico?

CANARY: Ah, Despertou, despertou, muitos fizeram concurso. Teve um teve um, daquela época, também que era da turma anterior, quando eu entrei, quando eu tranquei, teve um que fez concurso para a Receita Federal, foi ser fiscal da receita. O pessoal, não vi ninguém que tivesse ficado mal. Muitos foram para o magistério, foram dá aula.

ADEMIR: Então o curso realmente atingiu os objetivos que se propôs?

CANARY: Atingiu, atingiu.

ADEMIR: Começou a mudar o pensamento, uma nova forma de pensar, o conhecimento da teoria econômica?

CANARY: Despertou interesse em vários campos, assim, o curso, né, mas eu não sei assim, exatamente, o que cada um foi fazer, alguns que eu ainda tenho contato, sei ficaram bem, conseguiram venceram na vida, no caso, mas muitos não chegou a exercer porque não tinha emprego. Tu te formava mas não tinha emprego. Naquela época eu lembro assim que quem tivesse cursando engenharia, no terceiro, segundo ou terceiro ano já estava empregado. Quando terminasse o curso já estava empregado. Mas economia, não, economia, direto, administração, tinha que batalhar muito para conseguir alguma coisa. É o que está acontecendo hoje com a engenharia. Hoje o pessoal se forma e tem que batalhar para conseguir um emprego. E eu lembro que naquela época, então, muita gente fazia concurso, aproveita que tinha um curso superior, aí te abre portas para os concursos melhores, para dar aula, também, até para economia, cursos técnicos, vários assim e teve

outros que acho que não sei, acho que já tinha uma atividade anterior e continuaram naquilo ali.

ADEMIR: Então de qualquer forma foi uma coisa valiosa para o município.

CANARY: Não, foi sim, foi, foi, bastante valioso, agora, o difícil que na época era um momento meio complicado, por que, isso ai foi dentro do período da ditadura.

ADEMIR: Exatamente.

CANARY: Eu não tenho queixa da ditadura, porque eu não sofri nenhuma represália, nunca passei trabalho nenhum, mas é que também não tinha grandes ofertas de emprego. Não tinha muito. O próprio concurso público não tinha muito. Ai eu sabia desse da marinha, bom, vou fazer o da marinha.

ADEMIR: As oportunidades eram escassas.

CANARY: É, eram escassas, bem, quando aparecia alguma coisa o pessoal se atirava.

ADEMIR: Mais qualificado, tinha mais chance.

CANARY: Mais qualificado tinha mais chance. É foi um curso muito bom, para mim foi ótimo, me abriu muitas portas. E esse concurso mesmo que eu fiz, se não tivesse graduado em economia, não teria conseguido fazer o que eu fiz.

ADEMIR: Você passou por diversos ambientes de trabalho.

CANARY: Ah, diversos ambientes de trabalho, sim eu trabalhei por exemplo, eu trabalhei, comecei trabalhando em banco, quando eu entrei para a faculdade eu trabalhava num banco, Banco Nacional do Comércio, na época, depois eu fui para o grupo Ipiranga, fui para a ICISA, ali eu aprendi muita coisa, ali ainda estava cursando faculdade, aprendi a trabalhar nessa parte de impostos, IPI, ICM, esse negócio todo, aprendi muito sobre legislação do IPI, Imposto de Renda, não, do ICM, ISQN, PIS. Essas coisas toda ai. E aquilo ali, também, depois, depois eu sai, fui para a marinha, de quando eu voltei, me chamaram de novo para trabalhar nisso ai, depois dali fui trabalhar na Leal Santos, por causa disso ai, porque eu tinha um conhecimento bem, bem profundo disso ai, tanto que depois eu fiz o concurso para a justiça do trabalho, eu fiz para oficial de justiça, e oficial de justiça não tem horário, trabalha de noite, trabalha domingo, trabalha, tu não cumpre horário nenhum lá. E ai, me vieram dois convites, para mim, ah, vem cá, não sabe, po, de repente de manhã tu podia pegar essa parte que eu cuidava antes, podia fazer isso ai para nos, não sei o que, digo, não, não posso fazer essas coisas, daqui a pouco tu tá trabalhando para uma empresa, ai, surge um processo contra aquela empresa e ai vai tu lá intimidar, penhorar, digo, não, eu não vou misturar as coisas, não e depois que me aposentei surgiram convites, mas eu disse, não quero mais, agora eu quero, vou descansar, fazer outras coisas, mas é...

ADEMIR: Então, isso ai é em resumo é a faculdade de ciências políticas e econômicas.

CANARY: É assim, não tem, muita coisa a gente não lembra, assim, de muitos detalhes, são muito distantes, muito distantes. Tu lembra coisa, assim algumas coisas engraçada, que marca, mas..

ADEMIR: A intervenção da polícia.

CANARY: É, isto ai. Eu me lembro que na época, uma coisa engraçada, quando a gente entrou no quarto anos ninguém não aguentava mais, bah, dava uma vontade de desistir, po, mas entrou no quarto ano tu desistir da faculdade, a gente sabia que ali tinha o trabalho aquele, que era chato para caramba. Bom mas não tem nada, vamos encarar, vamos sair dessa. Ai começamos a fazer, é juntar um dinheiro, para comemorar nossa formatura, depois fazer uma festa, ai nos fazíamos rifa, nos fazíamos um monte de coisa, olha arrecadamos um dinheiro bom e fizemos uma festa, ai sobrou dinheiro, ai a gente se reunia, e agora o que vamos fazer com esse dinheiro, agora vamos, então para uma sorveteria, fazer uma rodada de sorvetes, ai sobrava dinheiro e agora vamos lá fazer uma rodada de bauru e aquilo foi longe aquilo. Aquilo era muito engraçado, a gente se reunia, po, não termina nunca. Essas coisas a gente não esquece, assim. Mas. Outra peculiaridade que tinha na faculdade, quando era aqui, antes de passar para lá, quando era na Luiz Lorea, nos tínhamos aos sábados a tarde.

ADEMIR: Segunda a sexta e mais sábados a tarde.

CANARY: Sábado a tarde. Sábado a tarde, não lembro se começava as duas horas, uma e meia e ia até as quatro mais ou menos. Sempre tinha aula sábados de tarde.

ADEMIR: Tinha aula mesmo.

CANARY: Aula mesmo, aula mesmo, aula mesmo, não era matação, era aula mesmo, chegava lá, davam matéria e tinha prova. Era muito, era meio chato porque a gente trabalha toda a semana, as vezes trabalhava sábado de manhã, ai tu vem em casa, tu almoça, toma um banho, vai para faculdade, o professor começa a falar e ai te dá sono. Cedo assim é complicado. Mas eu me lembro eu tive um ano inteiro aula de tarde, eu tive. Depois aquilo também mudou lá na reitoria, lá.

ADEMIR: E era, sempre tinha aula. Os professores não faltavam.

CANARY: Sempre tinha. Não, não faltavam não. Estava no calendário. Era aula mesmo. Tinha que ir lá. Mas era assim. Os professores eram bons. Transmitiam bem a matéria. Teve um lá, que não vale a pena citar o nome dele. Mas, aquele, aquele. Outras turmas tentaram tirar, tentaram tirar e não conseguiam. Nós fizemos tanta pressão, tanta pressão, que o cara mesmo não quis mais dar aula para nós.

Apêndice B: DEGRAVAÇÃO da entrevista concedida por Raimundo Porto Espírito Santo em 22.05.2015

ADEMIR: Fale sobre a vivência nos anos que fostes estudante no curso de Economia?

RAIMUNDO: Muitos daqueles que estiveram comigo e até se formaram, porque eu tive que sair para entrar no Banco, mas eu sou daquela turma de 1963. Trabalhava no Banco da Província e começamos a estudar de noite, fizemos o vestibular, vestibular que na época, que teoricamente era simples, teoricamente, vestibular normal, a faculdade ainda não pertencia a FURG, a FURG não existia naquela época, ela era municipal. A gente trabalhou, inclusive, na época em que estive ali, participei assim, de reunião, coisa assim, para conseguir o reconhecimento, tinha que ter reconhecimento do MEC, acho que era, não sei se seria do MEC, trabalhando para conseguir o reconhecimento da faculdade, que ela não era reconhecida. E, me lembro assim, que os professores que a gente tinha, não digo que fossem abnegados, mas em princípio sim, porque acho que com a universidade, depois eles adquiriram a carreira de professores na universidade, por exemplo, o dr. Odená Ferreira, uma figura que todo mundo de Rio Grande conhece, era um excelente advogado, o professor Miguel Ramos, que dava Introdução a Análise Econômica, Matemática era o Felix Mendonça, que era engenheiro já não existe, claro que o dr. Odená também não. Então, eu acho assim, que aquele pessoal, era mais até por dedicação, por ser gente da terra, procurava incentivar isso ai, para que a gente tivesse, porque na época também não existia a faculdade de Direito, foi criada depois lá no Colégio São Francisco, não sei em que ano, isso eu não lembro, mas um ano ou dois depois, a de Economia é anterior.

ADEMIR: É o segundo curso superior em Rio Grande, começou com a Engenharia.

RAIMUNDO: A Engenharia já era a pioneira, é, a Engenharia era mais difícil, eu cheguei a preparar para o vestibular de engenharia, aliás até hoje eu falo do trabalho das pessoas, o professor Rios, que morreu agora a pouco tempo, o prof. Delfino, Hélio Benjamin Vieira, que era professor de Cálculo, engenharia, professor Vicentino, então são coisas boas, o professor Irineu, de Física, mas eu não pude fazer engenharia por problemas financeiros de família, então Economia me

possibilitava fazer a noite, porque eu trabalhava no Banco da Província. Mas a Faculdade de Economia, na época, na Luiz Loréa, a gente usou aquelas instalações, não sei se aquilo era da Prefeitura, foi cedida aquelas instalações.

ADEMIR: Depois a prefeitura comprou para funcionamento da escola de Engenharia.

RAIMUNDO: Inclusive eu me lembro do nosso diretor, era o Dr. Aldo Lapoli, que era militar da marinha, tinha formação em Economia, foi diretor da faculdade.

ADEMIR: Foi criado numa época de desaceleração econômica. Pelas informações que eu tenho, que peguei em alguns jornais, é que precisava de alguma coisa para motivar a área econômica do lugar e uma das alternativas que as lideranças locais na época tiveram, foi começar com a criação de cursos superiores e para atender a demanda da economia local, o curso de Economia foi uma opção.

RAIMUNDO: Nos da Economia, para teres uma ideia, tinha alguns de Banco, eu que era do Banco da Província, tinha o Adão Sena do Banrisul, tinha dois irmãos que não existe mais, os Sell, o Getúlio Moreira Alves que era do porto, o pessoal da Ipiranga, tinha o Sérgio Calheiros, tinha o Blasco, o Blasco foi professor, foi ou é, o Blasco Ibanhos, já se aposentou?

ADEMIR: E os professores daquela época, Raimundo, você falou que seriam uns abnegados, porque a remuneração realmente deveria ser pequena.

RAIMUNDO: Eu acho que sim, eles faziam assim, deveriam receber, mas não seria assim, não era como a universidade. Todos tinham suas profissões, alias o Miguel Ramos na época era funcionário do Banco do Brasil, chefe da Carteira de Câmbio, entendia muito de economia, talvez entenda até hoje, pois está vivo. O Dr. Odená Ferreira, de Direito, era uma figura maravilhosa, imagino, eu era novo, homem de 20 anos, o Dr. Odená já era, pessoa de alto conceito na área dele, como pessoa, então. O Edson Mendonça, que era engenheiro, dava Matemática para nós.

ADEMIR: E o conteúdo era bastante cobrado?

RAIMUNDO: Ah, era cobrado.

ADEMIR: E a grade curricular, as disciplinas, o que poderia falar?

RAIMUNDO: Que eu me lembro, no primeiro ano tinha Introdução a Análise Econômica, que era o Miguel Ramos que dava, tinha Matemática, arrancada, que era matemática geral depois era financeira, primeiramente era o Edson, depois foi uma senhora, dona Marine. Introdução ao Direito era o Dr. Odená Ferreira, Contabilidade Superior era o Giovane di Gesu, também era do Banco do Brasil.

ADEMIR: Predominavam os economistas e advogados, então?

RAIMUNDO: É, isso daí. Não sei se o Di Gesu era formado em Economia, mas dava Contabilidade Superior. Mas eram cinco, Economia, Introdução a Análise Econômica, Noções de Direito, Matemática, não recordo, faz muitos anos, eram cinco cadeiras, no primeiro. No segundo ano, a parte de economia já passou a ser a introdução a análise microeconômica, ou seja, economia das pequenas empresas. Macroeconomia já era do terceiro ou quarto ano, também era o Miguel Ramos que dava.

ADEMIR: Como era o relacionamento entre os alunos?

RAIMUNDO: Até nos fizemos uma passeata, acho que não tinha assim, anterior a nossa, a nossa turma, talvez naquele período, fosse a maior, umas vinte ou mais, mas nos mesmo assim, nos usamos o babeiro, participamos juntos com a Engenharia, os bichos da cidade.

ADEMIR: Era a passeata dos bichos?

RAIMUNDO: Bichos, é, não tinha assim, veteranos da economia, que nos.....

ADEMIR: Era um curso novo.

RAIMUNDO: O que tinha de veterano mesmo, O Luiz Carlos, o Eurípedes Falcão Vieira, que até chegou a ser reitor, Sr. Leon Peres, mas eu me lembro deles assim. Sabe o Ademir, a grande verdade, era uma época que eu era novo, vinte anos por ai, vinte e um, mas saia correndo do Banco para a faculdade, fazendo no máximo, eu fazia um lanche aqui num bar, ao lado do Banco do Brasil, tinha o Bataclan, saia do Bataclan para a faculdade, andava assim sempre correndo, alguns detalhes assim falta.

ADEMIR: E quando a turma estava descontente, metia uma pressão na direção, ou naquela época ainda não existia isso?

RAIMUNDO: Não a gente não pressionava muito, não. A gente estava lutando mais pelo reconhecimento da faculdade, se tentou criar um diretório acadêmico, que o colega Trajano, foi nosso presidente, era mais assim, era tudo meio conversado, meio discutido, numa boa, numa discussão sadia, não existia pressão maior, às vezes a gente questionava alguma coisa. Me lembro que a gente reclamava de tal aula de contabilidade superior, com o Di Gesu, ele lia, pegava um livro e lia, então a gente muitas vezes discutia com o professor, isso ai ta muito, daqui a pouco não precisa vir a aula, pois está lendo para a gente, ne, ai tal, tudo numa boa, chegava nele, até porque ele trabalhava no Banco, na hora que seria da folga dele ele ia dar aula, não vou dizer que ele não recebesse, então, também, não tinha assim, pressão, era um período inicial.

ADEMIR: E, quanto ao quadro de servidores, o que poderia ser falado?

RAIMUNDO: Tinha um secretario, vamos ver se a cabeça ainda funciona, chamado João. Era uma pessoa bem acessível, bem legal, assim, ele que cuidava de todo aquele negócio, que era pequeno, a manutenção das coisas era tudo a cargo dele. Mas ele que se encarregava. Secretaria, a administração era tudo com ele. Ele depois morreu de velho, se aposentou pela FURG.

ADEMIR: Como eram as instalações, os recursos, as salas de aula, os recursos para a técnica de ensino?

RAIMUNDO: Para a época acho até que era boa, não tinha projetores, coisa assim. Era tudo mais no gogó, mesmo, conversa franca, direta, assim. As salas eram boas. Inclusive, nossa turma, era maior, nos usávamos sala grande, que comportava bem. Tinha outros mais adiantados, lá dentro, que eram em salas menores, eram turmas menores, eram grupos menores. Aí, também não sei os professores deles, mas eram os mesmos.

ADEMIR: Quanto ao vestibular?

RAIMUNDO: Nós fizemos o vestibular, nosso vestibular até foi feito ali no Conservatório na Carlos Gomes, que também era emprestado pela prefeitura, acho

que no início o vestibular e o primeiro mês, segundo mês de aula foi lá. Até arrumarem as instalações na Luiz Loréa, na Carlos Gomes, no Conservatório de Música, o vestibular foi feito lá, as primeiras aulas foram lá, acho que aquilo era da prefeitura, cedido provisoriamente.

ADEMIR: E o pagamento das anuidades como eram, mensalidades muito altas para a época ou era acessível?

RAIMUNDO: Era gratuito, eu não me lembro de pagar. Era mantida, quem mantinha, eu não sei se era a prefeitura, eu acho que não pagava mensalidade, no mínimo assim uma ajuda de custo, uma cooperação, não tinha mensalidade estabelecida. Eu não lembro mesmo, sinceramente de ter pago mensalidade, mas não tinha não.

ADEMIR: No teu entendimento, qual foi a contribuição que a faculdade deu para o desenvolvimento da economia do município, as pessoas que saíram de lá, progrediram, conseguiram fazer com suas atividades progredissem as empresas onde trabalhavam. O que tu sabes dos egressos?

RAIMUNDO: Eu sou suspeito para falar, eu fiz o segundo ano, já estava terminando, indo para o terceiro, mas eu recebi, eu tinha sido aprovado no concurso do Banco do Brasil e eu fui nomeado para Arroio Grande, eu até queria concluir até o final do ano, para ver o que fazia no ano seguinte, mas não foi possível, veio lá do setor que dirigia o setor de funcionalismo, alias todo o Banco a direção era no Rio, não era Brasília, veio do Rio ordem para posse imediata e eu tive que sair ligeirinho daqui para Arroio Grande para não perder a nomeação. Então, agora eu sei que pessoas que ficaram, no caso do Selvio e do Getúlio, que eram dois irmãos, Moreira Alves, que trabalhavam no porto, ele utilizaram nos serviços do porto, O Blasco Ibanho da Ipiranga também, tudo melhorou em função disso ai, o Sérgio que era da Icisa, que era economista, já trabalhava na parte de contabilidade, sei lá o que, ele aproveitou bastante, alguns até se tornaram professores depois. Acho que o Blasco foi um.

ADEMIR: De modo geral, todos se deram bem?

RAIMUNDO: Todos se deram bem. O Nerino foi para o Banco Central. O Nerino depois foi professor, antes de ir para o Banco Central. O Nerino foi para Santa Vitória, depois passou no Banco do Brasil, acho que ele não chegou a ser professor.

Mas o Sérgio foi, o Blasco, também lecionou na faculdade, e dentro das empresas deles foram aproveitados. Idemar Araújo era do Banco do Brasil e depois lecionou, ai acho que fica difícil te dizer, com certeza, porque como eu tive que ir para Arroio Grande e em Arroio Grande no inicio trabalhava muito. Eu comecei a vir menos a Rio Grande e perdi muito o contato. É verdade isso.

ADEMIR: De modo geral, teria mais alguma coisa a acrescentar?

RAIMUNDO: Eu aproveitei, lições de Economia, e uma coisa que conservo até hoje, lembro de uma frase do doutor Odená, que dizia, que a gente levaria para o resto da vida, que “cada cidadão tem que viver seu tempo, seu sexo, sua idade”, pensa nestas três palavras, sabe que até hoje quantas vezes a gente se depara numa situações que tu lembra daquelas palavras daquele homem dizendo. Foi aprendido ali. Então ele dizia, que a gente que viver seu tempo, não adianta viver no século XXI pensando no século XIX, o XIX pode servir de lição para o XXI, sexo, naquela época, se falava pouco de sexualismo, cada um na sua, ele achava que ficaria bem, idade, hoje eu tenho setenta e três, naquela época eu tinha vinte, então é diferente, eu não posso querer viver hoje o que eu vivia naquela época. Nem poder pensar aos vinte anos o que seria nos setenta, então uma coisa simples que ele disse que a gente levava para a vida toda, e é verdade, isso foi dito na primeira aula de direito. Eu assim de conteúdo, eu não tenho para dizer muita coisa. Naqueles dois anos, foram bons, eu graças a Deus utilizei, aula de Economia, mesmo, até hoje me serve, se aprende. Eu tive aula de microeconomia, a macroeconomia, que seria de um estado ou de um país, essa eu não cheguei a pegar, a gente lê no jornal, a base dali foi muito boa, graças a Deus muita coisa eu consegui tocar em frente graças ali.

ADEMIR: Você indicaria outro nome para conversar sobre a faculdade?

RAIMUNDO: Eu indicaria, se tu conseguisse falar com ele, esse cidadão, ele é aposentado da Ipiranga, Blasco Ibanho, ele se formou ,ele foi professor da faculdade, da FURG, não sei quanto tempo, como eu tive muito tempo no interior, eu encontro com ele ai as vezes, a gente se cumprimenta, tal, numa boa, mas não temos trocado ideias. Eu acho que o Blasco seria um. Outro, que é daqui da cidade, trabalhava, o Sérgio Calheiros, era da Icisa, o Sérgio mora no Cassino, não sei, eu até fico assim, o Sérgio não existe mais,não sei, faz muito anos que não o vejo. O Blasco a poucos dias ainda falei com ele. O Blasco Ibanhos. Inclusive, lá nos anais

da universidade vais encontrar esse nome. Ele tem um Mercedes ali, é uma pessoa bacana. O Blasco, ele era funcionário daqui da Ipiranga. Já os irmãos Moreira Alves não posso te dizer porque os dois já morreram, o Selvio e o Getúlio, eram dois caras bacanas do porto. O Selvio Moreira Alves e Getúlio Moreira Alves, o Getúlio foi presidente da associação dos empregados no comércio, mas já não existe. O Nerino mora no Rio de Janeiro e quase não vem aqui. Eu acho que as duas figuras que possa te ajudar, é o Blasco e o Sérgio Calheiros, eu sei que ele mora no Cassino, são pessoas que se formaram. O Blasco.

Apêndice C: TEXTO recebido do professor Eurípedes Falcão Vieira em maio de 2015

Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas

Municipal: autorizada a funcionar pelo Decreto 43.563/1958. Por ser pública, os alunos não pagavam anuidade.

Primeiro Diretor foi o Economista Roberto Coimbra Edom. O Prof. Econ. Aldo Lapolli foi o segundo Diretor, permanecendo no cargo quando da passagem da Faculdade para a Universidade.

Prestei vestibular para a segunda turma em 1960, concluindo o curso em 1963. O termo de colação de grau foi conferido em 07/12/1963. O ato de formatura foi realizado no auditório da Escola Normal Santa Joana D'Arc. Concluíram o Curso no grau de Bacharéis em Ciências Econômicas: Eugênio Lopes, Eurípedes Falcão Vieira (Orador) e Leon Coutelle Filho. Foi Paraninfo da Turma o Superintendente da Refinaria Alberto Pasqualini, Eng. Dr. Fernando Ribeiro.

O Diploma foi encaminhado do Ministério da Educação e Cultura para registro, sendo entregue em 26 de setembro de 1967, assinado pelo Prefeito Municipal Eng. Horácio Ubatuba de Faria, pelo Diretor Prof. Aldo Lapolli e pelo Secretário Carlos Roberto Fuão.

O Diploma foi Registrado no Conselho Regional de Economistas Profissionais da 4ª Região, sob o nº 1.231 em 31/07/1968.

A Faculdade funcionou inicialmente no prédio da Escola de Belas Artes. Embora as instalações fossem pouco adequadas, o esforço da direção, funcionários e a dedicação do corpo docente garantiam as condições necessárias ao desenvolvimento do curso.

Do corpo docente faziam parte, inicialmente, economistas, advogados, um arquiteto e um engenheiro agrônomo. Todos exerciam atividades profissionais em diferentes instituições, como Banco do Brasil, Faculdade Federal de Engenharia, escritórios de contabilidade e empresas privadas. Mesmo sem especialização, considerando que a

Faculdade iniciou suas atividades acadêmicas há mais de 50 anos, a dedicação e o esforço de cada professor asseguravam a formação de economistas em padrões satisfatórios. Esta referência cobre o período da primeira e segunda turma da recém criada Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Rio Grande.

Alguns professores foram admitidos, mais tarde, já na condição de egressos da própria Faculdade. O corpo docente e de funcionários ao serem admitidos recebiam seus proventos do município.

Os alunos das duas primeiras turmas já exerciam determinadas atividades. A motivação maior era pela ampliação dos conhecimentos, principalmente na área econômica. O curso era noturno.

Na solenidade de formatura da segunda turma foi prestada homenagem de honra ao Diretor Aldo Lapolli e ao primeiro Diretor Econ. Roberto Coimbra Edom. Homenagem Especial ao Eng. Horacio Ubatuba de Farias, Prefeito Municipal. Homenagem de reconhecimento ao ex secretário Edio Oliveira Cardoso. Homenagem póstuma ao Prof. Helio Benjamim Vieira. Os Professores homenageados foram:

Prof. Aldo Lapolli, Prof. Carlos Moll, Prof. Edson S. Mendonça
Prof. Emídio F. de Araujo, Prof. Fernando E. Freire, Prof. Giovanni R. Di Gesu, Prof. Helio Gomes, Prof. Jorge Luiz Susini, Prof. Jorge Carvalho Freire, Prof. José Luiz da Silva, Prof. Miguel Glaser Ramos, Prof. Odenah Pereira Ferreira, Prof. Odilon Gomes de Oliveira, Prof. Oriente G. Salomão Hias, Prof. Roberto Coimbra Edom.

O juramento da turma foi: “Não basta a democracia política; é essencial lutar pela democracia econômica para salvaguarda dos princípios da dignidade humana e soberania nacional”.

A estrutura curricular seguia os padrões da época com vistas a dar aos estudantes uma formação adequada em macroeconomia, microeconomia, economia política, direito econômico, estatística, matemática financeira e outras.

Durante os quatros anos que cursei a Faculdade escrevia artigos para os jornais da cidade. Em 30 de agosto de 1960 publiquei um artigo no Jornal “O TEMPO” com o título: Incoerência Econômica. Esse artigo foi selecionado no mês de agosto na

cadeira Economia Política, da Faculdade. Seguiram-se uma série de outros artigos sobre os problemas econômicos publicados no Jornal RIO GRANDE. O curso de economia deu relevância à discussão dos assuntos econômicos do país, em momentos de intensa agitação política.

No Diretório Acadêmico discutíamos muito os acontecimentos políticos e econômicos da época, inclusive com participação em encontros estaduais. Um deles foi realizado no Hotel Atlântico no Cassino.

Tive oportunidade, como economista, de laborar para o Governo Cid Scarone Vieira o primeiro Plano de Desenvolvimento de Rio Grande – PLADERG, triênio 1970/1972.

A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas representou um importante avanço no ensino superior em Rio Grande. Permitiu que uma nova geração de economistas se formasse, contribuindo para a qualificação de profissionais na área específica. Por outra visão foi mais uma unidade acadêmica que viria a somar-se a outras, formando progressivamente um contexto acadêmico, ampliando a capacidade cognitiva do conhecimento e a qualificação das atividades profissionais.

O ensino superior em Rio Grande deu seus primeiros passos com a Faculdade Federal de Engenharia Industrial, na segunda metade dos anos 1950. Seguiram-se a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, municipal, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, a Faculdade de Direito da Mitra Diocesana de Pelotas e a Faculdade de Medicina, cuja entidade mantenedora era a Fundação Cidade do Rio Grande

A nova realidade educacional e de formação técnica em Rio Grande ganhou expressão e a dimensão necessária para que fosse cogitada a instalação de uma Universidade, o que viria a ocorrer com a conjunção de todas as faculdades instaladas.

À época o país vivia a era dos Planos de Desenvolvimento, iniciados no Governo Vargas com o Plano Nacional de Desenvolvimento da infra-estrutura Econômica, o Plano de Metas do governo Juscelino e o Plano Trienal elaborado pelo Econ. Celso

Furtado para o governo Goulart, que não chegou a ser implantado. As discussões acadêmicas eram intensas, das quais participavam, particularmente, os estudantes de economia. Formava-se, em Rio Grande, uma consciência da importância dos assuntos econômicos e da relevância da formação acadêmica de profissionais em ciências econômicas. Essa foi, sem dúvida, uma grande contribuição da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas no cenário do pensamento econômico em Rio Grande.

Com o passar dos anos, os estudos foram aprofundados e a inserção da Faculdade na Universidade propiciou a formação de economistas com visão mais ampla dos problemas econômicos, tanto em nível nacional como global. Professores pós-graduados elevariam ainda mais a qualificação de novos economistas.

Euripedes Falcão Vieira

Porto Alegre, 27 de maio de 2015

Apêndice D: DEGRAVAÇÃO da entrevista concedida por Blasco Ibañez da Cunha Torres em 16.06.2015

ADEMIR: Gostaria que o senhor falasse sobre como é que foi a vida de aluno, a relação com os professores, a grade curricular, o que o senhor lembra daquela época, começando pelo período que o senhor foi aluno, como é que foi a vivência de aluno, depois o senhor se transformou em professor também, o que transcorreu entre os anos 1959 e 1969.

BLASCO: Na época, existia a Faculdade Federal de Engenharia, que era sustentada, inicialmente pela Fundação Cidade do Rio Grande e depois passou a ser pelo Ministério da Educação. Ai tinha, tinha a Faculdade de Direito, que era vinculada ao Bispado de Pelotas, se chamava Católica de Pelotas e a Filosofia, veio a Economia que era patrocinada pela Prefeitura Municipal de Rio Grande. O que aconteceu, com base nisso ai, que foi o embrião para se chegar na Universidade. A Católica de Pelotas terminou abriu mão da Filosofia que funcionava aqui no Colégio das Freiras, o Direito funcionou um pouco lá no São Francisco e a Economia, teve dificuldades, chegou funcionar inicialmente, inicialmente funcionou ali nas Belas Artes, depois no governo, não sei se tu lembra dele, o Ubatuba, Ubatuba de Farias, foi prefeito, que se comprou a faculdade, ali na Luiz Lorea, entre Benjamin e Zalony, se comprou o prédio que era da família Mostardeiro, e na época eu era o presidente do diretório, e requeri eu e os colegas a compra disso ai, numa época extremamente difícil, quando, quando o Ubatuba assumiu tinha cinco ou seis meses de atraso de salário dos funcionários municipais, era uma época realmente muito difícil, mas eu sei que nos fizemos bastante pressão, naquela época a Câmara de Vereadores era lá onde hoje é o Paço Municipal, nos conseguimos a aprovação para a compra do prédio, nunca me esqueço, ainda um dia passei ali para fazer uma compra, ali ao lado, numa loja, e vi a obra, fiquei encantado, gostaria que fosses ali, se comprou aquilo com brisoleta, brisoleta, não sei se tu te lembras, brisoletas, se comprou aquilo com 3.300.000, 3.300.000 em brisoletas. Ai, um, um dos herdeiros, era, não sei se três ou quatro herdeiros, era o Jaime Mostardeiro Gonçalves, era o irmão, tinha mais dois irmãos, um do Banco do Brasil aqui, outro do Banco do Brasil no Rio de Janeiro, lá na Direção Geral, e o que era daqui, que por sinal era meu colega lá na Ipiranga, exigiu que o dele tinha que ser em dinheiro, e eu tive que negociar as brisoletas, os outros aceitaram as brisoletas e quando venceram as brisoletas e

receberam, receberam o dinheiro. E eu passei ali agora, na semana passada, retrasada, fiquei encantado, porque ali eu tive a oportunidade, quando se comprou aquilo era quase uma masmorra, era uma coisa impressionante, então, tinha correntes com aquelas bolas de ferro, da época dos escravos, os caras trabalhavam para não fugir, eu revendo aquilo, tão bonito que está ficando, se depois quiser dar uma olhada lá, se deixarem fotografar, é outra fisionomia, tu não tem nem ideia do que era aquilo, mas se adaptou aquilo, então para fazer funcionar. Eu me formei, acho que em 1965, nem me lembro bem, sei que o ato de formatura foi um negócio interessante, porque quando eu me formei, tinha se formado apenas uma turma, e da minha turma nos entramos 42 mas se formaram 13, mas, teve uma turma anterior, mas que tinha uma meia dúzia, tinha uma turma que só tinha um, não sei se conhecestes o Luiz Carlos, que foi funcionário do DEPREC, foi até diretor administrativo do DEPREC, tinha uma turma que era só ele, na época que eu estudava ele era o único aluno da turma dele, então, quando houve a formatura, porque eu estou te contando, porque ela não tinha o reconhecimento por parte do MEC, então eu digo assim eu não vou receber um diploma frio, ele iam dar um diploma, ah, em branco, digo não, ai nisso ai, eu peguei o Miguel na unha, eu já trabalhava há anos na Ipiranga, e o doutor Bastos lá patrocinou a minha ida ao Rio de Janeiro, porque o MEC, o MEC funcionava no Palácio da Cultura no Rio, e o processo estava lá com o cara que ia dar o parecer, que era o presidente do Conselho Nacional de Economia. Eu fui batalhando, descobrir, por incrível que pareça, a Engenharia tinha representantes lá, que fazia a ligação entre a Engenharia e o Ministério da Educação, que se chamava Ademar Alves, e ele tinha boa penetração lá no MEC e eu fui descobrir o processo do reconhecimento da faculdade lá num banheiro do Ministério da Educação. Era desse tamanho, mais ou menos, dividido em dois, duas partes, ai eu fiz amizade com o presidente do Conselho Nacional de Economia, que era quem dava o parecer, discuti com ele, professores já tinha, concluído meu curso e tudo, mas ninguém queria receber o diploma em branco. Daqui a pouco pode ser que eu me lembre, faz tantos anos isso, ele começou a exigir mudança de professor, professor que tinha ali, que não atendia as diretrizes do Ministério da Educação, se substitui muitos professores, se substitui alguns professores, muito na base do nome, com bons currículos, mas quem conduzia a cadeira era outros, lá traz já tinha devolvido isso ai, sei que se formou o processo, se conseguiu o parecer, houve a apreciação então, ai venho o

reconhecimento, então fizemos a formatura, três turmas em 1966, onde aí pessoas, pessoas bastante conhecidas, como o Henrique José, Henrique José da Leal Santos, tinha pessoas conhecidas, foi o deputado federal, que se formou comigo, o Waldomiro Lima, o Ronaldo Almeida, José Carlos Macedo Penedo, o Salvador, o Salvador, Mário Marques, uma turma grande aí. Tu vê, se entrou 42 dessa minha turma, e só 13 concluiu, porque o grande problema, o grande problema naquela época, não sei hoje, acredito que continue até hoje, mas era a formação em Matemática, as pessoas não conseguiam acompanhar o curso e via de regra, entrava e depois conseguiam transferência para o Direito para um outro curso porque a Matemática ia depurando, isso aí, que aconteceu muito naquela época que eu peguei. E, quando eu iniciei lá, o diretor era o Edon, Roberto Coimbra Edon, e depois é que entrou o Lapolli, que ficou lá muito tempo lá de diretor, só ficou afastado quando veio à revolução de 64, e aí assumiu o vice-diretor, o professor Edson, Edson Mendonça, que era arquiteto, era o vice-diretor, o Lapolli era diretor da faculdade de Economia, mas era oficial da marinha, e implicaram ele politicamente na época, sem nenhuma razão, até porque não fazia política, implicaram ele e levaram ele lá para o Canops, foi muito comentado, esse negócio, alguns políticos ficaram ao largo lá num navio da marinha de guerra, presos por determinado período, e aí o Edson Mendonça é que andou tocando, depois que libertaram o Lapolli ele voltou a assumir, foi um grande batalhador mesmo, pela, pela faculdade de Economia, foi secretário de administração, ajudou muito a manter a faculdade, poucos recursos que tinha, os professores ganhavam salariozinhos lá, simbólicos, até que veio a Universidade que incorporou tudo isso aí, e aí as coisas melhoraram um pouco, porque também, a Universidade, não sei se tu sabes, era de direito civil, não era federal, era pago, era de direito civil, orçamento muito reduzido. Porque dinheiro federal mesmo, só vinha para a manutenção da engenharia, o resto, a Prefeitura bancava a Economia, os outros eram pagos, Filosofia e Direito, faculdades pagas, tanto é que aos pouquinhos foi aumentando a participação, a participação das verbas federais, por vias de consequência foi cada vez mais, a participação federal, até que veio a chamada federalização, tanto é que a contribuição nossa, era tudo via CLT e previdenciária e INSS.

ADEMIR: Pagavam alguma mensalidade, os alunos?

BLASCO: Na faculdade de Economia não, mas nas outras era tudo pago. Era tudo pago. Na Economia, só se pagava a matrícula, não se pagava nada. Era tudo custeado pelo município. Os professores ganhavam um salariozinho miserável. Entende.

ADEMIR: E, sobre os professores o senhor teria alguma coisa a falar, a dedicação deles, as aulas eram boas, as pessoas preparadas.

BLASCO: Os professores, via de regra, eram bons, a grande maioria eram bons professores. Evidente que tinha alguns que não tinham muita experiência profissional. Faltava vivência, atuavam em atividade que não correspondiam as cadeiras que ele estavam lecionando, mas eram pessoas de boa formação, sem maiores problemas, entende que existe o bom, o bonzinho, o camaradinho, como todo lado, aquele cara que meio mercenário, tinha professor que lecionava em mais de uma faculdade, saia de uma e entrava noutra, o negócio meio no ligeirão, também porque era tão pouco o que os cara pagavam que o cara para viver daquilo evidentemente tinha que exercer, não existia, vamos dizer, o professor profissional, porque todos eles tinham atividade extra escola, porque só daquilo ninguém tinha condições nenhuma.

ADEMIR: Naquela época, a exigência é que o professor fosse estabelecido em algum ramo do mercado de trabalho.

BALSCO: Ah, é, exatamente, então tinha, funcionários, funcionários da Prefeitura, professores de Direito, por exemplo, o professor doutor Freire, Fernando Freire, era consultor ai da Prefeitura, o doutor Odená Pereira Ferreira, que era diretor da Faculdade de Direito, dava direito, cara de grande capacidade técnica, etecetera e tal, o Edson Mendonça que era professor da área de Matemática, que era professor de engenharia, era professor lá em Pelotas, na universidade de Pelotas, um excelente professor, esse além de profissional da área, exercia muitas atividades escolar, dava diferentes coisas, tinha uma belíssima formação, tinha, tinha, gente na área de Economia, como o professor Roberto Edon, foi agente do SESI por muitos anos, foi diretor depois, foi professor também, o próprio Lapolli, que era oficial de marinha, mas se formou em Economia, veio do Rio de Janeiro, então lá em Porto Alegre, na Federal do Rio Grande do Sul, exerceu por muitos anos, o cargo de secretario de administração do município, gente com boa experiência nestas

atividades, mas também tinha funcionários burocratas do Banco do Brasil, tinha gente especializada, burocrata do Banco do Brasil, especializada nessa área de câmbio, por exemplo, o professor Miguel Ramos, que sempre exerceu chefia da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, o Banco do Brasil aqui operava, naquela época, muito forte com importações e exportações, tinha boa experiência nisso aí, predominantemente, eu posso dizer aqui que tivemos bons professores, evidentemente que alguns sempre deixam a desejar, muitas vezes se espera mais, muitas não tem muita didática, as vezes também o cara quer ser bonzinho, não exige muito, não dá muito, mas também não exige muito, sabe disso, o cara fica muito numa zona de conforto, entende, não quer se queimar com o aluno, existe de tudo. Eu sempre digo, o nome do cara que deu o parecer, se chamava Manoel Orlando Guerreiro, anota bem esse nome, esse cara, lá nessa época, nos anos 60, ele dizia assim para mim, olha e anota o nome que vou te dar, lá nos anos 64 e 65, Mário Henrique Simonsen, naquela época o Mário Henrique Simonsen tinha 29 anos, diz ele assim, eu sou diretor dos cursos do Conselho Nacional de Economia, quando eu tenho algum problema, eu coloco o Mario Henrique Simonsen para dar uma repassada, esse cara era formado em Engenharia e depois fez Economia nos Estados Unidos, aqui todo mundo tem mestrado e doutorado, e estão sempre reclamando e as vezes reclamam com razão, tem gente muito qualificada, mas as vezes não transmite, então o sujeito é bom, tem todas as qualidades, mas não tem comunicação, então eu boto esse cara aqui, que esse cara me resolve, esse cara chegou a Ministro do Planejamento, ajudou a elaborar todo aquele programa da correção monetária que o País teve lá atrás, quem bolou tudo isso aí, foi o Mário Henrique Simonsen, que foi Ministro do Planejamento, que eu conheci ele lá no Conselho Nacional de Economia, quando tinha em torno de 30 anos, foi cabeça pensante, então, em todo lugar sempre vai achar e nós vamos achar sempre, bom o cara podia ter dado mais, podia ter feito mais isso, as vezes o sujeito não tem as condições, mas na maioria das vezes a pessoa não consegue se comunicar. Conheci diversos, ao longo da minha carreira, gente brilhante, mas não era questão de aula, não se comunicava, mas sabia enormemente.

ADEMIR: E outra coisa, senhor Blasco, a grade curricular, as disciplinas, o que o senhor teria...

BLASCO: A faculdade foi baseada, eles fizeram o currículo inicial, fizeram o currículo inicial na Economia, em que o cara se formava, era mais voltada a Macro, mas também tinha um pouco de Micro, tanto é, que quando eu comecei a lecionar, eu fui lecionar na cadeira do cara que era do procurador jurídico da Prefeitura, que se chamava Mario Schroeder Rodrigues, ele foi meu professor, depois que eu me formei, depois que eu comecei a lecionar, eu peguei a cadeira dele, que eu dava Administração de Pessoal, e eles tinham um currículo que formava mais em Macro, mas também tinha Micro, com o advento, mais adiante, ainda na faculdade de Economia, eles criaram o curso de Administração de Empresas, então eles deslocaram cadeiras, modificaram o currículo, isso ai eu não me lembro mais, até porque nunca fui coordenador de curso, porque não tinha nenhuma condição, tinha dedicação exclusiva lá na Ipiranga, trabalhava 8 horas, então eu só lecionava a noite. E eles criaram Administração de Empresas, no que criaram Administração de Empresas, eu sai da Economia e passei só a lecionar na Administração de Empresas. Eu lecionei Administração de Pessoal, Administração de Material, tudo na Administração de Empresas, eles modificaram o currículo e a Economia ficou toda ela voltada para Macroeconomia. Tu tirastes Administração de Empresas, é microeconomia. As cadeiras então foram.....(não audível), e lá eu também lecionei grande parte, maior parte do tempo também na Engenharia, eles criaram uma cadeira, eles tiveram Economia, muitos anos, nos cursos de Engenharia, depois eles passaram a exigir que se desse uma cadeira de Administração, então eu dava Pessoal, Material, tudo dentro da cadeira de Administração, para o engenheiro ter uma visão global das implicações disso tudo. Entende, porque não adiantava lecionar Economia num aspecto macro quando o cara vai trabalhar numa atividade micro. Então esse era o objetivo. Então dava, eu fiz, eu fiz um conteúdo, vamos dizer, programático, que atingia o cara a nível de empresa, a nível, vamos dizer, mais setorial, do que macro, que o sujeito ia ter nem mercado de trabalho para isso ai, porque isso é mais tarefa para economista, assim tipo, SUDAM, SUDENE, SUDEPE e tal, que pensa grande, não pensa no detalhe, assim.

ADEMIR: E quanto aos alunos o que o senhor teria a comentar?

BLASCO: A convivência sempre foi muito boa, ainda ontem eu encontrei um amigo, não se tu conheces ele, ele tinha um apelido, Nilson, que trabalhou, trabalhou na PESCAL, trabalhou aqui no HOTEL CHARRUA, os caras apelidaram ele de, Pedro

das Flores, o cara de uma inteligência formidável, naquela época tinha a passeata dos bichos, então ele elaborava os cartazes, entende, e naquela época, a revolução de 64, a censura, antes do desfile a polícia, a polícia passava lá e examinava cartaz por cartaz, e esse cara tinha uma sutileza, na elaboração daqueles cartazes, sempre dava um duplo sentido, então, eu me encontrei com ele numa loja, estávamos relembando, tinha aquela turma do DOPS, o cara chegava, eu era presidente do diretório, eu me dava bem com o inspetor do DOPS que fazia a revisão, ... era lá de Santa Maria, esse aqui dá para passar, tal e coisa, porque tinha duplo sentido, os caras queria dar uma mensagem e os caras não queriam engolir muito aquilo, aquele sapo. Embora o pessoal, lá politicamente, vou te dizer, não tinha problema de esquerda, hoje tem essa gurizada ai, que está preocupada com a passagem do ônibus, com o preço da passagem, briga por dez, vinte centavos, coisa e tal, não tinha esse tipo de problema, o pessoal era, era mais no tom de brincadeira, de tirar o sarrinho, como se diz ai na gíria do que afrontar governo ou coisa que o valha, não, até porque as pessoas que estudavam, tudo, não eram gurizada, eram pessoas já mais maduras, todo mundo trabalhava e não iam comprometer seu nome e a empresa a qual estava vinculados, tinha gente que trabalhava no banco, trabalhava na Pescal, trabalhava Ipiranga, trabalhava numa porção de lugar, ai, cada um no seu empreguinho, chegava de noite ia lá para estudar, não ia lá para brincadeira, para afrontar governo, para afrontar autoridade, muito longe disso ai. Teve, teve boas lembranças ai dessa coisa toda.

ADEMIR: E o quadro funcional da faculdade, enxuto ou tinha bastante gente?

BLASCO: Reduzidíssimo, reduzidíssimo, com o mínimo, mínimo mesmo. Até porque a Prefeitura não tinha, não tinha o cacife para isso, entende, tinha meia dúzia de funcionários só, para, para fazer a coisa funcionar. Funcionava, funcionava tudo ali na Luiz Lorea, tu ve, que era uma casa, ali funcionava, se fez adaptações, tinha a parte de baixo, a parte de cima, as salas de aula e tudo. Mas não tinha, não tinha, não tinha um quadro muito grande não, tinha funcionários cedidos da Prefeitura para a faculdade também, para poder, para a coisa andar.

ADEMIR: E as instalações, as salas de aula?

BLASCO: Claro, eram salas, salas de casa que se ampliaram, se adaptaram tudo, com corredores com bastante, bastante luz, porque aquelas casas, aquelas casas

ao comprido, como se diz, num lado e doutro, não tinha iluminações especiais, coisa e tal, claridade natural, era muito pouco, até porque não tem largura suficiente.

INTERRUPÇÃO

BLASCO: Naquela época, tinha, tinha o vestibular, tudo era baseado no vestibular específico para cada faculdade, depois tinha o desfile de bichos, depois mais adiante tinha os jogos universitários, então havia uma disputa muito grande, muito grande, na disputa de basquete e handebol, entre Economia e Engenharia. Porque tinha muita gente que era voltada para o futebol e o basquete era a Economia. Então o único que podia confrontar com a Engenharia, Engenharia já tinha muitos anos em atividade. Então estas disputas eram muito interessante de ver futebol, basquete e voley. Eram esportes que predominavam nesses jogos universitários, e então, era convidados alguém para fazer o vestibular, para entrar na faculdade de Economia, para depois poder jogar pelos jogos universitários. Muitos até, bons jogadores, se formaram e outros mudaram de curso. Paulo Lopes, por exemplo, entrou lá e, irmão do prefeito, vice-prefeito, entrou lá na Economia e depois terminou casando, foi lá para Pelotas e se formou em Direito, não concluiu o curso de Economia. Na época, o Beto Russomano, depois veio a ser professor e outros mais, faziam parte do time de basquete da Economia, time bem, bem bom, tinha uns quantos rapazes que jogavam no Regatas, jogavam lá. A Engenharia tinha gente de todo o Rio Grande do Sul, até de fora, o quadro era muito maior, número de alunos era muito maior.

ADEMIR: E o vestibular? Como era?

BLASCO: A não, o vestibular, tinha que fazer. Naquela época, se pegou num detalhe, as provas eram escritas e tinha oral. Não tinha aquele negócio de cruzinha, tinha que escrever mesmo. Tinha que escrever. O vestibular todo ele escrito. O número de vagas era 40 vagas. Depois eles criaram Administração, também com 40 vagas. E depois, mais adiante, criaram Ciências Contábeis. Quando criaram a Universidade, a reitoria foi ali no calçadão, e eu entrei para o conselho diretor da universidade, representando os mantenedores, que era a Fundação Cidade do Rio Grande e fiquei no conselho diretor da universidade, 20 anos. Mas aí, saiu ali do calçadão, fizeram as obras onde era a economia, a cúpula da universidade foi ali para a Luiz Lorea, e a Economia foi lá para o Campus da Engenharia, lá na Coronel Sampaio, que agora tem outro nome, Alfredo Huch. Mas, foi pra lá, então se fez

aquilo, algumas salas de aula, tudo perto, a Economia começou a operar ali, também no prédio principal, ali onde funcionou, depois a reitoria, que saiu ali da Luiz Lorea foi para lá, e a Economia passou a funcionar lá no Campus da Universidade.

ADEMIR: O senhor poderia me dizer, no seu entendimento, a Faculdade de Economia realmente contribuiu para o desenvolvimento do município?

BLASCO: No meu entendimento, teve uma parcela de contribuição, bem significativa, até porque muitos alunos se transformaram em professores, deram a sua contribuição, exercendo cargos de relativa importância, não só dentro do município, mas, principalmente, fora do município, teve gente que daqui, foi também professores, que foram o Banco Central, trabalharam no Banco Central em Brasília, houve um aproveitamento muito bom. Ainda ontem, quando estava falando com o Nilson, não lembro o sobrenome dele, se formou em Economia, e depois foi trabalhar, numa empresa de Hidrologia, do João Ivo de Souza, e agora está numa grande organização, lá no Rio de Janeiro, ele entrou mais na base de jogar basquete, para disputar o coisa, terminou fazendo Economia, se formou em Economia, foi para Porto Alegre, de Porto Alegre foi para essa firma do João Ivo, o João Ivo tinha feito uns estudos e andou se aperfeiçoando nessa parte de Hidrologia lá em Israel, para fazer esses trabalhos de irrigação, o João Luiz trabalhava nesse negócio da Lagoa Mirim, fazia esse controle da Lagoa Mirim, dessa lagoas que tinha tudo aqui, chamado de baixada, tinha um nome, não lembro o nome, fazia esse trabalho que envolvia essas lagoas todas. Trabalhos de irrigação, principalmente, voltado mais para a lavoura, que isso consome muita água, e ele fez, montou essa empresa que dava assistência em diversos estados da federação, o Mario de ...(não audível) , lembrei, o Odilon Gomes de Oliveira, que foi funcionário do Banco do Brasil, foi para o Banco Central, teve lá uma belíssima posição no Banco Central, outro também, o Nerino Dionelo(???), trabalhou muito com Nestor Jost, quando o Nestor Jost foi presidente do Banco do Brasil, depois ficou realizando projetos, projetos lá no norte do País.

ADEMIR: Mas, então o município teve o retorno que esperava?

BLASCO: Eu diria assim o retorno, o investimento teve um retorno bem significativo. Eu acho também, que o número também de alunos eram poucos. A peneira também era muito grande. Estou te dizendo, que entrou 42. Porque, o cara morria era na

matemática. Na minha época, agora não acompanho mais, estou afastado a muitos anos, faz quase vinte anos que sai da universidade, tive que sair, tive que sair, mais ou menos, perto da compulsória, porque para mim era interessante sair naquele momento até porque, naquela época eles criaram, eles iriam extinguir a lei que o sujeito que estivesse no final de carreira levava mais um DX por exemplo, o cara que era um coronel se reformava com os proventos de general, etc e tal. Como eu era professor titular, não tinha mais o que subir, então eu levava o DX, e deu o prazo, eu saltei fora, porque fiquei ganhando mais na inatividade do que se estivesse exercendo minha atividade. Para mim foi interessante. Não sei se está bom assim.

ADEMIR: O senhor teria algum outro comentário para adicionar? Que lembrasse neste momento.

BLASCO: Não

ADEMIR: E eu posso na dissertação citar o seu nome?

BLASCO: Se eu ficar no anonimato é melhor. Eu só quero é contribuir. Eu gostaria de receber um exemplar para ver se. Eu acho, entende, que seria, depois dá uma olhada ali, oficialmente onde ela começou, bem no começo, ela estava assim, tipo, tipo judeu errante, eu assisti aula ali no Conservatório de Música, aqui na Carlos Gomes, aquelas, aquelas classes assim, que levantam, troço muito antigo, ali pelo menos, ficou, era bom o negócio, mas não era tão bom.

ADEMIR: Funcionava a contento?

BLASCO: Eu vou dizer, a turma que lecionava era muito por idealismo.

Anexos

Anexo 1- Lei Municipal nº 875, de 22 de julho de 1956

Lei 875/55 | Lei nº 875 de 22 de julho de 1955

Publicado por [Câmara Municipal de Rio Grande](#) (extraído pelo JusBrasil) - 59 anos atrás

"CRIA A FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICOS."

FREDERICO ERNESTO BUCHHOLZ, Prefeito Municipal de Rio Grande, usando da atribuição que me confere a Lei Orgânica, em seu artigo 62, inciso II, FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - E criada, no Município, uma FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS, nos termos da prescrição contida no artigo 146º da Lei Orgânica.

Artigo 2º - A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas funcionará a partir do ano de 1956, mediante à previsão de dotações próprias nos orçamentos anuais.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE, 22 de julho de 1955.

Anexo 2 - Decreto Federal nº 43.563, de 24 de agosto de 1958

**Legislação Informatizada - Decreto nº 43.563, de 24 de Abril de 1958 -
Publicação Original**

Decreto nº 43.563, de 24 de Abril de 1958

Concede autorização para funcionamento de curso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do artigo 23 do Decreto-lei nº421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Art. Único. É concedida autorização para o funcionamento do curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, mantida pela Prefeitura Municipal e situada em Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1958; 137º da Independência e 70º da República.

Juscelino Kubitschek
Clóvis Salgado

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 29/04/1958

Publicação:

Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/4/1958, Página 9945 (Publicação Original)

Coleção de Leis do Brasil - 1958, Página 94 Vol. 4 (Publicação Original)

Anexo 3 - Decreto Municipal nº 1.803 de 11 de agosto de 1958



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

DECRETO Nº 1.803
de 11 de agosto de 1958.

Dá provimento às cadeiras da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas.

ALVARO RIBEIRO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rio Grande, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do disposto no art. 110º do Regulamento Interno da FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS, baixado com o Decreto nº ... 1448, de 4 de novembro de 1955, e no Decreto nº 1803, de 9 de agosto de 1958, DÁ PROVIMENTO às cadeiras da referida Faculdade, nomeando Professores Catedráticos interinos, com os deveres e vantagens de lei, os Gr.:

1a. Série:

- ✓ 1 - Dr. HÉLIO BENJAMIN VIEIRA - para a cadeira de Complementos de Matemática;
- ✓ 2 - ECONOMISTA MIGUEL GLASSER RAMOS - para a cadeira de Economia Política;
- ✓ 3 - ECONOMISTA JOSÉ CARVALHO FREIRE - para a cadeira de Valor e Formação de Preços;
- ✓ 4 - ECONOMISTA GIOVANI ROQUE DI GESU - para a cadeira de Contabilidade Geral;
- ✓ 5 - Dr. ODENATH PEREIRA FERREIRA - para a cadeira de Instituição de Direito Público;

2a. Série:

- ✓ 1 - Dr. MARIO SCHROEDER RODRIGUES - para a cadeira de Estrutura das Organizações Econômicas;
- ✓ 2 - ECONOMISTA JOSÉ CARVALHO FREIRE - para a cadeira de Valor e Formação de Preços;
- ✓ 3 - ECONOMISTA FUAD ABDALLA NADER - para a cadeira de Moeda e Crédito;
- ✓ 4 - ECONOMISTA ROBERTO COIMBRA EDCHI - para a cadeira de Geografia Econômica;
- ✓ 5 - ECONOMISTA CARLOS HORST - para a cadeira de Estrutura e Análise de Balanços;
- ✓ 6 - Dr. FERNANDO EDUARDO FREIRE - para a cadeira de Instituição de Direito Privado;

3a. Série:

- ✓ 1 - ECONOMISTA FRANCISCO BIANCHINI - para a cadeira de Repartição da Renda Social;
- ✓ 2 - ECONOMISTA FUAD ABDALLA NADER - para a cadeira de Comércio Internacional e Câmbio;

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

- 3 - ECONOMISTA CARLOS MOLL - para a cadeira de Estatística Metodológica;
- ✓ 4 - ECONOMISTA GUILON GOMES DE OLIVEIRA - para a cadeira de História Econômica e Geral do Brasil;
- ✓ 5 - ECONOMISTA CARLOS HOFFST - para a cadeira de Ciência das Finanças;
- 6 - Dr. MARIO SCHREIBER RODRIGUES - para a cadeira de Ciência da Administração;

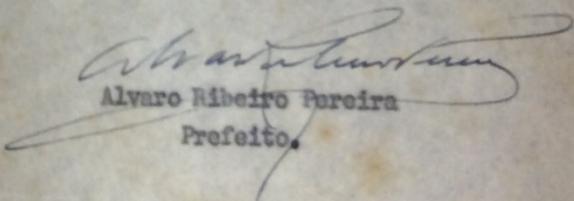
4a. Série:

- ✓ 1 - ECONOMISTA CARLOS MOLL - para a cadeira de Evolução da Conjuntura Econômica;
- ✓ 2 - ECONOMISTA GIOVANI ROQUE DI GESU - para a cadeira de Política Financeira;
- ✓ 3 - ECONOMISTA MIGUEL GLASSER RAMOS - para a cadeira de História das Doutrinas Econômicas;
- ✓ 4 - ECONOMISTA ATILIO DOS SANTOS OLIVEIRA - para a cadeira de Estudo Comparado das Doutrinas Econômicas;
- ✓ 5 - ECONOMISTA ROBERTO COIMBRA EDCHI - para a cadeira de Estatística Econômica;
- ✓ 6 - Dr. JORGE LUIZ SUSINI - para a cadeira de Princípios de Sociologia Aplicados à Economia.

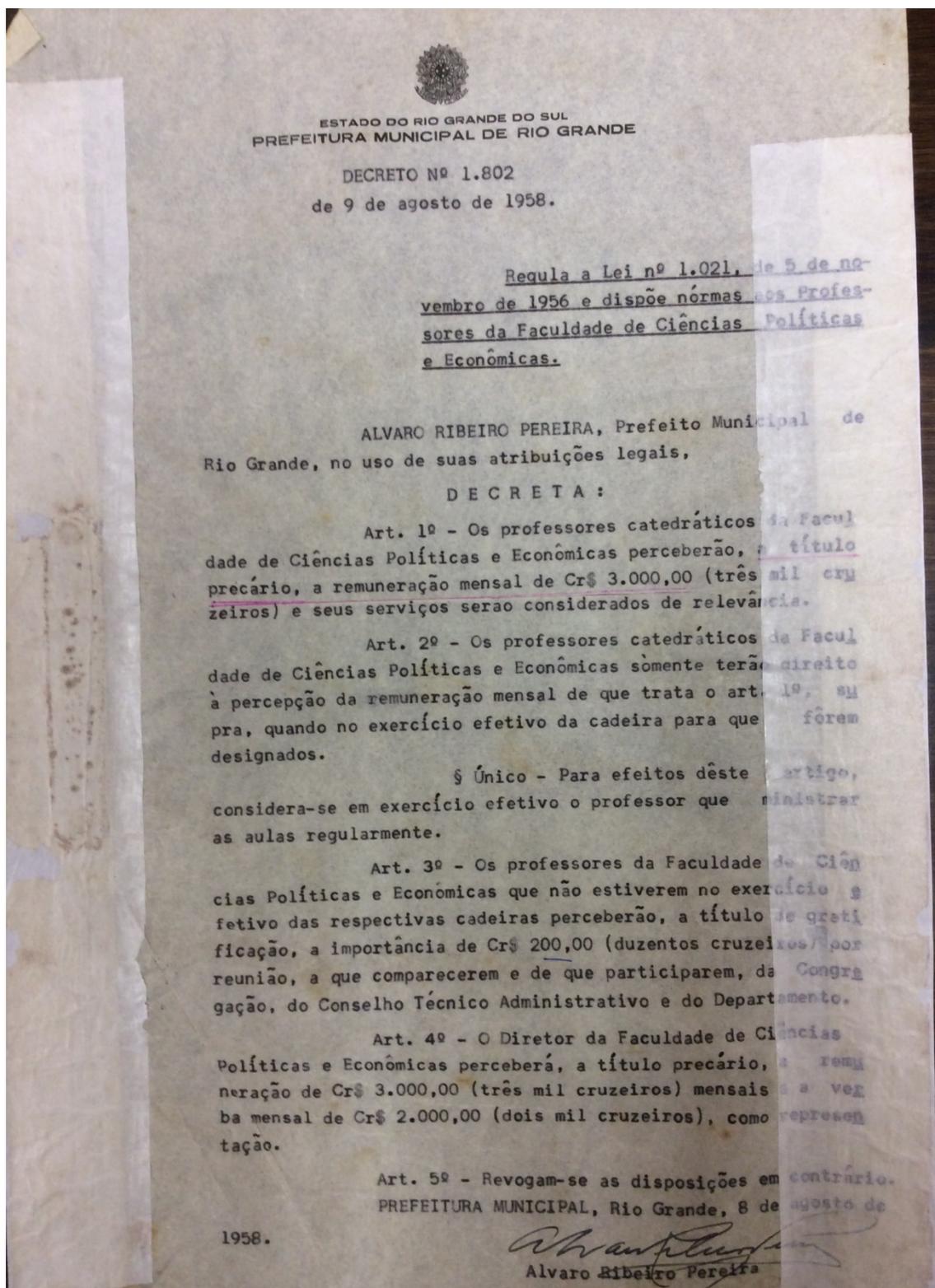
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE, 11 de agosto de

1958.


Alvaro Ribeiro Pereira
Prefeito.

Anexo 4 - Decreto Municipal nº 1.802, de 09 de agosto de 1958.



Fonte: Arquivo Geral – FURG – sem catalogação.

Anexo 5 - CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1959

BANCA EXAMINADORA

Prof. Janir do Carmo

- “ José Carvalho Freira
- “ Odenath Pereira Ferreira
- “ Carlos Horst
- “ Giovani Roque di Gesu
- “ Odilon Gomes de Oliveira
- “ Francisco Bianchini
- “ Jorge Luiz Susini
- “ Atilio Santo Oliveira

DATA DAS PROVAS

Fevereiro – dia 16 – Português (escrita)

17 - Matemática (escrita)

18 - Português (oral)

Matemática (oral)

20 - Geografia Econômica (escrita e oral)

23 - História do Brasil (escrita e oral)

CANDIDATOS INSCRITOS

1. Carlos Lindemann
2. Célio Moll
3. Elcy Ennes
4. Felício Leite
5. Flávio de Figueiredo
6. Hélio Mirapalheta Gomes
7. Iolanda Dirce de Figueiredo
8. José Duarte Ramos
9. José Lipiarski
10. José Martins de Castro
11. Leopoldo Cavallari Filho
12. Manoel Rodrigues

13. Maria Alves Henriques
14. Oriente Guimarães Salomão Hias
15. Oswaldo Alves Contreira
16. Vetonil Dias Oliveira
17. Vilmar dos Santos
18. Wilson Santos Cardoso

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 6 - CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1960

BANCA EXAMINADORA

Prof. Hélio Benjamin Vieira

- “ Odilon Gomes de Oliveira
- “ José Carvalho Freire
- “ Odenath Pereira Ferreira
- “ Carlos Moll
- “ Mário Schoroeder Rodrigues
- “ Francisco Bianchini
- “ Miguel Glaser Ramos
- “ Atilio dos Santos Oliveira
- “ Jorge Luis Susini
- “ Giovanni Roque di Gesu

DATA DAS PROVAS

Fevereiro – dia 15 – Matemática (escrita)

- 16 - Matemática (oral)
- 17 - Português (escrita e oral)
- 18 - Geografia (escrita e oral)
- 20- História (escrita e oral)

CANDIDATOS INSCRITOS

1. Eugênio Lopes
2. Eurípedes Falcão Vieira
3. José Augusto Neves Nicola
4. João Manoel Chaves
5. Humberto Giovanni Guadagnini

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 7 - CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1961

BANCA EXAMINADORA

Prof. Odenath Pereira Ferreira

- “ Jorge Luis Susini
- “ Fernando Eduardo Freire
- “ Roberto Coimbra Edom
- “ Giovani Roque di Gesu
- “ Miguel Glaser Ramos
- “ Aldo Lapolli
- “ Nelcy Gomes Sequeira
- “ Edison de Souza Mendonça

DATA DAS PROVAS

Fevereiro – dia 16 – Português (escrita e oral)

17 - Geografia (escrita e oral)

20 - História (escrita e oral)

21 – Matemática (escrita e oral)

CANDIDATOS INSCRITOS

1. Américo de Freitas Amaral
2. Antônio Orlando Concli
3. Antônio Parente Junior
4. Delcino Serafim da Silva
5. Egon Menestrino Dionello
6. Elvio Romero Palma Zenobini
7. Evaldo Moreira Gonçalves
8. José Carlos Strauch
9. José Patrocínio Costa
10. Mario Paiva Brito
11. Miguel Damado Carvalho
12. Pedro Martins de Castro
13. Ruy Soares Godinho
14. SérgioPaulo Bastos Duarte
15. Waldemar Massaro

Anexo 8 - CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1962

BANCA EXAMINADORA

Prof. Odenath Pereira Ferreira

- “ Giovanni Roque di Gesu
- “ Aldo Lapolli
- “ Roberto Coimbra Edon
- “ Miguel Glaser Ramos
- “ Edison de Souza Mendonça
- “ Stelo da Rosa Riet

DATA DAS PROVAS

Fevereiro – dia 15 – Português (escrita e oral)

16 - Geografia (escrita e oral)

19 - História (escrita e oral)

20 – Matemática (escrita e oral)

CANDIDATOS INSCRITOS

1. Álvaro Rotuno Lino de Souza
2. Américo de Freitas Amaral
3. Blaco Ibañes da Cunha Torres
4. Brasília Cezimbra Ruiz
5. Carlos Antônio de Rocchil
6. Danilo Macedo Preira
7. Deoclécio O. Almeida
8. Edes Silva da Cunha
9. Egon Raphael Anselmi
10. Evaldo Moreira Gonçalves
11. Gilberto Ellichirijoyty
12. Hélio D'Avila Pereira
13. Henrique da Rosa Peña
14. Ivan Monteiro Ramos
15. Jorge Farias de Albernaz
16. José Américo Souto Pereira
17. Luiz Carlos dos Santos
18. Manuel José Mattos Filho
19. Orivaldo Carassai da Silva
20. Orivaldo Carassi da Silva

21. Oscar Ferreiro Moraes
22. Paulo Edison de Melo Pinho
23. Pedro Filles
24. Selmo Moreira Alves
25. Trajano Lopes Bittencourt
26. Zilmar da Silva Vieira
27. Zulmar da Silva Vieira

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 9 - CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1963

BANCA EXAMINADORA

Prof. Odenath Pereira Ferreira

- “ Miguel Glaser Ramos
- “ Odilon Gomes de Oliveira
- “ Edison de Souza Mendonça
- “ Aldo Lapolli
- “ Giovani Roque di Gesu
- “ Jorge Luiz Susini
- “ José Carvalho Freire
- “ Roberto Coimbra Edon
- “ Emidio Figueiredo de Araújo

DATA DAS PROVAS

Fevereiro – dia 11– Português (escrita e oral)

12 - Matemática (escrita e oral)

13 - História (escrita e oral)

14 – Matemática (escrita e oral)

CANDIDATOS INSCRITOS

1. Adão Airton Senna
2. Airton Floréo Rocha
3. Alberto José Meireles Leite
4. Alvaro Ribeiro
5. Alfredo Manuel Persson
6. Antonieta Maria Ramos
7. Antônio Mussi Ferris
8. Artur Aldo Gomes
9. Blasco Ibañes da Cunha Torres
10. Brasília Cezimbra Ruiz
11. Egon Menestrino Dionello
12. Felisbino Dall’Agnol
13. Getúlio Moreira Alves
14. Gercy Goulart
15. Gley Castro Fonseca

16. Idemar da Rosa Araújo
17. Ivan Monteiro Xavier
18. João Antônio Ferreira
19. João Carlos Nogueira Seifriz
20. João Maurenre Jardim
21. João Waldir Voltolini
22. Jorge Farias Albernaz
23. José Carlos Macedo Pereira
24. Julio Brito Vitória
25. Lloyd Alves dos Santos
26. Maurício Peres
27. Moisés Jesus Farias
28. Neusa Carneiro Rocha
29. Nerino Antônio Dionello Piotto
30. Osvaldo Cruz Felizzola
31. Pedro Paulo Valente
32. Pedro Filles
33. Raimundo Porto Espírito Santo
34. Roberto Hornes Rodrigues
35. Ronaldo Gomes de Almeida
36. Rubens Fernandes
37. Salvador Maio Marques
38. Selmo Moreira Alves
39. Sérgio Corrêa Calheiros
40. Trajano Lopes Bittencourt
41. Ultemir de Lima Dutra
42. Valmir de Assis Pereira
43. Walter Spicker
44. Wilson Macedo

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

ANEXO 10 - CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1964

BANCA EXAMINADORA

Prof. Odenath Pereira Ferreira

- “ Fernando Eduardo Freire
- “ Antônio Carlos Lourenço
- “ Edison de Souza Mendonça
- “ Carlos Moll
- “ José Luiz Fonseca da Silva
- “ Roberto Coimbra Edon
- “ Giovanni Roque di Gesu
- “ Emidio Figueiredo de Araújo
- “ José Carvalho Freire
- “ Jorge Luiz Susini
- “ Odilon Gomes de Oliveira
- “ Miguel Glaser Ramos
- “ Aldo Lapolli
- “ Stelo da Rosa Riet

DATA DAS PROVAS

Fevereiro – dia 17– Português (escrita e oral)

18 - Matemática (escrita e oral)

19 - História (escrita e oral)

20 – Matemática (escrita e oral)

21 - Teste vocacional

CANDIDATOS INSCRITOS

1. Alvaro Otto
2. Airton de Werk
3. Carlos Almeida
4. Carlos Orocildo Mirapalheta
5. Edison Jorge Schmidt

6. Elbio Garcia
7. Gilberto dos Santos Guilherme
8. Haroldo de França Pires Teixeira
9. Hélio Alves de Souza
10. Hélio Schein
11. Hermes Rocha
12. Iná Vigo Caldeira
13. Irene Carmen de Almeida Carvalho
14. João Carlos Paiva Schein
15. João Cláudio Ayres
16. João Luiz Furlanetto
17. João Manuel Chaves
18. Jorge Fernando Farias de Albernaz
19. José Carlos Fonseca Strauch
20. José Carlos Henriques
21. Maria Helena Dias Pinto
22. Nestor Damado
23. Norma Figueira Mello
24. Paulo Ari Benício
25. Vilmar dos Santos
26. Waldemar Gonçalves da Silva
27. Waldir Almeida Gomes
28. Waldir Tosi Ferreira
29. Walmor Cervi

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 11 - CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1965

BANCA EXAMINADORA

Prof. Antônio Carlos Lourenço

- “ Edison de Souza Mendonça
- “ José Luiz Fonseca da Silva
- “ Carlos Moll
- “ Emidio Figueiredo de Araújo
- “ Giovani Roque di Gesu
- “ Miguel Glaser Ramos
- “ Odilon Gomes de Oliveira
- “ José Carvalho Freire

DATA DAS PROVAS

Fevereiro – dia 17– Português e Matemática (escrita)

18 – Geografia e História (escrita)

19 - Vocacional

22 – Português e Matemática (oral)

23 – História e Geografia (oral)

CANDIDATOS INSCRITOS

1. Antônio Nunes Rodrigues da Silva
2. Áureo Thomas Coelho
3. Carlos Roberto de Matos Souza
4. Claudionor Martins Pantoja
5. Darcy xxxxxxx
6. Dilmar Machado
7. Dinarte Pereira Gomes
8. Édio de Oliveira Cardoso
9. Fernando Farias da Rosa
10. Gilberto Lima Russomano
11. Henrique da Rosa Peña
12. Hugo Guimarães Passos
13. Jacinto Marcelino Centurião C. Mirapalheta
14. João Ivo Avelaneda de Souza
15. Joel França Pinto

16. Jurandir Freitas Soares
17. Manuel Horácio da Costa Prestes
18. Ney da Silva Fernandes
19. Osny Marques
20. Paulo Eggas Schoschow
21. Paulo Roberto Nunes da Silva
22. Roberto Guadagnini
23. Walter Cezilião Machado da Rocha
24. Walter Troina da Silva Pimpão

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 12 - CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1966

BANCA EXAMINADORA

Prof. Odenath Pereira Ferreira

- “ José Carvalho Freire
- “ Ruy Soares Godinho
- “ Edison de Souza Mendonça
- “ José Luiz Fonseca da Silva
- “ Miguel Damado Carvalho
- “ Roberto Coimbra Edon
- “ Antônio Carlos Lourenço
- “ Leon Coutelle Filho
- “ Jorge Luiz Susini
- “ Giovani Roque di Gesu
- “ Flávio de Figueiredo
- “ Miguel Glaser Ramos
- “ Carlos Moll
- “ Felício Leite

DATA DAS PROVAS

Nada encontramos sobre as datas de realização das provas.

CANDIDATOS INSCRITOS

1. Armando Libório Grafulha
2. Carlos Sidnei dos Santos Scott Hood
3. Edio Costa
4. Elio Saulo Wohlfeil Valente
5. Fernando Paulo Cunha
6. Henrique John Eddy Randolph Rosenthal
7. Homero dos Reis Chin
8. Henrique Luiz Barenski Mello
9. Iusef Nader
10. João Delvair Ferreira
11. José Adão Teixeira
12. José Carlos Simões
13. José Carlos Teixeira
14. Luiz Alfredo Silva de Castro

15. Luiz Augusto de Giordano Rocha
16. Marcos Antônio Furtado Mello
17. Maria Zélia Silva Figurelli
18. Mario Francisco Kirst
19. Mario Nicola Gomes
20. Nilson Moacir Barbosa Dutra
21. Roberto Arjona Cécere
22. Roberto Carvalho Lopes
23. Régis Cedric Souza
24. Sidnei Jesus Rodrigues
25. Ubirajara Freitas Porto
26. Vander Isidro Moreira
27. Varlem Carolino Corrêa Obelar
28. Vilson Marengo Alves
29. Vilson Garcia Xavier
30. Alberto Ernany Fernandes Campos
31. Carlos Alberto Simões Ferreira
32. Paulo Roberto Dalcol
33. Paulo Silveira Lawson
34. Vicente Jorge Martins

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 13 - CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1967

BANCA EXAMINADORA

Prof. Odenath Pereira Ferreira

- “ José Carvalho Freire
- “ Ruy Soares Godinho
- “ Edison de Souza Mendonça
- “ José Luiz Fonseca da Silva
- “ Miguel Damado Carvalho
- “ Roberto Coimbra Edon
- “ Antônio Carlos Lourenço
- “ Leon Coutelle Filho
- “ Jorge Luiz Susini
- “ Giovanni Roque di Gesu
- “ Flávio de Figueiredo
- “ Miguel Glaser Ramos
- “ Carlos Moll
- “ Felício Leite

DATA DAS PROVAS

1.^a Chamada -Fevereiro – dia 16– Matemática e Português (escrita)

17 – Geografia e História (escrita)

20 - Teste vocacional

22 – Português e Matemática (oral)

24 – História e Geografia (oral)

2.^a Chamada – Março – dia 06 – Português e Matemática (escrita e oral)

07 - Geografia e História (escrita e oral)

08 - Teste vocacional

CANDIDATOS INSCRITOS

Todos os candidatos inscritos alcançaram o mínimo de pontuação para serem aproveitados, de modo que ficaram habilitados a se matricularem.

Neste ano, pela primeira vez, o número de candidatos inscritos ultrapassou o número de matrículas permitido na primeira série, razão porque foi solicitado ao Ministério da Educação e Cultura autorização para matrícula dos excedentes.

1. Alberto José Barutot Meireles Leite
2. Amoredí Botero Almeida
3. Antônio Carlos Medeiros Simões
4. Aragon Érico Basso
5. Asdrúbal Antônio Babelo
6. Carlos Alberto dos Santos Silva
7. Cláudio Vicente do Nascimento
8. Dejair Oliveira Reis
9. Geraldo Lima Russomano
10. Irajá Martins Pantoja
11. Ivone Fonseca Benchocha
12. João Vanderlan Rodrigues Vieira
13. Jesus Luiz Peña Juliano
14. José Carlos Almeida Henriques
15. José Fernandes Nunes da Silva
16. Lenine Mello Pryziliski
17. Luiz Augusto Bitencourt de Campos
18. Luiz Arthur Correa Dorneles
19. Nilo Artur Conceição Pinho
20. Paulo Corrêa Teixeira
21. Paulo Edison Soares Lopes
22. Sérgio Sechi da Silva
23. Ubirajara Pontes Dias de Oliveira
24. Vitória Ione Acosta
25. Arcelino Soares de Trindade Filho
26. Augusto Fernando Hexsel
27. Carmelita França Santos
28. Clóvis Gilberto Rey J. Barcelos
29. Elias Almeida Neubert
30. Eneida Rodrigues Figueiredo
31. Ildfonso Maria Caminha Poester
32. Iris França Santos
33. Jacy Furtado Soares
34. José Augusto Marques Malícia
35. Joventino Borges Jardim Filho
36. Luiz Carlos Sexa
37. Mario Fernando Fonseca
38. Newton Lemos de Aguiar
39. Orlando Macedo Fernandes
40. Paulo Edison Soares Lopes
41. Pedro Sebotasy
42. Ronaldo Homem do Brasil C. e Silva

Anexo 14 - CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1968

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Antônio Carlos Lourenço

“ Edison de Souza Mendonça

“ Mario Schroeder Rodrigues

“ Miguel Glaser Ramos

“ Odilon Gomes de Oliveira

“ Roberto Coimbra Edon

DATA DAS PROVAS

Fevereiro – dia 16– Matemática e Português (escrita e oral)

Geografia e História (escrita e oral)

20 -Teste vocacional

Nota: O número de inscritos ultrapassou o número de vagas. Tendo sido todos classificados, foi autorizado pelo MEC a matrícula dos excedentes.

CANDIDATOS INSCRITOS

1. Air da Costa
2. Almir Sartori Prado
3. Angelo Alberto Borges
4. Carlos Augusto M. Peixoto
5. Carlos Pereira
6. Celestino Botelho Bastos
7. Denizard Costa Duarte
8. Edmar da Silva Teixeira
9. Edson Carlos de F. Pôrto
10. Eduardo Barbosa Antunes
11. Eduardo Costa
12. Hamilton Soares Arruda
13. Hiram Freitas da Silva
14. Humberto Antônio P. Furlanetto
15. João Carlos de M. Maia
16. Joaquim Antônio S. Amaral
17. Jorge Alberto P. da Silva
18. José Antônio Schmidt Alves
19. José Carlos da S. Rodrigues
20. José Carlos Soares

21. José Francisco Borges
22. Leo Retamal Teixeira
23. Luciano Braga Kolton
24. Luiz Lucas D'Andrade
25. Luiz Rodrigues Meto
26. Marlene Barbosa Pereira
27. Mario Luvielmo
28. Maurilio Neves Zimmermann
29. Nilo Sérgio M. Dionello
30. Oscar R. Valeza Bruno
31. Paulo Marcos Soares Cruz
32. Paulo Roberto A. Hood
33. Paulo Roberto T. Marczykoski
34. Renato Frasca Candido
35. René Rupp
36. Roberto Ferreira Morgado
37. Ronaldo Machado de Miranda
38. Rudnen Oliveira da Costa
39. Telma Terezinha D. Haidtmann
40. Valdir Santos de Freitas
41. Valquirio Ferreira Malta
42. Valter Minasi
43. Vilarci Fonseca Aquino
44. Ivani Freitas Pereira

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 15 - CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1969

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Giovani Roque di Gesu

“ Leon Coutelle Filho

“ Felício Leite

“ Ruy Soares Godinho

DATA DAS PROVAS

Fevereiro – dia 20– Português e Matemática (escrita e oral)

História e Geografia (escrita e oral)

21 -Teste vocacional

Nota: O número de inscritos ultrapassou o número de vagas. Foram classificados todos os candidatos, tendo sido autorizada pelo MEC, a matrícula dos excedentes, havendo neste ano duas primeiras séries.

CANDIDATOS INSCRITOS

1. Alfredo Carvalho de La Torre
2. Ana Maria Nunes da Silva
3. Ari Alfredo da Costa
4. Artur Roberto Coelho
5. Carlos Alberto di Gesu Ferreira
6. Carlos Alberto Silva de Castro
7. Carlos Roberto Lipiarski Juliano
8. Cássio Possas
9. Cláudio Canalis Goulart
10. Clóvis Vasconcelos de Oliveira
11. Delbio Ferreira Vieira
12. Douglas Emerson Deicke Haidtmann
13. Elci Rosa Rodrigues
14. Elio Lopes da Silveira
15. Flávio Renanto Cohen Nogueira
16. Gether Santos de Oliveira
17. Gessi Jorge
18. Gilda Jorge
19. Hélio Cortinhas Soldera
20. Homero Palma Zenobini
21. Iedo Roberto de Oliveira
22. Irineu de Souza Oliveira
23. Irio Reis Padilha
24. Isiara Mieres Caruso

25. Jader da Silva Rodrigues
26. João Carlos Santos Pereira
27. João José de Mattos
28. José Juarez Barbieri
29. José Paulo Barbosa
30. Joubert Pereira
31. Laércio Edgar França Barcellos
32. Laila Pedro Zogbi
33. Lêda Lorma Barcelos de Souza
34. Luiz Carlos Corrêa Braga
35. Luiz Fernando Chiari
36. Luiz Pereira Terra
37. Luzia Paes
38. Manoel Ferreira Marato Filho
39. Marcos Boroni Neto
40. Maria da Conceição Fagundes Origuelle
41. Mário Roberto Mendes da Silva
42. Neida Maria Rangel Sassone
43. Neimar Corrêa Duarte
44. Nelson Luiz Serafin
45. Odilon Magroski Goulart
46. Otmar Macalossi
47. Paulo Antônio Dutra Duhá
48. Paulo Luiz Dutkiewicz
49. Paulo Pereira Gonçalves
50. Pedro Adelar Marques
51. Régis Iguatemi Salatino Andrino
52. Reinaldo Rasnievicz
53. Rene de Souza Miguel
54. Ricardo Maiato de Albuquerque
55. Roberto Vieira da Rosoa
56. Ronaldo Ferreira Morgado
57. Rubens Heleno Nassr
58. Saula Maria Escalier
59. Sérgio Osvaldo Peixoto Pereira
60. Silvestre da Silva Pereira
61. Tanea Mara Mendes
62. Vidal Aureo Mendonça
63. Hiram Freitas da Silva

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 16 - CONCURSO DE HABILITAÇÃO – 1970

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Álvaro Ribeiro

- “ Felício Leite
- “ Mário Schroeder Rodrigues
- “ Ruy Soares Godinho

DATA DAS PROVAS

Fevereiro – dia 16– Português e Matemática

História e Geografia

18 -Teste vocacional

CANDIDATOS INSCRITOS

1. Aécio de Oliveira Passos
2. Alberto Mendes da Silva
3. Alda Maria Lettnin
4. Amarante Lindalvo Monteiro
5. Ana Maria Vergara Olioni
6. Arlindo Ferreira da Silva
7. Azelindo Dagnese
8. Canabá Silva de Amaral
9. Carlos Roberto Schmidt
10. Carlos Henriques Canari
11. Cely Teixeira Klinger
12. Danilo Fonseca
13. Elder da Rosa
14. Edi Fernando Ávila
15. Francisco Maio Marques
16. Hernando da Costa Bernardelli
17. José Hugo
18. José Francisco Braça
19. José Antônio T. Pinho
20. José Luiz Ferrarelli
21. João Derli Gutierrez
22. Ivonir Fonseca Aquino
23. Iris Fernandes da Costa
24. Lacy Maria Ávila Bento
25. Laerte Alencastro Schmidt
26. Lourene de Lemos Pastore
27. Luiz Carlos Carrasco
28. Luiz Carlos T. Bastos
29. Mary Neusa da Fonseca

30. Mirna Iara Q. Almeida
31. Nei Oliveira Furtado
32. Neusa Maria S. Pereira
33. Orlando Paladino Costa
34. Osmar Nascimento Leite
35. Paulo Gilberto S. D. Riva
36. Pedro Cestari
37. Raul da Silva Tavares
38. Ricardo Nunes da Silva
39. Sandra Regina Dias Pinto
40. Suzana Regina Dias Pinto
41. Tânea Conceição A. da Silva
42. Tereza Macagnan
43. Valdir Gonçalves Borba

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 17 - ACADÊMICOS – 1959

ACADÊMICOS – 1.ª série - 1959

1. Elcy Nunes
2. Felício Leite
3. Flávio de Figueiredo
4. Hélio Mirapalheta Gomes
5. Iolanda Dirce Figueiredo de Meirelles Leite
6. José Duarte Ramos
7. José Martins de Castro
8. José Lipiarski
9. Leopoldo Cavallari Filho
10. Maria Alves Henriques
11. Oriente Guimarães Salomão Hise
12. Vetonil Dias de Oliveira

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 18 - ACADÊMICOS – 1960

1.ª série

1. Eugênio Lopes
2. Eurípedes Falcão Vieira
3. José Augusto Neves Nicola
4. Humberto Giovani Guadagnini

2.ª série

1. Elcy Ennes
2. Flávio de Figueiredo
3. Felício Leite
4. Hélio Mirapalheta Gomes
5. Herman Werner Hadrich
6. Iolanda Dirce Figueiredo de Meireles Leite
7. José Duarte Ramos
8. José Martins de Castro
9. Leopoldo Cavallari Filho
10. Maria Alves Henriques
11. José Lipiarski
12. Manuel Rubens de Barros
13. Oriente Guimarães Salomão Hias
14. Vetonil Dias de Oliveira
15. Wilson dos Santos Cardoso

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 19 - ACADÊMICOS – 1961

1.ª Série

1. Antônio Orlando Concli
2. Antônio Parente Junior
3. Élvio Romero Palma Zenobini
4. José Augusto Nicolla
5. Miguel Damado Carvalho
6. Pedro Martins de Castro
7. Ruy Soares Godinho
8. Sírio Paulo Bastos Duarte
9. Waldemar Massaro

2.ª Série

1. Eugênio Lopes
2. Eurípedes Falcão Vieira
3. Humberto Giovani Guadagnini
4. Leon Coutelle Filho
5. Nercy Luz Farias
6. Waldomiro Rocha Lima

3.ª Série

1. Amilcar S. Cristina
2. Elcy Ennes
3. Farido Salomão
4. Felício Leite
5. Flávio de Figueiredo
6. Hélio Mirapalheta Gomes
7. Hermann Werner Hadrich
8. Henrique José Leal Santos Vieira da Fonseca
9. Iolanda Dirce Figueiredo de Meirelles Leite
10. José Duarte Ramos
11. José Martins de Castro
12. José Lipiarski
13. Leopoldo Cavallari Filho
14. Maria Alves Henriques
15. Manuel Rubens de Barros
16. Oriente Guimarães Salomão Hias
17. Silvio Pellico Peixoto

Anexo 20 - ACADÊMICOS – 1962

1.ª Série

1. Américo de Freitas
2. Carlos Antônio
3. Luiz Carlos dos Santos
4. Manuel José de Matos Filho
5. Orivaldo Carasani da Silva
6. Paulo Edson de Mello Pinho

2.ª Série

1. Antônio Orlando Concli
2. Antônio Parente Junior
3. Elvio Romero Pens Zenobini
4. Humberto Giovani Guadagnini
5. Miguel Damado Carvalho
6. Pedro Martins de Castro
7. Ruy Soares Godinho
8. Sérgio Paulo Bastos Duarte
9. Waldemar Massaro

3.ª Série

1. Eugênio Lopes
2. Eurípedes Falcão Vieira
3. Leon Coutelle Filho
4. Waldomiro Rocha Lima

4.ª Série

1. Bento Soares de Campos
2. Elcy Ennes
3. Felício Leite
4. Flávio de Figueiredo
5. Hélio Mirapalheta Gomes
6. Hermann Werner Hadrich
7. Henrique José Leal Santos Vieira Fonseca
8. Iolanda Dirce Figueiredo de Meireles Leite
9. José Duarte Ramos
10. José Martins de Castro
11. José Lipiarski
12. Leopoldo Cavallari Filho
13. Manuel Rubens de Barros
14. Maria Alves Henriques
15. Oriente Guimarães Salomão Hias
16. Silvio Pellico Peixoto

Anexo 21 - ACADÊMICOS – 1963

1.ª Série

1. Adão Airton Sena
2. Álvaro Ribeiro
3. Alfredo Perason
4. Antonieta Maria Ramos
5. Antônio Mussi Ferris
6. Blasco Iba
7. Blasco Ibañes da Cunha Torres
8. Egon Menestrino Dionello
9. Felisbino D' All' Agnol
10. Getúlio Moreira Alves
11. Gercy Goulart
12. Gley Castro Fonseca
13. Idemar da Rosa Araújo
14. Ivan Xavier
15. José Antônio Lopart
16. João Carlos Seifris
17. João Maurenre Jardim
18. João Waldir Voltonolini
19. Jorge Farias de Albernaz
20. José Carlos Pereira
21. Júlio Brito Vitória
22. Lloid Alves Santose
23. Maurício Peres
24. Moyses Jesus Pires Farias
25. Nerino Antônio Dionello Piotto
26. Oswaldo Cruz Felizolla
27. Pedro Paulo Valente
28. Pedro Files
29. Raimundo Porto Espírito Santo
30. Roberto Hornes Rodrigues
31. Ronaldo Gomes de Almeida
32. Salvador Maio Marques
33. Selmo Moreira Alves
34. Sérgio Corrêa Calheiros
35. Trajano Lopes Bitencourt
36. Ultamir R. I. Dutra
37. Walmir Assis Pereira
38. Walter Spieker
39. Wilson Macedo

2.ª Série

1. Carlos Antônio de Rochi
2. Luiz Carlos dos Santos
3. Orivaldo C. da Silva
4. Paulo Edison Mello Pinho

3.ª Série

1. Antônio Orlando Concli
2. Elvio R. Palma Zenobini
3. Miguel Damado Carvalho
4. Ruy Soares Godinho
5. Waldemar Massaro
6. Vicente Sacco Netto
7. Valdomiro Rocha Lima

4.ª Série

1. Eugênio Lopes
2. Eurípedes Falcão Vieira
3. Leon Coutelle Filho

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 22 - ACADÊMICOS – 1964

1.ª Série

1. Brasílio Cezimbra Ruiz
2. Carlos Orocildo Mirapalhete
3. Edson Jorge Schmidt
4. Gilberto Santos Guilherme
5. Haroldo França Pires Texeira
6. Hélio Alves de Souza
7. Iná Vigo Caldeira
8. Irene Carmem Almeida Carvalho
9. João Carlos S. Schein
10. João Luiz Furlanetto
11. João Manoel Chaves
12. José Carlos Henriques
13. José Carlos Strauch
14. Maria Helena Duarte Pinto
15. Nestor Damado
16. Norma Figueira
17. Paulo Ari Benício
18. Waldemar Gonçalves da Silva
19. Waldir Tosi Ferreira
20. Wilmar dos Santos

2.ª Série

1. Adão Airton Sena
2. Álvaro Ribeiro
3. Blasco Ibañes Torres
4. Egon Menestrino Dionello
5. Getúlio Moreira Alves
6. Geray Goulart
7. Idemar da Rosa Araújo
8. Jorge Farias Albernaz
9. José Carlos M. Pereira
10. Moisés Jesus P. Farias
11. Nerino Dionello Piotto
12. Ronaldo Gomes de Almeida
13. Salvador Maio Marques
14. Selmo Moreira Alves
15. Sérgio Calheiros
16. Valmir de Assis Pereira

3.ª Série

1. Luiz Carlos dos Santos

4.ª Série

1. Antônio O. Concli
2. Elvio R. P. Zenobini
3. Fernando J. Fuscaldo
4. Miguel D. Carvalho
5. Ruy S. Godinho
6. Waldomiro Rocha Lima
7. Waldemar Massaro

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 23 - ACADÊMICOS – 1965

1.ª Série

1. Antônio Nunes Rodrigues da Silva
2. Aureo Thomaz Coelho
3. Carlos Roberto de Matos Souza
4. Dilmar Machado
5. Dinarte P. Gomes
6. Edio de Oliveira Cardoso
7. Fernando Farias da Rosa
8. Gilberto Lima Russomano
9. Henrique da R. Peña
10. Iná Vigo Caldeira (adaptação)
11. Joel França Pinto
12. João Ivo A. de Souza
13. José Carlos Henriques (adaptação)
14. Jurandir F. Soares
15. Manoel Horácio da Costa Prestes
16. Paulo Roberto Nunes da Silva
17. Walter Cezilião Machado da Rocha
18. Walter Troina Pimpão

2.ª Série

1. Brasília C. Ruiz
2. Carlos C. Mirapalheta
3. Edison Jorge Schmidt
4. Gilberto S. Guilherme
5. Haroldo F. P. Teixeira
6. Hélio Alves de Souza
7. Iná Vigo Caldeira
8. Irene C. A. Carvalho
9. João Carlos P. Schein
10. João Ivo A. Souza (adaptação)
11. João Luiz Furlanetto
12. João Manuel Chaves
13. José Carlos Henriques
14. José Carlos Strauch
15. Maria Helena D. Pinto
16. Nestor Damado
17. Norma Figueira Mello
18. Paulo Ari Benício
19. Paulo Edison M. Pinho (adaptação)
20. Sérgio P. B. Duarte
21. Vilmar dos Santos
22. Waldir Tosi Ferreira

3.ª Série

1. Adão Airton Senna
2. Alvaro Ribeiro
3. Blasco I. C. Torres
4. Fernando José Fuscaldo (adaptação)
5. Getúlio Moreira Alves
6. Idemar da Rosa Araujo
7. Jorge F. de Albernaz
8. José Carlos Pereira
9. Moysés Jesus P. Farias
10. Nerino A. D. Piotto
11. Paulo Edison M. Pinho (adaptação)
12. Ronaldo G. de Almeida
13. Salvador M. Marques
14. Selmo Moreira laves
15. Sérgio C. Calheiros
16. Walmir de A. Pereira

4.ª Série

1. Luiz Carlos dos Santos

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 24 - ACADÊMICOS – 1966

1.ª Série

1. Alberto Ernani C. P. Costa
2. Armando Libório Grafulha
3. Carlos Alberto S. Campos
4. Carlos Alberto S. Ferreira
5. Carlos Sidnei S. Hood
6. Dilmar Machado
7. Édio Costa
8. Édio de Oliveira Cardoso
9. Elio Saulo W. Valente
10. Fernando Paulo Cunha
11. Henrique da Rosa Peña
12. Henrique J. M. B. Rosenthal
13. Henrique Luiz D. Mello
14. Homero dos Reis Chin
15. Iusef Nader
16. João Delvair Ferreira
17. Joel França Pinto
18. José Adão C. Texeira
19. José Corrêa Teixeira
20. Luiz Alfredo S. Castro
21. Luiz Augusto C. Rocha
22. Marcos Antônio F. Mello
23. Maria Zélia S. Figurelli
24. Mário Nicola Gomes
25. Mário Francisco Kirst
26. Ney da Silva Fernandes
27. Nilson Moacir B. Dutra
28. Paulo Roberto T. Dalcol
29. Paulo Silveira Lawson
30. Régis Cedric Souza
31. Roberto Arjona Cécere
32. Sidnei Jesus A. Rodrigues
33. Ubirajara Freitas Pôrto
34. Vander Isidro R. Moreira
35. Varlem Carolino C. Obelar
36. Vicente Jorge Martins
37. Vilson Marengo Alves
38. Walter Cizilião M. Rocha
39. Wilson Garcia Xavier
40. Wilson Soares Pinho

Adaptação

1. Edison Jorge Schmidt

2. Haroldo P. F. Texeira
3. Iná Vigo Caldeira
4. João Luiz Furlanetto
5. João Manoel Chaves
6. José Carlos Henriques
7. Waldir Tosi Ferreira
8. Wilson dos Santos Cardoso

2.ª Série

1. Carlos Roberto M. Souza
2. Fernando R. da Rosa
3. Gilberto Lima Russomano
4. Haroldo F. P. Texeira
5. João Ivo A. de Souza
6. José A. Berendt
7. José Martins da S. Lima
8. Paulo R. N. da Silva
9. Wilson dos S. Cardoso

3.ª Série

1. Brasília Cezimbra Ruiz
2. Carlos Orocildo Mirapalheta
3. Edison José Schmidt
4. Egon Menestrino Dionello
5. Gilberto dos S. Guilherme
6. Hélio Alves de Souza
7. Irene Carmem de A. Carvalho
8. João Luiz Furlanetto
9. João Manoel Chaves
10. Maria Helena P. Duarte
11. Nestor Damado
12. Paulo Ari Benício
13. Sérgio Paulo B. Duarte
14. Waldir Tosi Ferreira

4.ª Série

1. Adão Airton Senna
2. Alvaro Ribeiro
3. Blasco Ibañes da C. Torres
4. Getúlio Moreira Alves
5. Idemar da Rosa Araujo
6. Jorge Farias de Albernaz
7. José Carlos M. Pereira
8. Moysés Jesus P. Farias
9. Paulo Edison de M. Pinho (adaptação)

10. Ronaldo Gomes de Almeida
11. Salvador Maio Marques
12. Selmo Moreira Alves
13. Sérgio Corrêa Calheiros
14. Walmir de Assis Pereira

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 25 - ACADÊMICOS – 1967

1.ª Série

1. Alberto José Barutot Meireles Leite
2. Amorecí Botero Almeida
3. Antônio Carlos Medeiros Simões
4. Aragon Érico Basso
5. Arcelino Soares da Trindade Filho
6. Asdrúbal Antônio Babelo
7. Augusto Fernando Hexsel
8. Carlos Alberto dos S. Silva
9. Carmelita França Santos
10. Cláudio Vicente do Nascimento
11. Dejair Oliveira Reis
12. Elise Almeida Neubert
13. Eneida R. Figueiredo
14. Geraldo Lima Russomano
15. Henrique da Rosa Peña
16. Ildelfonso Mario C. Poester
17. Irajá Martins Pantoja
18. Iria França Santos
19. Ivone Fonseca Benchocha
20. Jacy Furtado Soares
21. Jesus Luiz Pena Juliano
22. João Vanderlan Rodrigues Vieira
23. José Augusto M. Malícia
24. José Carlos Almeida Henriques
25. José Fernandes Nunes da Silva
26. Juventino B. Jardim Filho
27. Lenine Mello Pryziliski
28. Luiz Augusto Bitencourt de Campos Morais
29. Luiz Arthur Correa Dorneles
30. Luiz Carlos Sexa
31. Mário Fernando Fonseca
32. Newton Lemos de Aguiar
33. Nilo Artur Conceição Pinho
34. Orlando Macedo Fernandes
35. Paulo Corrêa Teixeira
36. Paulo Edison Soares Lopes
37. Paulo Botero T. Dalcol
38. Pedro Sebotasy
39. Régis Cedric Souza
40. Roberto Arjona Cecere
41. Ronaldo Homem B. C. Silva
42. Sérgio Sechi da Silva
43. Sidnei Jesus A. Rodrigues
44. Vicente Jorge Martins
45. Vitória Ione Acosta

46. Luiz Alfredo Castro
47. Roberto B. de Castro
48. Varlem Carolino Obelar

2.ª Série

1. Alberto Ernani C. P. Costa
2. Armando Libório Grafulha
3. Édio Costa
4. Édio de Oliveira Cardoso
5. Elio Saulo W. Valente
6. Henrique John E. R. Rosenthal
7. Homero dos Reis Chin
8. Iusef Nader
9. João Delvair Ferreira
10. José Adão da Cunha Texeira
11. José Corrêa Teixeira
12. Luiz Augusto de G. Rocha
13. Marcos Antônio F. Mello
14. Maria Zélia S. Figurelli
15. Mario Nicola Gomes
16. Mário Francisco Kirst
17. Roberto Barbosa de Castro
18. Ubirajara Freitas Pôrto
19. Vander Isidro R. Moreira
20. Wilson Marengo Alves
21. Wilson Garcia Xavier
22. Wilson Soares de Pinho

3.ª Série

1. Carlos Roberto M. de Souza
2. Fernando Farias da Rosa
3. Gilberto Lima Russomano
4. Iná Caldeira Gonçalves
5. José Martins da S. Lima
6. João Ivo A. de Souza
7. Paulo R. N. da Silva

4.ª Série

1. Brasília Cezimbra Ruiz
2. Carlos Orocildo Mirapalheta
3. Egon Menestrino Dionello
4. Gilberto dos S. Guilherme
5. Hélio Alves de Souza
6. Irene Carmem de A. Carvalho

7. Maria Helena P. Duarte
8. Nestor Damado
9. Paulo Ari Benício
10. Paulo Edison M. Pinho
11. Sérgio Paulo B. Duarte

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 26 - ACADÊMICOS – 1968

1.ª Série

1. Air da Costa
2. Alberto José Barutot Meirelles Leite
3. Almir Sartori Prado
4. Angelo Alberto Borges
5. Antônio Carlos Medeiros Simões
6. Aragon Érico Basso
7. Ayrton de Werk
8. Carlos Alberto dos S. Silva
9. Carlos Alberto S. Ferreira
10. Carlos Augusto M. Peixoto
11. Carlos Pereira
12. Carmelita França Santos
13. Celestino Botelho Bastos
14. Denizard Costa Duarte
15. Dinarte Pereira Gomes
16. Edmar da Silva Teixeira
17. Edson Carlos de F. Pôrto
18. Eduardo Barbosa Antunes
19. Eduardo Costa
20. Hamilton Soares Arruda
21. Hiram Freitas da Silva
22. Humberto Antônio P. Furlanetto
23. Irajá Martins Pantoja
24. Iria França Santos
25. Jesus Luiz Penna Juliano
26. João Carlos de M. Maia
27. Joaquim Antônio S. Amaral
28. Jomero dos Reis Chim
29. Jorge Alberto P. da Silva
30. José Adão da C. Teixeira
31. José Antônio Schmidt Alves
32. José Carlos da S. Rodrigues
33. José Carlos Soares
34. José Francisco Borges
35. Leo Retamal Teixeira
36. Luciano Braga Kolton
37. Luiz Lucas D'Andrade
38. Luiz Rodrigues Meto
39. Mario Luvielmo
40. Marlene Barbosa Pereira
41. Maurilio Neves Zimmermann
42. Nilo Sérgio M. Dionello
43. Oscar R. Valeza Bruno
44. Paulo Marcos Soares Cruz
45. Paulo Roberto A. Hood

46. Paulo Roberto T. Marczykoski
47. Renato Frasca Candido
48. René Rupp
49. Roberto Arjona Cecere
50. Roberto Ferreira Morgado
51. Ronaldo Machado de Miranda
52. Rudnen Oliveira da Costa
53. Telma Terezinha D. Haidtmann
54. Valdir Santos de Freitas
55. Valquirio Ferreira Malta
56. Valter Minasi
57. Vilarci Fonseca Aquino

2.ª Série

1. Amorecí Botero Almeida
2. Arcelino Soares da Trindade Filho
3. Artur Perini
4. Cláudio Vicente do Nascimento
5. Dejair Oliveira Reis
6. Elise Almeida Neubert
7. Farido Salomão
8. Geraldo Lima Russomano
9. Ivone Fonseca Bencochea
10. Jesus Luiz Pena Juliano
11. João Vanderlan Rodrigues Vieira
12. José Alberto Berendt
13. José Augusto M. Malícia
14. José Carlos Almeida Henriques
15. José Fernandes Nunes da Silva
16. Joventino B. Jardim Filho
17. Lenine Mello Pryziliski
18. Luiz Arthur Correa Dorneles
19. Luiz dos Santos Dias
20. Mário Fernando Fonseca
21. Nilson Moacir B. Dutra
22. Paulo Edison Soares Lopes
23. Pedro Sebotasev
24. Régis Cedric Souza
25. Roberto Arjona Cecere
26. Ronaldo Homem do Brasil Cardoso Silva
27. Sérgio Sechi da Silva
28. Vander Isidro R. Moreira
29. Viciente Jorge Martins
30. Vitória Ione Acosta
31. Wilson Marengo Alves

3.ª Série

1. Alberto Ernani C. P. Costa
2. Haroldo de F. P. Teixeira
3. João Ivo A. de Souza
4. Luiz Augusto de G. Rocha
5. Mario Nicola Gomes
6. Roberto Barbosa de Castro
7. Wilson Soares de Pinho

4.ª Série

1. Carlos Roberto M. de Souza
2. Edson Jorge Schmidt
3. Fernando Farias da Rosa
4. Gilberto Lima Russomano
5. José Alberto Berendt
6. José Martins da S. Lima
7. Paulo Roberto N. da Silva
8. Waldir Tosi Ferreira

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 27 - ACADÊMICOS – 1969

1.ª Série - turma “A”

1. Alfredo Carvalho de La Torre
2. Antônio Carlos Medeiros Simões
3. Artur Roberto Coelho Gibbon
4. Aureo Thomas Coelho
5. Carlos Alberto dos Santos Silva
6. Carlos Roberto Lipiarski Juliano
7. Cássio Possas
8. Cláudio Canalis Goulart
9. Clóvis Vasconcelos de Oliveira
10. Dêlbio Ferreira Vieira
11. Douglas Emerson Daicke Haidtmann
12. Edmar da Silva Teixeira
13. Elci Rosa Rodrigues
14. Elio Lopes da Silveira
15. Eneida R. Figueiredo
16. Flávio Renato Cohen Nogueira
17. Gessi Jorge
18. Gether Santos de Oliveira
19. Gilda Jorge
20. Helio Cortinhas Soldera
21. Homero Palma Zenobini
22. Iedo Roberto de Oliveira
23. Ildfonso Mário C. Poester
24. Irineu de Souza Miguel
25. Isiara Mieres Caruso
26. João Carlos Santos Pereira
27. João José de Mattos
28. José Francisco Borges
29. José Juarez Barbieri
30. Laércio Edgar França Barcellos
31. Léo Retamal Teixeira
32. Luiz Alfredo Silva de Castro
33. Luiz Carlos Corrêa Braga
34. Luiz Fernando Chiari
35. Luiz Rodrigues Mello
36. Luzia Paes
37. Marcos Boroni Neto
38. Neida Maria Rangel Sassone
39. Nelson Luiz Serafin

40. Newton Lemos de Aguiar
41. Otmar Racalossi
42. Paulo Antonio Dutra Duhá
43. Paulo Luiz Dutkiewicz
44. Paulo Pereira Gonçalves
45. Paulo Roberto Hood
46. Pedro Adelbar Marques
47. Renato Frasca Cândido
48. Rene de Souza Miguel
49. Ricardo Maiato de Albuquerque
50. Roberto Arjona Cécere
51. Roberto Vieira da Rosa
52. Ronaldo M. de Miranda
53. Sidnei Jesus Antunes Rodrigues
54. Silvestre da Silva Pereira
55. Tanea Maria Mendes
56. Vidal André Mendonça
57. Waldir Santos Freitas

1.ª série – turma “B”

1. Ana Maria Nunes da Silva
2. Ari Alfredo Costa
3. Carlos Alberto Silva de Castro
4. Carlos Roberto Ferreira
5. Irio Reis Padilha
6. Jader da Silva Rodrigues
7. João Delvair Ferreira
8. José Paulo Barbosa
9. Joubert Pereira
10. Laila Pedro Zoghi
11. Lêda Lorna Barcellos de Souza
12. Luiz Pereira Torma
13. Manoel Ferreira Maiato Filho
14. Maria da Conceição F. Origuela
15. Mario Roberto Mendes da Silva
16. Neimar Corrêa Duarte
17. Odilon Magroski Goulart
18. Régis Iguatemi Salatino Andrino
19. Reinaldo Ferreira Morgado
20. Reinaldo Jasniewicz
21. Rubens Heleno Nassr
22. Saula Maria Escalier
23. Sérgio Osvaldo Peixoto Pereira

2.ª Série

1. Air Costa
2. Alberto José Barutot Meireles Leite
3. Almir Sartori Prado
4. Angelo Alberto Borsato
5. Ayrton de Werk
6. Celestino Botelho Bastos
7. Denizard Costa Duarte
8. Dinarte Pereira Gomes
9. Edson Carlos de Freitas Porto
10. Eduardo Costa
11. Hamilton Soares Arruda
12. Hiram Freitas da Silva
13. Humberto Antônio Pedrazza Furlanetto
14. João Carlos de Moraes Maia
15. Jorge Alberto Pereira da Silva
16. José Antônio Schmidt Alves
17. José Carlos da Silva Rodrigues
18. José Carlos Soares
19. Lenine Mello Przybilski
20. Luiz Lucas D'Andrade
21. Marlene Barbosa Pereira
22. Nilo Sérgio Menestrino Dionello
23. Oscar Valesa Bruno
24. Paulo Roberto T. Marcsykoski
25. Rene Rupp
26. Roberto Ferreira Morgado
27. Rudinei Oliveira da Costa
28. Telma Terezinha Haidtmann
29. Valquiria Ferreira Malta
30. Vilarci Fonseca Aquino
31. Walter Minasi

Adaptação

- 1 Djair Oliveira Reis
- 2 Geraldo Lins Russomano
- 3 Iusef Nader
- 4 João Manoel Chaves
- 5 Luciano Braga Kolton
- 6 Marcos Antônio Furtado Melo
- 7 Régis Cedrio Souza

- 8 Ronaldo Homem do Brasil Cardoso e Silva
- 9 Sérgio Sechi da Silva

3.ª Série

- 1 Amoreci Botero de Almeida
- 2 Arcelino Saores da Trindade Filho
- 3 Armando Libório Grafulha
- 4 Cláudio Vicente do Nascimento
- 5 Édio Costa
- 6 Elias de Almeida Joubert
- 7 Élio Saulo Wolfein Valente
- 8 João Vanderlan Rodrigues Vieira
- 9 José Augusto Marques Malícia
- 10 José Carlos Almeida Henriques
- 11 José Fernandes Nunes da Silva
- 12 Joventino Borges Jardim Filho
- 13 Luiz dos Santos Dias
- 14 Mário Fernando Fonseca
- 15 Nilson Moacir Barbosa Dutra
- 16 Paulo Edson Lopes
- 17 Vicente Jorge Martins
- 18 Vitória Ione Acosta

4.ª Série

1. Alberto Ernani da Conceição Fernandes Costa
2. Haroldo França Pires Teixeira
3. Mário Nicola Gomes
4. Nerino Antônio Dionello Piotto
5. Vilson Soares de Pinho

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 28 - ACADÊMICOS – 1970

1.ª Série

Aécio C. Paeski
Alberto M. da Siva
Alda Maria Lettanin
Amarante Lindalvo Monteiro
Américo P. Amaral
Ana Maria Olioni
Arlindo F. da Silva
Azelindo Dagnese
Canabá Silva do Amaral
Carlos Henrique Canary
Carlos Roberto Schmidt
Cely Terezinha Klinger
Danilo Fonseca
Délbio P. Vieira
Edi Fernando Ávila
Edmar da S. Teixeira
Elder H. da Rosa
Elio Lopes da Silveira
Francisco Maio Marques
Hernando Bernadelli
Homero Palma Zenobini
Iris Fernando da Costa
Ivonir P. Aquino
João Derli N. Gutierrez
Joaquim Antônio Amaral
José Antônio T. Pinho
José Francisco Braga
José Hüge
José Luiz Ferrarelli
José Paulo Barbosa
Joventino Jardim Filho
Lacy Maria Bento
Laercio Barcellos
Laerte A. Schimidt
Lorena de I. Pastore
Luiz Carlos Carrasco
Luiz Carlos T. Bastos
Luiz Felipe Guerra
Manoel Maiato Filho
Mary Neusa da Fonseca
Mirna Iara Almeida
Neusa Maria Pereira
Ney Oliveira Furtado

Orlando Paladino Costa
Osmar N. Leite
Paulo Marques Cruz
Paulo Roberto Hood
Pedro Cestari
Raul Silva Tavares
Ricardo H. da Silva
Ricardo M. Albuquerque
Roberto H. Rodrigues
Ronaldo M. Miranda
Rui Alves Catão
Sandra Regina Pinto
Sérgio Osvaldo Pereira
Silvestre S. Pereira
Suzana Regina Pinto
Tânia Conceição Silva
Tereza Macagnan
Ubirajara Pôrto
Valnir G. Borba
Varlen Carolino Obelar

Adaptação

Alfredo de La Torre
Ana Maria N. da Silva
Aragon Érico Basso
Áureo Tomas Coelho
Cássio Possas
Cláudio G. Goulart
Clóvis V. de Oliveira
Douglas E. Haidtmann
Gessi Jorge
Gilda Jorge
Hélio C. Soldera
Iris Reis Padilha
João Carlos M. Maia
João Carlos Pereira
Jorge Alberto da Silva
José Juarez Barbieri
Joubert Pereira
Laila Pedro Zoghi
Lêda Lorna de Souza
Leo Ratamal Teixeira
Luiz Carlos C. Braga
Luiz Fernando Chiari
Luiz Pereira Terra
Marcos Baroni Neto

Mario Roberto M. Silva
Neimar Correa Duarte
Newton Lemos de Aguiar
Odilon Magraki Goulart
Reinaldo Jasnievics
René de Souza Miguel
Ronaldo P. Morgado
Rubirajara Pôrto
Saula Maria Escaller
Tanea Mara Mendes
Valdir S. de Freitas

2.^a Série

1. Alfredo de La Torre
2. Ana Maria da Silva
3. Antônio Carlos Simões
4. Aragon Érico Basso
5. Artur Roberto Gibbon
6. Carlos Alberto Ferreira
7. Carlos Alberto Castro
8. Carlos Pereira
9. Carlos Roberto Juliano
10. Cássio Possas
11. Cláudio Goulart
12. Clóvis Oliveira
13. Douglas Heidtmann
14. Flávio Nogueira
15. Gessi Jorge
16. Gether Oliveira
17. Gilda Jorge
18. Hélio Soldera
19. Iedo Roberto de Oliveira
20. Ildfonso Mário Poester
21. Irio Padilha
22. Isiara Caruso
23. Jader Rodrigues
24. João Carlos Pereira
25. João José de Mattos
26. Jorge Alberto da Silva
27. José Juares Barbieri
28. Joubert Pereira
29. Laila Pedro Zogbi
30. Lêda Lorna Souza
31. Léo R. Teixeira
32. Luciano B. Kolton
33. Luiz Carlos Braga

34. Luiz Fernando Chiari
35. Luiz P. Terra
36. Marcos Boroni Neto
37. Maria C. Origuella
38. Mario R. Silva
39. Neida Maria Sassone
40. Neimar C. Duarte
41. Nelson Luiz Serafim
42. Newton Lemos de Aguiar
43. Odilon M. Goulart
44. Otmar Macalosi
45. Paulo A. D. Duhá
46. Régis I. S. Andrino
47. Reinaldo Jasniewics
48. René de Souza Miguel
49. Ronaldo P. Morgado
50. Rubens Heleno Nasser
51. Saula Maria Escalier
52. Tanea Mara Mendes
53. Valdir S. Freitas
54. Vidal Aureo Mendonça
55. Ruy Alves Catão
56. Juventino B. Jardim Filho
57. Hubirajara Porto
58. Lenine Mello Przybylski

3.^a Série

1. Air da Costa
2. Alberto J. B. N. Leite
3. Almir S. Prado
4. Angelo Alberto Borsatto
5. Celestino Botelho Bastos
6. Dinarte Pereira Gomes
7. Eduardo Costa
8. Geraldo Lima Russomano
9. Hamilton Soares Arruda
10. Hiram Freitas da Silva
11. Humberto A. Furlanetto
12. Iusef Nader
13. José Antônio S. Alves
14. José Carlos Rodrigues
15. José Carlos Soares
16. Lenine Mello Przybilski
17. Luiz Lorna de Andrade
18. Marlene B. Pereira
19. Nilo Sérgio M. Dionello
20. Oscar R. V. Bruno
21. Paulo R. Marczykoski
22. Roberto P. Morgado

23. Rudnem Oliveira da Costa
24. Sérgio Sechi da Silva
25. Telma Terezinha Haidtmann
26. Valquirio Ferreira Malta
27. Valter Minasi
28. Vilarci Fonseca Aquino

4.^a Série

1. Amoreci B. Almeida
2. Arcelino Trindade Filho
3. Armando L. Grafulha
4. Cláudio V. Nascimento
5. Édio Costa
6. Elias A. Neubert
7. Iris Saula Valente
8. José Augusto M. Malícia
9. José Carlos Rodrigues
10. José Fernandes da Silva
11. José Vanderlan Vieira
12. Mário Fernando Fonseca
13. Nilson Moacir B. Dutra
14. Paulo Edson Lopes
15. Vicente Jorge Martins
16. Vitória Ione Acosta

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 29 - BACHARÉIS - 1962

1. Bento Soares de Campos
2. Elcy Nunes
3. Felício Leite
4. Flávio de Figueiredo
5. Hélio Mirapalheta Gomes
6. Hermann Werner Hadrich
7. Iolanda Dirce Figueiredo de Meirelles Leite
8. José Duarte Ramos
9. José Lipiarski
10. José Martins de Castro
11. Leopoldo Cavallari Filho
12. Manuel Rubens de Barros
13. Maria Alves Henriques
14. Oriente Guimarães Salomão Hise
15. Vetonil Dias de Oliveira

Data: 02.02.1963

Solenidades: 08:30 – Missa em Ação de Graças – Matriz N. S. do Carmo

20:30 – Sessão solene de Colação de grau – Auditório da Escola Normal Santa Joana D’Arc.

Parainfo: Dr. Leocádio de Almeida Antunes - Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico –BNDE

Homenagens – de Honra – Economista Aldo Lapolli

Economista Roberto Coimbra Edom

Especial – Deputado Fernando Ferrari

Deputado Joaquim Duval

Dr. Alvaro Ribeiro Pereira

Eng. Horário Ubatuba de Faria

Dr. Adib Salomão

Póstuma - Frederico Ernesto Bucholz – ex-prefeito municipal

Louvor - Prof. Miguel Glaser Ramos – Prêmio 1961 - xxxxx América Latina, da Universidade Internacional de Estudos Sociais “PRO DEO”, de Roma, Itália.

Agradecimento – Professores

Carlos Moll

Emidio Figueiredo de Araújo

Fernando Eduardo Freire

Gasil Brasil Machado

Hélio Benjamim Vieira

Jorge Luiz Susini

José Carvalho Freire

Giovani Roque di Gesu

Odenath Pereira Ferreira

Odilon Gomes de Oliveira

Gratidão - Pais e cônjuges

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 30 - BACHARÉIS – 1963

1. Eugênio Lopes
2. Eurípedes Falcão Vieira
3. Leon Coutelle Filho

Data: 07.12.1963

Solenidades: 08:00 – Missa em Ação de Graças – Santuário de N.^a Sr.^a de Fátima
20:00 – Sessão solene de Colação de grau – Auditório da Escola Normal Santa Joana D'Arc.

Parainfo: Engenheiro Fernando Ribeiro – Superintendente da Refinaria Alberto Pasqualine

Homenagens – de Honra – Economista Aldo Lapolli

Economista Roberto Coimbra Edom

Especial – Eng. Horário Ubatuba de Faria

Reconhecimento – Edio de Oliveira Cardoso – ex-secretário da Faculdade

Póstuma - Prof. Hélio Benjamim Vieira

Agradecimento – Professores

Aldo Lapolli

Carlos Moll

Edison de Souza Mendonça

Emidio Figueiredo de Araújo

Fernando Eduardo Freire

Giovani Roque di Gesu

Hélio Mirapalheta Gomes

Jorge Luiz Susini

José Carvalho Freira

José Luiz Fonseca da Silva

Miguel Glaser Ramos

Odenath Pereira Ferreira

Odilon Gomes de Oliveira

Oriente Guimarães Salomão Hias

Roberto Coimbra Edom

Gratidão - Pais e cônjuges

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 31 - BACHARÉIS – 1964

1. Antônio Orlando Concli
2. Elvio Romero Palma Zenobini
3. Henrique José Leal Santos Vieira da Fonseca
4. Miguel Damado Carvalho
5. Ruy Soares Godinho
6. Valdomiro Rocha Lima
7. Waldemar Massaro

OBS.: Não encontramos evidencias de que tenha havido solenidade externa de colação de grau.

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 32 - BACHARÉL – 1965

1. Luiz Carlos dos Santos

OBS.: Não encontramos evidencias de que tenha havido solenidade externa de colação de grau.

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 33 - BACHARÉIS – 1966

1. Adão Airton Senna
2. Alvaro Ribeiro
3. Blasco Ibañes da Cunha Torres - orador
4. Getúlio Moreira Alves
5. Idemar da Rosa Araujo
6. Jorge Farias de Albernaz
7. José Carlos Macedo Pereira
8. Moysés Jesus Pires Farias
9. Ronaldo Gomes de Almeida
10. Salvador Maio Marques
11. Selmo Moreira Alves
12. Sérgio Corrêa Calheiros
13. Walmir de Assis Pereira

OBS.: As turmas de 1964, 1965 e 1966 colaram grau no mesmo dia.

Data: 25.11.1967

Solenidades: 10:00 – Missa em Ação de Graças – Santuário de N.^a Sr.^a de Fátima
20:30 – Ato solene de Colação de grau – Auditório da Escola Normal Santa Joana D'Arc.

Parainfo: Prof. Dr. Ary Burger – Diretor do Banco Central

Homenagens – de Honra – Deputado Tarso de Moraes Dutra – Ministro de Educação e Cultura

General Armando Cattani – interventor federal

Prof. Dr. Aldo Lapolli – diretor da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas

Póstuma - Prof. Fernando Eduardo Freire

Agradecimento – Professores

Aldo Lapolli

Antônio Carlos Lourenço

Carlos Moll

Edison de Souza Mendonça

Eloy Ennes

Emidio Figueiredo de Araújo

Felício Leite
Flávio de Figueiredo
Giovani Roque di Gesu
Hélio Mirapalheta Gomes
Hermann Werner Hadrich
Iolanda Dirce F. de Meirelles Lopes
Jorge Luiz Susini
José Carvalho Freire
José Luiz Fonseca da Silva
Leon Coutelle Filho
Leopoldo Cavallari
Manuel Rubens de Barros
Maria Alves Henriques
Mario Schroeder Rodrigues
Miguel Glaser Ramos
Odenath Pereira Ferreira
Odilon Gomes de Oliveira
Oriente Guimarães Salomão Hias
Roberto Coimbra Edom
Thomaz Lucia

Gratidão - Pais e cônjuges

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 34 - BACHARÉIS – 1967

1. Brasília Cezimbra Ruiz
2. Carlos Orocildo Mirapalheta
3. Egon Menestrino Dionello
4. Gilberto dos Santos Guilherme
5. Hélio Alves de Souza
6. Irene Carmem de Almeida Carvalho
7. Maria Helena Pinto Duarte
8. Nestor Damado
9. Paulo Ari Benício
10. Paulo Edison Mello Pinho – orador
11. Sérgio Paulo Santos Duarte

Data: 23.12.1967

Solenidades: 19:30 – Missa em Ação de Graças – Matriz de Nossa Senhora do Carmo

20:30 – Sessão solene de Colação de grau – Auditório da Escola Normal Santa Joana D’Arc.

Paraninfo: Dr. Tarso de Moraes Dutra - Ministro da Educação e Cultura

Homenagens – de Honra – Economista Aldo Lapolli

Gratidão - Aos familiares

Amizade – Aos funcionários da secretaria da Faculdade

Agradecimento - Professores

Aldo Lapolli

Antônio Carlos Lourenço

Carlos Moll

Edison de Souza Mendonça

Felício Leite

Flávio de Figueredo

Giovani Roque di Gesu

Hélio Mirapalheta Gomes

Jorge Luiz Susini

José Luiz Fonseca da Silva

Leon Coutelle Filho

Maria Alves Henriques

Mario Schroeder Rodrigues

Miguel Glaser Ramos

Odenath Pereira Ferreira

Odilon Gomes de Oliveira

Oriente Guimarães Salomão Hias

Roberto Coimbra Edom

Thomaz Lucia

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 35 - BACHARÉIS – 1968

1. Carlos Roberto M. de Souza
2. Edson Jorge Schmidt
3. Fernando Farias da Rosa
4. Gilberto Lima Russomano
5. José Alberto Berendt
6. José Martins da S. Lima
7. Paulo Roberto N. da Silva
8. Waldir Tosi Ferreira

Data: 12.12.1967

Solenidades: 19:30 – Missa em Ação de Graças – Matriz de Nossa Senhora do Carmo

20:30 – Sessão solene de Colação de grau – Salão Nobre do Clube de Comércio.

Parainfo: Coronel Mario David Andreazza – Ministro de Transportes e Comunicações

Homenagens – de Honra – Economista Aldo Lapolli

Gratidão - Aos familiares

Amizade – Aos funcionários da secretaria da Faculdade

Agradecimento - Aos Professores

Fonte: NUME – relatórios – sem catalogação

Anexo 36 - BACHARÉIS – 1969

1. Alberto Ernani da Conceição Fernandes Costa
2. Haroldo de França Pires Teixeira
3. Mario Nicola Gomes
4. Nerino Antônio Dionello Piotto
5. Vilson Soares Pinho

Data: 29.11.1969

Solenidades: 19:30 – Ofício religioso e Colação de grau na Igreja de Nosso Senhor do Bom Fim.

Parainfo: Dr. Aldo Lapolli – Diretor da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas

Homenagens – Gratidão – Pais e Esposas

Especial – Prof. Carlos Moll

Professores

Antônio Carlos Lourenço

Edison de Souza Mendonça

Felício Leite

Flávio de Figueiredo

Giovani Roque di Gesu

Mario Schroeder Rodrigues

Miguel Glaser Ramos

Odenath Pereira Ferreira

Oriente Guimarães Salomão Hias

Roberto Coimbra Edom

Thomaz Lucia